UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

FAMÍLIA RURAL E PRODUÇÃO DE TABACO: ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL EM ARROIO DO TIGRE/RS

TESE DE DOUTORADO

Ezequiel Redin

Santa Maria, RS, Brasil

2015

FAMÍLIA RURAL E PRODUÇÃO DE TABACO: ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL EM ARROIO DO TIGRE/RS

Ezequiel Redin

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de
Pós-Graduação em Extensão Rural, Área de Concentração em Extensão Rural e
Desenvolvimento, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS),
como requisito parcial para obtenção do grau de
Doutor em Extensão Rural

Orientador: Prof. Dr. Joel Orlando Bevilaqua Marin

Santa Maria, RS, Brasil

2015

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática
da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Redin, Ezequiel
Família rural e produção de tabaco: estratégias de reprodução social em Arroio do Tigre/RS / Ezequiel Redin.- 2015.
305 p.; 30cm

Orientador: Joel Orlando Bevilaqua Marin
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, RS, 2015

1. Colonos do fumo 2. Estratégia de reprodução social 3. Família rural 4. Tabaco 5. Arroio do Tigre I. Marin, Joel Orlando Bevilaqua II. Título.

© 2015
Todos os direitos autorais reservados a Ezequiel Redin. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.
E-mail: ezequielredin@gmail.com

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Tese de Doutorado

FAMÍLIA RURAL E PRODUÇÃO DE TABACO: ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL EM ARROIO DO TIGRE/RS

elaborada por
Ezequiel Redin

como requisito parcial para obtenção do grau de
Doutor em Extensão Rural

COMISÃO EXAMINADORA:

Joel Orlando Bevilaqua Marin, Dr.
(Presidente/Orientador)

Everton LazzarettiPicolotto, Dr. (UFSM)

João Carlos Tedesco, Dr.(UPF)

Marco Antônio Verardi Fialho,Dr.(UFSM)

Virginia ElisabetaEtges,Drª. (UNISC)

Santa Maria, 21 de agosto de 2015.

Revelar o cotidiano rural e a identidade das famílias fumicultoras, através das páginas, parece tarefa fácil, porém, não é tanto assim. Utilizar a lucidez sem envolver-se nos discursos, dissecar o drama das famílias rurais e suas imperfeições requer muito mais que dedicação, é uma entrega que, nem sempre, é completa. Tem desajustes e quase nunca atinge o máximo de complexidade. Por isso, dedico esta tese às famílias rurais arroio-tigrenses que, com alma, destreza e dedicação no trabalho, proporcionaram a reprodução social nessa colônia.

AGRADECIMENTOS

A edificação desta obra é, sem dúvida, uma construção coletiva – ela se mistura entre a minha identidade social, as trajetórias de vida das famílias rurais e as percepções de mundo de nossos interlocutores. Apenas atuei como o agente que transcreveu e analisou as projeções sociais dos agricultores, dos jovens, dos agentes de desenvolvimento e demais interlocutores que emergem ao longo deste trabalho. Do campo teórico e analítico, surgem inúmeras contribuições angariadas desde 2005, mas, em especial, nos últimos anos de doutoramento. E, aqui, não poderia deixar de agradecer, em especial, ao Prof. Joel Orlando Bevilaqua Marin, pela orientação. Contudo, Joel não é um orientador comum, Joel é um orientador que faz a diferença na vida dos seus orientados, como pessoa e como profissional. Em primeiro lugar, a personalidade de Joel cativa seus orientados a tal ponto de influenciar de um modo leve, numa relação horizontal do saber, entre uma pessoa que nos instiga e instiga a si mesmo; ele é de uma sensibilidade nata incomparável. Em segundo lugar, o profissional Joel é muito sistemático, coerente, didático e insistente, de uma dedicação para com a pesquisa, a qual é impressionante. Sem dúvida, a tua contribuição neste trabalho foi fundamental. Durante esses quatro anos, aperfeiçoei meu *habitus* acadêmico com tua ajuda. Joel, obrigado, de coração. Minha família também agradece, pois teve o prazer de te conhecer em tua visita a nossa propriedade, algo que, por incrível que pareça, fez toda a diferença nesse processo de doutoramento. Palavras não são suficientes para mensurar o meu agradecimento por tua dedicação comigo e com meu trabalho. O meu, o nosso muito obrigado por tudo.

À família, meu suporte e aconchego, agradeço ao pai, chefe da família rural, Sr. Emildo Redin e à guerreira e batalhadora Teresinha Hister Redin, a matriarca. Os ensinamentos que aprendi durante as lides na roça e em nossa vivência no rural são profundas e de grande valia para a vida. Esse ensinamento não há universidade que conceda. Sou grato e sou o espelho da luta de vocês para a reprodução social de nossa família no rural ou fora dele. Ao mano, Cássio José Redin, que fez a escolha de retornar para nosso rincão a fim de acompanhar os pais na lide no campo, desejo sucesso nessa empreitada. Tu herdarás nossa propriedade e fará dela o futuro da agricultura familiar; um jovem rural que vivenciará uma nova fase do desenvolvimento rural no país. Conte comigo, meu querido, um abraço apertado!

À Lenise Schlosser, minha companheira, que me acompanha nessa jornada em busca do conhecimento, o meu mais sincero agradecimento, pois tu foste, sem dúvida, o elo essencial para me dar forças a continuar nessa caminhada. E quanto a isso, não há palavras

que eu tenha para agradecer. Aqui, cabe, também, um agradecimento especial a tua família que me acolheu como um filho e, ainda, há de se destacar o Sr. Guido Ivo Schlosser, com seu conhecimento histórico do rural arroio-tigrense, o qual é, sem dúvida, a pessoa mais habilitada a remontar o desenvolvimento do município por meio de estradas e abertura das fronteiras agrícolas desse local.

Aos colegas, amigos, conhecidos e perambulantes dessa vida, meu agradecimento. As conversas de corredor, as jantas, os pitacos de bar ou outros espaços de socialização do conhecimento (até por rede social) fortificaram, readaptaram-me e me influenciaram, em certa medida, nos caminhos ou nas interpretações que concedi a este trabalho. Valeu, pessoal! Não poderia deixar de mencionar os motoristas da estrada Arroio do Tigre/Santa Maria, que, por um momento, avistaram um jovem pedindo carona, pararam e me agraciaram com minutos ou horas de experiência de vida. O ato de pegar carona é uma experiência única na vida, sem dúvida, minha tese se construiu nas caronas cotidianas entre Arroio do Tigre e Santa Maria.

A lista de agradecimentos é grande. Talvez, ela ultrapasse o número de páginas desta tese, por isso, o importante, aqui, é lançar algumas palavras que representam o sentimento de um caminho trilhado aos poucos. Sair do meio rural e alcançar o nível de doutoramento não foi tarefa fácil, mas foi um caminho sonhado, planejado e prazeroso. Eu, talvez, como nenhum outro pós-graduando, sou apaixonado pelos estudos rurais, em especial, por essa temática de estudo que lanço para vocês. Eu vivi cada segundo desse ambiente proporcionado pelo Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR) e tenho muito a agradecer por terem apostado em mim como um potencial pesquisador.

Ainda, vale mencionar outras duas pessoas circunstanciais ao longo dessa caminhada. A primeira é o Prof. Paulo Roberto Cardoso da Silveira, um pesquisador nato, mesmo que ele se negue a afirmar isso. Dividir pesquisa, extensão e docência são para poucos, e nunca vi uma pessoa realizar tudo isso com tanto entusiasmo quanto tu. Tu me ensinaste muito durante o mestrado e o doutorado, inclusive, a pensar sobre os fenômenos rurais. O meu singelo agradecimento, Mestre Paulo. O segundo é o Prof. Marco Antônio Verardi Fialho, a quem dedico especial gratidão. Foi meu orientador de mestrado, mas continua sendo meu orientador em toda pesquisa que faço, pois não imagina o quanto sua tese me ensinou e me influenciou, sem contar as conversas que começavam, sem querer, no canto da porta de sua sala e terminavam em altas discussões, sempre com um tom sarcástico, porém, instigador. Mas não acaba por aí: Fialho acreditou em minha capacidade e me ofereceu um trabalho voluntário na Revista Extensão Rural. Nesse momento, foste circunstancial na minha vida acadêmica, e sou extremamente grato por confiar em minha pessoa para esse ofício. Nunca aprendi tanto sobre

o *homo academicus* quanto no trabalho nesse periódico científico. O que, para alguns, poderia ser um fardo acadêmico, para mim, foi uma oportunidade indispensável para meu crescimento profissional. Tu, Marco Antônio, considero um pesquisador diferenciado, com uma percepção aguçada, sem dúvida, um grande profissional. O meu muito obrigado por ter acreditado em mim. Quero que te sintas abraçado e, com isso, transmito meu sentimento de gratidão.

Aos docentes do programa, não há como medir palavras, pois cada um deles aguçou de forma diferente minha formação, em especial, agradeço ao Prof. José Marcos Froehlich, por suas disciplinas de alto nível de exigência e de grande magnitude de conhecimento. Ao Prof. Renato Santos de Souza, sem hesitar, é um dos grandes pensadores desse Programa. Espero que, ao longo dessa jornada, possa angariar conhecimento similar para romper com a "normose acadêmica". Em nome desses professores, quero agradecer a todos os docentes e discentes com quem tive a oportunidade de conviver nesse ambiente de ensino.

Ademais, os meus agradecimentos se estendem aos entrevistados, aos agricultores, aos informantes-chave que fizeram parte dessa elaboração científica. São de uma riqueza imensa os comentários históricos aguçados pelos informantes-chave, de um saber empírico notável. Dos informantes, aos agricultores até os jovens rurais, tive a oportunidade de aprender, relembrar, reviver e também de refletir sobre suas contribuições, às vezes, descritivas e, às vezes, analíticas, agentes que estão tão aptos quanto qualquer outro para discutir e debater sobre a realidade rural fumageira e os problemas na agricultura familiar em questão. Após isso, também há de se fazer menção às bolsistas *top* do Grupo Gerações e Gênero na Agricultura Familiar – Caroline Morsch, Tailine Halberstadt e Angelica Luiza Seibert –, meninas que foram relevantes no auxílio para a transcrição de minhas entrevistas, após o roubo do meu computador pessoal dentro da Universidade. À Caroline, dedico um agradecimento mais efusivo, pois tua dedicação e auxílio foram circunstanciais e injetaram doses de motivação neste trabalho: o meu muito obrigado!

Enfim, agradeço, em especial, a todos vocês que, de uma forma ou outra, conviveram comigo, trabalharam comigo, moraram comigo ou, simplesmente, contornaram meus espaços sociais. A vida é uma verdadeira troca, um constante processo de aprendizagem social. Como já dizia Mia Couto: "Sou filho de imigrantes, mas, sobretudo, filho de histórias".

Evolução na roça

Lá vai a zorra
subindo os morros
puxada a dois
pela junta de touros.
E na volta, depois,
pescoços sangrando,
recebem salmoura.

Lá vai a carroça
a caminho da roça
movida a bois.
A roda rangendo
o eixo gemendo
uma graxa querendo
na volta, depois.

Segue o trator
roncando o motor
ligeiro pela estrada
espantando a bicharada
que segue em disparada
pela mata fechada
em clima de horror.

É uma grande emoção
viver três momentos
na evolução dos tempos:
zorra, carroça e trator.
Missão de agricultor:
em qualquer situação
produzindo com devoção.

(Hélio Scherer – Escritor da Academia Centro Serra de Letras)

RESUMO

Tese de Doutorado
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural
Universidade Federal de Santa Maria

FAMÍLIA RURAL E PRODUÇÃO DE TABACO: ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL EM ARROIO DO TIGRE/RS

AUTOR: EZEQUIEL REDIN
ORIENTADOR: JOEL ORLANDO BEVILAQUA MARIN
Santa Maria, 21 de agosto de 2015.

O objetivo geral da tese foi compreender a reprodução social das famílias fumicultoras e as experiências vivenciadas diante dos diferentes momentos do desenvolvimento rural no município de Arroio do Tigre/RS. A modalidade de pesquisa foi o estudo de caso. Para sua realização, utilizou-se tanto a pesquisa bibliográfica e fontes secundárias quanto observações e entrevistas em pesquisa de campo. O marco teórico centrou-se nos conceitos da teoria de Pierre Bourdieu sobre as estratégias de reprodução social e *habitus*, em especial. Com base na bibliografia sobre a colonização, família rural, reprodução social na fumicultura, tratou-se de descrever e analisar as mudanças no espaço rural e as dificuldades das famílias na unidade de produção, atentando para aspectos subjetivos da relação familiar, do sistema de integração, do agricultor diante da ampliação dos espaços de sociabilidade e do mercado, e as alterações nas formas de produção e reprodução no rural. Foram realizadas trinta e uma entrevistas semiestruturadas com agricultores e jovens rurais do município e diversas conversas informais complementares. Dentre os resultados que merecem destaque, identificaram-se quatro momentos na constituição das famílias rurais e na expansão do tabaco no local: *Fase I* – A produção artesanal fumageira: situada nos primórdios da colonização até a década de 1960, em que os colonos, descendentes de imigrantes alemães e italianos, consolidaram a região como grande produtora de tabaco e instauraram a cultura do tabaco como parte da tradição dos sistemas produtivos, usando-o como mote para a emancipação do município, reproduzindo a lógica do sistema econômico na vida colonial; *Fase II* – A produção moderna fumageira: período de 1960 a 2000, em pleno fortalecimento do sistema de integração agroindustrial, em que a família rural precisou reordenar sua gestão rural, readaptar-se às novas tecnologias impostas pelo complexo agroindustrial, mudar os conhecimentos e suas formas de produzir e reproduzir-se no local; *Fase III* – A produção fumageira em evidência: período pós-década de 2000, em que emergem diferentes conflitos no campo fumageiro; inicia-se um processo de mecanização das lavouras do tabaco que impacta na gestão do trabalho familiar, ampliam-se os espaços de participação da mulher na família e na produção, a modernização continua a assumir caráter essencial na atividade produtiva no meio rural; *Fase IV* – O futuro da produção fumageira e dos jovens herdeiros da terra: entre o presente e o futuro, a família rural é tencionada pelo jovem rural e pelas intervenções do Estado; mecanismos internacionais interferem na gestão da família rural, como no caso do trabalho infantil; um período de intensificação das relações sociais no rural e da intensa mobilidade, o que causa tensões entre o futuro da propriedade e a herança da terra, além do fator tecnológico cada vez mais intenso na agricultura familiar, que provoca uma pressão por terras e por forte relação com o sistema econômico. O tabaco foi atividade produtiva partícipe da vida camponesa, de um saber apreendido, e a incorporação do *habitus* fumageiro passa, após processo de subida da serra, a um saber herdado. A saída dos jovens não implica uma crise da reprodução social da família rural e, respectivamente, da unidade de produção. A história do tabaco – e também das famílias rurais na região de Arroio do Tigre – está marcada pela tradição herdada e reproduzida nesse local.

Palavras-chave: Colonos do fumo. Estratégia de reprodução social. Família rural. Tabaco. Arroio do Tigre.

ABSTRACT

Doctor's Thesis
Post-Graduation Program in Rural Extension
Federal University of Santa Maria

RURAL FAMILY AND TOBACCO PRODUCTION: STRATEGIES OF SOCIAL REPRODUCTION IN ARROIO DO TIGRE/RS

AUTHOR: EZEQUIEL REDIN
ADVISOR: JOEL ORLANDO BEVILAQUA MARIN
Santa Maria, August 21th, 2015.

The overall aim of the thesis was to understand the social reproduction of tobacco growing families and the experiences lived in the different times of rural development in the town of Arroio do Tigre / RS. The research was a case study. For its conduction, we used both literature and secondary sources as observations and interviews in fieldwork. The theoretical framework centered on the concepts of Pierre Bourdieu's theory on strategies of social reproduction and *habitus* in particular. Based on the literature on colonization, rural family, social reproduction in tobacco farming, we aimed to describe and analyze changes in the rural area and the difficulties of families in the farm, paying attention to subjective aspects of family relationship, integration system, the farmer on the expansion of spaces of sociability and market, and the changes in the forms of production and reproduction in the countryside. We held thirty-one semi-structured interviews with farmers and rural youth of the town and a number of complementary informal talks. Among the results that are worth mentioning, we identified four phases in the constitution of rural households and tobacco expansion in the town: *Phase I* – the tobacco craft production: from the beginning of the colonization to the 1960s, when the settlers, descendants from German and Italian immigrants, consolidated the region as a major producer of tobacco and installed the tobacco culture as part of the tradition of production systems, using it as a motto for the town's emancipation, reproducing the logic of the economic system in the countryside; *Phase II* – The modern production of tobacco: period from 1960 to 2000, in the strengthening of agro-industrial integration system, in which the rural family had to reorder its rural management, readapt to new technologies imposed by the agro-industrial complex, changing knowledge and its ways to produce and reproduce in the countryside; *Phase III* –tobacco production in evidence: after 2000's decade, when different conflicts emerged in the tobacco field; a process of mechanization of tobacco crops begins and impacts on family labor management; women's participation spaces are extended in family and production; modernization continues to be of essential importance in productive activity in the rural area; *Phase IV* – The future of the tobacco production and young heirs: between the present and the future, the rural family is tensioned by rural youth and by the state interventions; international mechanisms interfere in the management of rural families, as in the case of child labor; a period of intensification of social relations in the countryside of and intense mobility, which cause tensions between the future of the land and inheritance, besides the technological factor increasingly intense in family farming, which causes a pressure for lands and strong relationship to the economic system. Tobacco was a participant in productive activities of peasants life from a shared knowledge, and the incorporation of the tobacco *habitus* became an inherited knowledge after hill settlement. The exit of young people does not imply a crisis of social reproduction of rural families and, respectively, the production unit. The history of tobacco – and of rural households in the region of Arroio do Tigre – is marked by the inherited tradition reproduced there.

Keywords: Tobacco peasants. Strategy of social reproduction. Farm Family. Tobacco. Arroio do Tigre.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Foto da produção de tabaco em Arroio do Tigre/RS 29
Figura 2 – Foto do transporte de tabaco em Arroio do Tigre, RS, no início do século XX 57
Figura 3 – Família rural de Linha Cereja, Arroio do Tigre, RS 91
Figura 4 – Família rural de Linha Cereja, Arroio do Tigre, RS 93
Figura 5 – Foto do colono no sistema convencional de semeadura de fumo (canteiros de solo) em Linha Cereja, Arroio do Tigre, RS 111
Figura 6 – Comportamento da produção (ton) de fumo em folha (1991-2000) no Rio Grande do Sul e no Brasil 120
Figura 7 – Dinâmica da demografia da população rural e urbana em Arroio do Tigre (1970-2000) 161
Figura 8 – Foto do agricultor na produção de tabaco tipo Virginia em Linha Paleta, Arroio do Tigre, RS 165
Figura 9 – Foto do jovem rural (23 anos) no processo de confecção das manocas de fumo em folha tipo Burley em Linha Paleta, Arroio do Tigre, RS 213

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Produção Agropecuária em Sobradinho, Rio Grande Sul (1928-1932) .. 101
Quadro 2 – Produção Agropecuária em Sobradinho, Rio Grande Sul (1933-1938) .. 102
Quadro 3 – Produção de fumo em folha do Rio Grande do Sul (1991-1995) 122
Quadro 4 – Produção de fumo em folha do Rio Grande do Sul (1996-2000) 122
Quadro 5 – Reportagens sobre transporte e construção de pontes no município de Arroio do Tigre – RS (1971-1975) 142
Quadro 6 – Produção de fumo em folha do município de Arroio do Tigre – RS (1981-1991) 151
Quadro 7 – Censo das famílias rurais católicas no rural de Arroio do Tigre, RS 156
Quadro 8 – Censo das famílias rurais luteranas no rural de Arroio do Tigre e Sobradinho, RS 157
Quadro 9 – Produção de tabaco em Arroio do Tigre (Quinquênio 2001-2005) 171
Quadro 10 – Produção de tabaco em Arroio do Tigre (Quinquênio 2006-2010) 172
Quadro 11 – Quadro comparativo da atribuição da mulher e do homem na cultura do fumo 201
Quadro 12 – Percepção dos jovens rurais sobre a produção de tabaco em Arroio do Tigre 242

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Censo demográfico de Sobradinho (1928-1939) 86
Tabela 2 – Preço do fumo fermentado por arroba em Porto Alegre, RS 99
Tabela 3 – Produção Agropecuária em Sobradinho – Safra 1951 103

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFUBRA	– Associação dos Fumicultores do Brasil
AJURATI	– Associação da Juventude Rural de Arroio do Tigre
APSAT	– Associação de Prestação de Serviços e Assistência Técnica
CEREST	– Centro de Referência em Saúde do Trabalhador
COMACEL	– Cooperativa Agrícola Mista Linha Cereja Ltda.
CONDEPA	– Conselho Municipal de Política Agrícola de Arroio do Tigre
CONICQ	– Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco
COOPERFUMOS	– Cooperativa Mista dos Fumicultores do Brasil Ltda.
COP 5	– 5ª Conferência da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco
COTRISUL	– Cooperativa Tritícola Superense
DESER	– Departamento de Estudos socioeconômicos rurais
EAD	– Educação a distância
EMATER	– Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
EPI	– Equipamento de Proteção Individual
FEE	– Fundação de Economia e Estatística
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDESE	– Índice de Desenvolvimento Socioeconômico
IDH	– Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	– Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPEA	– Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDA	– Ministério do Desenvolvimento Agrário
OIT	– Organização Internacional do Trabalho
OMS	– Organização Mundial da Saúde
PIB	– Produto Interno Bruto
PNCF	– Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNUD	– Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGExR	– Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural
PRONAF	– Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROUNI	– Programa Universidade Para Todos
REUNI	– Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SIDRA	– Sistema IBGE de Recuperação Automática
STR	– Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arroio do Tigre
TIC	– Tecnologias de Informação e Comunicação
UAB	– Universidade Aberta do Brasil
UFSM	– Universidade Federal de Santa Maria
UNISC	– Universidade Santa Cruz do Sul

LISTA DE ANEXO E APÊNDICE

Anexo A – Localização do município de Arroio do Tigre, RS, Brasil 301
Apêndice A – Mapa social dos entrevistados 305

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **29**
Encaminhamentos teóricos **37**
Encaminhamentos metodológicos **48**
Plano da obra **54**
CAPÍTULO I – FAMÍLIAS DESCENDENTES DE IMIGRANTES: TERRA, TRABALHO E TABACO **57**
1.1 Constituição do espaço produtivo e social pelos colonos **58**
1.2 A terra como estratégia de reprodução da família rural **65**
1.3 Família e trabalho em *tempos difíceis* **68**
1.4 Colono alemão e italiano: aspectos culturais, sociais e produtivos **74**
1.4.1 A infância e a escola na construção social dos valores familiares 78
1.4.2 Os espaços de sociabilidade e os casamentos rurais 81
1.5 A produção artesanal do tabaco: saber construído e herdado **87**
1.6 Tabaco como produto mercantil: as trocas, a comercialização e a reprodução social da família rural **96**
CAPÍTULO II – A MODERNIZAÇÃO E A FAMÍLIA RURAL FUMAGEIRA **111**
2.1 O rural fumageiro do Rio Grande do Sul: contextos de modernização **114**
2.2 Produção de tabaco em Arroio do Tigre: mudanças sociais e produtivas (1950-2000) **125**
2.3 A dinâmica do rural fumageiro de Arroio do Tigre **145**
2.4 A modernização e a dinâmica populacional rural de Arroio do Tigre **154**
CAPÍTULO III – A FAMÍLIA RURAL DO TABACO: UM PROBLEMA SOCIAL CONTEMPORÂNEO **165**
3.1 O tabaco e a reprodução econômica da unidade familiar **166**
3.1.1 O orientador de tabaco e a família rural 173
3.1.2 O jogo social da comercialização do tabaco 175
3.2 Os conflitos no campo fumageiro **180**
3.3 A mecanização das lavouras de tabaco e o impacto social na gestão da família rural **184**
3.4 O lugar da mulher no espaço social da produção do tabaco **193**
3.5 O reconhecimento do agricultor de tabaco na sociedade local **203**
3.6 A família rural fumageira e a reprodução biológica **206**
CAPÍTULO IV – JUVENTUDE RURAL E TRABALHO NO CONTEXTO FUMAGEIRO **213**
4.1 Os estudos sobre juventude rural na unidade familiar **215**
4.1.1 A construção de significados do jovem rural arroio-tigrense 217
4.1.2 Brincadeiras na infância do rural fumageiro 219
4.1.3 Entre o trabalho e o lazer dos jovens rurais 222
4.1.4 Associação da juventude rural de Arroio do Tigre 224
4.2 O trabalho do jovem e a concepção de trabalho na cultura do tabaco **230**
4.3 A concepção dos jovens sobre a cultura do tabaco **240**
4.4 As estratégias de sucessão rural na agricultura fumageira contemporânea **243**
4.4.1 A incerteza do futuro e os projetos de vida do jovem rural 251
4.5 A escola e o trabalho rural: ambiguidades entre o estudar e o ser agricultor **255**
CONSIDERAÇÕES FINAIS **265**
REFERÊNCIAS **279**

INTRODUÇÃO

> "O que nos incomoda, o que nos confunde na experiência vivida é sua aparência enganadora, onde o que parece simples é, na verdade, uma síntese complexa cuja clareza não se obtém apenas vivendo e revivendo a mesma experiência, mas partindo-a e tornando a recompô-la" – Maria Ignez Silveira Paulilo (1990, p. 22).

Figura 1 – Foto da produção de tabaco em Arroio do Tigre/RS
Fonte: Trabalho a campo, agosto de 2010.

Nos últimos anos, as famílias fumicultoras no Sul do Brasil têm sido constantemente advertidas sobre os problemas relativos à produção do tabaco nas unidades agrícolas, fato reconhecido pela sociedade como atividade prejudicial ao meio ambiente, à saúde do trabalhador e do consumidor, porque as formas de produção e consumo do tabaco causam uma série de problemas sociais. O trabalho das famílias agricultoras na atividade fumageira é avaliado como uma situação de dominação do capital sobre a vida das famílias rurais; já, por viés das abstrações de Kautsky (1972), o agricultor se torna um atendedor das demandas da indústria, estando submetido a uma subordinação cada vez maior diante da indústria de insumos e de processamento. Nesse caso, não se inclui a discussão da força dos agricultores, da sua capacidade de autonomia, das suas ações diversificadas com vistas a diminuir a dependência da cultura, potenciais estratégias para desviar das imposições do complexo agroindustrial.

Não obstante, este trabalho não trata dos problemas ambientais da cultura do fumo, de saúde pública, dos índices de suicídios ou de qualquer aspecto maléfico sobre a saúde do agricultor ou do consumidor. Também não trata, diretamente, da imposição da indústria, das intervenções do Estado, da Convenção-Quadro, da Conferência das Partes e outros assuntos que contornam essa temática. Compreende-se que essas ações interferem em nosso objeto,

entretanto, o propósito é outro. Esta pesquisa propõe focar nos colonos do fumo, compreendendo suas ações diante da lógica interna das famílias rurais, ultrapassando a concepção atrelada a uma unidade completa e isolada, ou seja, elas mantêm relações com o meio social que as cerca e todo o sistema de integração com a indústria, com o mercado, com o Estado ou com a comunidade. Portanto, existe, na produção de tabaco, uma racionalidade de produção voltada à lógica econômica mercantil.

O rural contemporâneo, imerso no mundo da reprodução social das famílias agricultoras, equivale refletir sobre a estrutura, a organização e as dinâmicas sociais, as possibilidades de produção material, o sistema de relações sociais e as lógicas internas e externas ao seio familiar, que, nitidamente, soam como epicentro da ruralidade atual, somando características intrinsicamente ligadas à estabilidade, sociabilidade e viabilidade, todas consonantes da comunidade a qual pertencem. O ciclo natural da vida dos agricultores está ancorado em uma relação tempo/espaço vinculado diretamente as suas estratégias no ano agrícola. A terra, o trabalho, o capital, e, agora, com mais ênfase, a tecnologia, são os elementos essenciais que guiam a condição de um "bom" agricultor, vinculado, principalmente, às relações econômicas que estabelece com o mercado. Nessa ponderação, chama-se atenção para os colonos, descendentes de imigrantes europeus, sobretudo alemães e italianos que, em busca da reprodução de suas condições sociais, migraram para novas áreas de terras na Região Centro-Serra, local em que Arroio do Tigre se estabelece geograficamente (ANEXO A).

Os colonos[1], termo adotado, aqui, como percurso semântico derivado de uma categoria nativa e oficial, são entendidos como os imigrantes que ocuparam a terra ou, como complementa Seyferth (2011, p. 14), "a adjetivação inclui um componente de natureza étnica,

---

[1] Nessa complexidade hoje vivenciada, diferentes terminologias são adotadas em diferentes espaços sociais, tributários a diversas regionalidades, culturas e comportamentos. O objeto social que, no velho mundo, compreendia-se como o campesinato, atualmente, poderia reverenciá-lo como sinônimo de agricultura familiar ou ainda construindo tipologias modernas de um "campesinato" em transformação. De fato, nessa análise, privilegia-se a autoidentidade construída pelos grupos sociais, relativo ao processo histórico de ocupação do território, tomando-se a exploração da terra como forma de reprodução social, entendida como sendo construída pelo conjunto de características relativas ao processo de construção social. Em discussões mais recentes, a ambiguidade conceitual entre campesinato e agricultura familiar foi suprimida por Wanderley (2014) no volume especial sobre a agricultura familiar publicada pela Revista de Economia e Sociologia Rural. Para essa autora, apesar da heterogeneidade, todas essas circunstâncias concretas apontam para a existência, no meio rural brasileiro, de produtores agrícolas, vinculados a famílias e grupos sociais que se relacionam, em função da referência, ao patrimônio familiar e constroem um modo de vida e uma forma de trabalhar cujos eixos são constituídos pelos laços familiares e de vizinhança. É a presença dessa característica que nos autoriza a considerá-los camponeses, para além das particularidades de cada situação e da conexão (ou superposição) das múltiplas referências identitárias, assumindo que os conceitos de campesinato e agricultura familiar podem ser compreendidos como equivalentes. Para a autora, a agricultura familiar é efetivada em pequena escala, com condições de produção restritas, está mais integrada às cidades e aos mercados (WANDERLEY, 2014).

portanto, existem colonos ‘alemães’, ‘italianos’, ‘poloneses’, etc.”. Os colonos possuíam um conjunto de valores culturais[2] e tradições consagradas pela família e escola (língua, indumentárias, referências culturais, formas de produção e sociabilização, etc.), uma predisposição a determinadas condutas, gostos, costumes, lógicas intrínsecas, vinculadas à incorporação de saberes e informações, resultado de um trabalho de transmissão, assimilação e reprodução. Em outras palavras, os códigos e instrumentos interpretativos acaudilham a visão e a percepção do mundo, sendo formados pelos ensinamentos dos próprios agentes, constituindo-se um grupo identitário de condutas predispostas, os colonos, que são orientados pelas trajetórias sociais vividas. Essa composição distinta assinala o *ethos* do colono, expresso em valores e disposições sobre o trabalho, modos de vida, saberes tradicionais, crenças e simbologias étnicas muito arraigadas no comportamento coletivo e individual.

É uma chave analítica que, em muitos casos, está implícita na abordagem sobre campesinato, sobre camponês, sobre pequenos produtores, sobre colono, sobre agricultura familiar e outras noções similares[3]. Aqui, far-se-á uma escolha, trata-se do objeto “colono”[4] numa amplitude mais geral, e, quando pretende-se chamar o seu coletivo e toda sua família, reporta-se à noção de “família rural”. Com base em Seyferth (2011, p. 5), “a categoria colono, inicialmente usada com um sentido mais geral reportado à imigração, assumiu progressivamente uma condição camponesa”. A autora ainda destaca que “a diferenciação interna do campesinato, mas principalmente a proletarização e seus efeitos sobre a imagem idealizada do colono unívoco, primordial, e o englobamento de uma parte do mundo rural pelo Stadtplatz, repercutiram na significação da identidade social.” (SEYFERTH, 2011, p. 5). Justifica-se a escolha dessas noções por representar um recorte rico nos estudos da Sociologia e Antropologia Rural e, de maneira mais próxima, reporta-se a uma identidade ainda muito presente no rural contemporâneo sobre o colono imigrante de origem alemã e italiana do Rio Grande do Sul e, principalmente, em Arroio do Tigre. Tais elementos autoidentitários são legitimados e traduzidos em uma experiência social característica, mas sofrem interferências do conjunto de relações sociais que os agricultores familiares estão inseridos, desencadeadas a partir da modernização da agricultura.

---

[2] De fato, o fenômeno cultural é diverso e complexo ou, como melhor retrata Geertz (1989, p. 39), “a análise cultural é intrinsicamente incompleta e, o que é pior, quanto mais profunda menos completa.”

[3] Não é propósito do trabalho debruçar-se numa análise conceitual sobre as categorias. Para isso, sugere-se o artigo escrito por Redin e Silveira publicado na Revista Isegoria, em 2011, intitulado *A condição camponesa revisitada: transformações e permanências*.

[4] Conforme Seyferth (2011), sobre a heterogeneidade conceitual do campesinato brasileiro, a categoria colono é uma terminologia com maior historicidade.

Nessa configuração, a definição de colono ou de agricultor familiar como objeto socioantropológico pode estar atrelada a aspectos e valores culturais, bem como derivada dos efeitos de políticas públicas. Essa definição é associada a conjunturas específicas, produto de uma construção social, identidade que se transforma segundo processos conjunturais amplamente maleáveis e mutáveis. Ainda, como melhor define Seyferth (2011, p. 5), o colono pode ser compreendido através de uma "formação camponesa transformada ao longo do tempo por mudanças sociais e culturais produzidas pela necessidade de reprodução social e pelo desenvolvimento econômico industrial dos principais núcleos urbanos, mas que, ao mesmo tempo, manteve uma certa continuidade estrutural."

O período de ocupação do território, no final da década de XIX, marca a chegada dos descendentes de imigrantes alemães e italianos às proximidades de Arroio do Tigre, trazendo um capital social derivado de suas raízes, tal como conhecimentos produtivos, saberes artesanais, práticas alimentares, modos de vida, tudo isso ligado à experiência e à cultura familiar. Nessa ocasião, o tabaco e a banha, ambos com alto valor comercial, eram considerados principal moeda de troca para produtos como café, açúcar e arroz, que não eram produzidos na região devido às características edafoclimáticas. Concomitantemente, o tabaco começou a ganhar destaque em razão da qualidade do produto, sob condições naturais propícias, como as terras férteis e pouco agricultáveis. Além disso, a mão de obra familiar abundante facilitou a propagação de um produto que logo ganhou competitividade nos mercados regionais e alçou mercados internacionais. A região que abrange a localidade de Linha Cereja teve importância na Europa, de maneira especial, na Suíça. Na oportunidade, já há relatos de agricultores afirmando que a classificação do tabaco era rigorosa, não apenas no momento da comercialização, mas após o beneficiamento, quando o produto era fermentado e embalado para a exportação. Portanto, o tabaco é apontado como uma das primeiras atividades agrícolas, juntamente com a produção de suínos e os produtos de subsistência, como feijão, milho, trigo, cevada, entre outros (REDIN, 2011). Constatação similar faz Renk (2000), ao estudar a reprodução social dos colonos da região de Palmitos, Santa Catarina, município tradicionalmente de economia rural de autoconsumo. Nesse local, inicialmente, os produtos destinados ao mercado eram mel, fumo, banha e feijão. A banha e o fumo aparecem, em ambas as regiões, centrados na lógica mercantil.

A abordagem sociológica de Bourdieu permite compreender os colonos do fumo como uma construção social, cujas percepções alteram-se no decurso histórico e diferenciam-se conforme mudanças sociais e culturais ou derivadas de intervenções estatais ou privadas. Para este trabalho, importa assinalar que a noção de colonos do fumo é opção adotada por traduzir

uma condição camponesa particular ligada às configurações étnicas, de povoamento do território, acionando um conjunto de características ligadas às formas de trabalho e organização e traz introjetado consigo um *ethos* de estratégias sociais voltadas ao autoconsumo e ao mercado, tendo, na sua base, o tabaco como atividade produtiva norteadora da economia familiar.

O objeto e o recorte metodológico desta investigação não deixam de enfocar aspectos subjetivos das famílias e da comunidade de Arroio do Tigre. A pesquisa contempla as estratégias de reprodução social dos colonos do fumo no município de Arroio do Tigre/RS. Buscou-se extrapolar as estratégias de reprodução ligadas singularmente ao setor produtivo (ciclo curto anual), pretendendo-se contemplar a unidade familiar na sua complexidade, envolvendo-se nos processos sociais de âmbito intergeracionais e de gênero, diante das mudanças, transformações, reorganizações e reconfigurações espaciais e temporais, investindo na compreensão dos aspectos histórico-culturais (ciclo longo). Nesse caso, a orientação envolve tensões/conflitos nas relações intra e extrafamiliares, conjugados com as interferências da conjuntura macro, possíveis condicionantes no universo da relação da família fumicultora com o rural, constituintes de sua perpetuação ou não. A família rural fumicultora, atualmente, ocupa uma posição central nas discussões e ações do Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, diante das deliberações da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, promulgada pela Organização Mundial da Saúde, e da Convenção das Partes (COP-5), em nível internacional, constituindo um objeto de análise contemporâneo.

Nesse contexto, configuram-se inquietações sobre as condições de reprodução social das famílias agricultoras dedicadas à produção de fumo, diante da pressão sofrida a partir de ações governamentais, que tratam de fomentar processos de diversificação produtiva, com vistas a substituir ou erradicar a cultura do tabaco. Tais ações estimulam alternativas para viabilizar a diminuição da produção de fumo sem ameaçar a reprodução social das famílias fumicultoras, segundo orientações propugnadas pela Convenção-Quadro. Assim, torna-se importante analisar as mudanças sociais desencadeadas no seio das famílias rurais que se dedicam a essa cultura, ao longo do tempo, verificando as suas formas de organização do trabalho, intencionalidades e racionalidades, que coexistem no processo de construção, reprodução e redefinição das forças produtivas e das relações sociais de produção que definem suas estratégias de reprodução social.

Nesse sentido, de maneira a interpretar esse fenômeno social a partir do contexto das práticas dos colonos do fumo de Arroio do Tigre/RS, propõe-se a investigação norteada pelo

seguinte problema de pesquisa: Quais as estratégias de reprodução social usadas pelas famílias rurais, no decorrer do tempo, em virtude das mudanças socioprodutivas no meio rural fumageiro de Arroio do Tigre/RS?

Para tanto, o objetivo geral é compreender os elementos que compõem a reprodução social das famílias fumicultoras e as experiências vivenciadas diante dos diferentes momentos do desenvolvimento rural no município de Arroio do Tigre/RS. Esse objetivo geral desdobra-se em quatro objetivos específicos, que levam em consideração os diferentes tempos cronológicos das mudanças sociais relacionadas às famílias rurais e aos processos de desenvolvimento da atividade fumageira: a) analisar os processos de reprodução social estabelecidos pelas famílias fumicultoras no final do século XIX e as primeiras cinco décadas do século XX, considerando-se as memórias de vida e os fatores de produção disponíveis (terra, trabalho, capital e tecnologia), de modo a identificar, na produção artesanal de fumo, aspectos relativos ao saber e às estratégias de sucessão geracional, visando garantir a permanência nessa atividade agrícola; b) compreender as estratégias de reprodução social das famílias fumicultoras, experimentadas a partir da modernização da cultura do tabaco e do avanço do sistema de integração agroindustrial, bem como as mudanças nas estratégias de reconfiguração dos colonos nas formas de produção e comercialização por meio da reprodução social de ciclo de curto e longo prazo configurando nas novas gerações familiares; c) analisar a produção de tabaco e a reprodução econômica da unidade de produção no atual contexto de programas internacionais e nacionais, que procuram reduzir a produção do tabaco e defender a diversificação produtiva em áreas de cultivo do produto, evidenciando as contradições e a relevância nas estratégias de investimento econômico das famílias rurais e para o município; d) investigar e analisar a dinâmica das gerações juvenis, os processos de sociabilização e sua interface com o trabalho rural no tabaco, abordando aspectos da realidade social que incentivam ou desestimulam os futuros herdeiros na sucessão familiar rural em Arroio do Tigre.

Por conseguinte, a justificativa contempla compreender que as estratégias de reprodução social de famílias que se ocupam das atividades agrícolas não constituem um tema novo, porém, ressurge como tema contemporâneo ao atrelar uma novidade: as famílias fumicultoras. Os estudos rurais clássicos, sob orientação de Kautsky (1972), Lênin (1982) e Chayanov (1974), já traziam contribuições nas configurações de trabalho, terra e mudanças nos modos de produção, sustentando teses sobre a reprodução social e as perspectivas futuras dos camponeses. De forma mais contemporânea, em 1994, uma publicação de Bourdieu populariza o que ele designou de sistema de estratégias de reprodução social. Para o sociólogo

francês, a terminologia compreende um grupo de estratégias pelas quais a família procura se reproduzir biológica, e, sobretudo, socialmente.

No Brasil, os estudos da família rural fumageira ainda são poucos. No campo teórico, o tema do tabaco foi, em boa parte do tempo, marginal nas pesquisas. Tratado como problema social, incursões na área da saúde se dedicaram a mobilizar estudos para apontar os malefícios que a solanácea traz tanto para consumidores quanto a produtores. Outros se dedicaram a analisar e vincular os problemas técnicos da produção do tabaco em relação à contaminação do solo e da água. Assim, poucas investigações deram conta de compreender a relação entre a família rural e a cultura do fumo perante as relações de reprodução social. Nesse momento, atribui-se significância aos estudos das estratégias de ciclo longo dos colonos do fumo, cujo esboço, nos últimos anos, evidencia um vazio analítico sobre as lógicas histórico-sociológicas de reprodução social das famílias rurais, em específico, as fumicultoras. Os estudos científicos gerados voltam-se, principalmente, ao produto "tabaco" e suas relações com a cadeia agroindustrial, o sistema de integração, a intervenção do Estado e um forte viés para a dimensão econômica no país e no mundo. Diante disso, ainda carecem trabalhos de cunho sociológico ou antropológico que tratam das relações entre os colonos e o tabaco, assim como a família rural em sua noção mais globalizante.

Ao optar pela compreensão das mudanças sociais, as formas de organização do trabalho, intencionalidades e racionalidades que coexistem no processo de construção, reprodução e redefinição das forças produtivas e das relações sociais de produção com fulcro das famílias rurais fumicultoras, estabelece-se uma condição *sine qua non* para os estudos sobre as estratégias de reprodução. Poucos são os trabalhos existentes que interpretam por um viés sociológico o envolvimento dos colonos com a atividade fumageira, em detrimento de uma escala espacial e temporal, levando em conta as constantes modificações introduzidas desde a produção tradicional do tabaco, passando pela incorporação do sistema agroindustrial, por intermédio de contratos de integração, para chegar até os contextos contemporâneos restritivos ao cultivo do tabaco. As reconfigurações, o contraste do avanço de pesquisas privadas na área do tabaco e de impulsos mais globais, como a modernização e industrialização do campo, deram formatos distintos ao objeto de análise.

No campo teórico, a discussão da fumicultura, nas últimas duas décadas, ficou um tanto esquecida. A discussão, aos poucos, está sendo fortemente retomada em decorrência da ratificação da Convenção-Quadro, assinada pelo Brasil em 2005, e a atual posição do país no sentido de instituir programas em prol de ações para intervir na cadeia produtiva do tabaco. Isso coloca a família rural fumicultora no centro das discussões e ações do Programa Nacional

de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco diante das deliberações internacionais definidas nos termos da Convenção-Quadro e da Convenção das Partes (COP-5), constituindo um problema social no mundo contemporâneo globalizado[5].

A imersão do Estado nessa temática causou tensões na sociedade civil, trazendo debates emergentes e conflituosos sobre a produção de fumo, que envolveu órgãos representativos do Estado, ligados à área da saúde e preservação ambiental, parlamentares, movimentos ambientalistas, indústria do tabaco, sindicatos de trabalhadores rurais e, por último e no centro dessa discussão, as famílias produtoras de tabaco. Os meios de comunicação (mídia primária, secundária e terciária)[6] publicaram diversas notícias ligadas ao setor fumageiro com propósitos de dramatizar o problema do tabaco, seja em relação às repercussões do consumo, do comércio ou da produção. As possíveis repercussões sobre a produção do tabaco, geralmente, causam incertezas e instabilidades nas atuais e futuras decisões das famílias agricultoras.

A escolha pelo estudo das estratégias de reprodução das famílias rurais que cultivam fumo no município de Arroio do Tigre justifica-se por critérios de representação na produção a nível nacional. Predomina a produção agrícola de base familiar, congregando 2.669 famílias produtoras de tabaco (AFUBRA, 2012), atingindo 90% das propriedades rurais do município, sendo este o maior produtor de fumo Burley sul-brasileiro e que movimenta, anualmente, R$ 24 milhões em Arroio do Tigre/RS. A cultura do tabaco responde por 43,8 milhões de reais no município, bem como representa 57% do valor produzido na propriedade (AFUBRA, 2010). Segundo dados da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE DADOS), em 2010, o município de Arroio do Tigre atingiu o patamar 7.250 hectares de área plantada e colhida, produzindo 12.687 toneladas.

Na safra 2010/2011, segundo dados estimados de produção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011), a cultura do fumo Virginia, em Arroio do Tigre, chegou

---

[5] Um grupo de pesquisadores da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) está, há mais de duas décadas, dedicando-se às pesquisas da cultura do tabaco, fazendo avaliações econômicas e tipificações dos produtores da Região do Vale do Rio Pardo. Na mesma linha de investigação, o Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (Deser) traz contribuições sobre perspectivas e desafios para a diversificação produtiva nas áreas de cultivo de fumo, principalmente do pesquisador Amadeu Bonato. Todos, de alguma forma, trabalham sobre as influências da Convenção-Quadro, demonstrando a preocupação do setor tabagista, enquanto atividade econômica no sul do Brasil.

[6] Conforme Baitello Junior (2001), existem três tipos de mídia, a saber: a) mídia primária: dada de forma presencial, demanda a presença de emissores e receptores em um mesmo espaço físico; configura-se como a mídia do presente; b) mídia secundária: os meios de comunicação levam a mensagem ao receptor, não necessitando de um aparato para capturar os seus significados, como a escrita, a imagem, o impresso, a gravura, a fotografia, também em seus desdobramentos enquanto carta, panfleto, livro, revista e jornal; c) mídia terciária: meios de comunicação que não funcionam sem aparelhos, seja do lado do emissor, seja do lado do receptor (apud PROSS, 1971).

a um rendimento total de R$ 56.700.000,00 e o fumo Burley a R$ 19.801.600,00, o que significa que ambas as variedades alcançaram um patamar de R$ 76.501.600,00. A produção agrícola local da mesma safra comercializada – incluindo-se, na lista, as culturas temporárias como fumo, milho, feijão, soja, leite e suíno – atingiu o valor de R$ 103.024.000,00. Os dados estimados de produção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011), apresentados no 1º Seminário Municipal do tabaco, em Arroio do Tigre, realizado em 07 de julho de 2011, apontam que a área plantada e colhida alcançou 7.250 hectares. A partir desses dados, estima-se que, atualmente, a produção de fumo, no município, representa 74,26% da renda dos produtos agrícolas locais e todas as outras atividades agrícolas comercializadas somam 25,74% da renda total. Os dados fortalecem a importância da cultura para a vida das famílias dos colonos. Nesse contexto, o destaque do município em termos de produção, justifica, em certa medida, a escolha desse recorte espacial, localizado na Região Centro-Serra. Como se apresentou, o tabaco é uma tradicional mercadoria de troca e constitui-se, no presente, uma *commodity* que imputa significativos valores nas exportações do Brasil.

Outro fato pertinente para a escolha de Arroio do Tigre para a realização do estudo de caso deve-se aos aspectos histórico-culturais dos processos de desenvolvimento agrícola da região. Em meados de 1920[7], época anterior à emancipação de Arroio do Tigre, o deslocamento de colonos de origem alemã e italiana, subindo a Serra (de Santa Cruz do Sul a Arroio do Tigre) em busca de novas terras, trouxe, além da cultura do tabaco, saberes (herdados e construídos), experiências acumuladas, valores sociais e morais, que se constituíam um mosaico de estratégias para garantir a reprodução das famílias em um novo local. Nesse sentido, esse espaço é rico no estudo da conformação social dos colonos imigrantes, que preservam suas raízes culturais fortes e arraigadas em racionalidades, concepções e percepções sobre o estilo de vida rural.

Encaminhamentos teóricos

O esforço em compreender as mudanças sociais que ocorreram no decorrer do tempo, que definem as estratégias de reprodução social das famílias rurais fumicultoras é, em certa medida, constituinte de uma relação intensamente influenciada pela conjuntura histórica, movida pela ocupação da terra e apropriação de novos saberes, pela interferência do estado,

---

[7] Nessa época, Arroio do Tigre ainda era localidade do município de Sobradinho, RS.

da agroindústria fumageira, dos atores sociais articulados, que tecem o conjunto de relações sociais do processo constituinte das dinâmicas socioeconômicas de um contexto que é local e singular, mas, ao mesmo tempo, global.

Nesta tese, a escolha dos procedimentos metodológicos levou em consideração que: a) o uso da teoria como lente reivindicatória para o conhecimento da realidade não significa uma "camisa de força" para análise dos fenômenos sociais que constituem o objeto de análise; b) o caso estudado – famílias rurais fumicultoras e suas estratégias de reprodução social – não trata de agentes imóveis e incapazes de discutir com propriedade sua própria situação; os agricultores do tabaco refletem e agem no sentido de assegurar sua permanência e continuidade, bem como possuem elementos explicativos para sua inserção na cadeia produtiva do tabaco, suas confluências e conflitos que emergem da relação social de integração agroindustrial. No entanto, são agentes sociais propensos a discursar de acordo com o contexto em que estão inseridos, às vezes, também manipulados pela circularidade discursiva e pelos boatos. Contudo, nem por isso, são passivos nem inteiramente subordinados às imposições das corporações, que definem as regras do jogo nos contratos ou, então, dos agentes sociais que propagam a substituição do cultivo do tabaco na região. Isso significa que os colonos do fumo constroem um campo de significações e também de contra-ações, que constituem e reconstituem o campo de experiências.

A pesquisa tem raiz nas Ciências Sociais e Humanas, por isso, é importante anotar o que postulam Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2010, p. 50): "A maldição das ciências humanas talvez seja o fato de abordarem um objeto que fala." Toda pessoa é ímpar e, ao mesmo tempo, fruto de relações e resultado de interações sociais. Compreende-se, desse modo, que os discursos e representações ocultam as intenções, implicitamente, posições argumentativas, o pronunciamento, visando finalidade individual ou coletiva, isto é, são consequências de suas experiências anteriores e suas ambições futuras. Nessa perspectiva, Bourdieu (1998, p, 53) assinala que: "os discursos não são apenas (a não ser excepcionalmente) signos destinados a serem compreendidos, decifrados; são também signos de riqueza a serem avaliados, apreciados, e signos de autoridade a serem acreditados e obedecidos."

A produção intelectual na área da cadeia da produtiva do fumo, às vezes, segue o que diria Latour (2001, p. 148): é uma "fabricação de artefatos discursivos". Desse modo, existem quatro grandes grupos de divulgação científica nessa temática: a) o primeiro é aquele ligado ao combate ao tabaco, cujos agentes usam de artifícios discursivos e de pesquisas voltadas na área da saúde e do meio ambiente para alertar sobre a nocividade, periculosidade e o

problema da produção e do consumo de tabaco no Brasil e no mundo. Para tanto, evocam mecanismos de intervenção que eliminem rapidamente o cultivo e/ou restrinjam propagandas, acesso e consumo do produto. Esses são acusados de opor-se ao desenvolvimento econômico das regiões e inviabilizar ou prejudicar a indústria do fumo e a vida das famílias no meio rural; b) o grupo pró-fumicultura, cujos escritos acadêmicos ressaltam como principais argumentos o desenvolvimento econômico proporcionado pela cultura do tabaco, assinalam estudos econômicos que comparam sistemas produtivos, pontuando a inexistência de atividades em curto prazo, que substituam a atividade, e sugerem calma em projetos de intervenção. Em alguns casos, a agroindústria do tabaco se apropria desses estudos ou faz pesquisas semelhantes, com o propósito de demonstrar a função social do tabaco. São, portanto, acusados de defender a produção de tabaco e posicionar-se do lado das agroindústrias de fumo; c) grupo que debate a exploração dos agricultores: envolvem escritos acadêmicos que expõem a sujeição dos agricultores à indústria do tabaco, apontando a subordinação ao sistema de integração da cadeia produtiva fumageira; e, por fim, d) grupo dos imparciais, que tentam tratar a temática na terceira pessoa, evitando demonstrar alguma posição em relação ao tema, pela complexidade e, talvez, por ser uma estratégia que tenta evitar taxações ou enquadramentos nas duas tipologias anteriores. Essa caracterização, às vezes, estabelece-se como uma camisa de força para os pesquisadores do tabaco, fazendo-os seguir um rigor metodológico legitimado, na tentativa de evitar críticas. Ao optar por uma ou outra técnica de estudo, aumenta-se o grau de taxação, consequentemente, desprestigiando o esforço e os estudos dos autores. É um campo delicado, com sucessivos ajustes e com alto grau de juízo de valor embutido. Neste trabalho, opta-se por estudar a família rural fumicultora, assim sendo, a análise partiu da perspectiva da família para compreender suas estratégias de reprodução em curto e longo prazo.

Os agricultores do fumo, na sociedade em estudo, são agentes inseridos em dinâmicos processos socioeconômicos e em permanentes relações de intercâmbio intra e extrafamiliar. Destarte, conforme postulam Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2010, p. 50), “não basta que o sociólogo esteja à escuta dos sujeitos, faça a gravação fiel das informações e razões fornecidas por estes, para justificar a conduta deles e, até mesmo, as razões que propõem”. Agindo dessa maneira, corre-se o risco, segundo os analistas, “de substituir pura e simplesmente suas próprias prenoções pelas prenoções dos que ele estuda, ou por um misto de falsamente erudito e falsamente objetivo da sociologia espontânea do ‘cientista’ e da sociologia espontânea do objeto.” (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2010, p. 50). Por isso, o contato com as famílias do meio rural, em especial, no local de estudo, foi

oportuno para o conhecimento da dinâmica, das racionalidades, dos saberes e outros elementos que só são compreendidos pela imersão profunda nos locais onde os sujeitos sociais vivem e trabalham. Os laços interpessoais, de proximidade, experiências conjuntas e origens parecidas são alguns dos subsídios que assessoram os pesquisadores munidos de técnicas qualitativas de coleta de informações; semelhanças que contribuem para a ampliação do grau de confiança entre os dois interlocutores, permitindo, assim, mais liberdade para confissões entre ambos. No entanto, toda análise pode depender da ocasião, do momento, do contexto, da cultura, do objeto, da discussão, da ação simbólica, da realidade atual como um todo.

Na ambição de estudar a família fumicultora, em suas estratégias de reprodução social, recorreu-se ao uso de conceitos sociológicos de Bourdieu para explicar as mudanças no espaço rural as quais configuraram suas relações sociais e produtivas ao longo do tempo. Para compreender a família fumicultora, recorreu-se, em certa medida, ao uso de alguns conceito-chave de Pierre Bourdieu, pois são fundamentos herméticos já consolidados[8]. As categorias que embasaram este estudo são as noções de *estratégia, reprodução social, sistemas de estratégias de reprodução social* – as quais auxiliam na compreensão do passado e do presente no rural fumageiro[9].

A estratégia é fruto de decisões tomadas em determinados contextos, influenciadas por múltiplos elementos no tempo e no espaço. A noção de estratégia[10], conforme Bourdieu (2004, p. 81): "é o instrumento de uma ruptura com o ponto de vista objetivista e com a ação sem agente que o estruturalismo supõe (recorrendo, por exemplo, à noção de inconsciente)."

---

[8] Utilizam-se os conceitos do sociólogo francês como uma lente de observação, mas isso não significa que será uma "camisa de força" para a análise dos fatos sociais de nosso objeto de análise. Aliás, a prática científica, hoje, envolve uma amálgama de paradigmas, hegemonia intelectual e legitimação de uma corrente. Posturas heterogêneas, concepções análogas, metodologias contraproducentes, uma disputa sem fim, vertente massificadora e irresoluta, concepções modernas e pós-modernas, proposições positivistas e pós-positivistas, críticas ou construtivistas, enfim, um emaranhado arcabouço de discussão sobre a ciência. Todas estão diante do mesmo objetivo: a proximidade, a busca da maior exatidão sobre a certeza ou realidade. Por onde buscar ou caminhar, qual seria o terreno menos arriscado? A prática acadêmica, hoje, tem cautela na pesquisa em terrenos "gelatinosos", evitando por demais a crítica ou despertar a ira dos cientistas. Outro comportamento que não seja a precaução, talvez, seria muito arriscado, contrariando a teoria do falseamento de Popper. O caminho mais tranquilo (com menor risco) é aquele traçado e legitimado por um grande grupo, em que o consenso é maior, os aspectos metodológicos aceitáveis.

[9] Também apropriou-se, ao longo da pesquisa, dos conceitos de campo, *habitus*, capital, *illusio* e dominação, porém, configuram-se, aqui, como categorias secundárias que interagem nesta tese.

[10] A noção de estratégia utilizada por Bourdieu destaca-se em *Coisas Ditas*. Nesse estudo, em que se debruça sobre a estratégia da sua época e realidade, o sociólogo não trata os conceitos de forma isolada, de maneira estanque ou parada no tempo/espaço. Ao contrário, suas interpretações são complexas e inter-relacionadas nos contextos sociais estudados. Por isso, é preciso analisá-las de forma cuidadosa, evitando interpretações inconsistentes e desvinculadas dos contextos sociais em análise. As noções de Bourdieu (2004, p. 79), como ele mesmo expressa, "[...] estão ligadas ao esforço para sair do objetivismo estruturalista sem cair no subjetivismo".

Em seguida, o autor decodifica que se pode recusar ver a estratégia como resultado de um programa inconsciente, sem fazer dela o fruto de um cálculo consciente e racional; e complementa: "Ela é produto do senso prático como sentido do jogo, de um jogo social particular, historicamente definido, que se adquire desde a infância, participando das atividades sociais [...]"[11]. A terminologia ganha contornos mais lúcidos em Bourdieu (1994, p. 13) no texto *Stratégies de reproduction et modes de domination*, definindo estratégia como "ensembles d'actions ordonnées en vue d'objectifs à plus ou moins long terme" ("os conjuntos de ações ordenadas com vista a objetivos de mais ou menos a longo prazo"). Com esse conceito, o autor pressupõe romper com o uso predominante de que as estratégias são conscientes e racionais, mas que podem agir com as limitações estruturais que enfrentam os agentes sociais e, ao mesmo tempo, como possibilidade de respostas ativas para essas restrições.

A reprodução social configura-se como um processo de distintos mecanismos em que um grupo ou uma sociedade reproduz a sua própria estrutura. A reprodução social está vinculada à reprodução cultural, ao *habitus*, às estratégias, em outras palavras, equivale pensá-las como um todo. Para Bourdieu (1994), é importante, na compreensão sobre reprodução social, abdicar a visão estruturalista imbricada no mundo social, em que a submissão a determinadas normas e regras institucionais resulta em uma relação de dominação. A família, atuando de forma coletiva, é o sujeito da maioria das estratégias reprodutivas, tomando como ponto de partida que a unidade familiar é construída com a finalidade de acúmulo e transmissão (BOURDIEU, 1994b) – um dos pilares da reprodução social. Nesse sentido, o autor estabelece um diálogo com Teodor Shanin, quando escreve sobre a definição de camponês, interpretando que a reprodução social da sociedade camponesa é a produção das necessidades materiais e que a reprodução dos atores humanos e do sistema de relações sociais evidenciam padrões específicos e genéricos dos camponeses (SHANIN, 2005).

O sistema de estratégias de reprodução social é, conforme Bourdieu (1994), determinado por um grupo de estratégias pelas quais a família procura se reproduzir biológica, e, principalmente, socialmente. Observa que, para se compreender as estratégias de reprodução – consideradas inúmeras e nem sempre perceptíveis –, Bourdieu (1994) sistematizou-as em classes de estratégias: a) estratégias de investimento biológicas, elencando

---

[11] Cabral (2008), um dos inúmeros críticos das noções do sociólogo francês, adverte: "Bourdieu nunca define o conceito de estratégia claramente, e a forma como o usa transporta em si problemas graves, porque carrega um forte peso teleológico."

as estratégias de fecundidade, matrimoniais, celibato, etc.; b) estratégias de sucessão, objetivando a transmissão do patrimônio familiar entre pais e filhos (herança, gerações); c) estratégias educativas, envolvendo o uso de educação e conhecimento formal (escolas), bem como a ética, que determinam o comportamento da família; d) estratégias de investimento econômica, que estão dirigidas ao aumento de capital em suas diferentes espécies, que podem envolver relações sociais, como as estratégias matrimoniais e a reprodução biológica; e) as estratégias de investimento simbólico, envolvendo o reconhecimento, as percepções, as aparências do grupo familiar, tencionando positivamente perante as pessoas da sociedade.

A reprodução cultural e a reprodução social, ambas intrinsecamente ligadas, faz o sociólogo chamar a atenção para o sistema escolar, que cumpre uma função de legitimação das desigualdades ao converter hierarquias sociais em hierarquias escolares. Em síntese, Bourdieu (2009) explica que os investimentos aplicados na carreira escolar dos filhos viriam integrar-se no sistema de estratégias de reprodução, estratégias mais ou menos compatíveis e mais ou menos rentáveis, de acordo com o tipo de capital a transmitir, e pelas quais cada geração esforça-se por transmitir, à seguinte, os privilégios que detém.

As estratégias de reprodução têm por princípio, conforme Bourdieu (2011), não uma intenção consciente e racional, mas uma disposição do *habitus*, que espontaneamente tende a reproduzir as condições de sua própria produção. Desde que dependem das condições sociais cujo produto é o *habitus*, tendem a perpetuar a sua identidade, que é a diferença, mantendo as lacunas, as distâncias, as relações de ordem. Assim, na prática, contribuem para a reprodução de todo o sistema de diferenças de ordens sociais constitutivas. As estratégias são concebidas, segundo o sociólogo, com vistas a garantir e preservar o patrimônio material e social; para tanto, usam de diferentes táticas, como o enlace matrimonial e a educação, aliado ao poder econômico sempre muito presente, preservando o prestígio e o reconhecimento ou tentando almejar posições mais privilegiadas. Nessa análise, a família é o foco central, como expressa Bourdieu[12] (2011, p. 49): “La unidad de la familia está conformada para y por la acumulación y la transmisión. El ‘sujeto’ de la mayor parte de las estrategias de reproducción es la familia, que actúa como una suerte de sujeto colectivo y no como simple conjunto de individuos.”

[12] Na versatilidade da teoria de Bourdieu observa-se, de fato, que existe uma jogada sociológica dual – de um lado, preconiza a concepção do mundo social em constante mutação e, de outro faz, um rompimento sociológico quando designa que existem certos fenômenos estabilizados ou, em parte, inertes, validados empiricamente e que são determinantes sociais. Nesse caso, as estratégias de reprodução vistas pelo sociólogo objetivam a garantia de manutenção ou melhoria da posição famílias fumicultoras nos campos onde são acionadas.

O foco das estratégias de reprodução social compreende-se pelo conjunto de práticas, pelas quais o sujeito rural ou a família rural utiliza, de forma planejada ou não, para a continuidade ou o crescimento de sua posição na estrutura social. Os agentes (famílias rurais) no campo da atividade fumicultora possuem um *habitus* que direciona suas estratégias, constituindo um sistema que envolve relações de poder e dominação, acionando diferentes capitais para manterem-se, ao longo do tempo, como unidades familiares coesas e efetivas, com o objetivo de garantir a reprodução social das famílias rurais.

O *habitus* é uma aptidão de certa estrutura social ser incorporada pelos agentes por meio de um sistema de disposições do sentimento, do pensamento, da percepção e da ação. Bourdieu (1989), ao construir o conceito de *habitus*, atribui a conjuntos de princípios e disposições relativamente estáveis, que operam no sentido de distinguir ou qualificar os grupos sociais. Em outras palavras, em Arroio do Tigre, a vida cotidiana contemporânea das famílias rurais fumageiras é reflexo do passado no que tange ao *habitus*[13], isto é, o modo de vida é produto de uma incorporação histórica que consente a assimilação do adquirido histórico.

Pierre Bourdieu expõe que a sociedade é composta por agentes sociais, indivíduos ou grupos, que incorporam um *habitus* gerador (disposições adquiridas pela experiência) que varia no tempo e no espaço. O *habitus* é um sistema de disposições, modos de perceber, de sentir, de fazer, de pensar, que levam os agentes sociais a agirem de determinada forma em uma circunstância dada. É relevante destacar que as disposições não são mecânicas nem determinadas, mas são plásticas e flexíveis. A partir dessas disposições, pode-se entender as estratégias com as quais os agentes operam. Nesse sentido, Bourdieu (2001b, p. 88) afirma que o *habitus* se forma como "estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturantes, como princípios geradores e organizadores de práticas e representações."

Nessa relação, o *habitus* está interligado com o campo. A gênese da noção de campo foi realizada por Bourdieu em *O poder simbólico*, obra em que faz menções sobre a construção da terminologia, em especial, define que campo consiste no espaço em que acontecem as relações entre os indivíduos, grupos e estruturas sociais, com uma dinâmica que segue às leis próprias, movidas sempre pelas disputas acontecidas em seu interior e que são

---

[13] Pode-se afirmar que o *habitus* configura-se como um *espelho*, ou seja, o *habitus* pode transformar e determinar uma realidade estrutural, mas a ação do indivíduo no mundo também transforma as estruturas (sociedade). Em outras palavras, como um *espelho*, na presença de uma exposição de imagens, ele as reflete de volta, podendo destoar um sentimento, uma condição da existência humana, uma espécie de dupla influência, possibilitando criar efeitos visuais reais ou apenas efeitos óticos. Refere-se ao indivíduo, mas como ele se coloca em um determinado universo social.

estimuladas no interesse em ser bem sucedido nas relações constituídas entre os seus componentes.

O campo fumageiro emerge num contexto em que ocorrem relações entre os agentes e as estruturas sociais, especificamente, com a ação do Estado como órgão regulamentador do "campo social", com a criação de leis e políticas para o desenvolvimento das instituições econômicas, sociais e culturais. Essas regulamentações legais das sociedades modernas conferem um processo geral de legitimação do *habitus* e da *reprodução social* dos agentes envolvidos nessas sociedades e suas relações. As mudanças no campo podem significar modificações nas formas de trabalho e na vida das famílias rurais, implicando influências no *habitus* e nas suas estratégias. As nuances de um universo agrícola são bastante heterogêneas em função da existência de diferentes características das famílias fumicultoras, as quais têm estratégias de reprodução social similares e, às vezes, diversas. Nesse contexto, a cadeia produtiva do fumo envolve uma gama de agentes sociais, como as famílias rurais, a indústria do tabaco, o Estado, os agentes políticos, os agentes do meio ambiente e da saúde pública e o restante da sociedade em geral.

A partir da concepção marxista, Bourdieu assume o capital econômico, que é determinado pelo de acúmulo bens (patrimônios materiais) e riquezas econômicas (dinheiro, ações, investimentos) ou, como melhor define na Revista Cult, n. 128 (2008, p. 46), além do capital econômico (renda, salários, imóveis), existe todo "recurso ou poder que se manifesta em uma atividade social".

A contribuição de Bourdieu tem por direção explicar a vida econômica das famílias rurais fumicultoras, as suas motivações e os fatores estruturais que os cercam. A *illusio*[14], em linhas gerais, explicação encontrada na obra *Razões Práticas*, publicada, originalmente, em 1994, é explanada por Bourdieu (1997, p. 141-142):

> Dicho de otro modo, los juegos sociales son juegos que se hacen olvidar en tanto que juegos y la illusio es esa relación de fascinación con un juego que es fruto de una relación de complicidad ontológica entre las estructuras mentales y las estructuras objetivas del espacio social. A eso me refería cuando hablaba de interés: se encuentran importantes, interesantes, los juegos que importan porque han sido implantados e importados en la mente, en el cuerpo, bajo la forma de lo que se llama el sentido del juego.

[14] A categoria *illusio* é um aporte teórico que se usa como categoria secundária na pesquisa, não porque é menos relevante, mas porque se considera, nesse foco, uma suplementação ou incorporação da riqueza que a experiência permite ser analisada. Em outras palavras, pode fornecer um *upgrading* no bojo das relações internas e externas do colono do fumo.

No cerne de relações família/herdeiros, agroindústria/família, Estado/família e outras que possam se estabelecer, nesse espaço social, aparentemente, estão presentes relações de dominação e poder, que têm consequências sociais da luta de classe. Nesse sentido, a noção de dominação simbólica fornece margem para pensar a realidade das famílias rurais fumageiras enquanto circunscritas numa relação arbitrária e as dificuldades desse contexto, emaranhados numa teia descentralizada e interligada no sistema integrado.

A obra *Dominação masculina*, publicada pela primeira vez em 1998, representa uma análise sobre gênero, que evidencia os elementos determinantes sobre a preponderância do homem na família e na sociedade. Como analisa Bourdieu (2011), a dominação masculina está de tal forma ancorada em nosso inconsciente que não a percebemos mais, de tal modo afinada com nossas expectativas que dificilmente conseguimos pô-la em questão.

Essa invisibilidade incorporada à cultura, aos costumes e às atitudes do indivíduo provoca certa predisposição a aceitar essas normas sociais em questão, dado que vivemos, como mostra Bourdieu (2011, p. 18) numa situação de que "a ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual ela se alicerça [...]". Tal ordem social constituída de suas divisões e, em específico, as relações sociais de dominação e de exploração podem ser verificadas entre os gêneros e dão margem para entender as formas e o comportamento das famílias rurais.

A família tornou-se uma categoria de análise consolidada no campo científico e objeto de diversas abordagens[15]. De objeto de estudo da Antropologia Clássica, a família passou a constituir-se, no transcorrer do século XX, como temática abordada pelas diferentes disciplinas das Ciências Sociais e por investigações de cunho interdisciplinar sobre saúde e educação. No campo de estudos sociais rurais, tem ocupado lugar de destaque, como objeto sociológico e antropológico, conforme se demonstra pelo clássico trabalho de Almeida (1986)[16].

---

[15] Os estudos sobre família rural no mundo que trazem contribuições significativas nas configurações das famílias rurais ou como denominam seu objeto de análise, "o campesinato", expondo um insondável debate em torno das questões de trabalho, terra, tecnologia e mudanças nos modos de produção, principalmente, nos clássicos estudos rurais, como de Karl Heinrich Marx (1985), Vladimir Ilitch Lenin (1982), Karl Kautsky (1972), Alexander Chayanov (1974). Recentemente, os estudos de Eric Mendras (1978, 2000), Eric Wolf (1976) e Hugues Lamarche (1993, 1998) trouxeram contribuições relevantes para o arcabouço teórico internacional sobre as famílias rurais. Na esteira dessas construções analíticas, os laços familiares guiam a leitura das sociedades camponesas. As variações, mesmo operando de forma dual, respaldam justamente as lógicas intrínsecas de uma forma de reprodução social no rural, circunscritas no seio de uma sociedade guiada pelo capital.

[16] De forma mais contemporânea, foram realizados estudos por Woortmann (1995), Woortmann e Woortmann (1997), Renk (2000), Mota (2008), Neves (1997), Paulilo (1990, 1998), Seyferth (2011), dentre outros. Estudos sociológicos, considerados clássicos das Ciências Sociais, remetem análises sobre a dinâmica social e

Em linhas gerais, Bourdieu (1994) compreende a família como o sujeito principal da reprodução social, operando como uma espécie de sujeito coletivo com a finalidade de articular diferentes ações de acumulação e transmissão de capital[17]. Em nível nacional, Almeida (1986) define que o termo família é um "grupo de pessoas que são vinculadas *a priori* por parentesco (2a), e que pode coincidir em parte ou no todo com uma unidade técnica (sendo necessário especificar se trata-se de co-residência, redistribuição, ou co-trabalho)." (ALMEIDA, 1986, p. 71).

A compreensão das práticas individuais ou coletivas das famílias rurais em detrimento da reprodução social no ciclo curto e longo foi analisada pela ótica das pesquisas do campesinato, entrecruzando-se com uma linha fortemente marxista, aliada à riqueza dos estudos antropológicos. Esse cenário resultou numa série de estudos na década de 1980 relacionados à produção/reprodução no rural. Existem permanências construídas e constituídas na vida cotidiana, ligadas estreitamente às origens culturais, mas também coexistem mudanças determinadas pelos processos globalizantes ou pelo avanço das pesquisas tecnológicas no rural com ímpeto produtivista e modelador nos preâmbulos da família como unidade de produção, de sociabilidade, reprodução e organização da dinâmica socioafetiva.

Com relação às estratégias de reprodução das famílias rurais, conforme Almeida (1986), existem duas maneiras de compreensão: a) estratégia de reprodução de ciclo curto (anual): envolve o estudo focalizado na lógica econômica, que resguarda a família via trabalho e consumo, e no modo de produção camponês, com a origem da família enquanto estrutura externa; a unidade familiar é visualizada no ciclo curto anual, ajustando trabalho, recursos naturais e conhecimento tradicional para contemplar o consumo familiar e com vistas a recolocar os insumos necessários ao reinício do processo, com foco no curto prazo; b)

---

produtiva das famílias rurais e suas relações com a classe burguesa, o proletário, o nobre (figuras que remetem ao urbano). Nessa perspectiva, tratar sobre o tema família rural está diretamente ligado a abordar formas de vida camponesas, modos de produção e reprodução no rural e também às relações de proximidade e reciprocidade entre a comunidade rural e suas estratégias de reprodução social individual e coletiva.

[17] No entanto, antes de prosseguir, vale uma advertência: o resgate das configurações dos processos rurais da época desses estudos, baseados em realidades muito distintas espacial ou temporalmente, não implica transpor os modelos clássicos para a realidade brasileira ou para os "colonos do fumo" do século XXI. Pelo contrário, significa usá-los como uma lente geral de apreciação, que permite transcender determinados elementos analíticos que são tributários de um campesinato que existia isolado do restante da sociedade, em formas de economia orientadas pelo autoconsumo e pela pequena integração mercantil. Atualmente, sustentar uma discussão do campesinato significa reexaminar certos dogmas já arbitrariamente reificados nas análises sociológicas, como o equilíbrio trabalho-consumo, tomadas como mecanismo regulador das decisões-ações das famílias agricultoras. Necessita-se considerar, atualmente, uma maior predisposição e inserção das famílias rurais em circuitos de mercado e a possibilidade de gerarem excedentes em relação às necessidades de consumo familiar e as trocas entre vizinhos, filhos ou parentes fora do rural.

estratégia de reprodução de ciclo longo: abarca pesquisas sobre a lógica de parentesco, tratando da maneira como a unidade familiar (ou um conjunto delas) se reproduz no ciclo geracional, isto é, como as famílias se perpetuam via nascimento, casamento, morte e herança.

Sobre a pesquisa das estratégias de reprodução camponesa, Garcia Jr. (1983), ao estudar as práticas econômicas, as origens sociais e históricas e as trajetórias dos agricultores de produção familiar em Pernambuco, observa que cada agricultor tem um leque de estratégias de reconversão que está na estrita dependência dos recursos de que dispõe e das práticas de seus concorrentes e opositores. Paulilo (1998, p. 156), referindo-se à relevância das relações familiares na dinâmica da propriedade, afirma: "a família é, para o camponês, uma unidade de produção e de decisão." O processo de decisão compõe valores como expectativas e necessidades. A expectativa da família rural envolve a espera de que algum fato desejado aconteça, como uma chuva para a produção, uma boa produtividade, uma boa renda, etc. A necessidade configura-se como uma condição indispensável para o grupo naquele momento, por exemplo, o atendimento das necessidades fisiológicas de comida, água, etc.

A condição de reprodução é dada internamente pela dinâmica da família rural e, de maneira externa, com os graus de sociabilidade, *status quo* e parcerias, no cotidiano da comunidade. Essas ações visam conduzir estratégias que forneçam segurança na manutenção de sua estrutura imobilizada e biológica enquanto forma de honrar o sobrenome da família, marca herdada com valores fortemente enraizados e construída moralmente através das gerações. Essas relações regulamentam a lógica das famílias por meio da terra, do casamento, da sucessão, da educação e dos bens simbólicos e econômicos; como diria Bourdieu (1994), compõem os fatores que assumem a reprodução das pessoas e do sistema social. Com base em Seyferth (2011), as estratégias de reprodução social e os usos de uma identidade estão associados a um princípio civilizador, cujas principais características são o *ethos* do trabalho agregado à família e ao gênero, à exploração familiar da terra recebida na forma de propriedade privada, à dicotomia rural/urbano, e a uma dupla alusão à diferença cultural, que remete a princípios de ruralidade e pertença étnica.

A literatura especializada nos estudos de famílias rurais parece chegar a considerações similares em relação ao trabalho, à terra e às relações sociais e hierárquicas na família, excetuando-se características particulares de seu objeto empírico. As mudanças sociais, às vezes, alteram, de forma rápida, os processos produtivos, mas, de forma mais lenta, os processos sociais, fortemente enraizados, readaptando-se de forma a acompanhar as transformações. Muitas vezes, calcados na concepção de que a sua não atualização remete a

um agricultor atrasado, características introjetadas pejorativamente ao longo da história rural brasileira.

Os estudos aprofundados que contemplam, analiticamente, a relação entre os produtores de tabaco e o sistema de integração agroindustrial no Brasil, de Paulilo (1990), Etges (1991) e de Prieb (2005), foram realizados, respectivamente, na região de Palmitos, no oeste de Santa Catarina; na Colônia alemã, em Santa Cruz do Sul; e, de forma mais ampla, na Região do Vale do Rio Pardo. Todos, de alguma forma ou outra, tratam da cadeia fumageira. Parte das análises dos trabalhos está centrada na relação entre o agricultor e a indústria. Essas pesquisas efetivamente preocuparam-se em trazer uma contribuição mais reflexiva do que técnica ao contexto da produção de tabaco e às condições das famílias agricultoras. Porém, ainda há vários pontos que merecem aprofundamento, em especial, nas relações sócio-históricas. De forma mais ampla e genérica, as outras pesquisas existentes não têm como foco central a família, no entanto, trazem os principais condicionantes da demanda mundial do tabaco e sua evolução recente, a produção brasileira, o perfil socioeconômico dos produtores de tabaco da Região Sul e do Vale do Rio Pardo, a organização dos produtores e da indústria tabaqueira, a estrutura de mercado e concorrência no mercado de tabaco no Brasil, o sistema de integração e as potencialidades e ameaças ao sistema de produção de fumo. Assim, as particularidades da temática na relação das estratégias de reprodução social das famílias rurais, circunscritas no contexto do tabaco, ainda carecem compreensão pelos pesquisadores sociais.

Encaminhamentos metodológicos

A modalidade de pesquisa adotada foi de natureza qualitativa, a partir de um estudo de caso[18] realizado em Arroio do Tigre. Nesse estudo de caso, recorreu-se à combinação de técnicas de pesquisa, como a análise de documentos, a observação, a entrevista semiestruturada e o questionário, com vistas a compreender as trajetórias familiares dos colonos do fumo. As estratégias de reprodução construídas pelas famílias rurais fumicultoras no município de Arroio do Tigre sustentam a delimitação desse esboço. Traçam-se diversas formas de expor a situação/o contexto em que vivem, especificando-se em números (quando

[18] Garcia Jr. (1983, p. 265), inspirado em Bourdieu (1983), sustenta que: "[...] nosso trabalho é um 'estudo de caso', porque acreditamos que fazer ciência é 'estudar casos', recortar e examinar objetos construídos".

possível), a produção, a posição dos colonos do fumo em relação à conjuntura atual e outros elementos que forneceram ou fornecem base para sua reprodução social no rural. No entanto, nosso foco principal são as famílias dos agricultores fumicultores, as relações sociais, as estratégias, as necessidades, os saberes, as práticas e as representações sociais diante das contingências para assegurar a reprodução social, todos elementos subjetivos de singularidade local (em parte generalizável; em outras, não). Essa exposição só é possível por uma análise de qualidade que está, em parte, sistematizada pelos braços e amparos da experiência vivida dos atores sociais, mas questionada pela sua própria reconstrução histórica e vinculada no tempo e no espaço.

O estudo de caso[19] foi entendido como uma estratégia que auxilia na pesquisa do fenômeno social aqui desenhado. A observação, o aprofundamento e a explicação são três elementos que influenciam a performance da investigação. Foram 31 entrevistados com falas registradas (gravadas e/ou escritas) e diversas conversas informais complementares a esse estudo. O universo da pesquisa deste trabalho foram as famílias fumicultoras do município de Arroio do Tigre, localizado no Território Centro-Serra[20] do Estado do Rio Grande do Sul, onde se efetuou um estudo investigativo de profundidade. Assim, focou-se em estudar a reprodução social dos colonos do fumo de Arroio do tigre, no entanto, conforme anotado por Geertz e, mais tarde, por Renk (2000), sabe-se da arbitrariedade dos limites administrativos do município, que nem sempre são similares com aqueles que os colonos mantêm afiliações, ou seja, a delimitação administrativa não obedece, imprescindivelmente, à das instituições religiosas, recreativas, associativas, de crédito, de comércio e outras afiliações de seus membros.

Arroio do Tigre localiza-se em torno de 248 km de Porto Alegre, fazendo divisa, ao norte, com Estrela Velha e Salto do Jacuí; ao sul, com Sobradinho; a oeste, com Ibarama; e a leste, com Tunas e Segredo. Possui, aproximadamente, 12.721 habitantes, segundo dados da Fundação de Economia e Estatística (FEE DADOS, 2011). Desse total, 5.962 (47,14%) se encontram na área urbana, e os demais 6.686 (52,86%) vivem em áreas rurais. Em 2009, o PIB *per capita* do município foi de R$ 15.776,00. O módulo fiscal de Arroio do Tigre é de 20 hectares. As principais culturas temporárias voltadas para o mercado, em ordem decrescente, são: fumo, soja, milho, feijão e trigo.

---

[19] Em uma abordagem mais positivista, Yin (2001, p. 27) afirma que "o estudo de caso é uma metodologia de pesquisa escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos, mas quando não se podem manipular comportamentos relevantes".

[20] A Região Centro-Serra é composta pelos municípios de Arroio do Tigre, Estrela Velha, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Lagoão, Passa Sete, Segredo, Sobradinho e Tunas.

Em relação ao Território Centro-Serra, Arroio do Tigre se destaca em termos de produção agrícola. Em ordem decrescente no Território Centro-Serra, no ano de 2013, o munícipio de Arroio do Tigre ocupa o primeiro lugar com 17.412 toneladas de tabaco (FEE DADOS, 2013). A característica agrícola do local, o leque de produtos e sua sobressalência em relação aos outros municípios integrantes da região conferiu, para Arroio do Tigre, o título *celeiro do Centro-Serra*[21]. Grosso modo, a área útil de produção é limitada a 60% da área total, fazendo-se uma generalização otimista, com a inclusão de áreas de declividades elevadas, capoeiras e áreas reflorestamento ou de preservação das matas nativas. As áreas de mata nativa, capoeirão e eucalipto são muito representativas em todo o território arroio-tigrense, restando, apenas, pequenos espaços para o cultivo agrícola.

Neste trabalho, a análise baseia-se em uma interação entre a abordagem histórica e sociológica para desvendar a noção das estratégias produtivas que, na época, assumiam economia diretamente ligada às trocas simbólicas e aos valores morais e éticos. *A priori*, é preciso compreender a sociologia na perspectiva de Mauss (2003, p. 336), pois "lidamos sempre com seu corpo, com sua mentalidade por inteiro, dados de maneira simultânea e imediata. No fundo, tudo aqui se mistura, corpo, alma, sociedade." Dos quatro tipos de contribuição dos sociólogos rurais – a) compreensão dos aspectos estáveis e mutáveis da sociedade rural; b) análises conceituais e construções teóricas de aplicação mais ampla, c) inovações nos métodos de pesquisa; e d) assistência na formulação da política governamental para a vida rural apontada por Anderson (1986) –, escolheu-se, como baliza norteadora para este trabalho, a primeira delas, que evoca entender os aspectos estáveis e mutáveis da família rural fumicultora por constituírem-se elementos que se misturam entre a vida da família e a reprodução produtiva, social e econômica. Como lente reivindicatória dessa construção, usa-se a Teoria de Estratégias de Reprodução, de Pierre Bourdieu, permitindo compreender os colonos do fumo como uma construção social, cujas percepções alteram-se no decurso histórico e diferenciam-se conforme mudanças sociais e culturais ou derivadas intervenções estatais ou privadas.

Os procedimentos metodológicos utilizados no processo desta pesquisa foram estruturados conforme as técnicas de pesquisa. Para a construção do trabalho, foi realizada

---

[21] Marca registrada no pórtico do município na Administração Municipal desde 2004. Anteriormente, o lema era: "*Arroio do Tigre: terra de gente com garra*", dando alusão à onça que foi morta perto de um arroio, sendo confundida com um tigre, originando o nome da cidade. O tema ilustrado no pórtico de entrada do município foi legitimado pela sociedade da região. Por outro lado, a título de exemplificação, Sobradinho é denominada a capital do feijão, porque, anteriormente à emancipação de Arroio do Tigre, a produção dos agricultores era vinculadas àquele município. Desse modo, foi registrado oficialmente, mas Sobradinho não tem mais relevância como produtora de feijão no Estado.

uma pesquisa documental como estratégia para constituição dos elementos históricos sobre os colonos do fumo na região estudada. Nesse sentido, foram usados documentos do *Caderno da Comissão Emancipacionista de Arroio do Tigre*, catalogado na biblioteca pública de Arroio do Tigre, bem como livros sobre as famílias rurais que tratam da história da Região Centro-Serra (ENSSLIN, 1992; MONTAGNER, 2003, 2005; BRIDI, 2012; NARDI, 2012). Foram usados dados estatísticos extraídos da biblioteca de Sobradinho (município mãe) (BOTTARI, 1940) e informações de jornais: Jornal Paladino Serrano (Sobradinho), Gazeta da Serra (Sobradinho), O jornal (Salto do Jacuí), Jornal do Povo (Cachoeira do Sul) e Gazeta do Sul (Santa Cruz do Sul). Além disso, também foram usadas fotografias dos arquivos pessoais dos entrevistados.

Integram os procedimentos metodológicos desta pesquisa os dados secundários, coletados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE), e da Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA), entre os anos 1980 a 2000. Os dados dessa análise (1980 a 2000) foram selecionados por corresponder aos últimos vinte anos do século XX e de acordo com disponibilidade de dados para a construção de tabelas que permitem as análises e a representação da situação da fumicultura no Brasil, no estado do Rio Grande do Sul e no município de Arroio do Tigre, RS. A partir da série histórica da produção fumageira do país, do estado do RS e de Arroio do Tigre, as informações foram sistematizadas em forma de dois quinquênios (1991 a 1995; 1996 a 2000). Nessa análise, os dados utilizados referem-se às variáveis como área plantada (ha), área colhida (ha), quantidade produzida (ton), rendimento médio (Kg/ha), valor da produção (R$ mil), conforme dados coletados. Além disso, o levantamento documental teve contribuições de informações e dados da Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (Conicq).

Neste trabalho, foi realizada a investigação com informantes-chave, inseridos em contextos históricos, que acompanharam o processo de desenvolvimento de Arroio do Tigre e região, buscando-se obter uma caracterização geral por meio de entrevistas abertas com instrutores de tabaco aposentados, educadores rurais, agricultores e agentes de desenvolvimento e reconhecimento do local[22]. Recorreu-se à pesquisa baseada centralmente na trajetória de vida dos atores rurais que compõem esta cadeia produtiva do tabaco. A partir

[22] Com a finalidade de preservar o anonimato, atribuíram-se nomes fictícios aos entrevistados em Arroio do Tigre.

do relato oral (depoimentos, entrevistas individuais, conversas informais livres), foi possível reconstituir valores sociais e produtivos da vida rural, como comportamentos, apegos, costumes, estratégias da história de cada família rural protagonista. As memórias dos agentes do fumo aliadas aos documentos históricos formam um enredo entre o falado e escrito, compondo um conjunto de experiências herdadas com a reprodução da família, além de narrar o envolvimento com as atividades agrícolas em contexto de privação rural.

Quanto à faixa etária, os entrevistados tinham, no momento da pesquisa, acima de 60 anos. Constituíram a amostra do primeiro capítulo, dois instrutores de tabaco que trabalharam na região desde a década de 50; um professor de uma escola rural, aposentado; uma mulher aposentada (filha de um dono de casa comercial no rural); dois agricultores de tabaco, aposentados; um casal de agricultores de tabaco aposentados; e um agricultor e caminheiro, que transportava tabaco desde a década de 70.

Em novembro e dezembro de 2013 e em julho e agosto de 2014, quando foi realizado o trabalho de campo, foram feitas visitas às famílias rurais, iniciando-se com uma conversa para apresentar o objetivo da pesquisa e, logo após, realizava-se a entrevista, com um roteiro semiestruturado, fazendo-se uso do gravador para o registro dos depoimentos orais acerca dos acontecimentos sociais que marcaram a ocupação das famílias rurais na região. Contudo, muitas outras informações foram incorporadas através de conversas informais em momentos ímpares, como no almoço ou em conversas em horas de descontração, como com funcionários públicos aposentados que trabalhavam como tratoristas, com comerciantes, instrutores de tabaco aposentados e jovens ativos, com agricultores de tabaco, nas festas de comunidade, nos eventos das juventudes rurais, nas canchas de bocha, nos jogos de futebol, nos aniversários de parentes agricultores, ou seja, os mais diversos âmbitos dos espaços de sociabilidade em Arroio do Tigre foram usados para construir esta tese.

A pesquisa foi um estudo de caso de caráter qualitativo (GIL, 1994, 2009; YIN, 2001; MINAYO, 2012), apoiado em experiências individuais e familiares na região e na riqueza de detalhes nas falas das pessoas. Em relação à técnica de pesquisa, a entrevista foi dirigida por roteiro semiestruturado. No entanto, o roteiro de entrevistas não seguiu um esquema rígido de perguntas do roteiro nem uma ordem em que foram formuladas, a fim de permitir aos informantes maior elasticidade na exposição dos fatos (SEYFETH, 1974; GARCIA JR., 1983). Algumas entrevistas tiveram duração acima de duas horas; outras, menor duração (entre meia hora e 1 hora); outras foram mais breves (até 30 minutos). Foi usado o gravador para registro das falas, com autorização dos entrevistados. Precavendo-se das concepções da vigilância epistemológica (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2010) da pesquisa

ao se decifrar, compreender e avaliar discursos (BOURDIEU, 1998), buscou-se uma análise da vivência empírica, mesmo reconhecendo a dificuldade de se mediarem as crenças e os valores embutidos nos entrevistados, as quais fazem parte da história da vida rural, e suas estratégias de sobrevivência; no entanto, essa mediação passa, inclusive, pela sua construção do campo social comunitário. A significação cultural, a representação simbólica dos valores morais tem construído a região fumicultora numa época de intensificação do desenvolvimento econômico no campo.

Uma parte da amostragem da pesquisa foi constituída por 16 famílias colonas ligadas à atividade do tabaco, entre elas, integram os informantes-chave. Os critérios de escolha do município de estudo e dos agricultores entrevistados foram pautados na indicação de agentes qualificados à pesquisa, além de uma amostra aleatória de acordo com a possibilidade das famílias e de sua aceitação para conceder a entrevista. Na composição da amostragem, observou-se o conhecimento prévio dos agricultores sobre o debate, com posições variadas sobre o problema da produção do tabaco no atual contexto de políticas de substituição produtiva. Em relação ao sexo, foram entrevistados dez homens agricultores, três mulheres agricultoras e três casais (o casal respondia em conjunto, de forma alternada). Em certa medida, as mulheres entrevistadas trouxeram grandes contribuições ao tema, assim como alguns homens agricultores. Grosso modo, a mulher agricultora tem uma visão muito aprimorada sobre aspectos importantes do tema, recheado de detalhes e avaliação de cenários. Algumas mulheres mais ativas fazem da comercialização do tabaco uma estratégia de reivindicação no momento da venda do tabaco. Cabe ressaltar esse fato, uma vez que vender o tabaco, historicamente, é uma função relativa ao homem, situação que ainda causa forte juízo de valor na sociedade. É um processo complexo de construção social, de relações entre gênero imbricadas na sociedade, permeado por práticas sociais e concepções de comportamento social.

Além dos informantes-chaves das famílias rurais, para a compreensão do problema social da juventude rural e da cultura do tabaco, realizou-se uma investigação quali-quantitativa, utilizando-se, como instrumento de coleta de dados, um roteiro semiestruturado, elaborado via formulário *google doc*s e disponibilizado por e-mail, sendo que responderam 16 jovens rurais, filhos de agricultores familiares que cultivam tabaco no sistema de integração agroindustrial, de oito localidades diferentes do município de Arroio do Tigre. A amostra foi composta por três rapazes e 13 moças. Trata-se de uma pesquisa de natureza descritivo-reflexiva e um estudo de caso (GIL, 2002; YIN, 2001).

Quanto à faixa etária, um jovem tinha até 12 anos, quatro jovens tinham entre 13 e 15 anos, dois entre 16 e 17 anos e nove acima de 18 anos. As famílias dos jovens entrevistados eram pequenas: três eram filhos únicos, cinco tinham apenas um irmão, sete tinham dois irmãos e um tinha três irmãos. No que tange à religião, 13 jovens afirmam que são católicos e apenas três, evangélicos luteranos. Os jovens são descendentes de famílias de colonos de origem alemã (50%), de colonos italianos e alemães (37,5%), de colonos italianos (6,25%) e um de família rural afro-brasileira (6,25%). Em 2014, quando foi realizada a pesquisa de campo, o nível de escolaridade dos jovens rurais figurava da seguinte maneira: cinco assinalaram Ensino Fundamental incompleto; três, Ensino Fundamental completo; um, Ensino Médio incompleto; três, Ensino Médio completo; e quatro, Ensino Superior incompleto.

As famílias dos jovens entrevistados dispunham diferenças em relação ao tamanho das propriedades de terra: três possuíam menos de 10 hectares; cinco, entre 11 e 20 hectares; quatro, entre 21 e 30 hectares; dois, entre 31 e 40 hectares; um, entre 41 e 50 hectares; um, entre 51 e 60 hectares. Nessas propriedades, as famílias destinavam entre um (20 mil pés) a oito hectares (160 mil pés) para a produção de tabaco. Como destacou Paulilo (1990, p. 168), "o fumo é compatível com qualquer tamanho de propriedade, exigindo apenas 2 ha de terra [...]". A condição da propriedade nessa pesquisa revelou que todos são proprietários, mas, nessa amostra, 18,75% dividem-se entre proprietário e arrendatário. Sobre a aquisição da propriedade, 31,25% foi por intermédio da compra; 56,25% dividiu-se entre parte herança e parte comprada; 12,5% foi herança.

Plano da obra

Realizadas as considerações do universo teórico e metodológico, a ordenação lógica do trabalho está organizada em quatro capítulos, que correspondem a uma ordem cronológica sócio-histórica da problematização das estratégias de reprodução social das famílias rurais, circunscritas na produção do tabaco em Arroio do Tigre.

No primeiro capítulo, *Famílias descendentes de imigrantes: terra, trabalho e tabaco*, com base na literatura sobre a história da colonização no Rio Grande do Sul, trata-se de analisar os processos de reprodução social estabelecidos pelas famílias fumicultoras no final do século XIX e as primeiras cinco décadas do século XX. No segundo, em *A modernização e a família rural fumageira*, foca-se na compreensão das estratégias de reprodução social das

famílias fumicultoras, experimentadas a partir da modernização da cultura do tabaco e do avanço do sistema de integração agroindustrial, processos que modificaram as formas de trabalho no meio rural e impactaram as estratégias das famílias rurais. O terceiro capítulo, *A família rural do tabaco: um problema social contemporâneo* ressalta a organização da atividade produtiva das famílias rurais que produzem tabaco, bem como os conflitos no campo fumageiro, o lugar da mulher no espaço social da produção do tabaco e o reconhecimento dos agricultores. No quarto e último capítulo, fecha-se o ciclo histórico com a análise da dinâmica das gerações juvenis, os processos de sociabilização e sua interface com o trabalho rural no tabaco, o que implica diferentes dinâmicas entre os jovens que permanecem e àqueles que migram. Para encerrar, algumas considerações resultantes das estratégias de reprodução sócio-históricas de ciclo curto e longo no rural fumageiro arroio-tigrense.

CAPÍTULO I – FAMÍLIAS DESCENDENTES DE IMIGRANTES: TERRA, TRABALHO E TABACO

Se quer conhecer o interior vais a cavalo e se quer conhecer uma cidade vais a pé.
(Amário Etges, agricultor, 83 anos).

Figura 2 – Foto do transporte de tabaco em Arroio do Tigre, RS, no início do século XX.
Fonte: Arquivos históricos da Comacel.

A diretriz central deste capítulo assinala que as famílias instaladas na grande região de Santa Cruz do Sul revelam uma característica peculiar que destoa da tese principal que a literatura especializada sobre a colonização do sul do Brasil aponta em relação à vinda majoritariamente de famílias camponesas e sobre a produção era quase que exclusiva para o autoconsumo. A reprodução social da família rural vinculava-se a uma produção doméstica direcionada, especialmente ao autoconsumo familiar, excetuando-se a banha, produto de alto valor comercial na época e que permitia a conservação da carne. As famílias colonizadoras, provindas de distintas regiões da Europa ─ Alemanha e Itália principalmente ─, encontraram, na região de Arroio do Tigre, um local propício à produção de tabaco, sistema produtivo pelo qual não tinham vinculação direta, portanto, não conheciam as técnicas de produção nem dominavam as condições ambientais e edafoclimáticas, ou seja, os colonos de origem europeia tinham pouco *know-how* sobre essa solanácea. Tais conhecimentos foram acumulados no decorrer tempo num conjunto de experimentações produtivas, estratégias adaptativas usadas pelas famílias rurais e também conduzidas pelas organizações do tabaco, constituindo a identidade social e produtiva do local, ou seja, a formação da região fumicultora.

Para a compreensão dessa questão, este capítulo tem o propósito de analisar os processos de reprodução social estabelecidos pelas famílias fumicultoras no final do século

XIX e as primeiras cinco décadas do século XX, considerando as memórias de vida e os fatores de produção disponíveis (terra, trabalho, capital e tecnologia), buscando identificar, na produção artesanal de fumo, aspectos relativos ao saber e às estratégias de reposicionamento das gerações, visando garantir a permanência nessa atividade agrícola.

Nesse momento, centra-se atenção para o período histórico entre a ocupação do novo território pelos colonos, com a reorganização da vida familiar e da dinâmica econômica do tabaco e suas relações derivadas, até o momento da modernização rural no Brasil, época em que emerge novo estágio para o desenvolvimento da agricultura familiar e acena-se para o declínio das casas comerciais e a centralização dos negócios nos núcleos urbanos. Após breves considerações acerca do processo de ocupação do Território Gaúcho e Centro-Serra, bem como a inserção do tabaco como estratégia produtiva criada e retransmitida pelas gerações familiares no rural central do estado, no presente capítulo, colocam-se em análise as estratégias de reprodução dos colonos em um contexto de dificuldades e incertezas na perpetuação das famílias em um novo local, em face dos riscos que se apresentavam às famílias rurais para garantir o seu próprio futuro, calcadas na cooperação mútua como resposta às peculiaridades daquele rural ainda pouco habitado.

Num primeiro momento, põe-se em foco a ocupação do território, após o extermínio da comunidade indígena pelos filhos dos colonos assentados no interior de Santa Cruz do Sul, quando o tabaco constituiu-se como produto de troca comercial. Na sequência, analisam-se os colonos alemães e italianos com seus respectivos apetrechos culturais, sociais e produtivos, que ordenam e reordenam a organização social, dirigidos por fortes convicções religiosas. Na sequência, trabalha-se a produção artesanal do tabaco, com base em trabalho braçal e equipamentos rústicos diante do desflorestamento do lote em busca de áreas novas. Ademais, trata-se, nessa incursão, o tabaco como produto mercantil responsável pela capitalização dos colonos. Por último, enfoca-se na organização social dos colonos de Linha Cereja, interior do município, por meio da criação de uma cooperativa que angariou referência mundial na produção e comercialização de fumos fermentados encaminhados para a Europa, cujo selo de certificação os colocava em condição única.

1.1 Constituição do espaço produtivo e social pelos colonos

Os registros históricos da colonização da Região Centro-Serra foram desencadeados em meados do século XVII, quando da fundação da Redução Missionária de São Joaquim, em

1633, pelo padre João Soares. Entretanto, pesquisas antropológicas realizadas pela Universidade de Santa Cruz do Sul, lideradas pelo Padre Walter Gihel, atestam a existência de aldeamento de índios na região de Arroio do Tigre e arredores, onde vestígios da cultura indígena foram encontrados, segundo informações publicadas no Jornal Gazeta da Serra, em 1997.

A região era frequentada pelos índios missioneiros dos Sete Povos, na região da Serra do Botucaraí, cuja principal atividade baseava-se no uso das riquezas naturais (coleta) e fabricação da erva-mate para sua sobrevivência. De tal modo, a suposta subordinação dos indígenas, com o aval da Igreja, aos interesses dos espanhóis e portugueses, viabilizou a acumulação primitiva, tal como definida por Marx. A ameaça aos índios não vinha dos perigos dos animais ferozes, mas do homem civilizado. Registros documentais indiciam a missão de São Joaquim como a principal responsável pelo extermínio dos índios próximos ao que se denominam, atualmente, os municípios de Arroio do Tigre e Sobradinho. Usava-se de violência brutal para a captura dos índios missionários, com o propósito de comercializá-los como escravos aos plantadores de cana de São Paulo e do Nordeste brasileiro. A missão de São Joaquim foi destruída em 1636, durante a fase do bandeirantismo de contrato, liderado pelo bandeirante Antônio Raposo Tavares. Nesse sentido, para fazer um paralelo, ainda no período colonial, Gilberto Freyre mostra com a obra *Casa-Grande e Senzala*, publicada originalmente em 1933, que a agricultura colonial era conduzida, primordialmente, pela estabilidade patriarcal da família, a regularidade do trabalho por meio da escravidão e a miscigenação de etnias. A escravidão era composta tanto por negros quanto por índios.

Os vestígios da presença indígena na região estão materializados no território, conforme aponta Montagner (2005), em forma de desenhos em peraus, panelas de cerâmica e vários utensílios indígenas, como pontas de flechas talhadas em pedra ágata, boleadeiras e machadinhos de pedra, muitos deles encontrados durante o preparo da terra para o cultivo agrícola (MONTAGNER, 2005). A conexão que se estabelece pelos escritos de Montagner, que foca na região de Estrela Velha (desmembrada de Arroio do Tigre, somente, em 1996), é comprovada pela experiência das famílias rurais em tempos de aração do solo na localidade de Linha Paleta, interior de Arroio do Tigre. As terras novas eram um local propício para encontrar resquícios da sociedade indígena, em especial, aquelas próximas ao Rio Jacuizinho. Além dos índios, os quilombolas estabeleceram-se nesse espaço territorial do município de Arroio do Tigre. Atualmente, conforme estudo de Honnef (2012), configuram-se como comunidades marginalizadas com forte atuação da extensão rural para a promoção da inclusão educacional e social de remanescentes quilombolas que vivem no rural de Arroio do Tigre. Na

pesquisa de campo, verificou-se que algumas famílias quilombolas arriscam-se na cultura do tabaco, algumas como trabalhadores rurais, outras como meeiros, outras como proprietários, mas longe do padrão tipo *ideal* de agricultores consolidados na atividade fumageira.

A imigração alemã, segundo Pesavento (1982), iniciou em 1824, enquanto a imigração italiana se desenvolveu a partir de 1875 no Rio Grande do Sul. O interesse do povoamento e da colonização dos imigrantes alemães no país, conforme explica Pesavento, estava relacionado com a colonização de áreas virgens, com a constituição de um segmento de pequenos proprietários que poderiam neutralizar o poder da oligarquia regional, além da necessidade de abastecimento interno de alimentos. Já a vinda dos italianos estava associada à necessidade de promover o abastecimento do mercado interno brasileiro, gerado pelo complexo cafeeiro, e estabelecer, no sul, núcleos coloniais bem sucedidos para servir como foco de atração à imigração estrangeira para o país.

Os primeiros colonos chegaram em cargueiros ao Rio Grande do Sul. O objetivo central do governo imperial com a emigração das famílias europeias para o Brasil foi a ocupação das áreas de floresta, as terras devolutas, declivosas e até então improdutivas, para a produção de alimentos (ROCHE, 1969; SEYFERTH, 1974, 2011; PESAVENTO, 1982). Sinteticamente, para Renk (2000, p. 73), “os motivos que impulsionaram o deslocamento dos europeus aos trópicos podem ser agrupados na tríade: em busca da fartura, da liberdade e da obtenção de terras.” O depoimento de um de nossos entrevistados reconstitui a vinda dos imigrantes para o Brasil. Agricultor e ex-orientador de tabaco aposentado (83 anos), morador rural da localidade de Linha Tigre, com grande conhecimento histórico, relata que muitas pessoas não conseguiram chegar ao Brasil, pois morreram na travessia, conforme suas palavras: “Morreram flutuando porque o navio ia pra lá, mas o vento era desfavorável e voltava lá adiante de novo. Era à base do vento.” – o entrevistado remete à perseverança para decifrar a vinda dos alemães e italianos em plena deriva no mar por incessantes noites e dias. O objetivo era a autonomia que o projeto de acumulação de novas terras poderia lhe proporcionar. Em outras palavras, era buscar autonomia do trabalho familiar em um novo continente.

Por volta de 1880, famílias de origem na Alemanha emigraram para o Brasil, instalando-se na localidade de Vila Germânia, na região de Santa Cruz do Sul, atual município de Candelária. Registros da família Ensslin apontam sua vinda para esse local em 1886. O patriarca da família Ensslin, por exemplo, na Alemanha, foi mestre curtidor e mestre tintureiro. Esses ofícios eram reproduzidos no novo habitat juntamente com as lides agrícolas que se apresentavam como um espaço de aprendizagem para as famílias. Como expressa

Bourdieu, são ações e percepções que os indivíduos adquirem com o tempo em suas experiências sociais, um *habitus*, que representa, também, um meio de agir que permite inovar ou construir estratégias para as famílias rurais se reproduzirem nesse espaço (BOURDIEU, 1989).

A reprodução social das famílias rurais imigrantes, inicialmente, foi calcada pela agricultura de autoconsumo. Após a consolidação produtiva, os colonos passaram a comercializar os excedentes de produtos alimentícios, possibilitando crescimento para aquelas colônias espacialmente melhor localizadas para o escoamento de mercadorias, como foi o caso de São Leopoldo, após a Revolução Farroupilha. Em 1870, a agricultura colonial alemã exportava produtos para o centro do país, abastecendo o mercado interno. Concomitantemente aos gêneros agrícolas exportados (milho, feijão, batata, mandioca, trigo), as colônias especializaram-se na produção de toucinho e banha, artigos de alto valor unitário, face à precariedade dos transportes na época (PESAVENTO, 1982). Nas colônias estabelecidas próximas à região de Santa Cruz do Sul, o tabaco constituiu-se como outro produto com alto valor de troca, estabelecendo relações comerciais diretas com a Europa.

Como aponta Cunha (1988, p. 190), no estudo histórico sobre a Colônia de Santa Cruz, no período de 1849 a 1881, o cultivo de tabaco não elimina a produção de outros produtos agrícolas, uma vez que a família camponesa produz praticamente tudo o que necessita, dependendo apenas esporadicamente do mercado. Por sua vez, a Lei de Terras, de 1850, aplicada a partir de 1854, e a Lei n. 304 de 1854 (versão provincial da Lei de Terras, que determina o pagamento dos lotes e dos auxílios recebidos pelos colonos) transformaram os pequenos produtores de subsistência em produtores de mercadorias e criaram, ao mesmo tempo, seu mercado interno tanto de terras como produtos agrícolas e manufaturados, condicionando os agricultores a deixar de produzir determinados itens destinados exclusivamente à subsistência e comprá-los no mercado. O colono transforma-se, assim, em agente que retroalimenta o processo que o reduz a produtor e consumidor de mercadorias; mais do que isso, depende da compra e venda de mercadorias (CUNHA, 1988). Os colonos, portanto, foram induzidos a especializar-se em produtos de retorno econômico para quitar suas dívidas e, naturalmente, reproduzirem-se no rural local. Ademais, o tabaco tornou-se um dos principais produtos mercantis, que possibilitava o giro econômico e formas de acumulação camponesa.

A Lei de Terras iniciou a regularização da terra mapeando as áreas devolutas para fins de alocação dos novos imigrantes. A Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850, define que as terras devolutas passariam para as empresas particulares e para o estabelecimento colônias

nacionais e estrangeiras. Nesse momento, ao que tudo indica, o governo privatizava o processo de colonização. A colonização privada trouxe reflexos um tanto contraditórios, pois o único traçado que os movia, como afirma Willems (1980), era o comércio de terras; constituídas com capital brasileiro ou estrangeiro, estabelecidas em moldes individuais ou sociais, as empresas de colonização não debatiam a oportunidade de introdução de imigrantes estrangeiros, todavia introduziram o maior número possível, vendendo-lhes as terras com preços majorados e tomando o sistema de colonização mais adequado a seus interesses econômicos (WILLEMS, 1980).

De outro lado, o art. 12 faz menção que o governo reservará as terras devolutas, quando julgar necessário, a) para colonização de indígenas; b) para a fundação de povoações, abertura de estradas, e quaisquer outros usos, bem como assento de estabelecimentos públicos; c) para a construção naval. Apesar das assertivas, os índios, posseiros, caboclos, meeiros, negros[23], moradores e intrusos sofreram processos excludentes devido às suas supostas incapacidades sociais, mecanismos que operaram na forma de legitimação das desigualdades sociais, fruto de um processo ditado por interesses das classes dominantes na época. Para Maestri (2001), muitos foram expulsos ou mesmo suprimidos pelos capangas do latifúndio, visto seu objetivo de legalizar as terras. De acordo com os interesses políticos, conforme Giron e Herédia (2007), a imigração estava atrelada à origem e nacionalidade, pois os imigrantes deveriam originar-se de países neutros e de raça branca, como Alemanha, Itália ou Rússia. Com isso, excluíam-se os portugueses, espanhóis, ingleses e holandeses, que possuíam possessões ao longo das fronteiras brasileiras. Os asiáticos, chineses e japoneses eram malquistos pelos dirigentes do Império, portanto, não aptos para essa missão. A seletividade dos imigrantes foi tamanha que compôs, nos textos legais, em forma de Leis e Decretos, àqueles desejados pelo nacionalismo republicano. Conforme Seyferth (2013), em análise da Lei n. 1.945, de Estrangeiros, foi uma forma de preservar a constituição étnica do Brasil, portanto, a imigração é compreendida como um processo de incorporação completa para a nova nacionalidade, cujo alicerce tradicional é o substrato ibérico – de língua, cultura e caráter.

A Lei de Terras condicionou a legalização, forma usada pelo governo nacional para sistematizar fronteiras, organizar proprietários e, por último, angariar um conjunto de terras que seriam consideradas devolutas com destino à colonização. Segundo Giron e Herédia

---

[23] Caio Prado Junior (1987) na obra *Formação do Brasil contemporâneo* assinala que a proteção da Igreja em relação aos índios dificultou seu processo de escravidão, o que não aconteceu com os negros, que não tinham nenhum aparato que resistia a sua escravidão.

(2007), a primeira área designada à colonização tinha 400 mil hectares, em uma região estabelecida na encosta do Planalto, entre os Campos de Cima da Serra e a Zona da Campanha. Outra área menor, com cerca de 100 mil hectares, foi demarcada na região central do estado do RS, próximo à Santa Maria. Para este estudo, importa destacar que a Colônia de Nova Palma (município de Júlio de Castilhos), fundada antes de 1850, possuía 4.700 hectares, e a Colônia Monte Alveme (município de Santa Cruz), fundada em 1860, possuía 196.000 hectares (GIRON; HERÉDIA, 2007). Grosso modo, dessas duas últimas colônias saíram as famílias que constituem, atualmente, a Região Centro-Serra.

As famílias estabelecidas na região de Santa Cruz do Sul, acionadas pelo ímpeto da reprodução social, subiram a Serra de Santa Cruz do Sul rumo à região de Arroio do Tigre, cujo deslocamento espacial marcou um processo de formação de novos núcleos coloniais. Ideologicamente, as famílias de colonos eram portadoras de uma cultura ambiciosa, arrojada, exploradora, aguerrida e desbravadora, simbologias socialmente construídas para atribuir, aos colonos, um *status* de guerreiro, capaz de proteger e fornecer segurança, bem como garantir a prosperidade e o progresso às famílias. As simbologias do colono imigrante[24] não apenas expressam sentidos de batalhadores, de vencedores, mas também de sofredores, comportamentos expressos como formas de honra social, cujo inimigo principal é o ambiente considerado inóspito, como as diversidades do mato, dos animais ferozes e a terra ainda pouco agricultável. Esse processo é concretizado através do desbravamento do mato à foice, machado e fogo, para abertura de "picadas" na busca de terras férteis e formação de novos povoados, propriedades e lavouras, com base no trabalho árduo, único meio para reorganizar a condição camponesa imigrante em novas áreas de colonização. Repetir a estratégia de migração, nesse momento, de forma endógena (no próprio território instalado), representava assegurar o *ethos* camponês inculcado no trabalho, na fé e na reprodução intergeracional do grupo.

A precariedade ou inexistência de estradas constituíam empecilhos, mas eram meios imprescindíveis para o desenvolvimento econômico na época. Registros históricos apontam

---

[24] Chama-se atenção, na literatura especializada da colonização no Rio Grande do Sul, a ausência da figura da mulher e das crianças nos relatos da conquista e desbravamento de terras, enquanto agentes promotores do desenvolvimento. Dito de outra forma, de acordo com o pensamento religioso e da classe dominante, ambos, mulher(es) e filhos, são descritos como acoplados ao homem, um fardo que precisava manter e carregar para transmitir seu nome para as gerações seguintes. A mulher descrita nas obras da colonização era um ser indefeso, obediente e dominado, sobretudo, estava destinada ao casamento, à reprodução biológica, à proteção do lar e deveria cumprir as funções domésticas e educativas, de menor valor simbólico. Ao homem ficavam os méritos do lutador diário, do herói, do defensor da família dos perigos da mata, a ostentação da honra e a sacralidade familiar. Pierre Bourdieu, na obra *Razões Práticas*, faz uma acirrada crítica sobre a ilusão biográfica ou autobiográfica, pois a trajetória de vida ultrapassa o âmbito da coerência quando surgem, constantemente, fenômenos como o azar, a casualidade e as oportunidades.

que a construção da estrada de Cerro Branco a Sobradinho, em 1910, impulsionou os transportes rodoviários. Na época, as condições rodoviárias restringiam-se a carretas e carroças movimentadas por junta de bois ou cavalos. O deslocamento espacial foi realizado por duas vias: parte dos colonizadores da região subia a serra via Candelária e outros, por Cerro Branco. Em 1902, conforme Bottari (1940), foi construído, à aba esquerda do Rio Carijinho (atual Sobradinho), um prédio de madeira para escritório de venda de lotes medidos. Conforme o autor, os primeiros colonos teutônicos procederam de Santa Cruz e se estabeleceram, de preferência, em Arroio do Tigre, ao passo que os primeiros colonos italianos afluíram de Dona Francisca e se instalaram na vila de São Paulo. Ao mesmo tempo em quem se formava a colonização, foram reservados sete milhões de metros quadrados de área para as necessidades urbanas e suburbanas da futura sede da Colônia.

A colonização de novas áreas, a dimensão cultural e a produção de tabaco são compreendidas como estruturas fortemente interligadas e constituintes das práticas de reprodução social das famílias rurais num novo espaço social e produtivo. As experiências sociais produzidas nesse ambiente têm se polarizado em estratégias que se resumiam a explorar, cultivar, colher, comer, sobreviver e sociabilizar. Os colonos imigrantes, recém-chegados para a ocupação do território rural, estabeleceram-se por meio de expressivo grau de coesão entre as famílias e de sentimentos calcados na fé, na religião e na identidade étnica. As comunidades rurais, construídas como polo central, norteavam a organização local mediante a construção de centros religiosos, principalmente católicos e evangélicos, do salão comunitário e da escola. As casas comerciais, constituídas por colonos empreendedores, produziam uma dinâmica coletiva e um espaço de negócios muito particulares para o meio rural.

A historicidade da ocupação e do desenvolvimento da Região Centro-Serra e, principalmente, de Arroio do Tigre, está, relativamente, inserida nas questões sobre a reprodução social das famílias rurais, da produção de tabaco e das estratégias de reposicionamento das novas gerações num contexto de mudança social. A organização social e produtiva dos colonos, comprometidos com viabilização de formas de sobrevivência em pequenos lotes de terra com relevo acidentado conduziram à produção de experiências e tecnologias artesanais alternativas, formas de cooperação coletivas, maneiras de plantar, produzir, colher e vender, que, em seu conjunto, conduziram as estratégias de reprodução social das famílias e de desenvolvimento rural.

1.2 A terra como estratégia de reprodução da família rural

As características geográficas do território foram responsáveis pela ocupação tardia, condicionada pelos incentivos do Estado aos colonos europeus. Arroio do Tigre apresentava-se marginal às picadas trilhadas até o final do século XIX, local extremamente íngreme e com intensa cobertura florestal, caracterizada, principalmente, por relevos ondulados, apresentando algumas regiões íngremes e acidentadas e ainda outras mais planas, com colinas suaves, fornecendo à região distintas conformações. As características ambientais restritivas ─ relevo com declivosidade elevada, matas, pedregosidade, solo de baixa profundidade e ácido, etc. ─ dificultaram ou atrasaram o povoamento na região da Serra Geral. Por esses motivos, grande parte dos relatos dos colonizadores alemães e italianos remete a uma memória que sacraliza a coragem e o sofrimento do processo de desbravamento e ocupação do território.

Nas palavras de Pesavento (1994), os colonos alemães foram agentes de um processo de transformação econômico-social capitalista, executores de um processo de modernização, o que lhes atribuiu reconhecimento de artífices do progresso, operosos, arrojados e perseverantes, como elementos identificadores do trabalho alemão. Nesse sentido, atribui-se, às primeiras famílias imigrantes alemãs, nas palavras de Belling (2006), a consolidação da cultura do tabaco, constituindo um produto agrícola mercantil, a partir de 1824, na Colônia de São Leopoldo, tendo se tornado uma das relevantes contribuições das colônias alemãs para a economia gaúcha. A Colônia de Santa Cruz, instalada em dezembro de 1849, foi a que mais se identificou com a atividade fumicultora, especializando-se na produção, no comércio e no beneficiamento das folhas, o que a concedeu, no século XX, à condição de Capital Mundial do Tabaco (BELLING, 2006). Em 1866, a produção agrícola fumageira da Colônia Santa Cruz foi expressiva, situação em que possibilitou a exportação de 23% (251 arrobas) da produção de tabaco (CUNHA, 1988). Dessa Colônia, várias famílias partiram em direção à Região Centro-Serra, levando consigo a cultura do tabaco para o atual município de Arroio do Tigre.

A Colônia de Sobradinho foi criada em 1901 pelo governo estadual, possuindo 25 Linhas demarcadas em lotes, que foram adquiridos pelos colonos alemães, especialmente, e italianos, em menor quantidade. O povoamento do município de Arroio do Tigre estabeleceu-se por meio dos movimentos de migração endógena no próprio estado do Rio Grande do Sul, em geral, atribuído às gerações sucessivas das famílias que chegaram da Europa (segunda e terceira geração – filhos e netos), vinculados, principalmente, à região de Santa Cruz do Sul

(alemães) e Nova Palma (italianos). Nesse sentido, Renk (2000), ao estudar a reprodução social dos colonos do oeste catarinense, em específico, o município de Palmitos, constata que a migração constituiu-se uma estratégia de reprodução social calcada no binômio deserdamento/deslocamento espacial. No entanto, vale notar, que o estudo de Renk analisou o deslocamento interestados, ou seja, grande parte dos jovens colonos saiu do Rio Grande do Sul em busca de terras novas em Santa Catarina, enquanto este estudo analisa o deslocamento espacial ocorrido na grande região do Vale do Rio Pardo, caracterizando-se uma migração endógena. Na mesma lógica, Paulilo (1998) adverte que a mobilidade é um elemento central na vida dos pequenos produtores rurais do Sul do país, pois são deslocados, contra a vontade, por guerras, recrutamentos, requisições de produtos, instabilidade de fronteiras, empresas de colonização e grileiros. Deslocam-se, ainda, por vontade própria, quando a fertilidade da terra se esgota, quando desejam reagir a situações de dominação e expropriação e quando as necessidades da família determinam (PAULILO, 1998).

A procura por terras altas e montanhosas pelas famílias italianas traduzia-se em estratégia de sobrevivência, princípios repassados de pais para filhos desde o momento do embarque. Agricultor aposentado (78 anos), da localidade de Linha Taquaral, relata a racionalidade dos italianos que desembarcaram no sul do Brasil:

> Os italianos também vieram. Muito seguro, muito criativo, muito trabalhador. Eles escolheram terras montanhosas, porque dizem os gringos velhos que têm que escolher terra que tem montanha, porque onde tem montanha tem água que corre e que é boa para tomar. Não sofre de seca, é onde dá de tudo. O que não dá de um lado do cerro, dá de outro lado do cerro. Essa foi a recomendação. Para tu ver como era triste. O pai dava um adeus depois de orientar o que vinham fazer no Brasil aonde se localizar. Então, diziam um adeus porque vieram de navio, dizer um tchau, talvez nunca mais vou te ver, vá bem meu filho. Era uma separação.

Os adjetivos usados para descrever as virtudes das famílias italianas, como criatividade, trabalhadores, seguros (poupadores de dinheiro), são uma representação social. Água é sinônimo de segurança no atendimento das necessidades básicas de comer e beber. Porém, as terras disponíveis foram as montanhosas rodeadas de mato também eram uma estratégia para se evitar a perseguição, uma estratégia para se ocultar nas novas terras – da região de Bento Gonçalves, local em que reproduziram famílias de colonos de origem italiana, com plantações de videiras para região de Nova Palma e Silveira Martins e, posteriormente, a grande região de Sobradinho, aqui, num consórcio de alternatividade e readaptação cultural entre a produção de uvas e produção de fumo em corda. O italiano tem a cultura da valorização positiva do trabalho, associando-o à honra, dignidade e identidade. Ser colono

italiano representava ser trabalhador. Trabalhar era, também, uma condição humana e uma dádiva divina.

A família Mainardi migrou da Itália para Novo Treviso, ex-colônia de Silveira Martins, aonde chegaram no início de 1886, e de onde partiram em 1890 para desbravar novas terras, chegando em Linha Guavirova, no município de Arroio do Tigre. Construíram, no local, um amplo casarão de múltiplas funções, como moradia, casa comercial, depósito de fumo e de produtos agrícolas – feijão, trigo, milho, além da banha e de outros gêneros alimentícios relativos ao mundo da colônia. Além disso, a família rural construiu uma casa, uma pequena fábrica de café – produto fundamental na colônia, que chegava em grãos (sacas), era torrado, moído e embalado para revenda em diversas localidades da região. A construção de uma pequena estação de energia elétrica, após a aquisição de turbinas e encanamentos, serviu para fazer funcionar os empreendimentos do dono e para os moradores da Linha Guavirova. Na Itália, era de família de moinheiros e, em Arroio do Tigre, construíram um moinho movido com roda d'água e, mais tarde, com uma turbina encomendada em São Paulo (MONTAGNER, 2013). Nesse caso, era uma família imigrante abastada de recursos e reproduziram, em Arroio do Tigre, um estilo de vida para atender as necessidades dos moradores da região. Na época, o uso de equipamentos e a atuação no comércio diferenciou a família Mainardi das demais famílias de colonos, que dispunham de recursos escassos para o trabalho, limitação que provocava peculiaridades nas formas de viver, trabalhar e reproduzir-se socialmente.

A família Trevisan, por exemplo, chegou ao Brasil em 1882, momento em que o governo brasileiro não mais doava terras, era preciso comprá-las. A família comprou terras a prazo em Silveira Martins e, mais tarde, em 1902, um dos herdeiros, de posse de ferramentas (foice, fação, espingarda e machado), além de alguns mantimentos, atravessou, a cavalo, o rio Jacuí na altura de Ibarama, passando por Sobradinho, e chegou próximo a um lajeado (Arroio do Tigre). Nesse local, desmatou uma pequena área, construiu um rancho de capim e plantou grãos de milho que trouxera na bagagem. Posteriormente, retornou para Silveira Martins e, em 1903, com a mulher e os filhos, fez a mudança para o local, com cargueiros puxados a cavalo. Após o loteamento das terras pelo governo, a família conseguiu fazer a aquisição da terra, mantendo-se no rural de Arroio do Tigre (MONTAGNER, 2012). Em 1922, a família Piccinin partiu da Itália, a navio, para o estado de São Paulo; embora não sendo agricultores, emigraram na "*condizione di contadinos*" para trabalhar nos cafezais. Rumou para o sul do Brasil, sendo que, em 1931, um herdeiro casou-se com uma imigrante italiana que residia em Arroio Bonito, interior de Sobradinho, onde instalou uma fábrica de móveis (BRIDI, 2012).

Nesses casos, algumas famílias reproduziram atividades não agrícolas, outras se adaptaram para atividades essencialmente agrícolas como fonte de renda, outras, ainda, intercalaram. Contudo, entre todas, existem uma similitude: não galgavam de uma especialização, necessitavam intercalar-se enquanto agricultores, carpinteiros, educadores, pedreiros, parteiros, curandeiros, etc. Desse modo, a combinação entre atividades agrícolas e não agrícolas sempre foi uma estratégia de reprodução de sua condição social, ou seja, a pluriatividade das famílias camponesas descrita por Chayanov (1974) e, mais tarde, por autores brasileiros (SEYFERTH, 1983; CARNEIRO, 1998; GRAZIANO DA SILVA, 1999; SCHNEIDER, 1999) fazia parte do cotidiano dos colonos imigrantes. As condições estruturais no novo território condicionaram a configuração da família do colono imigrante, como uma unidade de produção e consumo, caracterizando a reprodução social sob a base de uma organização econômica na região Centro-Serra. De certa forma, a relação dos colonos com o mercado era mais independente, a família rural possuía autonomia na produção, colheita, comercialização e também em seu *ethos* cotidiano. Apesar das limitações estruturais, a família possuía certa independência sobre suas atividades produtivas, não obstante fossem dependentes dos comerciantes que definiam certos critérios de qualidade e quantidade dos produtos comercializáveis.

1.3 Família e trabalho em *tempos difíceis*

Nos relatos da família Ensslin, a produção de fumo foi incorporada como uma das primeiras atividades da família, juntamente com a produção de suínos tipo banha, além do cultivo de produtos que, na época, serviam para o autoconsumo familiar. No auge da produção do tabaco, a família anota que atingiu 400 arrobas. Nessa constatação, produzem-se duas análises distintas e diferenciadas com relação à fumicultura: a) o tabaco tornou-se estratégia produtiva extremamente relevante para as trocas econômicas e os negócios dos colonizadores, mas ele foi resultado de um processo incorporado, de uma aprendizagem adquirida pela família rural, que não remetia ao seu cotidiano passado, cujo leque de saberes era totalmente distinto. Os conhecimentos dos colonos foram forjados a um contexto de novidades em todos os sentidos, de um ambiente ainda pouco conhecido, mas que requeria estratégias adaptativas para viabilizar a manutenção da família no novo contexto rural. Portanto, é uma dupla reconversão, da experiência do novo continente e da incorporação de

novos ofícios rurais; b) quando subiram a serra, os colonos imigrantes já dispunham de conhecimentos preliminares sobre o cultivo do tabaco, resultantes da incorporação de saberes técnicos (*know-how*) e da assimilação do adquirido das experiências produtivas da família e dos ensinamentos comerciantes e das empresas do tabaco. Em outras palavras, nesse caso, a vida cotidiana contemporânea do colono do fumo era reflexo do passado, isto é, o *modus vivendi* e o *modus operandi* eram produtos de uma incorporação histórica que consente a assimilação do adquirido histórico.

O estudo de Cunha (1988), sobre a fumicultura na Colônia de Santa Cruz, no período de 1849 a 1881, destaca que é a família que detinha e organizava o essencial da vida econômica da Colônia e, no seu interior, produzia os bens necessários para sua subsistência e excedentes mercantis que trocava por bens ou serviços com outras famílias. Para o autor, a família caracterizava-se por uma quase total integração de seus membros com sua exploração agrícola, ou seja, as atividades agrícolas eram guiadas, especialmente, à produção para atender as necessidades básicas de seus membros e os compromissos assumidos com o governo provincial, com destaque para as despesas de assentamento e aquisição do lote de terra.

As crises eram associadas, principalmente, às catástrofes que assolavam a região, ou seja, aos acontecimentos que estavam fora da capacidade das famílias relutarem, pois não se situavam ao alcance de suas condições. Retratos da família Ensslin, apostilado em 1992, apontam que grandes enchentes atingiram a região em 1868, 1883, 1897 e 1919, bem como infestações de pragas de gafanhoto e de ratos em 1876 e, em 1877, ocorreu uma grande seca, como apontam os descendentes da família Ensslin (1992). Tais contingências endossavam o leque de empecilhos para a manutenção no local, o que gerava maior necessidade de trabalho da família e também das crianças, visto que as dívidas coloniais ameaçavam a autonomia.

A crise na produção agrícola e a situação de penúria alimentar era uma relação diretamente proporcional ou, parafraseando Mendras (1978, p. 44), “o camponês trabalha na terra para se nutrir.” A segurança alimentar das famílias rurais dependia, basicamente, do trigo e de outros cereais; uma safra malsucedida gerava miséria e fome. De fato, a fé revigorava por situações atípicas e a religião tratava de legitimar-se nos momentos mais frágeis da comunidade rural. A nuvem de gafanhotos que atacou as primeiras lavouras de trigo dos colonos na Região Centro-Serra provocou um cenário de preocupações e, concomitantemente, um forte apego à fé, à crença e ao amparo espiritual para salvá-los dos insetos. Fazer um apelo divino, na época, não era tão somente um apelo ao fator econômico, mas um apelo à vida da família rural, à comida na mesa, à reprodução social da família. Dessa

situação, criou-se um espaço de celebração, como aponta Nardi (2012), ao escrever que as famílias rurais recorriam à fé, rezando para São João Batista, santo padroeiro da comunidade de Boa Esperança Ibarama, pedindo para que os livrasse dos gafanhotos. O desaparecimento dos insetos foi comemorado como promessa, sendo que em todos os anos é realizada a "Festa dos Gafanhotos", em honra a São João Batista (NARDI, 2012). A produção também era tributária da fé e da religião. Esse apego pode ter mudado ao longo do tempo, mas o fato é que, em pleno século XXI, boa produção de tabaco é celebrada com uma oferenda de "tabaco" dos agricultores para a Igreja. É comum padres comercializarem fardos de tabaco, que foram entregues à Igreja como doação pela boa colheita.

As condições de tráfego, além de acarretarem problemas na comunicação, dificultavam o escoamento de produção e realização de negócios dos colonos. As principais fontes de informação estavam justamente vinculadas aos caixeiros viajantes, que percorriam, a cavalo, animal com cargueiro ou carroça puxada por três cavalos. Esses agentes ostentavam o título de pessoas capazes, experientes, amigas e conselheiras dos comerciantes, pois traziam uma bagagem de informações que poderia servir estrategicamente para os negócios das famílias, em especial, àquelas que mantinham casas comerciais no rural. Do mesmo modo que poderiam ser alvo de oportunismo, a boa acolhida poderia angariar frutos daquela visita, amenizando infrutíferas negociações. A confiança, a lealdade, a dignidade, por exemplo, constituíam-se em atributos valorativos para as relações sociais, de negócio e cumprimento de acordos estabelecidos entre conhecidos na comunidade e caixeiros viajantes. Essas características constituíam a identidade social da família rural, que carregava, no seu sobrenome, uma bagagem cultural repleta de valores que se representavam uma honra a ser repassada de geração em geração. Qualquer ato que se desviasse dessas virtudes feria a tradição familiar.

Às vezes, os colonos pagavam caro pelos seus atos de dignidade quando pessoas mal intencionadas aproveitavam-se da situação. Os donos das casas comerciais (comerciantes do interior), segundo anotações da família Ensslin, substituíam as casas bancárias para financiar os agricultores. Os empréstimos em moeda sonante e adiantamentos em mercadorias eram realizados durante o decorrer do ano. Na safra, o produto agrícola era entregue ao comerciante para realizar o ajuste nas contas. Em decorrência de diversas contingências, os agricultores não conseguiam quitar suas obrigações, acumulando dívidas e ocasionando saldos negativos nos livros de contabilidade das casas comerciais. Acordos eram realizados com as famílias que tinham bens imóveis, como a aceitação de áreas de terra para zerar o déficit. Com isso, as famílias empreendedoras acumularam muitas escrituras, concomitante, aumentaram o

patrimônio, mas também acresciam os problemas de gestão de áreas distantes da sua sede. Esse fato proporcionava um ambiente favorável para que posseiros e colonos sem-terra ocupassem certos lotes, o que criava uma situação de embate entre a propriedade legal e a posse da terra. Os comerciantes acumulavam terras, resultado das intempéries climáticas, de sucessivas safras negativas ou da própria inexperiência das famílias rurais com a agricultura.

O progresso e o desenvolvimento, na época, traduziam-se, especialmente, em duas frentes: construção de pontes e de estradas, condição prioritária que conectava regiões por meio da trafegabilidade. Anotações da família Ensslin (1992) indicam que, em 1880, construiu-se a ponte no Alto Passa Sete, sobre o Rio Pardo, denominada de Ponte do Império, que ligou a região de Cruz Alta e Rio Pardo.

O colono imigrante, quando iniciava o desbravamento das matas, consolidava um discurso para provar o mérito de seu trabalho. O frio, as geadas e os animais ferozes acrescentavam às famílias mais um leque de dificuldades na reprodução social nesse local. A valentia dos desbravadores amparava-se em torno da cruz e da Bíblia. Os imigrantes que investiam esforços para o centro do estado, abrindo clareiras na mata virgem, apoiavam-se, principalmente, na fé, esfera simbólica que denotava expectativas positivas, proteção aos supostos perigos da selva e confiança de que seus esforços trariam um futuro vindouro para as famílias colonizadoras. Conforme registros da Comissão Emancipacionista de Arroio do Tigre, as cidades consideradas mais prósperas, como Caxias do Sul, Bento Gonçalves, São Leopoldo, Santa Cruz do Sul, também tiveram origem similar em torno da fé e do trabalho.

A vida social era legitimada com o início da vida religiosa no novo local. Informações orais dos entrevistados apontam que, em 1902, foi realizada a primeira missa, num galpão de madeira, conduzida pelo Padre Guilherme Muller, da qual participaram apenas seis pessoas[25]. Em 1904, foi celebrado o primeiro culto evangélico em Arroio do Tigre, pelo pastor Wilhelm Karl Osterkamp. Arroio do Tigre teve sua origem calcada na Igreja Católica, matriz fundada em 1917, que, mais tarde, fortaleceu-se numa construção de alvenaria em estilo gótico misto. Seis anos precedentes, em 1911, a Comunidade Evangélica, agrupando os teutos luteranos, criou, nessa vila, a paróquia em torno de uma capela de madeira que, posteriormente, foi edificada em bloco arquitetônico. O dossiê emancipacionista aponta que, à medida que a colonização progredia pelos altos da serra do então município de Soledade, era sempre precedida pela instalação de um oratório. O núcleo religioso formava comunidades que

[25] Na divisa territorial de Arroio do Tigre com Sobradinho, na localidade de Linha Rocinha, um monumento às margens da Rodovia RS-481 registra a seguinte menção: “Aqui, aos 23.04.1902, na casa de Pedro Limberger, o Padre Guilherme Muller rezou a 1ª missa de toda esta região do Centro Serra.”

demandavam serviços de assistência religiosa e, paralelamente, desenvolveu-se o ensino confessional, bem como se organizou a assistência médica por intermédio da instalação de um hospital e a chegada de um profissional da medicina, conforme registro da Comissão Emancipacionista de Arroio do Tigre, destacado no caderno nº 5, intitulado *Assistência Religiosa*.

Para Bottari (1940, p. 13), "a religião é a espinha dorsal do povo superense. O camponês assimilou a língua e conservou a religião – os dois elos mais fortes da unidade nacional." Vale ressaltar que a religiosidade também favoreceu a institucionalização da escola confessional, com o objetivo de alfabetizar os filhos dos colonos, indicativo do interesse dos colonos de proporcionar educação escolar aos filhos. Se, por um lado, a religião unificou a sociedade rural local e criou um cenário, que frutificou os elos simbólicos para enfrentar os desafios em um novo território, por outro, estabeleceram-se formas de controle social. A religião, nesse último caso, conforme Bourdieu (2009), exerceu o efeito de consagração, pois contribuiu para a manipulação simbólica das aspirações que tendeu a garantir o ajustamento das esperanças vividas às oportunidades objetivas e inculcava um sistema de práticas e representações consagradas cuja estrutura se reproduz sob uma forma transfigurada (BOURDIEU, 2009).

O dossiê para a emancipação procura, de forma veemente, apontar as potencialidades, as riquezas do território, o trabalho dos imigrantes, a constituição das comunidades, reforçando, justificando e potencializando as fortalezas do território e amenizando ou colocando em situação de prospecção aqueles indicativos que não possuem tamanha expressividade. Seyferth (2011), ao analisar os escritos do colono Kleine, assinala que a imagem da colonização construída nesse tipo de publicação favoreceu a ativação dos contornos épicos à vida dos diligentes colonos na selva, com repercussão nas compreensões atuais da identidade social que, igualmente, ressaltam a dupla jornada como parte intrínseca da condição camponesa (SEYFERTH, 2011).

A incessante busca de novas terras e oportunidades de trabalho, em um espaço ainda pouco explorado, foram um dos principais motivadores para as famílias investirem nesse processo de subida da serra. Marcar seu nome na história era tão importante quanto à própria eficácia do projeto. As particularidades da colonização da região são socialmente representadas pelos ensejos de conquistas, desbravamento, valentia, coragem, agremiação e celebrações que passaram a constar nos registros históricos e transmitidos de geração em geração, nas bodegas, nas comunidades, nos momentos de sociabilidade e de celebração, em qualquer espaço social. Cravar o sobrenome da família nessa terra, talvez, representasse um

projeto ficcional para demonstrar, àqueles que ficaram enraizados no estado ou ainda nos países de sua origem, o quão eles foram aguerridos o suficiente para sobreviver, reproduzir e conquistar novo território – um plano muito mais na dimensão da representação simbólica da realidade, endossando as dificuldades no momento do desbravamento, fruto de um imaginário que ressalta a forma destemida de vencer os desafios colocados em seu destino. Isso, quiçá, explique o que Tedesco (2000, p. 60) chama de "a epopeia do sacrifício".

Os primeiros habitantes da Região Centro-Serra enfrentaram, de fato, um local coberto com matas nativas, e a existência de pinheiros trazia característica particular. Os colonos, além da grande região de Candelária, procediam de colônias mais antigas, como Santa Cruz do Sul, Vera Cruz, Venâncio Aires. Talvez, possa-se vincular essas famílias a imigrantes alemães, enquanto outros, que subiram a serra da Região de Silveira Martins e Caxias estejam ligados à descendência italiana. A abertura de estradas foi uma necessidade para o escoamento da produção, que tinha trânsitos dificultados pela falta de ligação entre os territórios. O projeto de abrir a "estrada a picão" foi encampado pelos próprios colonos, com uso da sua força física e de sua mão de obra contratada. A subida da serra, através da abertura da mata, sacralizou um projeto de conexão e também fixou o nome dos idealizadores, como é o caso da Picada Karnopp, que carrega o sobrenome de família de agricultores que encamparam esse projeto. Seyferth (1974), estudando a colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim, coloca que o trabalho de construção de estradas e picadas exigia uma ausência prolongada do colono, sendo realizada de forma coletiva, na qual o chefe da família deixava algumas roças plantadas aos cuidados das mulheres e filhos menores, ausentando-se até a época da colheita (cerca de três meses). Esse trabalho era remunerado e o colono recebia a madeira do trecho que lhe era atribuído, usando sua força de trabalho e ferramentas próprias (serra e machado), além de precisar obter sua própria alimentação. Conforme Mafroi (2001), a derrubada da mata, a construção da casa e o trabalho nas estradas foram atividades essenciais dos colonos nos primeiros tempos no Rio Grande do Sul, sendo que a remuneração desses trabalhos comprava o necessário para o sustento da família e para o trabalho agrícola.

A mobilidade espacial dos colonos demonstra que suas estratégias eram flexíveis e altamente móveis; eram agentes ativos em busca de mecanismos de reprodução social que os colocasse em condições de superação das agruras que a natureza lhes colocava como empecilho. Em um eterno confronto com a fauna e a flora, as famílias rurais adotavam diferentes estratégias em diferentes momentos, um câmbio entre as atuações produtivas, os negócios e as formas de sociabilidade, elegendo prioridades, enfrentando as reversões dos seus próprios atos e o descaso do poder público para fornecer melhores condições. Assim, as

famílias rurais estabeleciam um verdadeiro cenário de luta cotidiana, de luta pela sobrevivência.

O sistema de desbravamento, de abertura de novas terras e trabalho na agricultura, exaltado, na época, pelos descendentes dos imigrantes, atualmente, pode ser avaliado como rudimentar e ambientalmente agressivo à natureza. A derrubada das matas, as queimadas para "limpar a roça" e o uso do arado de aiveca mostraram-se, ao longo dos anos, como técnicas que contribuíram para a erosão do solo e degradação ambiental. Porém, nas condições em que se encontravam, nos saberes e nas ferramentas disponíveis, aquelas práticas produtivas eram as estratégias encontradas pelos colonos para se manterem na terra. Em sua avaliação, os resultados eram positivos, pois garantiam a reprodução social da família rural. Entretanto, no seu imaginário, essas técnicas sedentarizam-se como algo corriqueiro, de tal forma que o passado justifica as ações do presente, uma vez que tais ações sempre foram realizadas, não obstante, atualmente, enfrentem grandes resistências, por exemplo, em relação à política ambiental e suas implicações. Esse processo internalizado na vida cotidiana rural provocou uma forma de posse privada da natureza, em que tudo pode para viabilizar economicamente o desempenho das propriedades rurais. Evidentemente, na época, a vida social e produtiva era repleta de situações difíceis, desencadeadas pelas condições rústicas do trabalho, do deslocamento, da comunicação e da sobrevivência, além das reflexões das guerras que amedrontavam as famílias, que, mesmo distantes das regiões centrais, sofreram resquícios dos embates civis, como a coibição do idioma alemão, como será tratada na próxima seção.

1.4 Colono alemão e italiano: aspectos culturais, sociais e produtivos

A origem étnica alemã e italiana na literatura especializada do colono no sul do Brasil tem polarizado uma representação social do tipo ideal dos colonos. Existe, na verdade, uma série de generalizações, algumas carregadas de alto teor ideológico, primeiro, por estarem enraizados nesse contexto social e escreverem sobre a luta e o desbravamento dos colonos nas terras novas e, segundo, com intuito de legitimar a ação gloriosa de colonos que lutaram e estabeleceram um novo dinamismo social e econômico, redefinindo os espaços que, até então, eram cobertos pela mata e, nessa perspectiva, uma região sem contribuição à sociedade. Destacam-se, principalmente, os escritos e os registros das famílias de posses, letradas e com certo capital cultural, geralmente, famílias que exerciam um domínio social e econômico e

que registravam, em livros, a história para os seus descendentes. Essas obras estão recheadas de contos glorificantes, de máxima exaltação, palavras que rementem a situações peculiares, difíceis e de como essas famílias conseguiram se distinguir, ou seja, manter e/ou aumentar seu patrimônio num mundo repleto de restrições e desafios. É sob esse prisma que os colonos são exaltados, negligenciando-se a história dos sujeitos ocultos ─ descendentes de índios, portugueses, espanhóis, negros, dentre outros grupos étnicos─, que não fazem parte dessa miscigenação cultural. Assim, a história do Rio Grande do Sul parece estar dividida num sistema binário de pensamento, ou seja, entre a história dos colonos imigrantes e a história dos gaúchos – eliminando-se um terceiro agente, o índio, uma "raça" à qual não se atribuem êxitos sociais, pois a história, talvez, tenha sido contada pelos colonizadores. Portanto, mais que uma estratégia de legitimação, esse viés discursivo dicotômico é parte constituinte do imaginário social que diferencia os grupos sociais no estado gaúcho, inclusive, na literatura especializada. No estudo sobre a nova cidadania alemã, Gertz (1994) faz uma crítica a generalizações totalizantes, justamente, enviesadas pela própria amostragem dos entrevistados, realizadas por pesquisadores que não tinham conhecimento direto da situação, pautadas na dedução lógica ou no ato de "ouvir falar".

O povoamento rural de Arroio do Tigre formou-se, principalmente, pelos núcleos de alemães e de italianos. Ambos carregam consigo valores que influenciam, contagiam e racionalizam atitudes, comportamentos e decisões na família, na produção e na sociedade local. A materialização da cultura é expressa na construção de igrejas, casas, monumentos e espaços de sociabilidade, marcados pelos traços das etnias. A expressividade da cultura alemã, em nosso local de estudo, convoca a um reordenamento das forças sociais e produtivas, mantidas de geração em geração, já readaptadas pelas famílias ao subirem a serra. Alguns traços identitários esmoreceram, outros afloraram, outros, ainda, foram reinventados. A religião, o parentesco e, sobretudo a etnia formavam laços que teciam as relações econômicas, as trocas e a constituição do modo de vida colonial.

No local de estudo, famílias de religião protestante também foram responsáveis por dinamizar a economia rural. Essa ética religiosa coordenou as ações das pessoas protestantes. Arroio do Tigre foi, historicamente, povoado por famílias vinculadas à religião protestante; outras, vinculadas à luterana e, atualmente, prevalece a católica. Em certa medida, o local evidencia, ao longo da história, uma parcela de agricultores consolidados, devido ao trabalho em atividades produtivas integradas, como o caso do tabaco, do leite e da suinocultura, atividades que exigem disciplina e dedicação. A relação histórico-cultural e as carências da época condicionaram os agricultores unir-se, em 1920, para a formação de uma cooperativa

na região (COMACEL), agrupamento estimulado, principalmente, pelos alemães. A imersão de católicos em localidades povoadas por alemães protestantes forçou os primeiros a adequarem-se à ética religiosa, concebidos no local, conforme regramentos econômicos (a troca ou doação, característica dos católicos, não é bem recebida pelos protestantes, que valoram as transações orientadas pelo capital). Outra característica saliente que envolvia os fiéis da Igreja Luterana era a destinação dos sábados à tarde, como espaço de tempo divino, momento em que abdicam do trabalho e retomam no domingo pela manhã. No entanto, essa prática religiosa tem se alterado nos últimos anos.

O posicionamento de normalidade não é algo novo, mas construído pela aceitação de regras e crenças partilhadas e pela incapacidade crítica de reconhecimento do seu caráter arbitrário (BOURDIEU, 1989), perpetuado de geração em geração pela família rural na vida social e produtiva. A percepção de mundo é formada conforme os ensinamentos dos próprios agentes, constituindo-se um elo entre o que ficou e o presente, elementos que acaudilham a formação de uma sociedade rural, com valores que, na época, assumiam condição prioritária em qualquer ato social. A honra, medida pela postura do homem rural valente, retratada na figura do bigode, constituía-se nas formas de respeito aos acordos. Os acordos informais estabelecidos entre os colonos e negociantes eram acordos com valores extremamente arraigados e com forte enraizamento social, cuja quebra poderia ser resolvida pela força física ou pelo enfrentamento com armas de fogos.

A forte presença étnica também é uma barreira para novos contratos do sistema de integração no rural fumageiro. Existem diferentes formas de abordagem dos colonos do fumo, de acordo com a procedência da família, seja ela de origem alemã, italiana, portuguesa, negra, etc. Um orientador de tabaco aposentado (78 anos) esclarece como eram realizados os contatos com os agricultores: “Sempre procurava saber a origem da família. O brasileiro tinha uma forma de tratar. O brasileiro se tu chegava alegre, cumprimentava e o abraçava, tinha tudo com ele. O alemão já era mais desconfiado. Para tu chegar na casa dele, você tinha que chegar lá, arrodear primeiro a casa, achar bonito o que ele tem, nem que era porcaria, mas tinha que conquistar ele por ali. E quando ele dava confiança para a gente, aí entrávamos no negócio.” Os orientadores do tabaco, na segunda metade de século, já eram capacitados e instruídos pelas empresas do tabaco na seleção dos colonos. As orientações configuravam-se, resumidamente, em dois pontos circunstanciais: a) conhecimento da família: envolvia os saberes que a família rural possuía sobre o tabaco; b) a capacidade da família: os recursos que a família tinha disponível para trabalhar na atividade do fumo. Os orientadores faziam pesquisas com vizinhos, com colegas de trabalho, com viajantes, entre outras pessoas da

comunidade, em suas cavalgadas para visitação dos agricultores. Em outras palavras, muniam-se de muitas informações preliminares sobre a família rural antes de estabelecer um contato ou, nas palavras do orientador aposentado, “tudo tinha primeiro que pesquisar. Daí que a gente percebia se podia ou não podia fazer um negócio. Mas era tudo uma malandragem que a gente tinha que usar, como se diz: malandragem no negócio.” Negócio e malandragem são termos que legitimam a percepção das empresas sobre as famílias rurais que potencialmente produzem fumo. Diante disso, usam estratégias comportamentais e discursivas para integrá-las a sua empresa, as quais envolvem conhecer profundamente o comportamento étnico das famílias rurais.

Das raízes étnicas, dado o contexto produtivo, aos italianos, suponha-se que, geralmente, são produtores de fumo de corda; aos alemães, o fumo de cor. O contexto social de reordenamento da cadeia produtiva do tabaco tem estabelecido novos padrões, referindo-se, aos alemães, como produtores de tabaco tipo Virginia, enquanto os italianos dedicam mais atenção ao fumo de galpão. Nessa linha argumentativa, ajuda-se, em algum grau, a entender as práticas da família rural colonizadora em relação às opções produtivas. A conservação de traços culturais aparece como fator de defesa identitário, representando aspectos de separação e demarcação produtiva. A miscigenação cultural, a incorporação de novos traços sociais e produtivos, em outras palavras, o alemão produzir, também, tabaco de galpão e o italiano produzir, também, o tabaco Virginia representa uma mudança social.

Tanto na Europa como no sul do Brasil, a religião foi partícipe central da vida cotidiana da família rural. Tal como expressa Fukui (1979, p. 69), a partir do estudo de uma comunidade camponesa em Laranjal, São Paulo, vive-se “em função do ritmo de trabalho do campo e do calendário religioso”. Em Arroio do Tigre, a religião se arquiteta em torno da Igreja e do salão comunitário, constituindo em importantes espaços de sociabilidade. Como de praxe cultural, organizam-se jogos de damas, bolão de mesa, tiro ao alvo e jogos de bochas. Os festejos religiosos constituem-se em uma relação de pura reciprocidade, dádiva e celebração. A comunidade organiza, prepara, recolhe contribuição em forma de dinheiro ou produto, com a finalidade de fortalecer o centro religioso. A família prepara-se para o dia como um momento santificado, expressado na religiosidade, nas festividades, nas comilanças e nos momentos de congregação. Para esse dia, tudo se justifica em auxiliar a Igreja, portanto, um gasto a mais, uma doação, em outro momento, considerada exagerada pela condição da família é percebida como uma oferta. Nas palavras de Bourdieu (2009b, p. 46), “a religião exerce um efeito de consagração”. Assim, em Arroio do Tigre, quando há uma boa colheita, um ano agrícola livre de intempéries, a família rural coloca-se no dever de agradecer em

forma de oração e em forma de alguma oferenda econômica para o centro religioso. Quando a questão é religião e comunidade, a ajuda mútua, as ações solidárias são sempre avaliadas como positivas e bem conceituadas pelo grupo rural e pelo agente cristão (padre ou pastor).

Também, é nesse espaço social que se legitimam as posições sociais das famílias rurais. Como diz Tedesco (2000), ao estudar os colonos da Região do Alto Vale Taquari, a capela é um lugar em que as noções de rico, pobre, trabalhador, vagabundo, honesto, temente a Deus, solidário, confiável, entre outros, recebem conotação material. De tal modo que, conforme o autor, honra, terra, afetividade, disposição para o trabalho são requisitos sociais, vividos e concebidos individualmente, porém, legitimados no âmbito comunitário.

1.4.1 A infância e a escola na construção social dos valores familiares

Os valores da família rural são resultados de um feixe de condições materiais e simbólicas acumuladas no percurso da educação familiar, são valores morais e éticos adquiridos em interação social com as regras estabelecidas pelo patriarca da família e de suas lições internalizadas, repassadas de geração em geração. Desde cedo, o trabalho das crianças é considerado essencial para a formação de valores morais e cidadãos, concepção singular da família, que compreende a socialização como um ato de disciplina para apreensão do bom comportamento e das normas sociais e éticas. Isso também promove a transmissão dos conhecimentos necessários à profissão de agricultor, ao fornecer espaços e situações de aprendizagem, valorização do trabalho rural e do modo de vida, formando, na visão da família, descendentes que, acima de tudo, carregarão o sobrenome da família cuja tradição precisa ser mantida. Fukui (1979), em análise da concepção de infância e da imagem da criança pelos moradores de Laranjeiras, em São Paulo, destaca que as relações pais-filhos são marcadas pelas responsabilidades da criança e aumentam com a idade, sendo que o rito de passagem que marca o fim da vida infância e da entrada da vida adulta constitui-se no acesso à propriedade, dos instrumentos (enxada e facão) para o trabalho na roça com o dever de ajudar os pais em troca de casa e comida (FUKUI, 1979).

A transmissão desses ensinamentos era baseada em regras severas de educação e comportamento, estabelecidas numa relação *top-down*, de supremo respeito à hierarquia familiar. A escola faz o papel de reproduzir e auxiliar na consagração das referências culturais, orientação religiosa, costumes e regras de bom comportamento social. Não obstante,

as instituições, como a família, a Igreja, a escola e o Estado, secularizam-se como os principais agentes de perpetuação da herança cultural, dos discursos classistas ou da internalização e reprodução das normas orientadoras do comportamento dos agentes na sociedade.

A disciplina escolar era comandada sobre forte violência simbólica e física. Nas palavras do professor aposentado, quando ainda aluno, afirma: “Era educação tradicional, onde o professor usava o cacete, a vara, a régua. Era por ali, mantinha o respeito e a autoridade. E os pais estimulavam isso. Davam todo o apoio e o direito para o professor bater. Eles não conseguiam, às vezes, em casa manter a ordem. Até o professor ajudava na escola. [...] Mantinha na base da ameaça, do pau, como se diz, para acalmar a turma e segurar eles”. Sob tais condições, a escola rural dava continuidade à sociabilização, reprodução cultural e formação de caráter dos filhos dos colonos. Por outro lado, a forte repressão do professor com a aplicação de castigos físicos (ajoelhar em grão de milho ou em tampinha de garrafa, ficar com o rosto para a parede atrás da porta, receber reguadas nos dedos, etc.) poderia ser um estímulo ao abandono da escola, aliado à dificuldade com os estudos e à distância do trajeto escolar realizado a pé ou a cavalo. A hierarquia social e a reprodução do ensino no contexto escolar, calcado em métodos baseados na memorização e na extrema obediência, assegurava que a disciplina era, antes de tudo, mais relevante que o próprio ensino. Condição que deixou muitas famílias rurais no analfabetismo funcional.

A escola, para os alemães, exercia a função de repassar o acervo cultural acumulado e readaptado na sucessão das gerações. Escola e Igreja eram duas instituições que os colonos alemães mais reivindicavam perante o Estado. Segundo Willems (1980), os colonos germânicos procediam de uma cultura em que a comunicação estava atrelada, em grande parte, ao conhecimento da escrita. As escolas de alfabetização na Alemanha exerciam uma função fundamental da perpetuação cultural, cujo país tratava de prover escolas públicas e gratuitas. Na colônia de São Leopoldo, a reinvindicação dos imigrantes alemães para a construção de escolas e de professores era constante, mas nem sempre atendida pelo poder público. Os imigrantes alemães destacaram-se, conforme Kreutz (1994), na organização de escolas comunitárias no Rio Grande do Sul, praticamente extirpando o analfabetismo em mais de mil núcleos rurais já na década de 1930, criando e consolidando uma estrutura mais ampla, que envolvia um projeto das comunidades capitaneadas pelas igrejas católica e evangélica (KREUTZ, 1994).

Os colonos, quando chegaram ao Brasil, não estavam dispostos a esperar uma ação da província, reflexo de uma vagarosa e nítida despreocupação com a educação. Então, as

famílias criaram suas próprias escolas e contrataram educadores, fato que aconteceu na primeira Colônia de São Leopoldo, depois se reproduziu na região de Santa Cruz do Sul e, no local de estudo, Arroio do Tigre. Realidade diversa aconteceu para os italianos. Para eles, a lide agrícola envolvia atividades de força física e atenção sobre o sol, a lua, o clima, as árvores, os pássaros, a terra e a comunidade, o que se poderia adquirir por meio da experiência, da prática da agricultura. Nessa perspectiva, os colonos alemães estavam mais preocupados na reprodução da sua estrutura social e na transmissão do capital cultural e simbólico do que os italianos. Esse fato, talvez, explique a perpetuação da língua alemã atualmente em detrimento de um esquecimento da língua italiana no rural estudado. Configura-se, assim, uma estratégia de reprodução social da família rural em longo prazo, ou, nas palavras de Bourdieu (2011), as estratégias educativas tendem a produzir agentes sociais dignos e capazes de receber a herança do grupo. Por outro lado, os italianos apegavam-se, em especial, à transmissão oral do conhecimento; esse descuido aos estudos e o forte apego ao trabalho, quiçá, em seu imaginário social, poderia preservar seus costumes. Nesse sentido, podem-se estabelecer analogias com o trabalho de Thompson (2005), em estudos sobre a cultura plebeia, em que afirma que a educação formal ainda não se inseriu de forma expressiva no processo de transmissão de geração para geração, que os costumes são práticas e normas reproduzidas lentamente e as tradições se perpetuam, em grande parte, mediante a transmissão oral ao longo das gerações.

Apesar da presença da instituição escolar no espaço rural, a educação era limitada em suas distintas dimensões. O educador era um agente da comunidade, geralmente, aquele que tinha mais habilidades com as letras ou, às vezes, com alguma vinculação religiosa. A estrutura física da escola não comportava uma separação de séries, portanto, a prática de classes multisseriadas era recorrente na realidade em questão até o final da década de 1990. O professor rural aposentado, 61 anos, da localidade de Vila Progresso, apresenta o contexto escolar: “O professor tinha cinco classes dentro na mesma sala. E ele mantinha o domínio de todas as turmas. Me lembro: eram em torno de 60 a 70 alunos na mesma sala, numa sala grande [...]. Dava atividade para cada um, atendia e corrigia e, era assim.” Existia uma dupla pressão em relação aos estudos: de um lado, a comunidade chamava atenção para que as famílias rurais colocassem seus filhos na escola; de outro, exercia-se uma pressão recorrente da família sobre os filhos para auxiliarem nas atividades agrícolas, com a finalidade de somar esforços na garantia da sobrevivência da família rural. A família buscava sempre o uso de todos os “*braços*” disponíveis para o trabalho rural, enquanto a escola lhes retirava

parcialmente. Em alguns casos, a escola era a culpada pelo não avanço do serviço rural e, de outro, era responsável pela disciplina dos filhos.

O depoimento do agricultor e orientador de tabaco, aposentado (78 anos), residente na localidade de Vila Progresso, interior de Arroio do Tigre, destaca que as condições da época eram "bastante atrasadas. Tinha muita pouca gente que mandava estudar os filhos." Os estudos dos filhos eram atrelados à decisão ou visão de mundo dos pais. Essa influência familiar, aliada ao baixo rendimento escolar, condicionava o abandono dos estudos escolares. De outro modo, os filhos considerados inaptos para o trabalho árduo da roça eram orientados ao estudo. As palavras do professor rural aposentado, 61 anos, da localidade de Vila Progresso, salientam o baixo nível de estudo no rural e sua inaptidão ao serviço rural, que o levou a ser educador apesar do apego ao trabalho rural: "Em geral, os filhos não estudavam. Faziam no máximo a 5º série, e daí paravam e trabalhavam na roça. Eu, por um problema de saúde, na época, minha mãe ficou com pena e disse: 'tu vai ter que estudar pra poder sobreviver, que na roça não pode trabalhar, se defender na vida.' Foi por aí que me levei pro estudo." Esse fato não implicou abandonar o rural, pois continua, após aposentadoria, na lide agrícola.

O preconceito racial e a divisão de raças foram fatores que predominaram por longas décadas no campo escolar e também no cotidiano rural. A comunidade evangélica alemã possuía uma escola particular no rural de Arroio do Tigre e endossava esse preconceito em relação à criação de novas escolas públicas, com o argumento de que não queriam se misturar com os negros. O preconceito racial é fortemente mencionado nos relatos orais dos entrevistados: "Hoje, existe gente que não aceita, assim, por exemplo, as comunidades se juntarem com certo tipo de gente. Eles ainda hoje. Nós temos gente que são racistas. Esses velhos, se tu encontra esses velhos da minha idade por aí, ainda tem algum que é bem racista, é bem capaz de não te receber se você não fala em alemão." Esses conflitos interétnicos prevalecem historicamente, mas, atualmente, não explícitos publicamente.

1.4.2 Os espaços de sociabilidade e os casamentos rurais

Os bailes comunitários eram decorrência da organização societal rural, mas esses eventos eram regidos sob as mais rígidas regras e honrarias, que se expressavam desde os trajes até as condutas do homem, da mulher, da moça e do moço. Enfim, eram acontecimentos

que favoreciam encontros dos possíveis pretendentes, da constituição de novas famílias. Apesar de um espaço de lazer e entretenimento, a conduta extremamente regrada precisava obedecer a uma cultura de respeito à mulher e aos bons costumes, e ao controle sexual dos rapazes e moças. Como conta os entrevistados, a moça não podia negar uma dança, caso não estivesse acompanhada. Após concedida a dança ao rapaz, ela estava livre da obrigação. O rapaz deveria ter um comportamento condizente, cuja formação de pares, no salão, estava restrita à conduta das mãos dadas. Algumas famílias permitiam o beijo na boca somente próximo ao casamento. As relações íntimas eram mantidas, exclusivamente, após o enlace matrimonial. Também existiam aqueles que fugiam à regra, sendo o casamento antecipado em decorrência do ato precipitado.

Os bailes eram realizados nas próprias casas dos moradores, começavam no entardecer, logo após o pôr do sol. Ao longo das "noitadas", era servido café, pão, linguiça e até galinhada para alimentação dos festeiros. Os bailes rurais eram raros, mas com presença massiva da comunidade local e de comunidades vizinhas (MONTAGNER, 2003). Os espaços de sociabilidade da comunidade rural eram restritos e delimitados, sendo rigorosamente respeitados no calendário anual, excetuando-se casamentos, aniversários e batizados. Além dos bailes, considerados eventos sociais de ostentação, os finais de semana eram limitados às práticas religiosas ou ao campo de futebol, onde aconteciam os jogos dos homens. As moças prestigiam o evento esportivo, sempre acompanhas das famílias. Famílias extensas propiciavam times de futebol de campo com certa facilidade, sendo o campo de futebol, também, um espaço para vislumbrar um futuro namoro no meio rural. Os namoros, controlados tanto pelos pais quanto pelos familiares e pela sociedade, eram uma estratégia, antes de tudo, de sucessão do nome da família e, *a posteriori*, do patrimônio, pois o elevado número de herdeiros convocava-os a usar de estratégias de seletividade de herdeiros para garantir a reprodução social da família rural.

A constituição de novas famílias exigia a formação de uma nova unidade produtiva. Geralmente, os casamentos eram formalizados tanto no registro civil quanto no religioso, e o novo casal ficava um ano com a família até construir sua casa e ter sua própria terra. Soletra o ditado rural: "antes o ninho, depois o casamento". Nas palavras de Woortmann (1990), a terra é a ratificação da descendência, e o casamento é o método que a reproduz, é o domínio do parentesco, tornando o alicerce imprescindível da reprodução social, pois a terra garante a integridade e proporciona a manutenção da família no campo acoplado ao trabalho (WOORTMANN, 1990). Em relação à terra, constatação similar faz Renk (2000, p. 219): "enquanto não a obtiver, o casal estará em condição de menoridade relativa, que é expressa

pela co-habitação, seja o padrão de residência patrilocal ou uxorilocal.” A estrutura econômica e a capacidade das famílias unidas determinava o futuro do casal. A formação das famílias amplas era estratégia necessária, visto a necessidade de mão de obra, mas também está atrelada à carência de métodos contraceptivos e o pouco conhecimento sobre o assunto, um forte tabu que impedia a circulação de informações na própria família. Como expressa Bourdieu (1994), o casamento é uma garantia da reprodução do nome da família e integra um conjunto de estratégias que, interdependentes e interligadas, tratam de garantir a perpetuação. O sociólogo designa que o matrimônio faz parte das estratégias de investimento biológicas, envolvendo o futuro da prole, a herança e o controle da fertilidade (aumento ou redução no número de filhos), e, por conseguinte, a força da família. A formação da nova família rural imigrante também pode estar fortemente correlacionada às estratégias de investimento econômico, ou seja, são orientadas para a perpetuação ou o aumento do capital, garantindo a preservação ou o aumento do patrimônio e a reprodução biológica e social da família. Em outras palavras, para o sociólogo francês, o casamento é um ato político que, além de salvaguardar os bens materiais, constitui-se uma forma de preservação da honra. Nas palavras de Moura (1988), as estratégias desenvolvidas no momento sucessório acontecem de distintas maneiras: diante do código civil, aplicam uma lógica própria, construindo suas regras; diante dos quadros históricos, um sistema próprio, amparado nas práticas sucessórias, um misto entre a lei e o costume, o qual postula a sucessão como uma estratégia de reprodução social da família rural.

O casamento rural tem contornos sociais e nunca foi uma escolha totalmente individual, sempre exerceu influência, em especial, da família rural e, por extensão, da sociedade. O isolamento geográfico e social no meio rural facilitou a constituição de novos casamentos, como mostrado no caso espanhol, por Champagne (1986), sendo que as estratégias matrimoniais portam-se como forma de maximizar os benefícios econômicos e simbólicos, como evidenciado no caso francês, por Bourdieu (1972, 2009a) ou no caso da colônia teuto-brasileira, no Rio Grande do Sul, explicitado sobre a forma de casamento arranjado pela família, em mesmo grupo étnico, para manter posição social parecida, constatado por Woortmann e Woortmann (1990) e Woortmann (1995) ou, ainda, no contexto dos colonos do oeste de Santa Catarina, na forma de casamento preferencial no campo da questão étnica e confessional, identificado por Renk (2000). Mais recentemente, uma ressignificação do papel do casamento e a emergências de conflitos entre os interesses dos pais e dos filhos(as), evidenciado por Stropasolas (2004), conformam uma linha fértil de estudos sobre o contexto matrimonial.

No caso de Arroio do Tigre, o casamento, além de um negócio matrimonial, era seletivo. As orientações eram claras, a formação étnica e confessional entrava no jogo para a escolha do parceiro mais adequado. Existiam rejeições entre o casamento de um italiano (pejorativamente chamado de gringo) e uma mulher de origem alemã, sem contar que era caso de deserdamento a possiblidade de uma família de origem branca estabelecer um enlace com uma família negra. Outro componente colocado em pauta era a religião: católicos e evangélicos desembocavam outro fator de rejeição, pois seguir a religião da família era uma questão de honra, fato que poderia impactar até na possível herança posterior se o casamento contrariasse a posição do patriarca.

O enlace matrimonial do novo casal rural é um rito de passagem para o mundo adulto, a conquista da autonomia pessoal. Para o homem, representa êxito social, enquanto que, para a mulher, a possibilidade de reprodução de uma nova família, mesmo ciente da sua condição de dependência do marido após o casamento. Antes, era dependente dos pais; depois do casamento, do marido, ao estabelecer sua própria família. Esse rito simboliza a liberdade daquela condição hierárquica, estabelecida no ambiente doméstico dos pais, mas, ao mesmo tempo, remete a um conjunto de responsabilidades para a reprodução da nova família rural; uma liberdade fictícia relegada ao âmbito das "coisas proibidas", como o desejo sexual, e às relações autoritárias do chefe da família. Os reflexos dessa ilusão vêm à tona quando o novo casal é exigido ao trabalho duro, ao planejamento das atividades produtivas e à organização da nova unidade doméstica, conhecimentos que, antes, eram desnecessários, visto que os pais comandavam essas informações. A inserção da cultura do tabaco em suas estratégias produtivas se amenizava com o auxílio do orientador de produção de tabaco[26], no entanto, sua visita não era tão sistemática devido às condições de atendimento das famílias a longas distâncias, cujo principal meio de transporte era o cavalo.

As famílias dos pais e os vizinhos do novo casal eram a fonte principal de informação técnica sobre os cultivos, que eram realizados de "bom grado", e as relações entre eles sustentavam certa coesão social ao manter uma boa vizinhança, fato que se materializava na partilha de pedaços de carne quando do abate de animais, entre outras trocas, dádivas que fortaleciam as redes de sociabilidade vicinal. O fato de as informações serem restritas

[26] O orientador de produção de tabaco, também chamado de orientador agrícola ou instrutor de fumo, é um agente capacitado, pela empresa, para fornecer e repassar instruções sobre a cultura do tabaco e realizar os contratos com as famílias rurais. Geralmente, pode ser alguém da própria comunidade, para facilitar os estreitamentos dos laços sociais, uma estratégia da empresa para aumentar o número de famílias vinculadas ao sistema integração. Na época, eram considerados mensageiros pelos colonos, pois detinham a informação e a levavam para outras famílias: eram um agente de interligação. Atualmente, os orientadores agrícolas são jovens capacitados prioritariamente com curso de técnico em agropecuária ou superior na área da Agronomia.

facilitava a adesão aos ensinamentos familiares. Esse momento se diferencia do rural contemporâneo, como apontam os estudos de Champagne (1986), que alerta para a ampliação do espaço social dos jovens rurais e a redução de controle da família camponesa. O isolamento geográfico e social do meio rural tradicional tem efeitos sobre a sociabilização dos jovens. A partir do caso das zonas de bosques, o autor mostra que a dispersão do *habitat* e a relativa autonomia econômica reforçavam o isolamento das famílias rurais e lhes davam um monopólio, de fato, na socialização de seus filhos, favorecendo, assim, uma reprodução social estritamente ligada a sua concepção de mundo. Tal fato proporcionava que as famílias rurais conseguissem controlar rigidamente todos os seus membros ao longo do tempo, sem concorrência.

Portanto, conforme Champagne (1986), naquele espaço de interconhecimento, onde tudo se sabia, as famílias podiam se envolver total e continuamente na vida de seus filhos, vigiando suas atividades e suas amizades, e controlando, até mesmo induzindo, os casamentos. Desse modo, impunham seus valores, seu estilo de vida e sua acepção de excelência profissional. Nesse contexto de microssociedade, acontecia a sucessão porque isso era evidente, seja por dever ou por obrigação familiar (CHAMPAGNE, 1986); além disso, pelas reduzidas opções no local, as incertezas acresciam-se no possível abandono da aldeia. A sociedade rural tratava de acuá-los diante das suposições fora da comunidade, exceto das famílias de negociantes que assumiam condição particular.

O *ethos* de trabalho familiar constituía valores fundamentais no cotidiano da família rural, europeia, imigrante, instalada em Arroio do Tigre. A experiência era considerada a maior qualidade de um colono e atributo que calava, pois era preponderante a qualquer divagação contrária; não se aceitava contestações sobre a experiência prática acumulada por um colono. A experiência em determinado ofício rural, socialmente construída e visualmente aprovada, estava na mais alta condição de legitimação enquanto comparada a aventureiros sem experiência ou com pouca habilidade para a atividade. O processo de aprendizagem principiava desde criança, no esforço de se formarem herdeiros que sucederiam as funções do chefe da família e da dona de casa. Os jovens tinham que aprender o ofício do pai de forma obediente e dedicada, sem questionamentos, de modo que a verdade absoluta era constituída pela sábia palavra proferida com base na experiência cotidiana, fortalecendo os saberes acumulados. Assim, os homens colonos tornavam-se distintos na sociedade rural. Como assinala Bourdieu (1989), em certa medida, as experiências sociais na dimensão material, corpórea, simbólica ou cultural têm garantido sua posição no campo quando internalizam e reproduzem uma matriz disciplinar, hierárquica e estratégica, um *habitus* camponês.

A população do território era, conforme relatório apresentado pela gestão pública de Sobradinho, superior a 26 mil pessoas num território eminentemente rural. Em 11 anos, conforme se visualiza na tabela do censo demográfico (Tabela 1), registrou-se um crescente aumento de 39% no número de nascimentos, 103,92% no número de casamentos e 133,02% no número de óbitos.

Tabela 1 – Censo demográfico de Sobradinho (1928-1939)

Anos	Nascimentos	Casamentos	Óbitos
1928	462	51	109
1929	493	64	118
1930	508	57	129
1931	526	61	120
1932	537	68	108
1933	554	72	147
1934	593	81	186
1935	627	84	205
1936	688	88	230
1937	649	108	216
1938	683	100	269
1939	645	104	254

Fonte: Adaptado de Ketezer (1940).

O matrimônio significa a tradição sucessória para a perpetuação do patrimônio (BOURDIEU, 2009). De certa maneira, a estratégia matrimonial constitui-se na perpetuação da linhagem, dos bens ─ como diria Bourdieu, estratégias de fecundidade ─ e da constituição da força de trabalho para garantir a reprodução social e econômica. Nota-se que, na região em estudo, existe uma relação direta entre o crescimento de casamentos e o número de nascimentos no local. Independente de os dados da tabela 1 não mencionarem a divisão das famílias urbanas e rurais, as relações num território de intensa exploração e povoamento ainda estavam estritamente ligadas direta ou indiretamente a algum ofício rural, sem contar as formas pluriativas (por exemplo, as casas comerciais, as vilas, as ferrarias) e as rendas não agrícolas presentes na sociedade em questão.

1.5 A produção artesanal do tabaco: saber construído e herdado

O início da produção de tabaco pelos colonos imigrantes alemães e italianos da Região de Santa do Cruz do Sul foi um saber construído, comandado pelo capital estrangeiro. Conforme Vogt (1997), com a vinda desse capital estrangeiro, tonifica-se a expansão do cultivo de fumo apropriado à fabricação de cigarros. A partir da vinda da *British American Tobacco* (BAT), tratou-se de influenciar os agricultores a continuarem plantando fumos claros, prioritariamente com novas espécies, bem mais adaptadas à industrialização de cigarros. Com isso, o que se objetivava era o abastecimento da fábrica no Rio de Janeiro e a possibilidade de aquisição de tipos de fumos ainda não cultivados no país (VOGT, 1997). Conforme Lima (2007), o marco desse processo aconteceu em 1918, quando a BAT, de forma experimental, introduziu os fumos curados artificialmente em fornos (ou estufas). As novas técnicas de cultivo e pré-beneficiamento das folhas foram trazidas dos Estados Unidos por técnicos contratados pela empresa. O campo preferencial de atuação foi o Rio Grande do Sul, mais especificamente, Santa Cruz, que, na época, já era uma região tradicionalmente produtora de fumo em folha (LIMA, 2007).

As empresas importaram a semente e os recursos técnicos e reproduziram a cultura do tabaco nesse local. Nesse sentido, Prieb (2002) faz uma periodização acerca do desenvolvimento da fumicultura gaúcha que pode, grosso modo, ser descrita a partir de duas fases distintas: a) o período anterior a 1965, em que as empresas fumageiras eram, em sua maior parte, de capital nacional, e a produção agrícola era efetuada em base tradicional; e b) após a década de 1970, quando acontece uma centralização e desnacionalização das empresas estrangeiras, e parte agrícola da produção passa por um processo de modernização de forma semelhante ao que aconteceu na agricultura brasileira, em geral (PRIEB, 2002).

A produção do tabaco ingressou, na região de Arroio do Tigre, como uma possibilidade de redefinição de seus projetos de vida, por meio do uso da terra e do trabalho familiar. O tabaco constituiu-se, portanto, uma forma de ocupação da força de trabalho familiar e a produção de uma mercadoria com valor de troca, que ganhou importância para as transações mercantis locais.

O saber, as técnicas de cultivo, o modo de produção foram uma construção orientada pela assistência técnica privada e a destreza de colonos experimentadores. O cultivo do fumo entrecruza-se com a vinda dos imigrantes, no final do século XIX. O investimento do capital exterior na região foi em um momento ímpar, que combinou a necessidade de reprodução

social dos colonos, a ocupação de mão de obra da família e a abertura de mercado do tabaco para a Europa pelos investidores internacionais. A reprodução desse sistema de cultivo teve, eminentemente, um consenso, com efeito, na vida e na constituição da família fumicultora. A vida rural, como demonstra Bourdieu, envolveu o uso de estratégias coletivas e o produto da estrutura do capital econômico, posteriormente, inculcado na cultura, no espaço social, nos ritos de sociabilidade (capital cultural) e no capital simbólico. Nesse espaço de produção de tabaco, é eminente a presença de desigualdades econômicas, com famílias que não conseguiram gestar a oferta do crédito pelas casas comerciais, o que acabou forçando a migração e a entrega do lote para os comerciantes, uma acumulação de terras, o aumento de zonas latifundiárias na região de Candelária e a migração das famílias em busca de novas fronteiras para reprodução social. O fumo era herança de gerações recentes e sempre respondeu pelo dinamismo da economia regional.

Segundo Bourdieu (1989), o *habitus* é o produto da história e produz história. Assim, o *habitus* do colono do fumo pode ser interpretado pela atitude em relação ao cultivo do solo. Inicialmente, eram "cultivadores" da terra (apreciadores e aprendizes do novo local), orientados pelas estações do ano e pela lua, com foco nos produtos de autoconsumo. Posteriormente, passaram a "produtores" de tabaco, passando, então, a certa especialização produtiva. O ato de cultivar a terra foi acompanhado pelo fascínio da produção de mercadoria (valor de troca e pela moeda), da produção de tabaco tutorada por um agente externo (orientador de tabaco). Depois de incorporado o *habitus* fumageiro, instaura-se uma nova fase da relação entre as famílias rurais colonizadoras, que aliaram as estratégias de migração e de produção para a reprodução social, tendo o tabaco como *divisor de águas* para sua interação com o mundo das trocas.

A fase da ocupação da área, ao aprender a ser agricultor e incorporar as técnicas da produção de tabaco, estacionou-se, também, na necessidade de incorporar novos territórios. A terra, apesar do trabalho familiar, era do patriarca. Os filhos homens precisavam ganhar a vida, conquistar autonomia produtiva e formar família. A terra representava a libertação e o casamento, o início da vida adulta. A subida da Serra representa um segundo momento dos colonos imigrantes, com o saber técnico da cultura do tabaco incorporado, como se verifica na fala do entrevistado 01: "O fumo Comum se acomodou pra mim, porque o meu avô, minha mãe e meu pai, eles já plantavam fumo." A variedade existente era o fumo Comum, tipo de tabaco escuro com secagem em galpão e também o fumo de corda. Vale notar que não existia o tabaco tipo Virginia e o tabaco tipo Burley. Essas variedades foram resultados das pesquisas e inovações tecnológicas realizadas pelas agroindústrias fumageiras durante o século XX. A

planta do tabaco alcançava dois metros de altura, fato que se explica pelo não uso da técnica de desponte (Figura 3).

A autonomia dos agricultores na cultura do tabaco sempre foi relativa. Se, atualmente, são menos dependentes da empresa, anteriormente, estavam atrelados às casas de comércio, que expropriavam os frutos de seu trabalho, enriquecendo com a compra do tabaco a baixos preços e com empréstimos do dinheiro de colonos para giros e negócios pessoais. A relação da família rural com o dinheiro era diferente e pautada em dois critérios: a confiança na palavra pessoal e na poupança, reflexo de uma vida parcimoniosa. O dinheiro não se constituía como o principal elemento de transação no início do século XX. O sistema de trocas consolidava-se como preponderante nas relações sociais e produtivas. Muitas famílias tiveram prejuízos financeiros pela falta de informação ou pelo não uso da moeda nas transações do tabaco.

O não cultivo da moeda acendeu um terreno propício para os comerciantes exercerem o oportunismo e a dominação do espaço social. Os donos das casas comerciais fortaleceram-se economicamente ao longo de décadas e constituíram-se em importantes agentes de domínio e de poder local. Os poderes exercidos pelo acúmulo de capital, pela informação privilegiada e pelo uso da persuasão e até da coação no momento das negociações do tabaco, pelo uso do dinheiro das famílias rurais, como formas de ordenar suas estratégias, tiveram impactos no rural contemporâneo estudado. Além do poder econômico, os comerciantes exerciam um poder simbólico, à medida que se constituíam agentes detentores do poder político e do conhecimento, exercendo um poder seja pela supremacia da força ou da autoridade, emitindo posições ideológicas que legitimavam suas ações na sociedade rural. Nas palavras de Bourdieu (1989), tem-se que a tomada de posição ideológica dos dominantes são estratégias de reprodução que tendem a reforçar, dentro e fora da classe, a crença na legitimidade da dominação de classe.

Os agricultores tinham certa liberdade para comercializar o tabaco conforme a sua escolha, portanto, dispunham de uma autonomia relativa da empresa de tabaco por ela se localizar distante do seu território. No entanto, os atravessadores é que se constituíam os principais agentes de dominação. Relatos indicam que donos de casas comerciais coagiam agricultores, arguindo que deveriam entregar o fumo produzido para a sua casa de comércio na localidade. O termo “entregar”, socialmente construído nas relações de cultivo do tabaco, tem se fortalecido nos últimos anos, especialmente em momentos conflituosos da comercialização do tabaco. A construção discursiva deve-se à concepção de que o tabaco não é um produto da alimentação humana e animal, portanto, “não se pode comer tabaco”. Isso,

inconscientemente, vem conduzindo e tem impactado a decisão dos agricultores no momento da venda de sua produção.

O fumo comum na região de Arroio do Tigre se alastrou pelo território em meados de 1900. A Colônia de Sobradinho[27], criada em 1901, constituiu-se, posteriormente, a capital do fumo em corda. O fumo em corda tem relação forte com o colono italiano. O aposentado orientador de tabaco e agricultor relembra que: "Hoje é a capital do Feijão, mas na época Sobradinho era conhecida, em Santa Catarina, Paraná, pelos fumos de Sobradinho. Os que foram, saíram daqui para Santa Catarina, Paraná, na década de 40 e 50, isto levaram aquela fama do fumo em corda de Sobradinho, isto ia pra todos os estados, pra cima." Na época, a Região Centro-Serra destacava-se com a produção de tabaco por mecanismos sociais de reconhecimento de qualidade e, assim, afamados pelo Brasil afora. Mais tarde, o fumo de galpão tipo Comum, de Arroio do Tigre, foi reconhecido no cenário europeu por intermédio da cooperativa local e de famílias rurais empreendedoras.

A família Mainardi possuía uma casa comercial que dispunha de uma máquina de prensar fumo. Os fardos de tabaco, conforme relato de um dos netos, eram encaminhados para os Estados Unidos, embalados em sacos de estopa, com etiqueta fornecida pela firma importadora. A casa comercial possuía 42 carroções puxados por juntas de bois ou mulas para o transporte do tabaco e outras mercadorias. No caso do fumo exportado, o transporte terrestre era até Rio Pardo, continuava por via fluvial pelo rio Jacuí e, depois, por via marítima (MONTAGNER, 2013). Tanto o fumo Comum de galpão quanto o fumo em corda possuíam odor forte. Como menciona um informante-chave, da localidade de Linha Tigre, 83 anos: "A região cheirava fumo", quando comentava sobre a presença do tabaco no local.

O colono firmou sua identidade produtiva na especialização do produto mercantil, que lhe concedeu inserção social na comunidade rural. O tabaco, em certa medida, acenava para a acumulação de capital. Produzir tabaco é visualizado, pela sociedade, como um produtor de garantias. A fotografia ilustrada na figura 3 demonstra uma espécie de honra produtiva, um sinal de que o tabaco representa importância social e econômica para a família rural, um símbolo do sucesso social. Bourdieu e Bourdieu (2006) percebem a fotografia como um luxo, pois sua racionalidade está dedicada ao aumento do patrimônio. No rural fumageiro de Arroio do Tigre, registrar uma foto era uma forma de distinção, de sobressair-se em relação a outras famílias, nesse caso, representado, também, pelo veículo automotor que assume forte conotação de distinção econômica. Além disso, *tirar* uma fotografia no meio rural era uma

[27] Arroio do Tigre constituía grande parte do Território de Soledade, em 1901, no distrito de Sobradinho.

raridade reservada aos momentos festivos de forte influência no *status* da sociedade rural, como nos casamentos ou em festas da comunidade. Esse fato explica, ainda, a pouca existência de fotos de colonos na atividade fumageira, pois isso implicava a presença de um fotográfico com máquinas altamente sofisticadas para a época. Portanto, a fotografia exposta a seguir revela que a família rural estava em distinção social também pelo fato de conseguir retratar seu núcleo familiar por meio de registros fotográficos.

Figura 3 – Família rural de Linha Cereja, Arroio do Tigre, RS.
Fonte: Família Ensslin, s/d.

A família rural, representada nas fotos (Figura 3 e Figura 4), demonstra que o tabaco integra a vida cotidiana rural. A atividade envolve a dedicação da família na cadeia produtiva e revela três características visuais importantes. A primeira indica que a intensificação da mão de obra na cultura do tabaco congrega todo o grupo familiar e os peões (meeiros ou trabalhadores temporários), que recebiam, em quilos de banha, a remuneração pelo trabalho na atividade (diário, semanal, mensal ou por safra) e/ou ainda ganhavam um pedaço de terra para produzir sua própria safra. A relação entre os peões que viviam na região, geralmente oriundos de famílias negras provindas de Lagoão, em busca de trabalho, com os colonos do fumo, era pautada pela desconfiança, ou seja, era testada, a todo o momento, sua relação de compadrio, até o trabalhador ganhar a confiança do dono da terra; tal confiança era

representada pela entrega da “junta de bois” e do arado para ele trabalhar na lavoura do colono.

Nesse sentido, a segunda característica presente na foto revela a presença da junta de bois e da carroça como principais instrumentos de trabalho das famílias agricultoras no tabaco e em outras culturas. O fato de entregar a tração animal para os cuidados do peão e para seu trabalho no rural fumageiro equivale à mais forte relação de confiança, pois os bois representavam, na essência, a potencialização da força do trabalho rural, pela sua capacidade de tração. Portanto, somente o dono dos animais os manuseavam, porque existia um cuidado para não forçá-los demasiadamente, uma vez que convergia no fator essencial para o desenvolvimento das suas atividades produtivas. Ademais, envolvia um processo longo de reconhecimento do valor moral e técnico do peão, ou seja, era um processo demorado para que o agricultor se certificasse cognitivamente que o “empregado” conhecia as técnicas de manuseio do arado e que tinha cuidado no trato com os animais de trabalho. Em outras situações, os peões não tinham contatos com os animais de tração dos colonos.

A terceira característica envolve uma anotação sobre a técnica de produção e colheita do tabaco. É perceptível a inexistência do desponte da planta do tabaco, situação que concentra os esforços nutritivos no crescimento vertical, o que reduz o vigor das folhas, acarretando menor produtividade e qualidade do tabaco. Nessa época, a planta do fumo era maior, entretanto, de menor produtividade. As técnicas relativas ao cultivo do tabaco tiveram um crescente incremento no último século. Nota-se, ainda, que a família rural estava “despencando as folhas do tabaco”, processo de colheita que, talvez, possa remeter ao tabaco tipo Virginia, devido à necessidade de se retirar folhas do caule para facilitar os processos de secagem em fornos de estufa. Além disso, o fumo era plantado em terras novas, em capoeirões, em áreas desmatadas. O trabalho dos agricultores envolvia manuseio de instrumentos que exigiam dispêndio de força física. O picão, a enxada, a foice, o machado, o arado e os bois faziam os trabalhos essenciais à produção do tabaco e dos produtos de autoconsumo. Plantar para comer era uma estratégia essencial à manutenção da família rural tanto quanto a produção do tabaco.

Figura 4 – Família rural de Linha Cereja, Arroio do Tigre, RS
Fonte: Família Ensslin, s/d.

A partir de 1920, ingressou uma nova variedade de fumo, o tipo Virginia, e a necessidade de construir fornos de estufa para a secagem do tabaco. A década de 30 em diante parece ter provocado um efeito catalizador na cultura do fumo e nas técnicas relativas à produção de tabaco pelas famílias rurais. A produção de tabaco Virginia expandiu-se em todo o interior de Santa Cruz do Sul e, no final da década, chegou à Região Centro-Serra.

A família rural fumicultora pensa e reproduz o sistema de produção do fumo alocando os fatores produção de forma que a gestão do ano agrícola interaja com a disponibilidade de mão de obra e recursos físicos disponíveis na propriedade rural. O plantio do tabaco era realizado em terras próprias, com possibilidade de arrendamento, característica que marcou tradição ao longo dos anos. Antigamente, devido ao pouco avanço do direito trabalhista no rural, as relações de produção entre as famílias eram regidas pela palavra, pelo ato de confiança e respeito entre o patrão (dono da terra) e a família que auxiliava na produção, mas que não tinha os recursos de produção necessários, fatos que subtraíam a sua autonomia. Estabelecia-se um regime de subordinação relativa entre ambas e uma divisão do trabalho, com o objetivo principal de reprodução biológica das famílias.

A abertura de novas terras foi uma estratégia que perdurou durante o desenvolvimento histórico da atividade fumageira. O preparo da terra, por volta do século XX, procedia-se de duas formas: a) **desmatamento e queimada**: os colonos, incentivados pelo Estado, desmatavam com a finalidade de abrir lavouras e estabelecer uma ocupação do território. Essa

prática foi internalizada pelos agricultores do tabaco, pois boa parte das famílias não possuía a tração animal. Com as práticas de desmatar e queimar, os colonos foram os propulsores da abertura de áreas agrícolas e construíram suas estratégias de produção agrícola e de reprodução social e biológica das famílias nos território rurais de Arroio do Tigre. Desse modo, o tabaco era cultivado entre os tocos de árvores, característica da abertura de terras novas ou de terras recuperadas após o pousio e crescimento da capoeira; b) **capina e/ou aração das terras**: o processo de preparo da lavoura do tabaco envolvia, quando disponível, a aração com arado de aiveca ou com picão, foice e enxada, um trabalho manual laborioso.

O processo de cultivo de tabaco, apesar do relativo jogo de poder externo no momento da comercialização, era conduzido de forma relativamente autônoma, pois os agricultores tinham a terra, a força de trabalho e certos instrumentos, bem como a posse das sementes, selecionadas após a floração, colhidas após a maturação e condicionadas em ambiente adequado para a próxima safra. Em termos técnicos, Campos et al. (1990) mencionam que, no interior das flores, a cápsula guarda as sementes, que, após secarem, são retiradas e recolhidas em vasilha ou saco, depois peneiradas e levadas ao sol para eliminar a umidade ainda existente. A semente retorna à peneira, sendo chacoalhada e esfregada com as mãos. Acondicionam-se, as sementes limpas de resíduos em latas com orifício na tampa, com o objetivo de ventilação (CAMPOS et al., 1990). Um processo de seleção e melhoramento da cultura era realizado pelos próprios agricultores, quando escolhiam os pés de tabaco mais vigorosos para a continuidade da cultura no ano seguinte.

A preparação dos canteiros de fumo guardava certas particularidades técnicas. Durante grande parte do século XX, as famílias rurais preparavam canteiros dentro do mato pela inexistência de plantas invasoras ou usavam um terreno normal queimado para evitar que as invasoras competissem no início de desenvolvimento das mudas. Conforme Campos et al., (1990), as sementes, diminutas, eram misturadas com cinza ou farinha (independentemente do tipo) para sua semeadura. Depois, passava-se o ancinho para misturá-las com a terra, encobrindo-as em um intervalo de um a dois centímetros.

A maioria dos procedimentos técnicos de semeadura e plantio é similar para os diferentes tipos de fumo e perduram sempre de forma idêntica ao longo do tempo. O fumo comum, o fumo em corda, o fumo Burley e o fumo Virginia (estufa) diferenciam-se de forma mais acentuada no processo de colheita, secagem e classificação. O fumo tipo Comum é similar ao fumo tipo Burley, enquanto o fumo em corda é similar ao fumo tipo Virginia, resultados de adaptações e melhoramentos genéticos. O fumo em corda tem sido plantado

durante o século XX, geralmente, em regiões de colonização italiana. Historicamente, a cultura do tabaco tem diminuído a distância entre as linhas e entre as mudas.

O orientador agrícola ou instrutor de tabaco era o principal elo entre os agricultores e a indústria, sendo que foi o responsável pelo fortalecimento do sistema de integração. O relacionamento do instrutor tem se depreciado ao longo da história do tabaco, anteriormente, pautado na confiança, no apoio mútuo, na relação de companheirismo e na construção de laços fortes entre a família rural e a indústria do tabaco. As palavras do orientador de tabaco aposentado (78 anos), morador de Vila Progresso, atesta essa realidade:

> A empresa que eu trabalhei, ela nunca nos deixou mal. Ela sempre, o que ela prometeu, ela sustentava. Vocês podem fazer isso e isso, vocês podem fazer. Isso pode prometer que a empresa garante. Agora não promete outra coisa, porque aí a gente iria perder o crédito. E tu perdendo o crédito na agricultura, no colono, é a pior coisa que tem. Ele espalha mais ligeiro que pelo rádio. [...] Se você tinha confiança, você tinha tudo. É o que a gente trabalhou.

Confiança era a alma do negócio, a base das relações entre as famílias e os orientadores de tabaco. A confiança era uma condição que fortalecia, de certo modo, o sistema de integração. Esse pacto de responsabilidade entre o colono e o orientador, costurados pelos vínculos de amizade e confiança, resultava numa certeza de que a produção de tabaco seria “entregue” à empresa fumageira, que foi estabelecido o contrato. A ação dos intermediários do tabaco, nesse contexto, era mais difícil, com algumas exceções. O instrutor, na época, fortaleceu o sistema de integração, conseguiu tecer relações de fidelidade e de lealdade entre a família rural e a empresa fumicultora. Mediador de relações sociais, o instrutor era um fiel mensageiro na época, superando as dificuldades de transmissão de informação e dos meios de transporte (ainda à base do cavalo), recebendo tamanho respeito e até sendo designado para efetuar o pagamento do tabaco para a família e, também, encarregado de preservar o dinheiro em sua posse para as outras famílias.

As irregularidades do clima e a abundância das folhas recolhidas sobre a cobertura aumentavam o índice de perda de tabaco pela podridão. Acrescenta-se a diminuição de áreas disponíveis e o enfraquecimento das já cultivadas, levando as companhias orientadoras da fumicultura a buscar métodos mais seguros de secagem, aliado à possibilidade de fertilização da terra pelo acréscimo de adubo químico. Nesse contexto, surgiram as estufas, que proporcionam uma antecipação da colheita, sendo que as folhas de fumo são recolhidas e secadas artificialmente. Disso, resultou o fumo tipo estufa, utilizado na fabricação de cigarros, enquanto o fumo tipo galpão é exportado para o estrangeiro em quase toda sua totalidade, segundo registros da Comissão Emancipacionista de Arroio do Tigre (1962). Tal processo de

modernização na agricultura fumageira causou uma relação de codependência, fortemente atrelado à indústria, em que a manutenção da atividade dependeria, historicamente, das indústrias do tabaco e do anseio da família a se submeter aos novos padrões de exigência. Portanto, a agricultura de pequena produção, como aquela analisada por Bourdieu (2004) no contexto francês, em 1962, dependia dos bens da indústria para se modernizar e dos empréstimos, com tendência à especialização e estava amarrada ao mercado e aos preços. A subordinação à lógica do mercado, coligada à unificação do mercado dos bens simbólicos, contribuiu para o êxodo massivo. Essa unificação impactou sobre a autonomia e a capacidade de resistência do camponês (BOURDIEU, 2004a).

Na primeira metade do século XX, as inovações tecnológicas na cultura do tabaco eram incipientes, mas intensificaram-se a partir da década de 1950. A produção artesanal, aos poucos, foi ganhando contornos mais modernos e direcionados ao sistema agroindustrial, de tal forma que exigiu dos colonos uma constante transformação, demandando readequações para a continuidade da produção. As mudanças produtivas ofereceram dois caminhos opostos às famílias fumicultoras: primeiro, seguir o novo caminho indicado para manter-se na produção do fumo; segundo, permanecer no caminho tradicional, mas tornando-se sujeitas à marginalização produtiva, que, mais cedo ou mais tarde, acabaria na exclusão do sistema de produção. A modernização dilacerou a produção artesanal e engendrou a produção em bases modernas.

1.6 Tabaco como produto mercantil: as trocas, a comercialização e a reprodução social da família rural

Em meados do século XX, já existiam contratos externos para o tabaco, geralmente, realizados pelas cooperativas. A rigor, as ações das cooperativas estavam assentadas na organização social dos agricultores de tabaco, para barganhar preços melhores para o produto. No entanto, na época, já se registravam erros gerenciais e administrativos. Contratos de tabaco firmados pela cooperativa de Sobradinho com o Uruguai e a Argentina estimularam o aumento considerável da produção. No entanto, os países revogaram o contrato, o que provocou certa crise na organização financeira da cooperativa.

Por outro lado, as casas comerciais constituíam-se, também, como um dos principais compradores do tabaco em meados do século XX. Os colonos comercializavam o tabaco em

folha, transportando, até o empreendimento rural, por meio de carroças, o fumo solto. A casa comercial dinamizava o meio rural pela característica múltipla; era local de pesagem de produtos coloniais, em especial, do fumo em folha. Para efetivar a compra, o fumo era transportado da propriedade, pelos colonos, até a casa comercial ou, em outras situações, era buscado pelo comerciante. Geralmente, acondicionavam o tabaco em cargueiros tracionados por animais, mas o pagamento era realizado na sede comercial. Registros da família Ensslin descrevem que, em 1914, a casa comercial instalada na Localidade de Linha Cereja comprou 14.000 kg de tabaco em folha, com crescimento nos anos posteriores (ENSSLIN, 1992). Nesse momento, a classificação do fumo restringia-se a duas classes – primeira e segunda – e, anos mais tarde, em 1919, a classificação do fumo em folha foi estendida em sete classes. O fumo fermentado, processado nas casas comerciais, era de valor agregado superior e, geralmente, as casas de comércio rurais tinham rendimentos elevados, chegando ao patamar de 83,78% superior para o fumo Amarelo I (18$500) e 148% para o fumo Amarelo II (18$500) em relação ao preço pago ao agricultor na safra de 1925.

O preço do fumo em folha obteve crescimento constante na segunda década do século XX. Em 1917, segundo registros da família Ensslin, a emergência de conflitos entre Brasil e Alemanha, que culminou no estado de guerra entre os dois países, implicou a proibição de importação das firmas atacadistas. A consequência foi a escassez de mercadorias, sobretudo, para a agricultura. Em Porto Alegre, foram promovidas passeatas de reinvindicação, que terminaram em depredação e incêndio de empresas e na necessidade de intervenção do Comando Superior do Exército (ENSSLIN, 1992).

O preço do tabaco flutuava conforme as relações com o comércio exterior. Em 1918, o preço do fumo estava cotado em 18$000 por arroba, enquanto que, em 1919, as circunstâncias adversas provocaram os donos do comércio a vender o tabaco por um preço abaixo da metade, conforme a tabela 2. Nesse ano, a crise do comércio afetou os negócios e estancou o giro financeiro. A seca instaurou-se na região, complicou as condições econômicas da família rural, afetando até a mesa dos colonos, evento que provocou endividamento dos agricultores, das casas de comércio e do sistema de trocas. Esse cenário condicionou os comerciantes da região a assinar um convênio, em setembro de 1919, estipulando o preço do fumo aquém do ano anterior, conforme anotado por Ensslin (1992).

Por um lado, a casa comercial era um ponto privilegiado de comercialização do tabaco (produto cru) para os agricultores, constituindo-se em mecanismo de dinamização da economia local. Por outro, as famílias rurais estavam à mercê do jogo de interesses do comerciante (o que, como evidencia Bourdieu, pode implicar “blefe”), pois ele detinha o

mercado específico, as formas de pagamento e certo monopólio comercial, tendo em vista as condições difíceis de acesso a outras casas comerciais. Se a comercialização é apenas um episódio pontual no ano agrícola, uma vez que produzir é mais relevante do que a própria venda, essa situação aflorava oportunismos pelos comerciantes. Enquanto o comerciante pensava em estratégias de ganhar financeiramente em cima das transações com o tabaco, o agricultor se honrava com o reconhecimento de ser eficiente tanto na produção de quantidade como de qualidade. Esse jogo estratégico de focos contraditórios configurava um cenário altamente favorável ao segundo, que expropriava os frutos do trabalho da família rural, facilitando o acúmulo de capital em suas mãos. A dependência das famílias pelas casas comerciais era, sem dúvida, o que fortalecia o comerciante, que mantinha o *poderio* econômico em suas mãos, forma que lhe garantia a possibilidade de acumular terras, patrimônios, bens de consumo e capital de giro para estoque de fumo e outros produtos agrícolas coloniais e manufaturados. O dinheiro nem sempre era a principal moeda de troca. Muitas trocas econômicas eram calculadas em latas de banha, sacos de trigo, de milho, de feijão ou arrobas de tabaco. Assim, os produtos possuíam múltiplos valores de troca, valores permutáveis no tempo e no espaço.

A escala de dominação do comércio do tabaco exerce uma estrutura verticalizada, ou seja, Mercado europeu > Companhias de tabaco > Casas de comércio local > atravessadores > agricultores. Portanto, as famílias rurais fumicultoras, historicamente, foram dependentes da conjuntura da cadeia de comercialização, sendo que a forma de dominação direta se alternou, ao limiar do processo, dos comerciantes para as companhias de tabaco. Nesse sistema, o que se espera da família rural é que ela seja uma espécie de produtora de mercadorias, isto é, que venha a gerar fumo e outros produtos de valor de troca (na época, banha, tabaco e trigo, em especial) para alimentar a demanda do consumo e que, na safra seguinte, seja possível continuar com um ciclo de produção estável e favorável economicamente.

Tabela 2 – Preço do fumo fermentado por arroba em Porto Alegre, RS

Classe de tipo Comum	Principais tipos de tabaco em Arroio do Tigre – Safra 1919/1926				
	1919	**1922**	**1923**	**1925**	**1926**
Claro I	7$000	12$500	-	-	-
Claro II	4$000	9$500	-	-	-
Amarelo I	7$000	10$000	30$000	34$000	17$000
Amarelo II	4$000	7$500	27$000	31$000	14$00
Fino I	7$000	8$500	-	-	-
Fino II	4$000	5$500	-	-	-

Fonte: Adaptado de Ensslin (1992).

No entanto, o cenário da comercialização do tabaco sempre alternou picos de altos e baixos. O mercado do tabaco, após uma crescente cotação, acabou regredindo posteriormente à safra de 1926. De acordo com as anotações da família Ensslin (1992), os preços começaram a baixar violentamente, o que gerou altos prejuízos aos comerciantes, levando-os a duas opções momentâneas: a) continuar comprando tabaco por conta própria, mesmo com problemas financeiros; ou b) comercializar o produto cru, com enfardamento provisório, à Companhia Brasileira de Fumo em Folha (atual Souza Cruz). Algumas casas de comércio fecharam as portas, outras aderiram ao contrato de parceria com a Companhia para a compra de fumo, um sistema com menor lucro, mas com garantia.

A venda do tabaco à empresa fumageira não necessariamente significava fornecer exclusividade. Em 1935, conforme Ensslin (1992), o fumo excedente ao contrato firmado entre comerciante e empresa de tabaco era fermentado, classificado, enfardado e comercializado por conta própria, desde que o tipo de fumo não fosse interesse principal da segunda. Assim, esse produto excedente era direcionado à exportação, que exigia, especialmente, fumos castanhos longos, com folhas elásticas e sedosas. Os fardos eram marcados com a logomarca “C.E. União”, e, em cada vigésimo de fardo, era colocado um cartão (em francês, alemão e inglês), com o endereço da firma. Em caso de solicitação, os importadores emitiam cartas de confirmação de qualidade do produto, estratégia relevante para as casas comerciais angariarem preço e poder de barganha no mercado internacional (ENSSLIN, 1992).

Do ano de 1928 a 1932, a variação na produção agropecuária da região polarizou-se no aumento da produção de tabaco, trigo, banha e couro de porco, com um decréscimo na produção de feijão e milho. No que tange à produção agrícola, a quantidade produzida estava diretamente ligada ao comportamento do ano agrícola e da motivação da família rural na produção de tabaco. A variável rendimento médio dependia das características naturais, como

o tipo e a fertilidade do solo (eram ainda solos novos), dos métodos de manuseio e conservação, das condições ambientais e das técnicas de produção adotadas, como a produção de mudas para o transplantio do tabaco. Um fator ambiental decisivo, que fez a região destacar-se na produção da solanácea, é a presença de terras pedregosas, que propiciaram condições para um aumento no rendimento e na qualidade final do produto de tabaco, sendo que esta última característica ganhou destaque no cenário europeu e ensejou a cadeia produtiva do tabaco na região. O tipo de fumo cultivado (Virginia, Burley ou Comum) tinha demandas distintas em relação à fertilidade do solo. Como argumentam Pauli et al. (2011), o tabaco do tipo Virginia (ou estufa) não necessita de terra fértil, conferindo que a fertilidade do solo, nesse caso, não estabelece uma barreira na escolha dessa modalidade produtiva. Por outro lado, afirmam que as variedades de fumos escuros (Burley e Comum) requerem uso de terra com fertilidade média.

O tabaco ganhou registros históricos relevantes no local de estudo. A produção agropecuária do *fumo em folha* no quinquênio (1928-1932) da região revelou um acréscimo na produção. Em 1928, assinalou 60.000 toneladas e, em 1929, atingiu 68.000 toneladas. A partir de 1930, ocorreu uma redução no rendimento médio (Quadro 1), alcançando 63.000 toneladas e, em 1931, um decréscimo para 60.000 toneladas. Em 1932, houve um aumento vertiginoso de 30.000 em relação ao ano anterior, alcançando o patamar de 90.000 toneladas nessa safra. A média dos cinco anos computada nesse período é de 68.200 toneladas de fumo em folha. A produção de *fumo em corda,* no mesmo quinquênio (1928-1932), também apresentou indicativos de acréscimos produtivos. Em 1928, foram produzidas 16.000 toneladas de fumo em corda; baixou para 15.000 toneladas em 1929. Ocorreu um decréscimo de 1.000 toneladas na quantidade produzida de fumo em corda de 1928 para 1929, após um repentino aumento que alcançou o patamar de 18.000 toneladas. Em 1931, a produção de fumo em corda totalizou 17.000 toneladas e, em 1932, registrou 20.000 toneladas, um aumento de 4.000 toneladas ou 25%, comparado ao ano de 1928. A média dos cinco anos computada nesse período é de 17.200 toneladas de fumo em corda na grande região de Sobradinho. Os dados da produção agropecuária corroboram a importância do tabaco para a região, além de evidenciarem a produção diversificada e a venda de excedentes como estratégia de reprodução social das famílias rurais.

Os dados da produção agropecuária de Sobradinho, computados na gestão do Prefeito Municipal Edison Ketzer, apontam uma redução de 23.000 toneladas (1928) para 18.000 (1932) de feijão produzido, sendo que isso representa 5.000 toneladas a menos ou uma redução de 21,73%. Situação similar aconteceu com a produção do milho nesse período, que

apontou um decréscimo a cada safra. Em 1928, computava 28.000 toneladas, e reduziu, sequencialmente, para 26.000 na safra do ano posterior, para 23.000 em 1930, 21.000 em 1931 e, no último ano desse quinquênio, fechou em 19.000 toneladas. Portanto, a safra do milho apontou um decréscimo considerável de 9.000 toneladas em cinco safras agrícolas, conforme quadro 1. O milho, na época, constituía-se um dos principais nutrientes para a produção suína, dos animais de tração e da própria alimentação humana.

	Rendimento Médio (toneladas)				
Produto	**1928**	**1929**	**1930**	**1931**	**1932**
Fumo em folha (arroba)	60.000	68.000	63.000	60.000	90.000
Fumo em corda (arroba)	16.000	15.000	18.000	17.000	20.000
Feijão (saco de 60 kg)	23.000	22.000	22.000	20.000	18.000
Milho (saco de 60 kg)	28.000	26.000	23.000	21.000	19.000
Trigo (saco de 60 kg)	7.000	7.000	8.000	9.000	9.000
Banha (arroba)	18.000	20.000	24.000	22.000	20.000
Couro de porco (unidade)	2.000	2.500	3.200	4.000	4.000

Quadro 1 – Produção Agropecuária em Sobradinho, Rio Grande Sul (1928-1932)
Fonte: Adaptado Ketzer (1940).

A produção de trigo manteve-se instável nos dois primeiros anos (1928 e 1929), com 7.000 toneladas, sendo que, no ano seguinte, aumentou 1.000 toneladas (1930) e, em 1931 e 1932, alcançou 9.000 toneladas. A banha era uma das principais mercadorias com alto valor de troca equiparável ao tabaco. Na época, a família rural calculava o valor de determinado produto em latas de banha ou arrobas de fumo, tão significantes para a vida econômica e para o aumento de capital. A banha tinha multiuso na vida cotidiana da família, ora servia para conservação de carne, ora para a preparação do alimento, ora para a própria alimentação humana (os famosos pão com banha, salada com banha, arroz com banha, feijão com banha), ora como instrumento de aquisição de bens. Nessa época (1928-1932), houve um pequeno aumento na produção de banha, chegando ao patamar de 20.000 toneladas em 1932, ou seja, um aumento de 2.000 toneladas, considerando-se o ano de 1928. O couro de porco, tal como a banha, também tinha função econômica, chegando a se produzir 4.000 toneladas em 1932. Outro elemento não registrado é o couro de gado, que se constituía matéria-prima na confecção de acessórios, vestimentas, calçados e utensílios em geral.

Entre 1932 e 1933 (Quadro 1 e Quadro 2), a produção de fumo em folha registrou um acréscimo de 30.000 toneladas. Do ano de 1933 a 1938, conforme dados da produção

agropecuária em Sobradinho, a produção de fumo em folha cresceu paulatinamente no quinquênio, com exceção de 1934, ano que reduz para 85.000 toneladas. No final do quinquênio (1933-1938), acrescentam-se 43.000 toneladas da produção de fumo em folha, sendo que alcançou, em 1938, 163.000 toneladas. Após um ligeiro aumento de 6.000 toneladas da produção de fumo em corda da safra de 1932 para a safra de 1933, os anos seguintes se mostraram retroativos, sendo que a safra mais baixa desse recorte foi em 1934, quando atingiu 17.000 toneladas.

O feijão galgou leve acréscimo, computando 18.000 toneladas em 1938, mas ainda aquém aos dados da safra de 1928 e de 1937, quando atingiu o pico de produção com 23.000 toneladas. A produção de milho, entre altos e baixos, também tem arrefecido, apesar de computar 25.000 toneladas em 1938. O trigo, em 1937, atingiu o pico de produção com 22.500 toneladas. A banha atingiu seu auge na safra de 1937 com 26.000 toneladas, mas, com o passar dos anos, perdeu expressão econômica. O couro de porco totalizou 3.400 toneladas em 1938, como se pode visualizar no quadro 2.

	Rendimento Médio (toneladas)					
Produto	**1933**	**1934**	**1935**	**1936**	**1937**	**1938**
Fumo em folha (arroba)	120.000	85.000	142.000	138.000	135.000	163.000
Fumo em corda (arroba)	26.000	17.000	18.000	20.000	22.000	25.000
Feijão (saco de 60 kg)	15.000	24.000	21.000	23.000	22.000	18.000
Milho (saco de 60 kg)	20.000	26.000	22.000	26.000	28.000	25.000
Trigo (saco de 60 kg)	10.000	14.000	16.000	22.000	22.500	18.000
Banha (arroba)	17.000	20.000	16.000	20.000	26.000	14.000
Couro de porco (unidade)	3.200	3.400	3.100	4.000	2.900	3.400

Quadro 2 – Produção Agropecuária em Sobradinho, Rio Grande Sul (1933-1938)
Fonte: Adaptado de Ketzer (1940).

Em 1939, a região produziu 195.000 toneladas de fumo em folha; 30.000 de fumo em corda; 12.000 toneladas de feijão; 20.000 toneladas de milho; 12.000 toneladas de trigo e de banha; e 2.700 toneladas de couro de porco, conforme relatório de dados da produção agropecuária em Sobradinho, sistematizados no mandato Ketzer, em 1940. Nesse contexto, os registros da produção agropecuária demonstram que as famílias rurais, na época, possuíam produtos agrícolas com relação mercantil acentuada, o que dinamizou economicamente a região, impactando o comércio e a vida cotidiana dos colonos do fumo. Essas estratégias produtivas, de uma forma ou outra, conduziram à reprodução social das famílias rurais.

Na metade do século XX, Arroio do Tigre era considerado o terceiro distrito de Sobradinho. Arquivo histórico, escrito por um memorialista, retratava que, em 1939, a região exportou 235.000 arrobas de tabaco, sendo 195.000 em folha e 40.000 em corda (BOTTARI, 1940). Segundo dados da Agência Municipal de Estatística de Sobradinho, a população, em 1950, era de 31.921 habitantes, sendo 16.039 homens e 15.883 mulheres. No terceiro distrito, Arroio do Tigre, especificamente, contou com uma população de 7.737 pessoas, predominando a origem germânica. Os escritos apontam que a região era movida, principalmente, pela agricultura, sendo a terra sua principal estratégia de reprodução, como assim transcreveu-se, de forma lúdica, na nona folha do documento: "pois é da terra que os laboriosos habitantes fazem desta importante comuna, uma verdadeira colmeia."

A diversidade produtiva era destaque com trigo, feijão, milho, batata inglesa, batata doce, cevada, linho e o fumo em folha, este último ganhando contornos especiais. Dados de 1951 indicam que a produção agrícola abrangeu uma área de 25.200 hectares, com uma produção de 27.000 toneladas. O documento assinala que a principal "riqueza" era o fumo em folha, o fumo em corda e o fumo de estufa. Assim, evidenciam-se, nos escritos do período, a elevação do tabaco como principal atividade econômica regional. Em 1950, conforme dados da agência municipal de estatística de Sobradinho, foram cultivados 3.800 hectares, com uma produção de 210.000 arrobas, sendo que, no estado, os únicos municípios que ultrapassaram essa produção foram Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires. Em 1951, foram 4.570 hectares plantados, quando se alcançou uma produção de 300.000 arrobas de tabaco. Tais informações reforçam que a cultura tabaco compunha as estratégias produtivas dos colonos da região, incorporando os aspectos históricos e culturais que se combinam com os elementos tradicionais de desenvolvimento geracional das famílias rurais.

Tabela 3 – Produção Agropecuária em Sobradinho – Safra 1951

Produtos	**Área**	**Produção**	**Cabeças**
Fumo	4.570	300.000	-
Trigo	12.500	100.000 sacos	-
Milho	5.000	75.000 sacos	-
Bovinos	-	-	22.000
Suínos	-	-	36.000
Ovinos	-	-	6.000

Fonte: Adaptado de Bottari (1940).

As lavouras de fumo, trigo e milho eram feitas em pequenas áreas roçadas e desmatadas. Em grande parte dos casos, a agricultura convinha tão somente para o consumo próprio da família rural, mas os poucos excedentes tornaram-se componente de troca por artigos industrializados, como sal, açúcar, querosene, erva-mate e café. Destaca-se que o trigo era um elemento central na alimentação das famílias rurais extensas, nutridas à base de pão, banha e grãos. A carne era um complemento na dieta alimentar. O caderno número 6, *Indústria e Comércio*, da comissão emancipacionista de Arroio do Tigre destaca que, anualmente, eram preparadas lavouras de trigo, porém, os agricultores se deparavam com a dificuldade de comercialização do produto, pois não existiam cooperativas tritícolas na região, o que condicionava as famílias rurais a encaminhar o produto para outras regiões, principalmente, para Santa Cruz do Sul. Em face disso, e para simplificar as transações do trigo, em 1945, foi construído um prédio de alvenaria com equipamentos de origem estrangeira, cuja finalidade precípua era moer e beneficiar cereais.

Denominada de Moinho Tigre foi, justamente, uma das primeiras indústrias instaladas em Arroio do Tigre, constituída por dez sócios, empreendedores da região. Nas primeiras décadas, além da compra do trigo local, importava trigo estrangeiro e, mais tarde, recebia o produto da Cooperativa Tritícola de Sobradinho, para produzir a farinha de trigo e milho, farelo e farelinho de trigo e também beneficiamento de arroz. Os moinhos coloniais, na década de 50, estavam em propulsão no meio rural, como apontam os registros da comissão emancipacionista de Arroio do Tigre, com destaque para as localidades de Vila Itaúba, com capacidade de produzir 2.800 toneladas por dia; em Guabiroba, com capacidade de 2.200 toneladas por dia; ainda, existiam moinhos, em Linha Serrinha e Linha Coloninha, com capacidade de produzir 2.800 toneladas por dia, conforme informações do caderno emancipacionista de Arroio do Tigre.

Em meados da década de 50, apesar da prospecção do tabaco, a diversificação produtiva era salientada tanto nas falas dos entrevistados como nos registros históricos locais. A produção para o autoconsumo da família aparecia com destaque, e os moinhos de pedra (moinhos coloniais) representavam os anseios das famílias rurais em manter essa estratégia produtiva. O caderno da *Indústria e Comércio* aponta a construção de moinhos coloniais nas próprias residências, pelas famílias rurais, em especial, pelo menos um aparecia nas localidades de Linha Serrinha, Linha Turvo, Linha Coloninha e Linha Tabajara. Os motivos principais eram evitar o deslocamento (Caderno nº 6, 1962), e por visualizar vantagem econômica no local, forma de centralizar as atenções dos vizinhos de roça e condicioná-los a buscar, em sua propriedade, os serviços de moagem.

As casas comerciais possuíam, para negociação, ferramentas agrícolas para a *lide* na roça, fazendas, louças, calçados, armarinhos e produtos secos e molhados. Geralmente, quando os colonos traziam o tabaco para a venda nas casas comerciais, faziam suas aquisições conforme as necessidades e condições da família rural. Ali, trocava-se quase tudo: banha por roupa, tabaco por ferramentas, feijão por açúcar, enfim, produtos agrícolas por produtos manufaturados, com diferentes valores de troca, que facilitavam o acúmulo de capital nas mãos dos comerciantes. Do mesmo modo, as casas comerciais constituíam o papel do banco, quando anotavam as sobras dos colonos em cadernetas e utilizavam o dinheiro dos colonos para repor estoque, fazer aquisições de carroças e, mais tarde, de caminhões, de terras e outros investimentos. O caderno *Indústria e Comércio* (1962), da comissão emancipacionista de Arroio do Tigre, apresentado em 1962, aponta que a primeira casa comercial[28] do município estabeleceu-se no ano de 1914, na localidade de Linha Cereja.

Uma herdeira da casa comercial, aposentada (76 anos), com a terceira série comercial (equivalente ao Ensino Médio completo), relatou os precários meios de comunicação, as dificuldades do transporte e do estudo continuado na época. O pai era o dono da casa de comércio, a família migrou do interior de Candelária, adquiriu uma pequena casa de madeira e se instalou, construindo uma casa maior, local que serviu para negociar fumo e banha. A experiência anterior facilitou as transações, pois, em Candelária, o pai trabalhava em casa de comércio do cunhado. Acoplada à casa de comércio, existia uma agência do Banco Agrícola (sede em Sobradinho), administrado pela família, fato que dinamizava e fortalecia o movimento nesse local. O transporte do fumo era realizado com carroças de seis a oito cavalos para Santa Cruz do Sul, o que necessitava acondicionar comida não perecível para alimentar o transportador e também milho para manter os cavalos. A cooperativa agrícola organizada na mesma localidade possuía transporte similar. A casa comercial e a cooperativa estavam localizadas próximas territorialmente, em menos de 500 metros, sendo ambas muito fortes no cenário comercial na localidade rural de Linha Cereja.

Em 1920, um grupo de vinte e dois colonos majoritariamente alemães e alguns italianos da localidade de Linha Cereja[29] formou a Cooperativa Agrícola Mista Linha Cereja Ltda. (COMACEL). A constituição da cooperativa contribuiu para as famílias rurais ampliarem o leque de oportunidades de comercialização da produção agropecuária e barganhar preços tanto na venda como na compra de produtos e insumos. Por implicação, o

---

[28] Em pesquisa de campo, uma herdeira da família foi entrevistada nas instalações da casa comercial que, atualmente, serve como espaço para a recuperação de dependentes químicos.

[29] Na época, a localidade de Linha Cereja pertencia a Sobradinho, cujo local era o quarto distrito de Soledade.

estoque, o beneficiamento e a venda da produção constituíam o tripé das estratégias coletivas dos colonos locais ao barganharem preço na produção agrícola e nos artigos adquiridos de outras regiões. A estratégia coletiva aconteceu numa interdependência entre famílias rurais e recursos tanto na sua dimensão material quanto simbólica. Aumentar a rede de relações sociais com intuito econômico, na época, era aumentar a capacidade de reprodução social e o fortalecimento dos colonos na região. A articulação local por intermédio da organização cooperativa no meio rural, nas palavras de Chayanov (1974), estreita os laços de união entre as famílias rurais para dispor de meios de produção agrícola e rapidamente organiza vendas cooperativas de produtos agrícolas, promovendo mais participação nos setores produtivos da unidade econômica camponesa.

As estratégias cooperativas e os projetos dos colonos não passavam distantes do tabaco. Não demorou muito para a cooperativa tornar-se referência no recebimento, no beneficiamento e na comercialização do fumo em folha. A cooperativa de consumo e produção ingressou com força no mercado de fumo em folha, galpão e estufa, conforme registros da Comissão Emancipacionista de Arroio do Tigre (1962), destacado no Caderno nº.7, intitulado *Associativismo*, ao passo que o fumo galpão, desde sua fundação, em 1920 até o ano de 1954, foi comercializado para a empresa Agrifoglio & Cai, sendo a maior exportadora ou intermediária desse tipo de fumo. Em face da filiação da cooperativa à União Sul Brasileira de Cooperativas, com sede em Porto Alegre, os registros apontam que, desde 1950, uma pequena parte de fumo galpão foi repassada à União e, a partir de 1954, passou entregar toda a safra de fumo galpão e estufa à entidade filiada. Em 1962, a cooperativa contava com 333 associados, sendo estes agricultores da região, cujo fornecimento era único e exclusivo para os associados tanto para o seu uso doméstico quanto para as *lides* agrícolas.

O fumo constituiu-se o carro chefe da cooperativa, erguida em consonância com os interesses dos colonos. A cooperativa possuía uma estratégia de distribuição geográfica para atender os anseios das famílias rurais fumiculturas. A cooperativa, conforme relatórios oficiais que integraram o dossiê da Comissão Emancipacionista de Arroio do Tigre (1962), recebia o tabaco em seus armazéns em Linha Cereja ou nos postos instalados em localidades como de Linha Taboãozinho, Sítio ou mesmo em armazéns alugados, conforme a necessidade. Na safra de 1962, foram recebidas 24.493 arrobas e 12 quilos de tabaco, sendo 15.308 arrobas e 7 quilos de fumo galpão. Nos armazéns da cooperativa, o fumo em folha de galpão recebia uma fermentação natural; depois, era enfardado provisoriamente e remetido a Santa Cruz do Sul, passando por uma reclassificação para a exportação ao mercado europeu. O fumo de estufa nessa safra, recebido pela Comacel, foi de 9.185 arrobas e 1 quilo. O total

da safra movimentou cerca de Cr$ 28.354.155,70 (vinte e oito milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil, cento e cinquenta e cinco cruzeiros e setenta centavos), conforme relatório apresentado pela cooperativa e assinado pelos gestores rurais em 1962.

Os colonos arquitetaram a cooperativa com intenções de produzir expressividade em volume de produção, sendo que esse portfólio lhe conferia créditos para barganhar contratos, estabelecer parcerias de venda e consolidar-se na Região Centro-Serra como uma organização social e produtiva de expressão dos agricultores. As produções de trigo, feijão e cevada, além dos suínos e da banha, participavam das trocas da cooperativa, mas em menor proporção. Em 1962, o relatório aponta que foram vendidos 504 porcos, perfazendo um total de 38.634 quilos, num valor de Cr$ 3.040.561,50 (três milhões, quarenta mil, quinhentos e sessenta e um cruzeiros e cinquenta centavos) comercializados com a Cooperativa Agropecuária de São João do Bom Retiro, sediada em Bom Retiro do Sul, organização à qual a Comacel era confederada.

A organização coletiva dos agricultores possuía distinção direcionada à produção agropecuária e buscava, de fato, a benemerência social por constituírem-se produtores de tabaco *fortes*, situação que reafirmava a sua estabilidade enquanto colonos descendentes de imigrantes que povoaram a região. Em outras palavras, a criação de uma cooperativa atingia os princípios sociais, sobretudo, procurava fortalecer os vínculos de agricultores colonizadores – uma construção social de uma identidade geográfica produtiva. A organização coletiva tinha por propósito construir um “lugar ao sol” aos próprios agricultores associados, mesmo em anos difíceis. Sobre a função histórica da cooperativa, relatos de agricultores apontam que a classificação do tabaco era rigorosa, não exclusivamente no momento da comercialização, mas também após o beneficiamento, com a fermentação e embalagem cuidadosa para a exportação à Europa, de maneira especial, à França e Suíça. Paradoxalmente, os próprios colonos sacrificavam sua própria força de trabalho por um baixo rendimento em curto prazo, autoflagelando-se economicamente para a legitimação coorporativa que assumia o posto exclusivo de exportação de tabaco no país. Essa ação, apesar de eficaz, tampouco assumia caráter unânime entre os colonos, que, às vezes, questionavam a função social da cooperativa. Questionar não significava, porém, eximir-se da cooperação, pois os laços sólidos entre as pessoas e o compromisso vital assumido entre agricultores e cooperativa reincidiam numa consistente organização, principalmente, pela honra social (a força da palavra) estabelecida nos relacionamentos intercooperativos.

A criação da cooperativa do fumo, em meados do século XX, ao mesmo tempo em que integrou famílias rurais no circuito econômico, ressaltou a distinção entre aquelas que não

adotaram o sistema cooperativo. Em certa medida, a seletividade rigorosa dos colonos que ingressariam no quadro de associados acabou, de fato, num distanciamento entre os colonos *fortes* e os colonos *fracos*[30]. Famílias com sobrenome de destaque e de boas posses mantinham sua marca social registrada e legitimada, enquanto famílias sem expressividade ficavam à margem do processo econômico. O fato de aprovação do futuro associado na cooperativa era, se não de outro modo, um ajuizamento social do colono, que estava tentando construir uma estratégia para ampliar sua possibilidade de reprodução social. Barrar ou impedir seu ingresso no quadro social era, de um lado, para os associados, uma precaução de que esse colono não "sujaria" o nome da cooperativa, colocando-a em "maus lençóis", quando não teria capacidade para quitar seus compromissos econômicos, por ser mal visto na sociedade rural local e, assim, causar transtornos para os associados. Por outro lado, tal seletividade social implica, para a vida rural dessa família, a marginalização do processo econômico e social, fato que a retiraria do circuito de posses, necessitando usar outras estratégias para colocar seu tabaco no mercado, fato que alentava para as casas comerciais e, mais tarde, para as indústrias do tabaco. O sentimento de exclusão recebido pela família rural se revertia em um sentimento de inclusão quando recebia confiança por outros empreendimentos, o que se traduzia em fortes laços de coesão: primeiro, pelo sentimento de desprezo da cooperativa e, posterior, pelo sentimento de agregação e fidúcia do empreendimento que o aceitou, mesmo ciente de que estabelecer uma parceria apenas de acompanhamento e venda não chegaria próximo do leque de oportunidades que a cooperativa poderia lhe oferecer. Esse fenômeno social que estreita ou distancia as famílias rurais na época está amparado na comunidade por fortes valores morais e condutas sociais. Nesse ínterim, constitui-se um espaço emblemático de relações entre produção e sociabilidade.

Dessa experiência histórica, nota-se que os colonos do fumo eram e continuam sendo avessos a mercados improvisados ou temporários. Das inúmeras implicações, a que mais inquietou as famílias rurais, ao longo do tempo, foi a busca por mercados seguros e menos voláteis. Essa situação explica, em parte, a continuidade da produção de tabaco até os dias atuais pelos agentes sociais rurais. Então, a produção de tabaco é um elemento costumeiro da vida das famílias rurais de Arroio do Tigre e que faz parte de suas vocações para garantir a reprodução social. No sentido bourdieusiano do termo, a família atua de forma coletiva, sendo o sujeito da maioria das estratégias reprodutivas, tomando-se como ponto de partida que a

---

[30] O termo colonos fortes e colonos fracos é empregado por diversos pesquisadores, como Woortmann (1995), Tedesco (1998), Renk (2000), Fialho (2005), entre outros ou agricultores fortes e agricultores fracos, no caso do Nordeste, empregado por Garcia Junior (1989).

unidade familiar é construída com finalidade de acúmulo e transmissão (BOURDIEU, 1994a). As estratégias de ciclo curto (lógica econômica da família) e longo prazo (ciclo geracional – perpetuar no tempo/espaço) formam dois dos pilares da reprodução social da família rural (ALMEIDA, 1986).

A qualificação das famílias rurais para a produção de fumo na região se legitima na criação da Associação dos Plantadores de Fumo em Folha do Rio Grande do Sul, em 28 de agosto de 1955, com sede em Arroio do Tigre. A associação foi arquitetada com 122 sócios, tendo finalidade de defender os interesses comuns dos colonos que exercem atividades de plantação e cultivo de fumo em folha, com o intuito de promover melhoria da condição econômica e social da classe associada. Essa instituição possuía cinco diretórios nas localidades de Linha Cereja, Serrinha, Taboãozinho, Itaúba e São Luiz, cada qual com presidente, secretário e tesoureiro. Foi criado um Departamento Mutuário (mutualismo de indenização) que beneficiava o associado, garantindo sua plantação de fumo contra os sinistros provocados por fenômenos naturais, como o granizo, pela aquisição de um título de participação mutual. As adversidades climáticas constituíam-se, na época, um fator decisivo e preocupante para a reprodução da família rural fumageira. Eram necessárias estratégias para amenizar o impacto e também assegurar a permanência delas no campo, na condição de colonos produtores de tabaco. Em março de 1955, conforme Beling (2006), surgiu uma entidade representativa dos produtores, a qual viria constituir a Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA). Posteriormente, nas palavras de Benício Albano Werner (presidente da AFUBRA – Gestão 2011/2015), foram implantadas as delegacias da entidade nos municípios produtores de tabaco, as quais representavam a diretoria nas localidades – era uma forma encontrada para a divulgação e fixar a entidade.

Em 1962, o rural da zona a ser emancipada produziu 1.500.379 kg de fumo estufa e galpão, o que representou, em moeda nacional, Cr$ 112.316. 959,00. Nesse contexto, no ano seguinte, Arroio do Tigre foi emancipado e teve o tabaco como *mote* econômico do desenvolvimento rural. Essa primeira fase do rural fumageiro até a emancipação do município denomina-se aqui como *Fase I – A produção artesanal fumageira*, contexto em que a família rural do tabaco é um subespaço do campo econômico, em que os agentes estão vinculados por relações sociais que eram usadas para consolidar a produção e a enraizar a cultura do tabaco no rural. O cultivo tabaco foi tornando-se uma tradição, um saber fazer da família e uma identidade produtiva da sociedade rural. O colono se legitimou, de fato, como responsável pela reprodução do tabaco e dinamizador da economia local. Os rendimentos do tabaco ampararam a emancipação do município, mesmo num contexto de equivalência na produção

agrícola. A reprodução da lógica capitalista do sistema de trocas fortaleceu o tabaco como estratégia econômica dos colonos da Região Centro-Serra.

Ademais, a terra foi o principal elemento da reprodução sócia que proporcionou espaço para a produção do tabaco e também para diversificação do portfólio de produtos agrícolas, condição que manteve a família rural diante de ciclos de mudanças e intensificação tecnológica da atividade produtiva na região em questão. Em especial, o segundo capítulo trata dos elementos que compõem as estratégias de reprodução social das famílias fumicultoras diante da modernização da cadeia produtiva do tabaco e da dinâmica populacional do meio rural de Arroio do Tigre.

CAPÍTULO II – A MODERNIZAÇÃO E A FAMÍLIA RURAL FUMAGEIRA

O agricultor plantava tudo, ele criava porco bastante também, tinha que plantar milho, tinha vaca de leite, uma junta de boi porque era tudo feito a boi, ou duas juntas ás vezes até. É, não era fácil na época, se sacrificavam, mais iam. E, parece que eles tinham mais tempo do que hoje. Eu não sei, isso hoje em dia é tudo corrido. (Erica Ensslin, agricultora aposentada, 76 anos).

Figura 5 – Foto do colono no sistema convencional de semeadura de fumo (canteiros de solo) em Linha Cereja, Arroio do Tigre, RS.
Fonte: Arquivos históricos da família Ensslin.

As famílias rurais fumicultoras, sob os efeitos de conjuntura política e do capital externo, fazem uma combinação entre os recursos e os meios de produção. Os colonos de origem alemã e italiana de Arroio do Tigre, como forma de reprodução social, usam estratégias baseadas na força de trabalho do núcleo familiar ou, mais especificamente, no grau de autoexploração da força de trabalho da família. O trabalho, nesse momento histórico, diferencia-se das formas rústicas de trabalho na roça[31], uma vez que novos meios de trabalho foram incorporados na dinâmica produtiva. Ao longo do tempo, as famílias rurais têm reordenado os fatores de produção disponíveis com vistas à perpetuação geracional.

As mudanças das condições de trabalho e de vida, na sociedade rural de Arroio do Tigre, passaram por inserir economicamente os produtos, primeiramente restritos ao

[31] O termo roça é usado em diferentes pesquisas na área da Antropologia e da sociologia e adquire interpretações regionais. O estudo de Fukui (1979) faz um comparativo, conectando reflexões sobre o parentesco e a família, entre os sitiantes tradicionais do bairro rural do interior de São Paulo, no município de Santa Brígida, e no sertão da Bahia. Para a autora, "o trabalho de roça ocupa quase toda a população do bairro. A produção se orienta para o abastecimento destinado prioritariamente ao consumo das famílias roceiras." (FUKUI, 1979, p. 137) Nessa ótica, quando se usa, aqui, a expressão *roça* ou *trabalho na roça*, compreende-se um local ou espaço no qual é praticada a atividade agrícola, principalmente, ligada à produção rural.

autoconsumo e às trocas de alguns excedentes e, posteriormente, disponibilizá-los para transação mercantil, na lógica da economia de escala. Tais estratégias produtivas acoplam-se à racionalidade econômica do tabaco, constituindo um portfólio de ingresso de renda para os agricultores. Nesse momento, apesar da lógica não estritamente econômica, afloram-se novas formas de transação no rural, mediadas pela pressão externa, sendo que o mercado de insumos obriga a liquidar suas faturas prioritariamente com o dinheiro em vez do produto, um meio de valorização do capital.

Os trabalhos que se debruçam sobre a modernização rural têm como foco central o avanço da apropriação das tarefas agrícolas pela indústria. O poder das indústrias no processo e suas estratégias de subordinação do agricultor, explicam, em outras palavras, os mecanismos de dominação no campo, de poder para gerar a matéria-prima necessária para a fabricação do cigarro ou também dos alimentos embalados, enlatados ou refrigerados, ou seja, o processo vertical de integração indústria-agricultura. Neste capítulo, procura-se analisar como a família rural tem se adaptado a esse processo, suas reordenações ou sua não inserção imediata no sistema e quais suas saídas para continuar no rural, sem afetar diretamente o seu capital permanente, especialmente, a terra.

A produção integrada do tabaco colocou o colono mais cedo nesse processo de artificialização da agricultura, mas, de maneira contraditória, a cultura exige poucos aparatos tecnológicos relacionados à mecanização agrícola, coloca o colono do fumo em condições de competitividade na cultura, sem necessitar grandes investimentos que não se possa realizar com uma junta de bois, uma carroça, um arado de aiveca, uma foice e um machado, além de algumas instalações, como estufas e galpões para acondicionamento do tabaco, que também podem ser usadas para guardar suas ferramentas e para o abrigo de animais. Cultivar tabaco nunca disputou muito espaço de terra na propriedade, embora exija um trabalho intensivo da família rural. Na lavoura, dois ou três hectares são suficientes para a produção em escala e, nas instalações, o tabaco de galpão tão somente disputa espaço com as galinhas no momento em que é necessário o uso dos estaleiros para sua secagem no paiol, na área térrea do galpão, de onde são removidos, momentaneamente, os bois, as vacas de leite e os bezerros e no processo de classificação que divide espaço com as espigas de milho do paiol. Portanto, trata-se também da gestão do espaço e da organização produtiva da família rural em sua unidade de produção, fatores intermitentes da sua reprodução econômica.

A condição do colono do fumo se traduz numa organização integrada e também distinta dos processos agrícolas de produção e reprodução, sendo que suas estratégias estão, dentre outras, ligadas ao contexto mercadológico e às condições estruturais que a região lhe

oferece. A vida e o trabalho na agricultura se misturam do mesmo modo como se misturam as relações entre trabalho e lazer, portanto, não podem ser visualizadas de forma estanque, mas na sua condição complementar, pois o trabalho gera os meios de vida, bem como os meios de vida garantem sua reprodução biológica, uma relação de dependência com a natureza e sua ação nela. Existe, nesse emaranhado, um sentido simbólico em abstrair os diferentes espaços sociais: o espaço da roça, o espaço doméstico, o espaço de sociabilidade, o espaço de comercialização, o espaço de trocas; no entanto, tudo se mistura e se interconecta. É um jogo social em que um espera do outro um cuidado especial. O apego do colono à terra e aos animais envolvem sentimentos, lógica diferente do que a exploração econômica contemporânea tem calcado e reproduzido. Não obstante, o sentimento de apego pode ser fragilizado de acordo com as condições sociais de cada família rural e de seus graus de distinção social.

Portanto, neste capítulo objetiva-se conhecer e compreender as estratégias de reprodução social das famílias fumicultoras, experimentadas a partir da modernização da cultura do tabaco e do avanço do sistema de integração agroindustrial, bem como as mudanças nas estratégias de reconfiguração dos colonos nas formas de produção e comercialização por meio da reprodução social de ciclo curto e longo prazo, configurando-se nas novas gerações familiares. Para tanto, tomam-se por base as representações dos entrevistados sobre a questão do trabalho rural no seu respectivo contexto histórico, buscando um diálogo sobre a cadeia produtiva das famílias agricultoras, conjugado com um referencial bibliográfico abordando as transformações no rural, a modernização agrícola, o estudo sobre a família rural e suas relações com os fatores de produção (terra, trabalho, tecnologia e capital).

O capítulo está estruturado em quatro seções, além da introdução. Na segunda seção, aborda-se o contexto das mudanças sociais e produtivas no decorrer da segunda metade do século XX, momento de consolidação do sistema de integração e de transformações na base técnica da agricultura e das formas de organização familiar dos colonos. Além disso, focaliza-se o contexto do rural fumageiro no Rio Grande do Sul, circunscrevendo dados de produção e a relação da família com a cultura do tabaco. Na terceira seção, trata-se da dinâmica do rural fumageiro de Arroio do Tigre, buscando-se explicitar o momento histórico vivido pelas famílias rurais e a relação com as estratégias de ciclo curto de reprodução social. Por último, trata-se de fazer apontamentos sobre a modernização e a dinâmica populacional rural de Arroio do Tigre, indicando correlações entre uma sociedade rural, o contexto organizativo das comunidades e o fluxo populacional em contraponto com as estratégias de perpetuação da

família, vigentes no cenário de transformações rurais em fortes períodos de crise econômica e movimentação da produção primária no cotidiano dos agricultores.

2.1 O rural fumageiro do Rio Grande do Sul: contextos de modernização

A polarização rural/urbano intensificou-se na segunda metade de século. A artificialização do espaço urbano e a tecnificação do espaço rural inserem mudanças sociais na reprodução social das famílias. O rural, como um espaço de vida e trabalho, é um produto da interação entre pessoas e suas estratégias de reprodução, com objetivo, como diria Bourdieu, de afiançar a manutenção ou a melhoria da posição dos agentes nos campos onde são acionados. A modernização em suas distintas dimensões – produtiva, social e política – atrelada a difusão de inovações são expressões da massificação das tecnologias, de concepções modernas e da superação do atrasado. A valorização da imagem do colono moderno e a depreciação do colono ignorante, este último considerado atrasado, estigmatizado por sua condição camponesa, a qual expressa a visão da "não evolução" e de estagnação temporal. Em nosso campo de estudo, a população rural era expressiva. Conforme dados demográficos da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE DADOS), em 1970, 93% da população viviam no meio rural de Arroio do Tigre.

O *rural de ontem*, adjetivação para remeter à segunda metade do século XX, em Arroio do Tigre, associa-se a um amplo número de famílias rurais enormes, distribuídas em vilas, localidades e linhas. Seyferth (1972), na investigação sobre a colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim, em Santa Catarina, afirma que a colônia, a vila e a venda formam os elementos do sistema econômico camponês (SEYFERTH, 1972). Em Arroio do Tigre, as vilas mais fortes formaram o centro urbano do município e suas proximidades. A localidade de Linha Cereja, por exemplo, historicamente, internalizou certo *know-how*, pelo fluxo intenso de pessoas em vista de suas casas comerciais, a cooperativa e as bodegas, fato que explica sua capacidade de urbanização. Porém, foi a Vila Tigre que constitui o centro urbano, calcado em moinhos, casas comerciais e intensas trocas mercantis e culturais entre os habitantes. Linha Rocinha, berço da colonização alemã em Arroio do Tigre, foi a 13ª linha loteada, e o local pode ser atrelado, também, ao berço religioso pela consagração das primeiras missas e cultos no local, bens simbólicos e culturais ainda hoje presentes. As propriedades ainda se constituíam de boa cobertura de mato nativa, fato que permitia a

reprodução das práticas de desmatamento e queimadas, técnicas incorporadas pelas famílias colonizadoras. Com efeito, houve, no município rural, num período de meio século, transformações técnicas, econômicas, culturais e sociais, que repercutiram nos modos de vida tradicionais do colono, devido uma série de fatores, como crises, inadaptação ao modelo de modernização agrícola e abandono do projeto dos filhos para seguir uma condição camponesa. O rural não necessariamente oferecia condições de manter todos os braços e todas as famílias naquele espaço, com capacidade de autonomia para que cada novo casal reproduzisse a condição familiar.

A economia agrícola, aos poucos, deixou de ser de mera subsistência na colônia – conforme Vogt (2006), em estudo da colonização alemã na região de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, no final do século XIX – e passou a produzir excedentes mercantis, adotando, em alguns lugares, o fumo; em outros, a banha de porco; em alguns outros ainda, o feijão, o milho, a batata inglesa, a erva-mate ou outro produto qualquer à condição de principal produto comerciável (VOGT, 2006). A agricultura colonial gaúcha não se caracteriza por praticar exclusivamente culturas de autoconsumo, pois, nesse segmento produtivo, encontra-se acoplado um predicado forte – a sua inclinação para o mercado –, marcado pela presença do proprietário-trabalhador que, detendo os meios de produção, trabalha com a sua família, para obter, no mínimo, a sua sobrevivência. Na maioria das vezes, emprega terras impróprias para mecanização, possui uma área de tamanhos reduzidos e utiliza, eventualmente, mão de obra assalariada como complemento da força de trabalho familiar, como é o caso do fumo, da uva e dos hortifrutigranjeiros, conforme referenda o documento da Fundação de Economia e Estatística sobre os 25 anos de economia gaúcha (FEE, 1978). A despeito disso, Lima (2007) adverte que o fumicultor não se enquadra na condição de empresário familiar, pois, na fumicultura, o trabalho e os meios materiais de produção, em vez de se organizarem pela razão do cálculo aquisitivo capitalista, requisitam longas jornadas que avançam à noite. Existe uma flexibilidade e redefinição constantes na pequena unidade familiar em face do desenvolvimento e da acumulação capitalista. A sua permanência, mesmo diante do progresso técnico de ponta, causa, em certas situações, dinamismo e seletividade (LIMA, 2007). Na concepção de Etges (1990), ao converter-se fumicultor, contraditoriamente, tem-se que permanecer sendo camponês, em outras palavras, continuar produzindo alimentos (ETGES, 1990).

As famílias rurais usam estratégias de adaptação quando se reorganizam internamente em vista de um contexto desfavorável do mercado, prevendo uma manutenção enquanto unidade de produção e consumo. Prieb (2007) contesta o processo de integração como uma

simples relação funcional útil ao capital, mas como um processo contraditório, uma relação com determinações mútuas e fundamentalmente impregnadas de resistências e lutas sociais, cujo processo de integração é diferente da subordinação que atinge o trabalho operário com relação ao capital. Portanto, a subordinação indireta é referida para mencionar a relação entre a pequena produção e o capital industrial (PRIEB, 1997), pois a indústria não detém todos os fatores de produção, ou seja, as famílias rurais possuem terra e a mão de obra. Porém, Lima (2007) afirma que há dependência e subordinação econômica das unidades agrícolas, criadas pelo vínculo da produção integrada e que pode interferir internamente, diminuindo a produção de produtos paralelos ao fumo, mas sem eliminar aqueles considerados básicos para a unidade. Ademais, fica prejudicada a concepção da natureza capitalista da exploração agrícola integrada, uma vez que a razão do agricultor é menos empresarial e mais uma atitude estratégica de reprodução familiar (LIMA, 2007). Conforme Etges (1990), o fato de ser produtor de fumo não representa a liquidação da sua condição de camponês, pois tem uma remuneração baixa, via baixo preço pago pelo produto de seu trabalho, portanto, não é remunerado nos níveis que o preço do produto alcança no mercado, o que confirma o processo de transferência de renda do produtor para as empresas (ETGES, 1990). Em uma abstração genérica da agricultura de base familiar brasileira, Wanderley (2001) afirma que o campesinato[32] não se limita à economia de subsistência. Os debates dos estudiosos rurais polarizam-se entre dois campos opostos, em que as famílias rurais têm uma lógica empresarial e, portanto, subordinada ao capital ou têm uma lógica própria, com certas flexibilidades do sistema, por possuírem os meios e os instrumentos de produção. Independente disso, há um consenso geral: as famílias agricultoras estão imersas num modo de produção capitalista e cuja apropriação acontece mediante valor de troca.

Dada essa especificidade, a família rural apoiava-se no trabalho manual como forte elemento de distinção e acumulação, mas a efetividade disso é colocada em xeque na intensificação de máquinas e implementos agrícolas difundidos pelo campo. No pensamento social agrário, a obra de Karl Kautsky, *A Questão Agrária*, publicada, originalmente, em 1899, coloca que a divisão do trabalho e a adoção de máquinas e equipamentos aumentava a produtividade do trabalho agrícola. Em contrapartida, na visão desse pensador, tal divisão trabalhista proporcionou uma redução da autonomia camponesa. A transformação da

[32] Em discussões mais recentes, a ambiguidade conceitual entre campesinato e agricultura familiar foi suprimida por Wanderley (2014). Nessa publicação, a autora afirma que os conceitos de campesinato e agricultura familiar podem ser compreendidos como equivalentes. Para a autora, a agricultura familiar é efetivada em pequena escala, com condições de produção restritas, estando mais integrada às cidades e aos mercados (WANDERLEY, 2014).

produção agrícola em mercadoria trouxe novas demandas e exigências às famílias agricultoras, o que implicou escala, especialização e intensificação dos afazeres na roça diante da integração com o capital. A contribuição de Kautsky foi justamente compreender as mudanças que ocorreram na relação da família rural com o mercado, diante da incorporação da agricultura à lógica do capital. Em outras palavras, Kautsky vê o camponês passando por um processo de transformação na sua racionalidade de produção. A independência do camponês era dada pelo resultado do seu trabalho (capacidade de construção, produção, colheita e proteção), sendo apenas suscetível a imprevistos climáticos ou contingenciais, como incêndios e invasão de um exército inimigo, mas que se configuravam em lances passageiros e que, posteriormente, protegido, continuava sua reprodução social. Em contraponto, Kautsky percebeu que o desenvolvimento da indústria iniciou um processo de inovação, com a produção de máquinas e instrumentos, criando necessidades que, rapidamente, são difundidas para o campo. Tal processo aprofundou a dependência da agricultura dos fatores externos de produção e, desse modo, quanto mais o camponês se interligava ao mercado, maior era a necessidade de terra para atender as exigências. Quando o camponês não conseguia acompanhar o desenvolvimento das forças produtivas impostas, o processo de migração era o caminho adotado. Caracteriza-se, assim, o processo inexorável de redução da mão de obra no campo com a introdução da mecanização nas atividades agrícolas.

Para Mendras (1978), em estudo sobre o campesinato da Europa ocidental, até o século XIX, o camponês se tornou um produtor de mercadorias, com forte dependência da sociedade industrial. Entretanto, em 2000, Mendras reavalia e pondera, também, a relevância de se compreender a família diferentemente, baseada no grupo doméstico, no parentesco e no ciclo de vida (MENDRAS, 2000). Calus e Huylenbroeck (2010), em estudo sobre a persistência da agricultura familiar pela perspectiva socioeconômica e histórica, afirmam que a agricultura familiar não é apenas uma profissão em que capital, terra e trabalho são usados para gerar a produção agrícola, mas também um estilo de vida baseado em crenças e envolvendo formas de viver e trabalhar na propriedade. No caso da agricultura familiar brasileira, Wanderley (2004) afirma que é um modo de vida, sendo o agricultor um ator social no mundo moderno, que a modernização o transforma em agricultor, forçando-o adquirir novos conhecimentos técnicos necessários ao trabalho com plantas, animais e máquinas e o controle de sua gestão rural. Nesse sentido, estão imersos num dilema entre o modo de vida e a incorporação de técnicas modernas, em conflito entre o passado e o presente.

Os mecanismos de transformações sociais incidem, inclusive, por abordarem as implicações da modernização agrícola e do avanço da industrialização, impactando na

dinâmica da família rural e na reconfiguração do campo e da cidade. Os processos de modernização e industrialização do campo são um fenômeno também presente na agricultura de base familiar contemporânea, como apontou o livro *Da lavoura às Biotecnologias*. Goodman, Sorj e Wilkinson (1990) analisam o desenvolvimento capitalista na agricultura como um processo de apropriação pela indústria das tarefas agrícolas, materializadas em tecnologias, que podem ser comercializadas e patenteadas. De certa forma, essa análise Kautskyana usa as noções de apropriacionismo e substitucionismo para ancorar que a agricultura foi perdendo sua identidade na convergência da indústria. A tecnologia incorporada na Revolução Verde é criticada, pelos autores, como uma expressão notável da dinâmica do apropriacionismo na redução da importância da terra como elemento material da produção rural. O substitucionismo envolve a troca do produto rural e a ação paralela de apropriacionismo, e ambos constituem um movimento de interação combinado do capital no processo gradual e ininterrupto de troca das atividades rurais por atividades industriais, sendo que o apropriacionismo transforma as atividades rurais em atividades industriais (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1990).

Nesse sentido, a tecnologia se transforma em um dos principais condutores da eficácia econômica das famílias rurais. Quatro anos antes, em 1986, Wilkinson enfatizava que a modernização foi incapaz de compensar a escassez de terra no minifúndio pelo aumento de produtividade por unidade de área, pois a maioria do setor minifundiário não conseguiu solidificar essa transformação inicial e adotar plenamente o status de *farmer*, na medida em que não tem condições de abastecer as necessidades de sua família com a produção de seu estabelecimento. Assim, o processo de modernização fica bloqueado (WILKINSON, 1986). Para Seyfeth (1974), no estudo da colonização alemã do Vale do Itajaí-Mirim, a industrialização modificou a divisão do trabalho na área colonial, pois um ou mais membros da família camponesa passaram a trabalhar na fábrica e, com isso, a produção agrícola diminuiu. Esse fenômeno, Seyferth (1974) chama de colono-operário, que trabalha parte do dia na lavoura em sua pequena propriedade e outra parte na fábrica, mas isso não faz que o camponês desapareça, apenas continua a ter sua pequena propriedade.

A segunda metade do século XX pautou-se pela expansão do sistema de integração do tabaco tipo Virginia, o que intensificou o poder de convencimento e difusão de inovações pelas empresas fumageiras. O estudo de Paulilo (1990), sobre os produtores integrados do sul do estado de Santa Catarina, revela que a Souza Cruz convenceu alguns poucos produtores a fazer a experiência de plantar fumo de estufa de forma integrada. Para tanto, o interessado construía a estufa com dinheiro emprestado pela empresa, a mesma que também fornecia os

insumos na propriedade dos colonos. A Companhia pagava os juros do empréstimo para a construção e não os cobrava sobre o preço das mercadorias fornecidas, que deveria ser paga somente na safra. Os resultados positivos da experiência no sul de Santa Catarina agregaram mais agricultores familiares. Para aumentar a força de convencimento, a Souza Cruz contratava filhos dos colonos para trabalhar como instrutores na assistência técnica aos fumicultores, os quais procuravam convencer a família. Além disso, o pagamento em uma única parcela, pelo produto, condicionava o agricultor a receber um montante superior do que recebia por outros produtos (PAULILO, 1990).

A estratégia de imersão da indústria do tabaco no campo e a conquista de novos integrados, historicamente, foram apostadas na experimentação, na capacidade de difundir pesquisas altamente apuradas, no oferecimento de comodidades para as famílias rurais, na dependência de favores, como o emprego do herdeiro, na construção de laços fortes de cooperação mútua, no seguro agrícola, na assistência técnica, na alta renda bruta por hectare, no financiamento e crédito de insumos e instalações, na responsabilidade logística do produto pela empresa e na negociação da comercialização. O ato de convencer os agricultores nunca foi tarefa tão difícil quando os benefícios eram superiores a outras culturas ou produtos agropecuários diante da limitação nos fatores de produção, em especial, a terra.

No Rio Grande do Sul, a partir de 1970, a centralização e desnacionalização das empresas fumageiras ocorreu concomitante a um processo de modernização da agricultura em nível nacional, em que o uso de insumos modernos imprimiu um crescimento da produção e da produtividade, mas elevou os custos para os agricultores (PRIEB, 2005). No entanto, conforme a FEE (1978), a agricultura colonial, a partir de 1968, aponta um cenário de crescimento inexpressivo ou decréscimos significativos na área ocupada pelos principais produtos da agricultura colonial, sendo reflexo disso uma produção física que pouco se expande, sendo que as produções de fumo e de feijão demonstraram uma diminuição da área cultivada após esse período e do milho e da mandioca, a partir de 1971 (FEE, 1978). Em 1972, ocorre um aumento acentuado do valor em relação à produção física em praticamente todos os produtos da lavoura colonial, assinalando uma conjuntura altista de preços (FEE, 1978).

A quantidade produzida de tabaco estava ligada a fatores internos e externos às unidades de produção dos colonos. Os fatores internos de produção envolvem uma série de conhecimentos técnicos relacionados à cultura, às condições naturais, como fertilidade da terra, disponibilidade de mão de obra, tecnologia, trabalho e quantidade de recursos financeiros disponíveis à atividade fumageira. Em outras palavras, refere-se à organização

produtiva das famílias rurais em torno da cultura. Os fatores externos que impactam mais ativamente a produtividade e a produção final estão ligados ao comportamento das variações climáticas do ano agrícola, à flutuação do mercado do tabaco, ao controle das indústrias sobre a oferta e a demanda do produto, entre outros.

Em 1990, conforme Silveira, Dornelles e Ferrari (2012), a relativa estabilidade da economia brasileira e a abundante oferta de financiamento bancário à produção do fumo tornaram o produto brasileiro altamente competitivo no comércio mundial, e a atividade de beneficiamento industrial do tabaco no país, um negócio intensamente lucrativo às corporações multinacionais que controlam oligopsonicamente essa atividade no território brasileiro (SILVEIRA; DORNELLES; FERRARI, 2012). Na década de 1990, a quantidade produzida (ton) no quinquênio (1991-1995) do estado do Rio Grande do Sul apresentou uma variação atrelada ao cenário econômico do mercado do tabaco. Ocorreu um aumento na área plantada e colhida, no rendimento médio e na quantidade produzida de fumo em folha em dois anos consecutivos (1992 e 1993), e, depois, um repentino decréscimo (1994 e 1995). Comparando-se os dados da produção de tabaco nesse período no Brasil, no Rio Grande do Sul e em Arroio do Tigre, o comportamento da produção foi similar no âmbito federal, estadual e municipal (Figura 6).

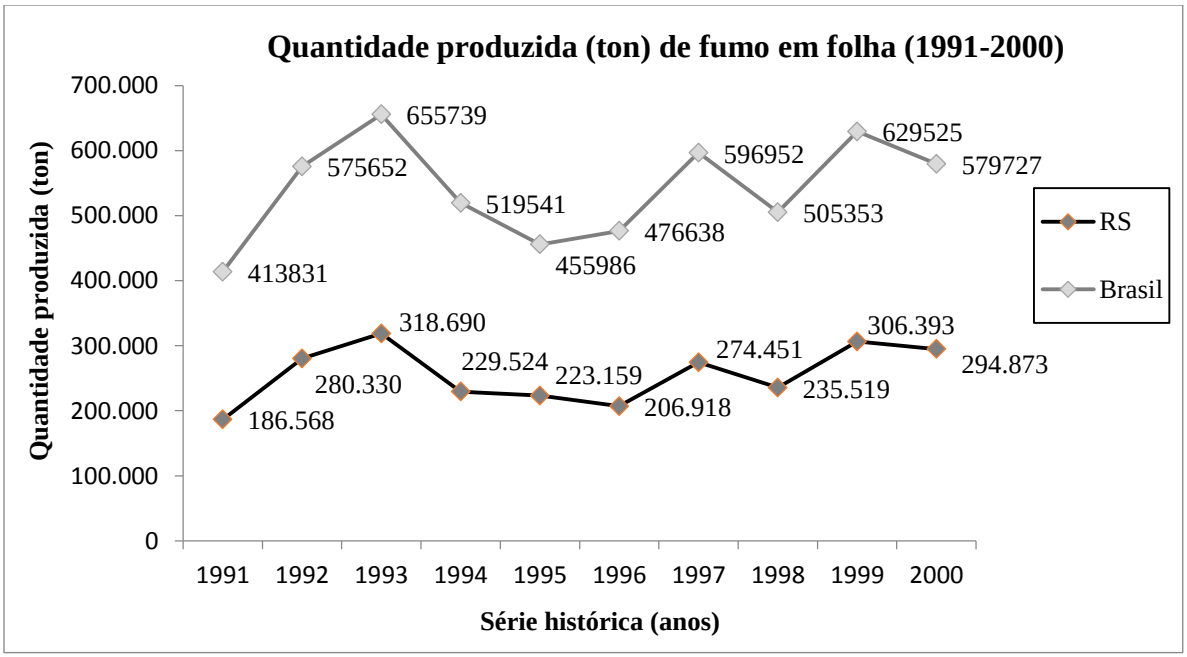


Figura 6 – Comportamento da produção (ton) de fumo em folha (1991-2000) no Rio Grande do Sul e no Brasil
Fonte: Adaptado do IBGE (2014).

O aumento da produção pode ser explicado por diversos fatores: a) aumento da área plantada em detrimento do ambiente nacional e internacional do mercado do tabaco, que influenciou os preços pagos para o produtor; b) pelo ingresso de novas famílias agricultoras na produção do fumo integrado; c) um ano agrícola que transcorreu normalmente, sem problemas climáticos ou precipitação excessiva de chuvas; e, d) o possível ingresso de novos cultivares de maior produtividade. A variação da produção de fumo em folha no Rio Grande do Sul e no Brasil (Figura 6) ocorreu de forma similar na série histórica (1991-2000), mostrando-se um efeito padrão na variação da oferta do tabaco em folha no mercado. O estímulo à produção decorre de forma proporcional ao preço pago pelo fumo ao agricultor. Nesse jogo, a indústria controla a produção, alternando preços maiores ou menores de acordo com sua estratégia para exportação do produto e seus contratos com o mercado internacional. Nesse campo, a produção de tabaco ultrapassa a simples relação de demanda-oferta, pois é um produto social; é uma relação entre campos de produção e consumo que garantem um mercado específico para essa atividade.

Esse jogo social embute, no âmbito da família rural, a acumulação de capital em safras consideradas boas, consequentemente, eleva a autoestima, a expectativa e a posterior decisão de aumentar a área plantada para a próxima safra. Na safra seguinte, a lei da oferta e da demanda coloca em xeque a expectativa dos colonos, frustrando-os quando a empresa delega baixos preços pelo alto volume produzido. É uma relação econômica e histórica que afeta diretamente a vida das famílias rurais produtoras de tabaco. As safras alternam-se entre altas e baixas, e, com isso, a empresa controla, também, as formas de acumulação do produto. O tabaco, como mercadoria, nada mais é que um jogo de interesses econômicos que movimentam a capitalização do mercado tabagista. Os colonos do fumo, o elo frágil, sentem-se angustiados pela escolha da produção especializada, tendo que ativar a sua capacidade de improvisação para sobreviver no ano agrícola. As estratégias de improvisação são aquelas que mais reproduzem fielmente a agricultura de base familiar, pois se sustentam no ciclo curto e também no ciclo longo de reprodução social. As famílias que não suportam o peso da capacidade de improvisação tendem a abandonar a atividade agropecuária, procurando ofícios urbanos, o que as marginaliza ainda mais, havendo algumas sem possibilidade de retorno para o campo, pois comercializaram o principal fator de produção: a terra.

A safra brasileira de tabaco, conforme dados da produção agrícola municipal do IBGE (2014), representou, em 1991, uma produção de 413.831 toneladas. Na safra seguinte (1992), 575.652 toneladas, um acréscimo de 161.821 toneladas produzidas no Brasil. Situação análoga ocorreu no Rio Grande do Sul, que, durante a safra de 1991, apontou uma produção

de 186.568 toneladas, apresentando um aumento repentino para 280.330 no ano de 1992, ou seja, um acréscimo de 93.762 toneladas. Em 1993, o estado do Rio Grande do Sul atingiu o pico de produção, durante a década de 90, alcançando o patamar de 318.690 toneladas de fumo em folha, comportamento atrelado ao alto valor da produção comercializada registrado no ano anterior.

Anos	Quantidade produzida (ton)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)	Valor da produção (R$ mil)
1991	186.568	123.183	123.183	55.556.006
1992	280.330	154.186	154.138	772.558.109
1993	318.690	161.610	161.610	10.431.257
1994	229.524	135.716	135.716	283.488
1995	223.159	130.350	130.155	343.980
Média	247.654	141.009	140.960	-

Quadro 3 – Produção de fumo em folha do Rio Grande do Sul (1991-1995)
Fonte: Adaptado do IBGE.

A boa remuneração do tabaco para os colonos, uma perspectiva otimista em relação à safra e a possibilidade de acumulação de capital fez com que as famílias rurais aumentassem a quantidade plantada, passando de 154.186 hectares, em 1992, para 161.610 hectares na safra de 1993, no estado. O tabaco ganhou espaço central nas estratégias de ciclo curto das famílias rurais, nesse período, especializando-se na produção fumageira. A redução das safras posteriores (1994 e 1995) para 229.524 e 223.159 toneladas, respectivamente, demonstra uma retração na produção, diminuindo novamente a área plantada no Rio Grande do Sul (Quadro 2). No final do período, conta com um aumento de 36.591 toneladas (1991-1995). Nesse quinquênio, registra-se uma média de 247.654 toneladas produzidas, 140.960 de área colhida (ha).

Anos	Quantidade produzida (ton)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)	Valor da produção (R$ mil)
1996	206.918	133.542	131.492	417.173
1997	274.451	143.690	143.590	502.225
1998	235.519	154.958	153.204	416.910
1999	306.393	151.765	151.664	488.262
2000	294.873	145.480	145.320	504.363
Média	263.631	145.887	145.054	-

Quadro 4 – Produção de fumo em folha do Rio Grande do Sul (1996-2000)
Fonte: Adaptado do IBGE.

A produção de fumo em folha do Rio Grande do Sul (1996-2000), conforme dados da produção agrícola municipal do IBGE (2014), na safra de 1996, assinala um total de 206.918 toneladas, enquanto, nos dois anos posteriores do quinquênio (1997 e 1998), alcança o patamar de 274.451 e 235.519 toneladas, respectivamente (Quadro 3). O pico de produção, nesse quinquênio, foi na safra de 1999, quando atingiu 306.393 toneladas e 151.664 hectares de área colhida. No final do período, conta com um aumento de 87.955 toneladas (1996-2000). No quinquênio, registra-se uma média de 263.631 toneladas produzidas, 145.054 de área colhida (ha). O aumento da área plantada e, consequentemente, da quantidade produzida refletem a perspectiva otimista da família rural fumageira no estado. Na década de 90, o tabaco ganha destaque principal nas estratégias econômicas familiares, intensificando a especialização na cadeia produtiva, sendo, em alguns casos, a redução significativa da produção de alimentos. O feijão, por exemplo, ainda perdurou na produção dos colonos de Arroio do Tigre, porém, após 2000, houve uma queda acentuada, em especial, pelo elevado custo de produção. Esses dados corroboram um processo crescente de especialização na atividade fumageira.

Nesse período, o meio rural passou por um intenso processo de transformação, condicionou os agricultores a replicar os saberes do passado e também reproduzir o pacote tecnológico prescrito pelo sistema de integração com o objetivo de maximizar a eficiência do seu trabalho. As mudanças tecnológicas, como ressalva Prieb (2005), além de exigir maior investimento por parte do agricultor, introduz uma melhoria qualitativa da vida dos produtores envolvidos diretamente no processo de produção. Na mesma linha, Marin, Redin e Costa (2014), em pesquisa sobre o tabaco em Arroio do Tigre, identificaram que o uso de tecnologias na produção do tabaco reduziu a penosidade do trabalho das famílias agricultoras. No entanto, dispor de tecnologia aumenta a dependência dos agricultores ao sistema agroindustrial, bem como não significa, necessariamente, maior eficácia no resultado final da produção, pois os fatores exógenos, como o comportamento do clima e a aplicação correta de todos os procedimentos da cultura, são determinantes para o bom desenvolvimento da produção agrícola.

Nesse sentido, o colono do fumo internalizou o sistema quando as unidades familiares ligadas diretamente à produção mercantil de tabaco se constituem em campos de replicação de tecnologias, boas práticas de conservação do solo, de técnicas e procedimentos, misturados com conhecimentos acumulados pela sabedoria popular ou de evidências sociais em geral. Quando inovações externas são introduzidas, são vistas com receio, repulsa e, caso emergir um insucesso, são renegadas socialmente pela comunidade rural: uma estratégia defensiva, de

precaução em relação ao futuro da família. No entanto, esse processo é cuidadosamente conduzido pela indústria para que os agricultores tenham, relativamente, um grau de sucesso na sua adesão, visto consolidar a transição e a adesão de forma mais ágil.

O trabalho da família rural, ligado diretamente às atividades do sistema de integração, configura-se como uma espécie de prescrição de procedimentos e receituários agronômicos para um bom desenvolvimento fisiológico da cultura, impondo exigências às famílias rurais, como disciplina e obediência, traduzidas na forma de capricho e organização na propriedade. Por isso, muitas vezes, o trabalho no rural é considerado repetitivo. A reprodução[33] tecnológica e a apuração de saberes tradicionais são incorporadas culturalmente, mas são readaptados e reconfigurados ao longo do tempo, seja por imposição externa ou pela necessidade da família rural.

O Rio Grande do Sul possui destaque na produção de tabaco, justamente porque as famílias rurais empregam suas forças produtivas na atividade, possuem condições materiais e simbólicas de serem *bem vistos* pelo mercado europeu e pelo mercado brasileiro. Dispõem de meios para desenvolver a atividade, mas também estão limitados a uma série de exigências da indústria, da legislação e da economia, atreladas a distintos campos de poder que regram a produção de tabaco. Em contraponto, a sua relativa autonomia quanto aos problemas econômicos fundamentais (o que e quanto produzir, como produzir e para quem produzir), mesmo tendo a sua produção relativamente instável, está submissa à da lei da oferta e da demanda, bem como aos relativos anseios das indústrias do tabaco. O campo externo, alheio ao domínio da família rural, é um ambiente profícuo para a profusão da lógica econômica e do regramento dos ganhos e da vida rural. Conforme Bourdieu (2012), as relações de forças entre as posições sociais avalizam aos seus ocupantes um *quantum* suficiente de força social – ou de capital – de modo que estes tenham a possibilidade de entrar nas lutas pelo monopólio do poder. Na cadeia do tabaco, no subcampo interno (dentro da porteira), o agricultor usa de suas formas e lógicas de trabalho, sua concepção em torno da propriedade e de sua capacidade de endividamento e anseios de prospecção, mais ou menos integrado ao sistema econômico, mais ou menos influenciado pelas agentes do capital, em especial, coordena as estratégias de acordo com a sua concepção de mundo.

---

[33] A reprodução grifada como mecanismo de segurança social equivale também como uma arte criativa, de reinvenção de formas de trabalho e sociabilidade, da maneira como é comercializado o produto do trabalho no mercado. Dito isso, a reprodução vista pelo processo de diferenciação é característica intrínseca para auferir autonomia pelos agentes sociais. Por fim, a reprodução não é uma ação vinculada estritamente ao futuro, mas uma ação realizada no presente com vistas à perpetuação da instituição família no ciclo curto e longo.

Desde a década de 1950, a tecnologia afastou o contato humano com a terra, produzindo uma lógica da tecnificação do trabalho; concomitantemente, a agricultura comercial foi deliberada e cuidadosamente expandida como um negócio global, lucrativo e poderoso, sendo vendida como a solução para a agricultura e adequadamente aceita pela diminuição da penosidade, do trabalho e do sacrifício no campo. O agricultor moderno é viabilizado pela produção-*commodity*, premiado financeiramente por sua ambição com o mercado agropecuário e não por seu apego ao rural, sua preservação ao meio ambiente e sua preocupação social.

2.2 Produção de tabaco em Arroio do Tigre: mudanças sociais e produtivas (1950-2000)

As famílias fumicultoras de Arroio do Tigre, nessa dinâmica temporal, vivenciam, de maneiras diferenciadas, os impactos do modelo de modernização da agricultura. Na ótica desenvolvimentista, conforme Fonseca (1985), o modelo extensionista prezava pela difusão de conhecimentos cientificamente válidos e aplicáveis à agricultura/pecuária e também como um projeto comunitário-educativo, com o propósito de se converter num instrumento de solução para os problemas rurais, cujas metas eram a obtenção de melhores índices de produtividade e a busca de uma maior racionalização da produção agrícola, proporcionando melhores condições de vida no campo pela educação da família rural. O papel da extensão no meio rural era um instrumento para garantir que o sujeito rural entrasse no ritmo e na dinâmica da sociedade de mercado, ou seja, que deixasse de ser parado e retraído e passasse a produzir mais e com melhor qualidade, em menor tempo, para movimentar os rendimentos e, consequentemente, a economia local. Acreditava-se que o problema do homem rural era a sua incompetência por falta de orientação (FONSECA, 1985). Ao analisar o processo de transformação da agricultura tradicional em vários países, Schultz (1965) coloca que os produtores rurais eram pobres, mas eficientes, e não se utilizavam de técnicas modernas ou porque elas não eram economicamente rentáveis, ou porque não eram adaptáveis às condições de solo e/ou cultura de suas regiões. Nesse sentido, Schultz (1965) afirma que precisavam fornecer insumos aos agricultores para aumentar sua produtividade e, ainda, contestava que a educação rural era muito precária e os agricultores tinham baixa escolaridade, cabendo, à extensão rural, suprir essa lacuna. Por isso, o projeto de modernização da agricultura brasileira baseou-se no crédito subsidiado, para permitir acesso aos insumos modernos e à

ação educativa de extensão rural, difundindo informações, concomitantemente a projetos de alfabetização de adultos (SCHULTZ, 1965). As novas bases energéticas, a apropriação do trabalho, a oferta de nutrientes agrícolas, o controle industrial da economia, a ciência agrícola e a inovação biológica (sementes), bem como a própria biotecnologia, reforçam a inserção definitiva do capital industrial na agricultura. O Estado passou a ser o agente promotor dessa mudança, bem como financia e fomenta todas as práticas modernas com o propósito de tirar a agricultura do atraso e inseri-la na economia, usando o discurso de gerar alimento e riqueza (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1990).

Porém, o novo modelo agrícola adotado pelo país contrastou numa diferenciação social entre os colonos adotantes de tecnologias e os não adotantes, sendo, o último, reflexo acidental de ineficácia econômica e despreparo da família rural para enfrentar as novidades da produção e da reprodução social. Os adjetivos “colono”, “homem da roça”, “pequeno agricultor” têm conotações pejorativas, associadas a pessoas atrasadas, pobres e ignorantes, pela sua não adaptação ao modelo de agricultura moderna. Na concepção de Silva (1982), a modernização é dolorosa, porque é lenta, restrita, concentradora de renda e terra, altamente excludente, além da crescente presença de capitais monopolistas controlando a venda dos insumos básicos, dos meios de produção e da comercialização. A transformação da agricultura brasileira foi imposição do grande capitalista, que exige a padronização da produção, e o processo de tecnificação alargou as disparidades, sendo que os agricultores de pequeno porte são altamente produtivos somente quando amparados por um pacote tecnológico propício, ou seja, insumos adaptados produzidos pelo capital industrial (SILVA, 1982).

No caso da produção de tabaco, as agroindústrias desenvolveram um pacote tecnológico, incluindo variedades de alto rendimento, fertilizantes, mecanização e os chamados “defensivos agrícolas”. O pacote tecnológico é o mote da produção de tabaco, sendo considerado o principal avanço do sistema integrado de produção de tabaco. As empresas do tabaco, através de uma pesquisa apurada e diferenciada, conseguem obter os melhores índices e resultados e, conforme sua necessidade, faz o processo de transferência de tecnologia para os agricultores. A cadeia produtiva do tabaco opera como campo de poder no espaço social em que ela se circunscreve, sendo comandada pelas empresas de capitais multinacionais, as quais detêm um campo científico e econômico que se caracteriza pela posse de conhecimentos específicos sobre todo o processo produtivo da cultura, sobre o mercado e sobre o comportamento econômico e não econômico dos agricultores do tabaco. Dessa forma, nenhuma outra instituição de pesquisa ou de extensão do país tem uma base de

dados e informações sobre a cadeia produtiva do tabaco de forma tão apurada quanto as próprias empresas fumageiras, conhecimento historicamente registrado e acumulado, sustentando o seu próprio capital simbólico. Ainda, elas detêm um campo cultural específico quando internalizam, na cultura, o *modus operandi* do tabaco e passam a misturar-se historicamente com a vida das famílias rurais.

Entretanto, a rejeição do agricultor às novidades da empresa fumageira era a sua condição de marginalidade na produção de fumo. A permanência da família rural na atividade se explica pela alta produção de alimentos para o autoconsumo e sua menor dependência ao sistema agroindustrial. Porém, essa característica não os colocava em vantagem competitiva para angariar destaque na atividade. O tabaco era mais uma das atividades agrícolas na propriedade, o que não eliminava a possibilidade de o agricultor ceder às tentativas das indústrias na comercialização de tecnologias para a produção de tabaco, com o discurso de melhorar a produção, aumentar a renda e fortalecer a propriedade economicamente. Toda ação com a família assistida era planejada pelas empresas de tabaco: desde a forma de abordagem do chefe da família, os métodos para ensinar o plantio e aplicação de produtos químicos, a classificação até os detalhes de enfardamento compunham as estratégias de transmissão de conhecimentos da pesquisa aplicada para as famílias agricultoras. O agricultor é “ressabiado”, “desconfiado” e tem aversão à qualquer tentativa que transmita o pensamento de que ele não sabe produzir ou não aplica as melhores técnicas. Esse é o principal cuidado dos orientadores de tabaco no momento de sua abordagem ao fumicultor. Algumas técnicas foram aceitas de forma vagarosa, principalmente, sobre a base da redução da penosidade. Esse reordenamento do modo de produção e de vida formou-se apoiado num sistema intrínseco da família num embate entre o tradicional e o moderno, nas bases da organização do trabalho rural e na tendência à especialização do tabaco sobre o mote da conjuntura agrícola da segunda metade do século XX. O processo de pesquisa e desenvolvimento das técnicas de plantio e das funções da planta têm, frequentemente, gerado resultados efetivos na reordenação do processo produtivo.

As técnicas que reduzem a penosidade depois de testadas, apesar de um olhar receoso da família rural, têm um índice de aceitação maior. Nessas estratégias, apoiam-se os instrutores de tabaco para a difusão de outras tecnologias, com interesse de vender, de cumprir as orientações da chefia, de comercializar produtos da empresa, os quais podem fornecer supostos benefícios para os agricultores. Se, por um lado, torna-os dependentes da tecnologia para minimizar a penosidade, por outro, a família visualiza tal dependência positivamente, pelo cálculo do menor esforço. A redução da penosidade é uma das principais

características apontadas pela família rural no decorrer do tempo, das suas vivências e experiências sociais e produtivas na roça. A partir dos depoimentos orais, nota-se a redução da penosidade do trabalho como uma das principais mudanças visualizadas pelos informantes rurais na agricultura da última metade de século. De forma equivalente à diminuição da penosidade, nesse modelo de desenvolvimento agrícola, também diminuiu a necessidade de braços na agricultura, exceto na produção de tabaco, a qual, apesar de adotar tecnologias modernas, requisitava sistemática força de trabalho para obter quantidade e qualidade do produto final, pois é uma produção intensiva.

Apesar desses avanços, aprofunda-se o processo de subordinação da agricultura perante a indústria de insumos e de processamento (WILKINSON, 1986, 2002) quando as inovações químico-genéticas convergiam de forma crescente para formar pacotes tecnológicos integrados (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1990). Ademais, Woortmann e Woortmann (1997) contrariam a tese absoluta da modernização como fator de depreciação total do saber camponês, pois, apesar de o campesinato ser visto como um modo de produção subordinado, isso não impede que seja portador de cultura e de saber autônomo – um saber integrado de apreensão do mundo, com relativa coerência interna, um *know-how* cujos pressupostos são dominados cognitivamente pelo camponês (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997). De fato, o processo de transformação da agricultura impactou diretamente a vida das famílias rurais, pela constituição e pelo fortalecimento do complexo agroindustrial, e as mudanças socioprodutivas nas formas de praticar a agricultura, produzir e de comercializar o produto. O modelo exógeno de desenvolvimento acarretou no avanço das monoculturas, no impacto ambiental, na migração rural-urbana e numa intensiva expansão da fronteira agrícola. A insuficiência de terras induz os colonos ao desmatamento das matas nativas, visto o abocanhamento das culturas comerciais, a produção em escala da soja (emergente nos últimos 50 anos), do trigo e do milho. Isso provocou, na região de estudo, uma oferta considerável de produção e uma redução eminente dos preços pagos ao agricultor.

O orientador de tabaco aposentado, 78 anos, da localidade de Vila Progresso, atribui a queda do fumo em corda, na segunda metade do século XX, à expansão da soja; em suas palavras: “Quando entrou a soja, o fumo de corda caiu completamente.” A expansão da soja afetou a produção artesanal de tabaco, exigindo, dos colonos, a abertura de áreas e modificações em suas terras, como o desmoronamento das taipas, a retirada das barreiras de nivelamento naturais (capoeiras e leiras de cana de açúcar), o avanço nas áreas de mato virgens e a incorporação dos “potreiros” (áreas de pastagens dos animais). O tabaco e a soja foram os dois produtos que estimularam os colonos à devastação das matas em detrimento do

circuito econômico produzido pelas *commodities*. Além disso, o fumo em corda também deixou de ser produzido pela intervenção das indústrias de tabaco, instaladas ao longo das décadas de 1960 e 1970.

O senhor Joselino (74 anos), agricultor aposentado de Linha Santa Cruz, localidade de Arroio do Tigre, faz menção sobre as bases técnicas produtivas, a relação com os agentes intermediários e a aquisição de novos instrumentos de trabalho, mediante a lógica do sistema de produção feijão e fumo:

> Naquele tempo não era como hoje. Fazia tudo manual com arado, capinadeira, enxada. Eu plantava, assim, 18 a 20 mil pés de tabaco Virginia. Aí uns dois ou três de tabaco comum, e era isso a planta. O feijão a gente plantava ali uns oito ou dez quilos, tinha de bater tudo a porrete. Eu já contei, quantas vezes, que teve um ano aí que colhi uns seis sacos. Estavam sobrando para o consumo. E aí, a gente colhia e deixava na poeira para guardar. Daí um dia o caminhão da cooperativa passou lá, e eu estava limpando, isso era na década de 60, nessa época por ali, até pode ser um pouquinho mais tarde. Daí o caminhão da cooperativa passou carregado com lajes, aquela de areia, aí ele parou e perguntou: ‘ – quer vender feijão?’ – Respondi: ‘estou querendo’. Daí diz ele: ‘por cinco mil o saco, na volta eu carrego o feijão, mas só pago pelo valor de Santa Cruz.’ No entanto, era um dinheirão! Aí ele foi pra lá, descarregou as lajes e voltou. Aquele feijão limpo, aí ele perguntou: ‘ – não quer comprar uma carroça? Eu estou vendendo uma carroça de Candelária, 29 mil a carroça, ou 5 sacos de feijão que dava 30 mil.’ No outro dia, ele carregou o fumo, e levou o feijão para a união de cooperativas, dos funcionários de lá. Daí ele me trouxe a carroça. Quando ele me trouxe, disse: ‘ – olha, essa carroça custa 30 mil por causa do frete.’ Daí, fiquei com ela. Por cinco sacos de feijão comprei uma carroça nova. A carroça está funcionando até hoje. Atualmente, com cinco sacos de feijão tu compra o que? Isso é coisa tão interessante né, certas coisas que tu quase não acredita, hoje está 80 reais o saco de feijão.

Nesse relato, o agricultor pondera que a lógica comercial da produção de alimentos era atraente, pois conseguiu comprar uma carroça com poucos sacos de feijão. A racionalidade mercantil do alimento passava também pela presença dos intermediários ou das cooperativas. Nesse âmbito, a fala do entrevistado remete às dificuldades de produção do alimento com instrumentos artesanais, mas, por outro lado, pontuou sobre a valorização econômica do feijão, uma estratégia de reprodução básica, mas que, naquele momento, incorporou uma lógica econômica de valor de troca, quando trocou a produção de feijão pela carroça. Por outro lado, o negociador aproveitou-se das suas condições para barganhar nessa transação, pois usou de um discurso de convencimento, dadas as limitações do espaço, da troca de informações e da pouca amplitude do âmbito dos negócios no rural, dessa segunda metade do século XX. A partir do avanço das técnicas de produção e colheita e da possibilidade de cultivo em grandes áreas, a produção alimentícia foi perdendo valor comercial, como pontuou o agricultor numa analogia com os dias atuais. Nessa configuração, apesar dos embates com a indústria fumageira, o tabaco ganhou maior importância nas estratégias econômicas das

famílias rurais, em detrimento da produção de alimentos. Tal concepção atingiu a percepção coletiva de que produzir alimento se tornou inviável para o agricultor de pequena escala na estrutura de campo agroindustrial em que se inscrevem.

Após esse período, o tabaco se fortalece como uma estratégia competitiva para manter o agricultor, pois a produção em larga escala é limitada pela carência de estrutura física, mão de obra, tecnologia apropriada e formas de qualidade. Nessa ocasião, as unidades camponesas, embora atreladas às indústrias do tabaco, conseguem se manter ativas, sem expressivo fluxo migratório até a década de 1990, fato que se confirma ao se observar o censo demográfico de Arroio do Tigre (Figura 7), apesar de um avanço da urbanização do município. O tabaco, nessa época, ganha maior relevância econômica na pequena propriedade em detrimento das culturas comerciais de larga escala.

A indústria do tabaco foi a grande responsável por difundir os produtos oriundos da guerra. O agrotóxico, em especial, foi disseminado pelas lavouras de fumo; agricultores que manuseavam o produto de forma descontrolada acabaram provocando sérios problemas ambientais e de saúde pública. O poder do capital, fundamentado pela produtividade e o acréscimo de produção, contribuiu para a incorporação dos insumos agropecuários na atividade rural. Os colonos têm, na produção em quantidades crescentes, a demonstração do reconhecimento pela sociedade de que é um agricultor de respeito.

Com a inovação na área agrícola e a chegada da modernização, foram incorporados insumos industriais (químicos, mecânicos e biológicos) e novos meios de trabalho, como foi o caso da máquina de agrotóxico costal, o arado de aiveca, a grade, a capinadeira, a carroça de pneu, a máquina de plantar, etc. O fenômeno da modernização do campo, efetivado sob a égide da produção industrial, foi próximo para algumas famílias rurais e, concomitantemente, distante para outras. As famílias rurais que tiveram possibilidades de adquirir o aparato tecnológico e condições econômicas para implementá-lo na sua propriedade acabaram diferenciando-se como fortes unidades de produção de pequena escala, mas, intensamente condicionadas pelas relações impostas pelo complexo agroindustrial[34]. Outras, mais distantes, ficam à margem do processo de dominação do capital, em economias de autoconsumo e racionalidades não necessariamente econômicas de produção, numa relação de equilíbrio entre trabalho e consumo, tal como expõe Chayanov (1974), o que explicou a continuidade das famílias na atividade rural.

---

[34] Conforme Muller (1989), o complexo agroindustrial é o processo de integração indústria-agricultura. Compreende-se como uma unidade de análise do processo socioeconômico, que envolve a geração de produtos agrícolas, o beneficiamento e sua transformação, a produção de bens industriais para a agricultura, os serviços financeiros, técnicos e comerciais correspondentes, e os grupos sociais.

O uso convencional de unidades experimentais de demonstração, no fundo, destituiu os saberes dos agricultores e provocou a sua estigmatização, principalmente, pela sua incapacidade econômica para adesão das novas técnicas, pelo baixo nível de escolaridade, pelo traquejo social e o pouco acesso à informação. Em outras palavras, é uma violência simbólica, uma dominação consentida de que suas práticas eram atrasadas e que, apesar cientes disso, internalizaram a estigmatização. Todavia, aos poucos, modificaram suas formas de produção baseadas nos ensinamentos geracionais e na experimentação social. Não existia, necessariamente, uma aversão ao progresso técnico, mas uma racionalidade voltada à alocação dos braços da família rural, momento em que a gestão preza pela não ociosidade dos seus membros e para evitar investimentos externos, considerados desnecessários na visão das famílias camponesas.

As transformações e as mudanças sociais derivadas do processo de modernização foram apontadas por Renk (2000) ao estudar a reprodução social dos colonos do oeste catarinense, em específico, o município de Palmitos. Para a autora, esse incremento de tecnologia agrícola acelerou as relações mercantis no mundo da colônia, embora a monetarização não fosse desconhecida dos colonos sulistas, mas de menor intensidade. Análogo a isso, a instalação da agroindústria cooperou para o avanço da modernização da agricultura, intervindo no processo produtivo pela integração vertical, quando os insumos e as orientações técnicas partem das empresas (RENK, 2000). Na produção fumageira, Lima (2007) afirma que o produto social do trabalho agrícola exercido pelos membros da família revela-se uma prática não capitalista, pois, nesse ramo de agricultura, nem o avanço tecnológico nem a defesa da especialização da produção levam à inevitabilidade do processo de proletarização dos fumicultores.

A mecanização, o uso de variedades escolhidas de sementes e insumos químicos, novas técnicas e procedimentos externos (*inputs*), a exigência de um melhoramento contínuo e acompanhamento criterioso do colono para o desenvolvimento da atividade fumageira têm o colocado em processos sucessivos de perda de autonomia. A semente do tabaco é um exemplo da apropriação da indústria pelo processo de desenvolvimento produtivo. Anteriormente, o melhoramento genético era realizado pela seleção natural das plantas mais vigorosas. A partir da modernização, a apropriação da semente pela indústria forçou o colono a fazer a aquisição de uma semente com obsolescência programada, como é o caso da semente do tabaco, do milho híbrido, da soja, do trigo, etc. Portanto, a família rural opera numa relação de autonomia mínima em todo o processo produtivo e ao longo da cadeia de comercialização. O enfraquecimento das casas comerciais, das cooperativas de tabaco, aliado à pesquisa apurada

das indústrias fumageiras, ao longo da segunda metade de século XX, colocou a família rural como adotante e cumpridora de regras impostas pelo mercado, pela indústria e pela demanda europeia, condicionada a uma liberdade restrita, adequando-se, de forma mais ou menos intensa, no sistema de integração. As barreiras étnicas e culturais têm ensejado resistências, colocando certa morosidade no processo, mas não o suficiente para impedir o avanço do processo agroindustrial, pois algumas novidades são bem aceitas pelo ensejo da facilidade no trabalho rural, eficiência e produtividade, resultados que se mostram tentadores. O grau de adoção dos colonos só não foi maior, num primeiro momento, pela incapacidade de investimento em curto prazo, o que coloca em risco a continuidade da família no rural.

A priorização por agricultores de grande escala, que respondiam às necessidades econômicas para a implementação da mecanização agrícola e dos respectivos insumos eliminou famílias com pouca integração com o mercado, portanto, as políticas, no espaço rural foram concentradas e de acesso restrito aos colonos do fumo. A deficiência em ativos imobilizados para garantir a liberação do financiamento foi um entrave para a gestão da família rural. Aliado a isso, a segunda metade de século ainda possuía restrições agudas em relação à comunicação e à logística. As barreiras que limitavam o desenvolvimento rural envolviam o problema da comunicação rural como ponto crucial no trânsito de informações restritas ao uso do rádio à bateria apenas algumas horas do dia. Com relação a isso, Anita (76 anos), agricultura aposentada, com a terceira série comercial (Ensino Médio completo), declara:

> Aí um e outro agricultor também já tinha rádio né, aí a gente não podia ligar o rádio o dia todo, gastava bateria não é que nem hoje, sai da cama liga o rádio e desliga quando vai dormir. Agora eu não faço isso, eu escuto as notícias, os avisos, só as coisas importantes. Mas, naquela época, eu sei, meu pai quando a gente ligava o rádio ele era um pouco rigoroso nisso, gostava de escutar noticiário da época, as notícias naquela época, não é como hoje em dia que diariamente vem um jornal, a gazeta da serra é semanal, o correio do povo é diário. Naquela época, tinha o correio do povo, mas isso vinha três ou quatro dias, porque o ônibus a Porto Alegre ele ia segunda e voltava terça, ia quarta de manhã e voltava quinta, sexta, três vezes por semana.

O depoimento da agricultora, moradora nos fundos de uma antiga casa comercial, coloca as restrições em relação à informação, como o caso do jornal, ao qual poucas famílias possuíam acesso. A falta de informação sobre as novas técnicas de produção e as dificuldades de comunicação rural significou a marginalização da colônia. Como exemplo, algum tempo depois, os colonos tomaram ciência da possibilidade de colocar ureia na terra. Por volta do final da década de 70, alguns colonos compram as primeiras máquinas e implementos agrícolas, sob a custódia do banco que decidia a quem ofertar o crédito. Para acessar o

financiamento, a instituição certificava-se de um aparato legal para garantir o ressarcimento da aquisição pelo agricultor. Para acessar o financiamento de um trator e seus respectivos implementos agrícolas (arado e disco), segundo relato dos colonos, era necessário: a) possuir acima de 28 hectares de terra; b) uma vistoria da propriedade; c) documento de terceiro (outro produtor) que possuía colheitadeira de soja para a comprovação da colheita. Portanto, o financiamento estava atrelado diretamente à cultura da soja, fato que condicionava a família rural a produzi-la para acessar o crédito, uma forma de forçar a mudança do sistema de produção para culturas de apelo ao mercado. No entanto, o acesso ao trator não descartou os bois, o cavalo, as ferramentas, como a foice, a enxada, o facão e o machado. Os instrumentos simples, de uso manual, continuaram sendo essenciais para o trabalho na roça. Viver da roça, da produção agrícola direcionada ao mercado, tornou-se um desafio para as famílias em vista das restrições dos fatores de produção nas unidades de produção de pequena escala. O ato de trabalhar era visto como um sacrifício necessário para a reprodução social da família rural.

A representação de trabalho rural envolve valores coletivos construídos socialmente e reproduzidos pelos colonos, exprimindo relações sociais e um repertório de interpretações sobre a ocupação dos agentes rurais, sendo que esses significados e essas percepções orientam, em certa medida, o comportamento e a visão de mundo da sociedade rural fumicultora. Portanto, ao representar o trabalho e a vida na unidade camponesa de tabaco, sua relação é diretamente proporcional às concepções étnicas, às infiltrações culturais e à visão do agente externo (o outro). As práticas de trabalho vicinal possibilitavam os colonos do fumo reforçar o trabalho da família. No entanto, a expansão do mercado capitalista fez a família aumentar o esforço físico; concomitantemente, reduziu as formas coletivas de organização do trabalho (*puxirum*), reduzindo as práticas de ajuda mútua entre famílias rurais vizinhas, exceto em caso de doenças ou de danos causados pela natureza.

Ser colono, na segunda metade do século XX, constituía-se uma estratégia de reprodução social das novas gerações. Ascender da situação de filho para a situação chefe de família era um projeto de vários filhos de colonos. Isso representava a entrada na vida adulta, a independência para a reprodução social no meio rural. Alguns filhos buscaram outras formas de reprodução social, principalmente, as mulheres. Ofícios não agrícolas, como a docência, eram mais buscados pelo gênero feminino. O gênero masculino, em certa medida, tinha seu destino traçado na busca por terra. A aquisição da terra, apesar de difícil, ainda era acessível mediante apoio dos pais. Os filhos que estavam se encaminhando para a vida adulta tinham sua *porcentagem* na safra agrícola da família, uma reserva que destinada para o momento do casamento. Casar cedo era uma estratégia de independência e autonomia. O

“casamento é um jogo” (WOORTMANN, 1995, p. 318) social com objetivo de reproduzir o patrimônio da família (BOURDIEU, 2009). Para Santos (1984), elevar-se ao nível de chefe da família é galgar o posto de maior autoridade na unidade produtiva, pois este passa a decidir sobre os negócios da família, visto que tem a responsabilidade pelas tarefas produtivas (SANTOS, 1984). Outros buscavam autonomia fora da propriedade, como foi o caso do Senhor Odair, 78 anos:

> No Morro da Lentilha, nasci e me criei ali, daí meu pai foi morar no Tigre e eu fui junto pra lá. Mas lá nós não tinha terra muito boa para trabalhar na agricultura. Aí apareceu uma oferta pra mim trabalhar de orientador agrícola, daí fui, fiz um curso lá, e na semana seguinte já me chamaram e lá me empreguei. Foi dia 01 de junho de 1957.

O entrevistado descreve que a vida rural e as condições das famílias eram bastante atrasadas naquela época devido à baixa escolaridade e às condições de infraestrutura. Ao lombo do cavalo, o Sr. Odair trabalhou seus primeiros dezesseis anos como orientador agrícola. Encilhava, montava e partia para assistir as famílias rurais integradas à empresa de tabaco. Descreve que saía de casa e ficava uma semana fora. Durante os outros treze anos de ofício, continuou a lida como instrutor de tabaco, viajando com o jipe e depois com o fusca. Nesse momento, presenciou diferentes etnias, formas de viver e de sociabilizar no meio rural. Acompanhou a dinâmica do núcleo familiar quando afirma: “Meus bisavôs, cada um tinha 10 filhos, mas todos eles ficaram em roda do Arroio do Tigre, agora os filhos desses já se espalharam.” A justificativa para a migração como estratégia de reprodução social respondia-se pelo baixo poder aquisitivo para comprar uma área de terra, portanto, migravam para reproduzir a condição camponesa em outras regiões, como Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul. Nesse sentido, podem-se estabelecer analogias com o estudo de Renk (2000) sobre os colonos do oeste de Santa Catarina que usaram a migração como estratégia de reprodução social.

O valor da terra aumentou progressivamente ao longo dos anos. Em Arroio do Tigre, na segunda metade do século XX, duas ou três safras agrícolas eram suficientes para quitar uma pequena área de terra, em média, um ou dois hectares, conforme relatos dos entrevistados. Nesse momento histórico, o valor da terra era menor (“compravam baratinho as terras”), e o poder aquisitivo de um ano para o outro aumentava, o valor da safra acrescia-se, então, existia a prospecção de se conseguir quitar o investimento no ativo imobilizado. Anos

posteriores, o acesso à terra ficou restrito[35], implicando problemas na sucessão familiar e na herança da propriedade. Moura (1988), ao analisar conceitualmente o campesinato em diversos países, as configurações de organização, a cultura e as linhas teóricas sobre sua classe, observa que é comum à família camponesa submeter-se às normas legais para realizar o inventário e a sucessão e, num segundo momento, contorna ou adapta as prescrições do código civil, retira a terra das mãos de certos membros da geração descendente, evitando a fragmentação excessiva (ela ocorre, mas num ritmo mais lento). É natural que, se o camponês estiver suportando um processo de expropriação, a prática de evitar a excessiva fragmentação será prejudicada pelos influentes mecanismos coercitivos vinculados às necessidades do capital, seja na sua expressão agrícola, industrial ou financeira. Independente disso, a herança da terra é, para o camponês parcelar, um processo social essencial à manutenção da sua condição e do perfil de determinada área (MOURA, 1988). No entanto, a negação da solteirice pelo herdeiro que não quer mais ficar, que quer ir para a cidade, segundo Woortmann (1995) – em estudo comparativo entre as realidades da colônia teuto-brasileira no RS e sitiantes de duas cidades do Sergipe, Ribeirópolis e Itabi – provoca um fenômeno mercantil em que a terra deixa de ser propriedade imobilizada para se tornar valor imobiliário.

As famílias rurais especializaram-se no tabaco e nas culturas ligadas ao complexo industrial. O milho era o produto mais valorado, atualmente, um subproduto de baixo valor de troca. As mudanças sociais da agricultura favoreceram os complexos agroindustriais em detrimento do trabalho da família rural. Quanto menor o trabalho braçal, maior o lucro da indústria no desenvolvimento agrícola. As mudanças socioprodutivas da colônia são destacadas na visão do entrevistado:

> Mudou muito a forma como eu me criei, na terra onde eu cresci. As terras eram muito dobradas, mas nós colhia bem. O que nós colhia de feijão, nós plantava os montes de feijão, e produzia sempre. Era feito a lavoura, plantava aquilo, depois passava a enxada, era um gosto colher feijão. A nossa terra produzia bem, daí a gente tinha bastante porco também, mas do tipo comum.

O entrevistado apresenta um leque de atividades da família rural, um bojo de estratégias para consumo e comercialização. A produção para o autoconsumo familiar e animal passa por predicados de diversidade e elevada quantidade, havendo o cultivo de abóbora, feijão, melão, melancia, moranga, mandioca, batata inglesa, batata, feijão de vagem, mandioca, arroz de sequeiro, hortifrutigranjeiros em geral. Nesse sentido, há analogias com o

---

[35] Atualmente, o valor da terra plana com emprego total de máquinas agrícolas em Arroio do Tigre está em torno de R$ 30.000,00 por hectare. As culturas comerciais de escala, hoje, não conseguem responder economicamente para viabilizar a compra da terra.

trabalho de Garcia Jr. (1983, p. 229), que observou: “as unidades domésticas dos pequenos produtores, enquanto unidades camponesas, têm como objetivo básico na produção a subsistência familiar.” No bojo da especialização agrícola de Arroio do Tigre, esses produtos foram dando lugar à produção de soja[36], ao aumento da área de tabaco e à dedicação especial à agricultura comercial. Os produtos sem valor comercial foram abandonados pelos agricultores, da mesma forma como se sucumbiram as histórias tradicionais, além da depreciação em relação aos apegos da língua e algumas tradições consideradas atrasadas, estigmatizadas pelo moderno da cidade, em que o linguajar era a caracterização mais visível de distinção social. Falar alemão passou de um aspecto do valor tradicional para o pejorativo. A identidade do colono foi sendo depreciada e suas técnicas consideradas rudimentares e de pouca valia, portanto, fadadas à marginalidade.

Poucos recursos tecnológicos e fraca infraestrutura marginalizavam as famílias rurais e as tencionavam a usar o recurso que mais tinha disponível: a mão de obra. O trabalho braçal na própria roça ou na roça de vizinhos foi o mote das estratégias das famílias rurais, visando “colocar comida na mesa” e possuir algum produto com valor de troca. Os valores cristãos dos colonos continuavam a manter a comunidade viva e ativa, sendo movidos por valores de reciprocidade, ajuda mútua e devoção. A religião continuava sendo o principal apego da família; a devoção e a crença armavam um cenário que lhe dava forças para resistir às agruras de um rural de perspectivas cada vez mais questionáveis em permanecer naquele espaço. Algumas famílias com menos recursos materiais migraram para outras regiões; outras buscavam formas de reprodução com alguma habilidade intrínseca, seja nas atividades masculinas de pedreiro, marceneiro, borracheiro, carpinteiro, soldador, mecânico, pintor, eletricista; e outras, ainda, buscavam tarefas femininas, como de costureira[37] e doméstica, em especial. Os colonos precisavam ter certo domínio dessas atividades para que sua unidade doméstica e de produção tivessem uma estrutura mínima de recursos. Esses ofícios, mais tarde, tornaram-se, particularmente, ofícios urbanos, mas, na época, configuravam-se na multifuncionalidade do trabalho da família rural.

---

[36] A produção de soja em Arroio do Tigre foi de 6.750 toneladas em 1991. Na safra de 1993 e 1995, atingiu o ápice de produção ao longo das últimas duas décadas, com 25.200 toneladas de soja. Em 2012, 14.040 toneladas foram produzidas em Arroio do Tigre (FEE DADOS, 2014).

[37] A máquina de costura, por exemplo, era uma atribuição da mulher no meio rural. A costura era uma técnica essencial à confecção de roupas para os filhos, cuja máquina era aparelho fundamental na família, muitas vezes, sendo deixado de herança para a filha mulher como forma de dote.

O mote da modernização e do aumento de produtividade foi a educação rural. Em Arroio do Tigre, foi fundado, em 25 de julho de 1964[38], o Centro Cooperativo de Treinamento Agrícola com o propósito de prestar ensinamentos e assistência técnica aos jovens agricultores da região, conforme reportagem do Jornal do Povo, em 04 de abril de 1971. Por meio de um convênio entre a Comunidade Evangélica de Confissão Luterana de Arroio do Tigre e órgãos estatais, como o Ministério da Educação e Cultura, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o governo do estado, foi formada uma equipe de docentes com dois técnicos agrícolas, um professor rural e um professor estagiário. Nos discursos do diretor do centro agrícola, das lideranças municipais e da Igreja Luterana exaltavam a "instrução" dos colonos como uma necessidade para que as famílias rurais possam "produzir mais". O aumento de produtividade era a efetivação concreta do resultado empenhado pelos agentes de desenvolvimento, que colocavam a necessidade imperativa de trabalho, mas de trabalho acompanhado do saber, uma estratégia clara de que os agricultores não produziam porque não conheciam as técnicas corretas de produção. Em outras palavras, o curso estava em prol de transferir conhecimentos agrícolas para aplicação imediata em suas propriedades rurais numa perspectiva de depreciação do saber tradicional, uma vez que este não servia mais para os interesses do desenvolvimento rural.

Nesse sentido, o discurso da experiência, que os agricultores sempre colocam em pauta para justificar sua produção, era desmitificado com o saber dos agentes externos. A educação rural partiu da reprodução de um ensino externo, calcado na depreciação das experiências sociais, geracionais e históricas e no fortalecimento do capital cultural, este último, legitimado por diplomas, técnicas e resultados de pesquisa e pelo fortalecimento da difusão de tecnologias agrícolas. Em 1971, o Centro de Treinamento formou 28 agricultores, sendo 13 de Arroio do Tigre, 13 de Sobradinho, um de Cruz Alta e um do estado do Paraná, conforme informações de Muller (1971). Em 1973, o Centro Cooperativo de Treinamento Agrícola de Arroio do Tigre (CCTA) formou 56 jovens agricultores com o diploma de técnicos agrícolas, conforme reportagem do jornal Gazeta do Sul, em 1973. Nesse espaço, destacam-se as falas do Diretor do CCTA, do prefeito municipal em exercício, da delegada do município e de médicos regionais. Discursos carregados de uma visão desenvolvimentista, arraigados nas terminologias *progresso* e *desenvolvimento*, constam nas falas registradas pelo jornal. Além disso, nesse momento, os discursos intencionaram colocar em legitimidade o Centro de Treinamento para discutir a reforma do ensino no país, visto sua experiência na

[38] A data de criação do Centro de Treinamento foi após a emancipação do município de Arroio do Tigre, que foi oficializado em 06 de novembro de 1963 pela Lei n. 4.605-A, assinada pelo Governador Ildo Meneghetti.

formação de profissionais para o meio rural. A emancipação do município induziu os agentes de desenvolvimento e as lideranças (gestores públicos) a frisar a necessidade de inserir, em seus discursos, estratégias para legitimar que aquele local estava contribuindo para o desenvolvimento, uma forma de consolidar a delimitação territorial conquistada pelo esforço coletivo de famílias com força social local.

Conforme Muller (1973), a localidade rural de Linha Cereja marcou o nome na história e no desenvolvimento de Arroio do Tigre, pois foi nesse espaço rural que surgiu a Cooperativa Agrícola Mista Linha Cereja Ltda., considerada uma das bases do progresso, além de uma firma exportadora de tabacos da família Ensslin. A vida social estava ligada ao Esporte clube Botafogo e à sociedade de Damas Primavera. A reportagem delega essa distinção à localidade nas contas do trabalho dos pioneiros e seus descendentes do início do século, quando desbravaram a região ocupada pela abundância de fauna e flora, e sua participação ativa no progresso e desenvolvimento de Arroio do Tigre (MULLER, 1973). Nessa passagem, pode-se afirmar que o espaço social é demarcado pelo ponto de vista étnico, pois a história é contada a partir dos colonizadores, endossados pelos documentos e os discursos oficiais que eles próprios se encarregam de validar. Os *brasileiros* que, por ventura, vivam na região eram considerados a mão de obra necessária para os colonizadores afincarem seu projeto de vida e desenvolvimento. Eram empregados peões, parceiros de serviço subordinados aos colonos descendentes de imigrantes europeus, pagos por meio de favores, seja em troca de moradia e comida ou, em alguns casos, em forma de moeda. Portanto, sujeitos ocultos do desenvolvimento, considerados apenas fatores de produção necessários para o sistema agrícola, num contexto de extrema forma utilitarista, em que se pese a inexistência de leis trabalhistas no meio rural.

Anos posteriores, os conflitos entre agricultores e trabalhadores têm desembocado num constante discurso de vitimização do agricultor, usando-se argumentos de que a lei privilegia os empregados e de acusação quando proferem que “hoje ninguém quer mais trabalhar”. A lei parece ter interferido na concepção do imigrante, gerando disputas de legitimidade entre aquele que trabalha e aquele que não trabalha. De outro modo, as ideologias veiculadas pelos discursos é uma estratégia de vitimização dos colonos de origem alemã e italiana e de estigmatização dos brasileiros, geralmente negros, e pela criação de estereótipos pejorativos dos brasileiros. O grupo social dominante inverteu a lógica dos estabelecidos e *outsiders*, conforme conceituação de Elias e Scotson (2000), pois os brasileiros foram considerados, portanto, *outsiders*, enquanto os imigrantes, os *estabelecidos*. A rotulação do ser humano inferior é uma prática utilizada nas disputas de poder para a

manutenção da superioridade social e moral, uma estigmatização das relações sociais produzidas a partir de uma série de repressões psíquicas, internalização da consciência individual e coletiva, fragilizando a autoestima e a possibilidade de reação (ELIAS; SCOTSON, 2000) dos brasileiros frente aos laços majoritários dos colonos imigrantes. A construção da identidade social valeu-se de elementos de reconhecimento da dimensão da vida social dos colonos, sendo, a todo o momento, autolegitimada, autoaprovada e autorreconhecida como grupo com função social. Os colonos foram os responsáveis por trazer o desenvolvimento a um local inóspito, habitado apenas por animais, ocupado por mato e num terreno extremamente íngreme e, até então, improdutivo às vistas do capitalismo.

Os estudos rurais apontam que o trabalho na roça é uma atividade eminentemente masculina (SEYFETH, 1974; HEREDIA, 1979; GARCIA JR., 1983), no entanto, o gênero feminino tem atuado de forma intensa, mas sob custódia do chefe da família. A divisão sexual do trabalho no fumo sempre exigiu, da família, o máximo de mãos disponíveis, em especial, nos momentos cruciais do ciclo produtivo, seja no transplante ou na colheita. A mulher tem papel circunstancial na cadeia produtiva do tabaco, além do espaço doméstico e dos afazeres em torno da propriedade, como é o caso da atividade leiteira, um serviço culturalmente atribuído ao gênero feminino. Ademais, as crianças também exerciam papel importante na atividade do tabaco, apoiadas nas concepções de trabalho acessório, como ajuda, aprendizagem e apego pela roça. Nas palavras do Sr. Odair (78 anos): “a família trabalhava toda unida”. A criança, desde os seis anos, realizava os trabalhos considerados leves, como colocar a muda de fumo na cova, recolher as folhas no momento da colheita, alcançar as folhas para enlaçar, atar as manocas de fumo, e assim por diante. O trabalho na fumicultura, conforme Paulilo (1990, p. 154), é “a atividade que melhor permite o trabalho feminino, infantil e mesmo o de pessoas idosas, quando chega a fase da classificação.” As concepções de trabalho “leve” e “pesado”, conforme Paulilo (1987), são variáveis nos diferentes espaços geográficos e entre os grupos sociais; para os fumicultores de Santa Catarina, o trabalho na lavoura é leve, mas cansativo; trabalho pesado é aquele que exige força física, sendo realizado por homens adultos (PAULILO, 1987).

A fuga do trabalho rural pelas moças, por exemplo, foi estimulada pela família, como uma estratégia de blindar o grupo social em suas estratégias de sucessão ou, em outra análise, uma estratégia de encaminhamento da(o) filha(o) sem vocação, sem condições para exercer a atividade rural ou devido à incapacidade de a unidade camponesa responder aos anseios econômicos das filhas. Dada a possibilidade, algumas moças buscavam o magistério para atuar como professoras das comunidades rurais ou urbanas. O refúgio no estudo é, de certa

forma, renegar o trabalho pesado do rural e valorar um estilo de vida menos laborioso num contexto de privação. Nesse sentido, também se reduzem os conflitos por disputa de espaço entre os membros da família na propriedade, devido aos mecanismos que a família rural adota para definir a herança da terra em Arroio do Tigre. De acordo com Moura (1998), em estudo sobre os camponeses em diferentes países, esses mecanismos devem ser compreendidos como resistência à expropriação, como ocasião privilegiada para se observar as tensões sociais inerentes à reprodução física e social do campesinato.

Em Arroio do Tigre, o curso de magistério, predominantemente buscado por moças, tem se construído como um importante fator de distinção social. Uma *pessoa estudada* era uma vitória e se transformava em referência na comunidade rural, seja para a educação escolar dos filhos dos colonos, seja num contexto de celebração religiosa. Todos os atos que envolvem pensar, ler e escrever, para a comunidade rural, passavam pela atribuição das educadoras. Como analisam Bourdieu e Passeron (2011), no estudo sobre o sistema escolar francês, o rendimento econômico e social de um diploma é determinado em função de sua raridade nos mercados econômico e simbólico. Em países onde a taxa de analfabetismo é muito alta, o simples fato de saber ler e escrever ou ainda a posse de um diploma elementar é satisfatória para garantir uma vantagem decisiva na competição profissional.

Algumas dessas educadoras, filhas de colonos, casavam-se com jovens rurais e permaneciam na comunidade ou em comunidades vizinhas. O trabalho do professor configurava-se como uma estratégia de distinção e respeito. Ademais, o jargão “sou marido de professora” exercia um papel diferenciado, pois a renda externa da propriedade fornece condições de distinções econômicas àquela família rural. A educação no meio rural, apesar do avanço institucional e da obrigatoriedade da escola, no início da segunda metade de século XX, tem sido mínima, ou seja, filhos de famílias rurais estudam até a quarta ou quinta série; depois, abandonam a instituição escolar por diversos motivos, dentre eles, a distância, o não gosto pelo estudo e sua projeção de vida no rural, com a justificativa de que, para trabalhar na roça, não é necessário qualificação, uma escolha que lhes coloca em autocondenação. Em outras palavras, o pensamento “Vou ficar na roça, logo, não preciso de estudo” é um reforço ao estigma do colono atrasado. O clássico estudo de Brandão (1999), sobre a cultura camponesa e a escola, sob uma análise da localidade do Alto do Paraíba – entre o Vale do Paraíba e Litoral Norte de São Paulo –, avaliando o sistema presencial de ensino na década de 1980, apontou que, somente o fato de o camponês aprender a ler e soletrar o nome já o separava entre o estigma do “caipira” e do trabalhador rural letrado (BRANDÃO, 1999). Ademais, as pesquisas sociais sobre a educação rural indicam que as pessoas que optam,

desde cedo, por permanecem no rural, tendem a abandonar os estudos, pois existe uma dissonância entre o que a escola ensina (inclusive, as escolas que estão inseridas no rural) e o que as pessoas vivenciam e trabalham no meio rural (MARTINS, 1975, 2005; ANTUNIASSI, 1983; BRANDÃO, 1999).

Essa situação retrata, em boa medida, a realidade da educação dos colonos do fumo, acima de 50 anos de idade. A escola tinha importância na alfabetização, mas, para seus projetos de vida, não instrumentalizava para o trabalho rural. Havia certa valorização dos colégios técnicos ligados à área rural, pois um filho formado em uma escola agrícola tinha um capital social fortalecido na comunidade, mas pouca oportunidade de utilizar seus conhecimentos na propriedade. Apesar de o conhecimento técnico representar um capital social, não lhe proporciona uma ação emancipatória, pois os conhecimentos tradicionais, de geração em geração, das vivências na labuta rural imperam na unidade camponesa. A legitimação da experiência social na agricultura prevalece sobre o conhecimento técnico da instituição escola. A experiência, angariada com anos de lida na agricultura, sobressai-se no momento da tomada de decisão. Nesse sentido, o trabalho de Champagne (1986), realizado sobre a França rural, destaca que a escola tem a disposição de minar a autoridade outrora forte e indiscutida dos pais, inculcando, em seus filhos, saberes certificados que transformam as hierarquias de competência localmente estabelecidas, desvalorizam os saberes antigos e seu modo de transmissão, modificam, em todo caso, a relação que os jovens mantêm com o trabalho manual.

Nesse cenário, há uma forma de disputa de poder entre pai e filho, entre o tradicional e o moderno, entre o saber empírico e o saber técnico. Na ânsia de não perder o poder na gestão da unidade camponesa, o colono usa de sua supremacia perante o filho, supremacia de ser o dono da terra, o chefe da família, do trabalhador que investiu suor e sacrifícios ao longo da vida para fortalecer a família rural e a propriedade. Na relação de dominação, um ordena e o outro obedece; caso não obedecer, tem a opção de sair de casa, procurar um emprego que garanta a aplicabilidade de seus conhecimentos, trabalhando para outros. Caso optar permanecer, deve submeter-se às regras do patriarca e trabalhar sem muitos espaços para pensar ou questionar, com breves ou mínimas alterações nas formas de trabalho: um espaço eminente de conflito entre as gerações, mediação que coloca em xeque as verdades e os pressupostos. A única forma de reordenação das práticas de dominação ou de se alcançar o nível de horizontalidade na relação patriarca-filho na atividade produtiva está na eminência de o segundo provar que seu projeto resultou em incremento financeiro em curto prazo à unidade camponesa. Esse fato é raro, pois o filho não dispõe de recursos para executá-lo, portanto,

emerge uma carência de autonomia dos filhos para inovar ou inserir novidades na propriedade. Os jovens demonstram mais facilidades para aliar-se ao capital econômico, enquanto o patriarca resiste às formas tradicionais e aos modernos insumos externos ligados ao capital.

As transformações rurais equivalem a questões relativas à tecnologia, estrutura e pessoas. Esse tripé convoca para compreender o rural sob as experiências e percepções anteriores sobre o trabalho e o movimento das mudanças produtivas e industriais. Essa bipartição entre o considerado antigo e o moderno é comentada pelo professor rural aposentado (61 anos), da localidade de Vila Progresso, Arroio do Tigre: "o trabalho antigamente era só braçal, era feito com animais, bois, bois com arado, grades, enxada, machado, foice e o serrote."

Na década de 70, era forte a reinvindicação social pela construção de estradas e rodovias asfálticas devido aos constantes transtornos de locomoção para a circulação de pessoas e mercadorias na região. A construção de estradas e pontes foi o elo essencial da reprodução das famílias camponesas. O fato comprova-se mediante seguidas reportagens em jornais de circulação regional, apontando a situação debilitada em que o município se encontrava em relação as suas rodovias terrestres e as suas relativas dificuldades de transição no território. Os contatos entre as comunidades e o escoamento da produção eram estratégicos para a sociedade rural dinamizar a economia do município. Tal fato era midiatizado em jornais impressos da Região Centro-Serra e da região Central (Quadro 1), evidenciando, à sociedade gaúcha, a carência de obras de infraestrutura. Tão logo, a realização das obras demonstra uma forma de exibição social, em outras palavras, que estão evoluindo com as conexões entre os territórios separados pelas águas.

Reportagem (Título)	Jornal impresso (mídia secundária)	Data
"É mais fácil ir à lua do que a Arroio do Tigre quando chove"	Jornal do Povo	25/08/1971
"Estrada e ponte trazem Otávio Germano a Arroio do Tigre"	Gazeta do Sul	07/02/1973
"Arroio do Tigre recebe 100 mil do Estado para construir ponte"	Gazeta do Sul	20/05/1973
"Construção da ponte sobre o rio Jacuizinho"	Paladino Serano	11/02/1975

Quadro 5 – Reportagens sobre transporte e construção de pontes no município de Arroio do Tigre – RS (1971-1975)

Fonte: Adaptado de Jornal do Povo (1971), Gazeta do Sul (1973) e Paladino Serano (1975).

A trafegabilidade era considerada um empecilho para ligação entre regiões, porém, o espaço social reduzido para os comerciantes locais chegou ao ponto de torná-los autônomos em seus negócios, cujo mecanismo proporcionava a dominação do comércio e o estabelecimento de preços, produtos e formas de pagamento e atendimento. Por outro lado, a crise das casas comerciais no meio rural foi decorrente da ampliação dos meios de locomoção e também da urbanização das cidades, fato que se expressou num aumento do portfólio de produtos e na possibilidade de se optar pelos estabelecimentos. Em outras palavras, aumentaram número de comerciantes, a diversidade e a concorrência, o que regulou preços e conduziu estratégias de venda mais interessantes para os negócios dos colonos. O colono deixou de comprar na vila rural para deslocar-se à cidade a fim de negociar os produtos de consumo e produção. A dinâmica da roça iniciou um processo de transformação entre a produção e ampliação das formas de comercialização e aquisição, fato bem visto pelas famílias rurais, pois rompia com a dependência do comércio local, nesse caso particular, um aumento de autonomia rural. Não obstante, a situação implica direta ou indiretamente nos processos e nas estratégias da família em sua unidade de produção e consumo.

As urbanizações das cidades refletiram na vida cotidiana da família rural, em especial, afetaram diretamente as casas comerciais rurais. O declínio da casa comercial é explicado pelo agricultor e orientador de tabaco aposentado (78 anos), residente na localidade de Vila Progresso, interior de Arroio do Tigre:

> Isso terminou, porque é fácil pra todo mundo chegar na cidade, na cidade tem o mercado, e o mercado tomou conta, e agora todo mundo tem carro e naquela época tinha que ir de cavalo e carroça. Hoje, tu vai na cidade de Arroio do Tigre tu não tem mais lugar pra estacionar o carro, de tanto carro que tem, porque o colono não tem um carro, ele tem dois ou três. Se tem filho na casa, ele tem o auto dele. Precisa de uma coisa, pega o carro e vai buscar. Eu sou um deles, vou lá na cidade, tem bodeguinha que tem as coisas, mas a gente vai lá na cidade.

Do mesmo modo que a casa comercial era um dinamizador na comunidade rural, não era uma livre escolha da família rural para seus negócios, em especial, pela baixa diversidade de produtos oferecidos. A casa comercial era oportuna pelas restrições em relação à infraestrutura rodoviária e à baixa densidade de popularização e acesso a veículos automotores pelos colonos do fumo de Arroio do Tigre. Conforme Paulilo (1990), a relação entre o comerciante transcendia os limites de uma relação puramente mercantil, pois existia uma dependência do produtor frente ao dono da venda, pois, caso este não quisesse lhe disponibilizar os bens necessários até uma nova safra, havia poucas alternativas de sobrevivência. Por isso, ele se submetia a comprar e vender pelo preço instituído pelo

comerciante. Por outro lado, ao vendeiro, interessava receber produtos agrícolas em pagamento das dívidas, pois disso dependia a continuidade de seus negócios. Estabelecia-se, assim, um compromisso entre as duas partes, sem contrato formal, mas com difíceis quebras desse acordo. O dono do estabelecimento, por sua vez, desde que o colono cumprisse o compromisso estabelecido, perdoava atrasos no pagamento se houvesse justificativas (PAULILO, 1990). Nesse sentido, existiam estratégias de cooperação também entre o comerciante e os colonos, porém, com relativa tutela por parte do dono da casa comercial.

A urbanização das cidades provocou o declínio acentuado das casas comerciais e das vilas rurais. Além disso, a dependência das bodegas locais esvaiu-se, "porque se vou na cidade eu tenho mais opção, posso ir em várias lojas e escolher o que eu quero. Então, hoje o nosso colono, está explorando o negócio pra ele, não tem mais esse negócio de eu vou ser cliente dessa bodega, o negócio de paternalismo acabou. Hoje, os filhos que estão estudando incentivam os pais a não concordar com tudo." (Aposentado, 78 anos). A fala é reveladora, visto que entusiasma compreender que o paternalismo das famílias comerciantes representava uma estratégia oportunista sobre os colonos, já que ganhavam na venda justamente pela falta de concorrência, pela dependência – uma escolha restrita ao local, a certos produtos e à boa vontade do comerciante rural. Esses resultados assemelham-se à pesquisa de Seyferth (1974) sobre a colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim, quando afirma que os colonos permutavam as mercadorias com o comércio, à mercê da sua dependência, devido às restrições de trafegabilidade, do transporte animal, do isolamento da colônia de qualquer centro urbano. Como consequência, os comerciantes fixavam preços nas mercadorias trazidas de fora e também fixavam os preços dos produtos agrícolas que compravam dos colonos, exercendo o domínio econômico no meio rural (SEYFERTH, 1974). No rural de Arroio do Tigre, em certa medida, o entrevistado alega que a baixa escolaridade era outro fator que oferecia a atuação de oportunistas, complementando:

> É difícil ainda hoje um vigarista chegar no interior e conseguir lograr alguém. Eu não compro nada de picareta que chega aí. Sou teu amigo, não leva a mal, mais vou buscar na loja. Eu não ofendo eles, trato bem, mas não faço negócio mais com eles, porque ele é um aventureiro. Ele não traz lucro pro município. Geralmente, trabalha com tudo frio, e é o picareta que explora tudo, até o último. Ele veio só uma vez e não vem mais, ele manda um outro. É que nem cigano, e isso está terminando mesmo, ninguém mais entra em negócio com esse tipo de gente.

Essa afirmativa coloca em sequência análoga os comerciantes rurais e os vigaristas aventureiros. Em ambos, a lógica é maximizar seus ganhos, no entanto, no primeiro, existe uma relação de confiança em suas mercadorias, enquanto, no segundo, essa afinidade foi, ao

longo do tempo, fragilizada pela noção de aventureiro e pelo oportunismo em lucrar, comercializando *qualquer coisa, a qualquer custo* e também pelo distanciamento do vendedor em detrimento do colono, o que emerge um possível descompromisso com a honra social, tanto apregoada e exigida pelos colonos. Fato díspar acontece na relação entre os agentes das empresas de tabaco e os colonos, quando os primeiros precisam constantemente fortalecer os graus de confiança com os segundos para manter um sistema integrado de produção de tabaco. Em específico, sobre a produção de tabaco e a repercussão na vida dos colonos na segunda metade de século XX, adiante, trata-se, especificamente, do contexto do Rio Grande do Sul e, posteriormente, de Arroio do Tigre.

2.3 A dinâmica do rural fumageiro de Arroio do Tigre

Na década de 60, os agricultores da região enfrentavam dificuldades na comercialização do fumo em corda. O problema revertia, em especial, nos rendimentos da família rural. Nesse momento de incertezas, um grupo de agricultores reuniu-se para formar uma cooperativa exclusiva para o recebimento e a comercialização de fumo em corda, denominada de Cooperativa Tritícola Superense (COTRISUL)[39], fundada em 1959, por 48 produtores rurais. Inicialmente, o fumo em corda era o produto exclusivo de recebimento pela cooperativa, sendo que, posteriormente, o fumo em folha também ingressou no seu rol de produtos (GAZETA DA SERRA, 1984). A partir de 1974, após aumentar as suas instalações, acresceu-se, também, os benefícios aos associados e passou a receber todos os produtos. Em 1984, além do fumo em corda, recebia fumo em folha, soja, trigo, milho, arroz, feijão, hortifrutigranjeiros e leite, em quatro postos de recebimento para atender as comunidades rurais mais distantes. Nesse período, a organização social beneficiava fumo, arroz e feijão e, na mesma época, a cooperativa alcançou a marca de 3.400 associados em sua base, majoritariamente, de agricultores familiares de toda a Região Centro-Serra (GAZETA DA SERRA, 1984). A cooperação dos agricultores de tabaco era uma estratégia coletiva para enfrentar um problema de comercialização de um tipo especial de fumo, entretanto, as prioridades, ao longo das décadas, foram reajustando-se conjuntamente com as estratégias de ciclo curto para seguir a lógica econômica da produção agrícola. O enfraquecimento das

[39] Em função dos limites administrativos, posteriormente, a cooperativa ficou instalada no município de Sobradinho, Rio Grande do Sul.

políticas agrícolas, nesse período, proporcionou um questionamento sobre a acumulação de capital no meio rural, em que coloca em xeque a lógica econômica dos colonos – trabalhar, produzir, acumular e reinvestir –, que permitia a reprodução social das famílias rurais no ciclo geracional. Esse *ethos* – conjunto de valores culturais – enfraqueceu-se com a indefinição do futuro no meio rural, forma em que muitos herdeiros optaram por abandonar a terra, ocupando outros ofícios na cidade local ou migrando para grandes centros urbanos.

A abertura de novas terras estava diretamente atrelada à produção de fumo galpão, cujo investimento externo na atividade é menor, sendo que o maior impacto econômico para o agricultor era a aplicação de "adubo de cobertura" durante o desenvolvimento da safra de fumo, conforme registros da Comissão Emancipacionista de Arroio do Tigre (1962).

A partir dos anos de 1970, período forte da modernização, a Comacel, cuja cooperativa era centrada da localidade de Linha Cereja, em Arroio do Tigre, investiu em tecnologias agrícolas a fim de que os agricultores aumentassem a área plantada de grãos e sua produtividade, como resultado da mecanização e do uso de insumos considerados "modernos". Em detrimento disso, cooperativa adquiriu um terreno na cidade, onde construiu novos armazéns para recebimento de grãos (milho, feijão, soja e trigo) e beneficiamento do fumo. Na década de 1980, aumentou o número de variedades de fumo, produto comercializado pela cooperativa até 1997, quando foi interrompido, retornando, em 2001, a ser comercializado novamente. O fortalecimento histórico dessa cooperativa culminou a tal ponto, que, passados mais de 80 anos, próximo ao final da década de 1990, os agricultores ainda não possuíam contas bancárias – sua única forma de crédito e ambiente de transação era calcada na cooperativa. Várias foram as crises do sistema cooperativo. Entre altos e baixos nas atividades produtivas que a cooperativa suportou, construiu um aparato de infraestrutura com uma sede no município e filiais no município de Sobradinho, Salto do Jacuí e nos interiores de Arroio do Tigre (Linha Cereja). Além disso, estabeleceu postos de venda em Vila Progresso e Vila Itauba, alcançando um patamar de 150 funcionários, 1.100 associados e culminando na agroindustrialização e comercialização de produtos alimentícios, insumos e prestação de serviços. O estudo de Vogt (2006) também identificou a presença de cooperativas para o beneficiamento e a comercialização de fumo dos cooperados na região de Santa Cruz do Sul, durante o século XX, com forte destaque do tabaco nas atividades das cooperativas.

A cooperativa se tornou, concomitantemente, o principal mecanismo de difusão de novas técnicas e processos considerados "modernos" para o rural, pela viabilização, na sua sede, de um aparato de melhoramento genético – touros de puro sangue da raça *holandesa* ou

Jersey e suínos reprodutores da raça *Duroc-Jersey* – com vistas a maximizar a produção dos colonos associados para a posterior comercialização. A melhoria genética do rebanho bovino e suíno possibilitava, nesse momento histórico, o fortalecimento da coesão social na produção e na reprodução econômica. De um lado, leite, carne e banha para a alimentação da família rural, por outro, matizes para angariar trocas econômicas, fortalecer a cooperativa e os agentes rurais em questão.

Os colonos do fumo, associados da Comacel, em boa parte, mantinham vínculos de integração com a cooperativa. No entanto, nos últimos 30 anos, pouco destoava do sistema de integração das agroindústrias tradicionais do tabaco, quando abandonaram a exclusividade de exportação, ao comercializar o "selo" conquistado, com uma tendência intermediária em vez de protagonista na produção de tabaco. O espírito cooperativista entre os colonos foi afetado, na metade da década de 2000, quando a cooperativa sofreu problemas de gestão e acabou ingressando em uma forte crise econômica, justamente, por perder o espírito cooperativo e o fortalecimento do seu quadro social, trabalhando com características de uma empresa. Atualmente, aluga suas instalações para outra cooperativa dar seguimento às atividades.

A segunda metade de século passou por transformações industriais que se refletiam, em maior ou menor, grau na vida das famílias rurais. As empresas de tabaco, por exemplo, com objetivo de otimizar suas ações frente aos colonos, iniciaram um trabalho de base para oferecer agilidade aos orientadores de tabaco que fazem o contato *face a face*, na ponta da cadeia. Os instrutores de tabaco, que percorriam suas longas travessias no rural de Arroio do Tigre ao lombo do cavalo, receberam um jipe da empresa. O veículo, sem dúvida, reservava condições que os colocava em maior competividade, visto a otimização do tempo do instrutor com a família rural. Desse modo, aumentava-se o índice de rendimento do trabalho, com maior número de famílias atendidas, maior número de horas de contato com o cliente, mais facilidade de trânsito no rural, além dos benefícios em relação à saúde de seus colaboradores (instrutores) no campo. Essa estratégia da empresa abocanhava, em certa medida, famílias e surtia maiores efeitos com o deslocamento rápido dos instrutores no campo. Um veículo no meio rural, nessa época, era condução rara, portanto, com possibilidade de ser usado como uma forma de conquistar o agricultor com pequenos favores. O veículo, sem dúvida, foi um *calcanhar de Aquiles*, importante por facilitar e fortalecer o sistema de integração.

Famílias rurais mais abastadas fizeram a aquisição de um veículo de passeio, cujo impacto na vida cotidiana era enorme, com a possibilidade de locomoção. De outro lado, o trator foi outro equipamento que, apesar da modernização no país, foi instrumento de trabalho raro para os colonos. Até no final do século, o acesso ao trator pelos agricultores não foi

restrito, mas houve baixa capacidade de resposta econômica por parte deles frente à conjuntura da política agrícola. O fato proporcionou, em especial, um mercado aberto para a prestação de serviços rurais, como foi a criação, em 1975, da Associação de Prestação de Serviços e Assistência Técnica (APSAT) – uma associação de natureza jurídica privada, que prestava serviços rurais para o plantio e a colheita, portando de um aparato de máquinas agrícolas para atender seus associados na região de Arroio do Tigre.

A modernização do aparato tecnológico, nesse local, foi mais lenta, díspar das técnicas relativas à cultura do tabaco. A técnica de desponte foi estimulada pelos "instrutores do tabaco" ou "orientadores agrícolas", extensionistas rurais privados, vinculados às empresas de tabaco. Dado o reconhecimento que os colonos primavam da "*teimosia*", as estratégias dos agentes de difusão envolviam uma ação pontual num agricultor e, posteriormente, a organização de um dia de campo para legitimar, ao coletivo, que a técnica aplicada representava maior produtividade. Os orientadores de tabaco visitavam o agricultor e pediam a permissão para despontar alguns pés de fumo, nos quais, posteriormente, aplicavam um produto químico. O resultado final de uma planta de tabaco com maior vigor convinha para demonstrar aos agricultores que a técnica usada podia incrementar a produtividade. Ademais, para aumentá-la, a técnica apresentada exigia a compra de alguns produtos, como o agrotóxico específico para curar o desponte e, mais tarde, as máquinas costais e roupas adequadas para o manuseio com o veneno. Portanto, uma estratégia que, por um lado, aumentou a produtividade do tabaco, por outro, majorou a dependência com a empresa fumageira, dada a necessidade de aquisição do agrotóxico e de seus respectivos equipamentos de aplicação. Essa estratégia é ainda implementada no rural fumageiro contemporâneo, sendo atrelada uma relação de dependência a cada inovação na cultura do tabaco e que envolve maximizar os ganhos da empresa perante o processo de venda de produtos "essenciais" para os agricultores desenvolverem a atividade fumageira.

Outrossim, na década de 1980, o agrotóxico foi amplamente difundido no meio rural de Arroio do Tigre, com um alto índice de aceitabilidade pela forma com que agia sobre a produção agrícola. Mais tarde, na virada de século, a substituição da capina pelo agrotóxico foi, para os agricultores, a liberação de mão de obra para a realização de outras atividades ou para um maior descanso da família rural. Nesse cenário da modernização, a adubação química foi ganhando espaço pela replicação das estações experimentais e projetos, como o Clube 4-S que foi coordenado pelas instituições de extensão rural. Nas palavras de Goodman, Sorj e Wilkinson (1990), a difusão internacional de técnicas da pesquisa agrícola marca uma maior

homogeneização do processo de produção agrícola em torno de um conjunto compartilhado de práticas agronômicas e de insumos industriais genéricos.

O sistema de integração do tabaco impulsionou a modernização por meio de parcerias e acordos latino-americanos; por exemplo, um produto inflamável (ou uma composição) oriundo de determinado país foi enviado para as indústrias revenderem aos colonos, sendo que, em troca, os países compravam tabaco produzido no sul do Brasil – um acordo comercial, segundo relato dos informantes-chave. A pesquisa de campo revelou que a indústria do tabaco replicou produtos oriundos da guerra para uso nas diferentes etapas de produção do tabaco. Produtos químicos com alta periculosidade eram repassados para os colonos prepararem os canteiros de tabaco – como um manual de instruções. O principal problema na produção de mudas de forma artesanal era a presença de plantas invasoras que prejudicavam os canteiros de produção de muda de tabaco, por isso, eram realizados no meio do mato – roçado, ciscado com garfo rastelo, semeando-se a semente de fumo–; depois, afincavam-se vassourinhas no canteiro para evitar a compactação do solo. Durante a década de 1960, difundiu-se a compra de um "adubo preto", que era enterrado e, depois, semeava-se e cobria-se tudo com palha. Esse produto, também derivado da guerra, evitava o surgimento de plantas invasoras, sendo, mais tarde, eliminado devido à sua toxicidade. Anos posteriores, outro produto (Brometo de Metila[40]), também considerado tóxico, foi usado na produção de mudas em conjunto com um plástico especial que cobria e vedava o veneno para evitar o surgimento de plantas invasoras, o que possibilitou a realização de canteiros próximos às lavouras, facilitando o trabalho rural. Em relação aos aspectos tecnológicos, segundo Prieb (2005), as principais mudanças introduzidas na parte agrícola da produção, nos últimos vinte anos, dizem respeito à introdução da tecedeira de fumo e ao uso de antibrotantes nos tratos culturais.

As novas técnicas de produção eram repassadas pelo técnico responsável pelo acompanhamento do agricultor, com orientação e instrução da empresa de tabaco. O saber artesanal foi considerado atrasado, inócuo, sendo, o colono, portanto, orientado a usar produtos indicados pela empresa fumageira para a produção, com o discurso de fornecer mais vigor e qualidade, uma vez que a invasora não competia com a muda. Esse processo provocou

---

[40] Segundo o Ministério do Meio Ambiente, o Brometo de Metila é um gás tóxico, nocivo aos micro-organismos patogênicos e não patogênicos, extremamente prejudicial à saúde humana e uma das substâncias mais nocivas à camada de ozônio. Suas propriedades desinfetantes são bem conhecidas: inseticida, nematicida, fungicida, acaricida, raticida e herbicida. Seu uso, na agricultura, é bastante amplo, principalmente, como desinfecção e esterilização de solos (matando toda a flora e fauna), fumigação de cereais, proteção de mercadorias armazenadas e desinfecção de depósitos e moinhos.

resultados como o envenenamento da terra e do próprio agricultor, uma vez que ele não visualizava os efeitos perversos do veneno, pois o utilizava em contato direto, sem equipamentos de proteção individual. Outras famílias começaram a aproveitar a horta para a construção de canteiros de tabaco, os mesmos locais em que produziam hortifrutigranjeiros para o autoconsumo, usando o espaço para cultivar hortaliças. Esse fato causou implicações sobre a saúde da família rural e também para o meio ambiente, além da visível dependência química voltada à produção de fumo.

Na década de 1980, a sociedade e as entidades ligadas diretamente ao meio rural direcionavam explanações sobre a importância da independência do agricultor perante o mercado na região de Arroio do Tigre. Dirigentes das cooperativas agrícolas, os próprios colonos e os meios de comunicação alertavam para a necessidade da diversificação da produção familiar além do tabaco. Em manchete, o Jornal Gazeta da Serra, em julho de 1983, destaca: "*Produtor da Comacel alerta: 'trabalho e diversificação, a única salvação'*". Na reportagem, foi entrevistado um agricultor tradicional de fumo, o qual, com o tempo, sentiu a necessidade de introduzir outras atividades de maior suporte a produção e que lhe oferecessem mais garantia de autoconsumo. Configura-se, já nessa época, o retorno da estratégia de diversificação produtiva como uma forma de reprodução social da família rural fumageira.

O quadro da produção de fumo em folha aponta registros de que, na safra de 1978/1979, conforme dados da Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA), eram 1.864 famílias rurais produtoras de tabaco, enquanto que, na safra de 1980/1981, reduziram-se 810 famílias produtoras, permanecendo 1.054. Foi uma redução significativa na lógica de abandono momentâneo da atividade[41]. Na safra seguinte, de 1981/1982, foram 1.407 famílias produtoras de fumo que se envolveram na atividade em Arroio do Tigre. Depois, na safra de 1981/1982 até a safra de 1984/1985, o número de famílias envolvidas na atividade produtiva ultrapassou a escala de duas mil, atingindo o pico em 1982/1983, com 2.948 envolvidas. A oscilação no número de famílias rurais registradas pode contrastar com um período de instabilidade na atividade produtiva, em que as estratégias de ciclo curto dos agricultores readaptavam-se de acordo com a lógica mercantil local e as orientações de autoconsumo.

[41] Os registros sobre o número de famílias ou de produção, relativos ao cultivo do tabaco, geralmente, estão atrelados a números de contratos oficializados, o que não representa a realidade de produção. Pode-se, portanto, hipotetizar que essas 800 famílias podem não ter abandonado a cultura, mas produzido por conta própria, sem amarras com as empresas de tabaco.

Ano/Safra[42]	Quantidade produzida (ton)	Área plantada (ha)	Famílias produtoras	Rend. Médio (Kg/ha)
1978/1979	-	-	1.864	-
1980/1981	-	-	1.054	-
1981/1982	3.625	2.068	1.407	1.753
1982/1983	4.125	2.948	2.496	1.399
1983/1984	4.810	2.854	2.585	1.685
1984/1985	4.598	2.648	2.571	1.736
1987/1988	3420	1.930	2.149	1.772
1988/1989	2.819	1.690	1.737	1.668
1990/1991	3.003	1.956	2.024	1.535
1991/1992	4.163	2.311	1.812	1.801
Média	6.606	3.940	3.940	1.664

Quadro 6 – Produção de fumo em folha do município de Arroio do Tigre – RS (1981-1991)
Fonte: Adaptado de Afubra.

Na metade da década de 1980, período sob forte inflação, estabeleceu-se uma descapitalização do colono produtor de fumo. O alto investimento demandado para implantar a cultura do tabaco na unidade camponesa começou a impactar na vida da família rural. A necessidade de aquisição de adubos, fungicidas, inseticidas e financiamentos com seus respectivos juros embutidos implicaram um processo lento e gradativo de descapitalização das famílias agricultoras, agravando o quadro de dependência relativa dos custeios agrícolas. Para as famílias rurais, a dependência do financiamento era um fenômeno novo, que provocava uma série de conflitos familiares, como na própria gestão do espaço produtivo, no embate familiar sobre o tamanho da área plantada e nas formas para se quitar o financiamento, com as quais não estavam acostumadas a lidar. O autofinanciamento proporcionava a liberdade de escolha do agricultor para optar pelo cultivo do produto "A" ou produto "B", aquele que, em sua percepção, poderia render mais economicamente. Os baixos preços pagos pela produção de tabaco e outros produtos agrícolas têm refletido se num cenário de constante desvalorização do trabalho da família rural. O Jornal Gazeta da Serra, no dia 29 de agosto de 1984, retratou a situação do preço do fumo e a descapitalização do produtor: "O que estamos vendo são agricultores mal vestidos e mal calçados; uma propriedade em decadência e a terra cada vez mais fraca e menos produtiva, restando, ao produtor, a alternativa de vender a mata e

[42] Das safras de 1985/1986, 1986/1987, 1989/1990 não existem registros em Arroio do Tigre.

os animais, deixando de usá-los em seu próprio benefício e, por fim, a ideia de vender a terra provocando o êxodo rural.” (GAZETA DA SERRA, 1984, s/p). O registro demostra o que se denomina empobrecimento do produtor de fumo, um atrelamento ao sistema agroindustrial, e aponta para um enriquecimento dos compradores de tabaco.

Em 1983, o preço do fumo era de Cr$ 4.000 por arroba e, em 1984, Cr$ 13.000,00 por arroba. Nas negociações do preço de fumo, historicamente, este foi equivalente ao índice de inflação, no entanto, no ano de 1983, a inflação atingiu 213%, e as companhias chegaram, aproximadamente, a um acréscimo de 185%, portanto, abaixo das expectativas dos agricultores, conforme registro do Jornal Gazeta da Serra (1984). Para a negociação do preço de tabaco, os representantes de classe e os agricultores usavam argumentos de acréscimo dos custos de produção da lenha e da terra, em contraponto à valorização do fumo, ao baixo salário pago aos agricultores e ao aumento vertiginoso da inflação. A indústria, por sua vez, usava argumentos de que os próprios agricultores preenchiam formulários solicitando um preço inferior, fato que servia de termostato na hora de fixar o preço do tabaco (GAZETA DA SERRA, 1984).

Em 1984, o jornal semanário Gazeta da Serra destacou: “Produtores de fumo querem 250% de aumento”. A notícia trata de replicar uma informação divulgada pelo assessor da subcomissão de fumo da FETAG, que, em conjunto com os representantes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Santa Catarina, Paraná, além da Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA), de Santa Cruz do Sul, representavam a comissão que luta pelo preço do tabaco. O custo de produção do quilo de fumo Virginia, de maior índice de produção, apresentou um aumento em relação à safra de 1983 de 239,99%, passando de Cr$ 975 para Cr$ 3.205. Foi com base nesses argumentos que foi estabelecido o preço pretendido pelas representações dos agricultores, com a alegação de que com esse patamar é possível ressarcir as despesas do tabaco e ainda angariar lucro. O preço real do quilo de fumo Virginia, de acordo com os cálculos projetados pela Federação, atingiria Cr$ 3.805, enquanto o fumo comum, mais barato, deveria passar de Cr$ 618 para Cr$ 2.394 (GAZETA DA SERRA, 1984).

Se, por um lado, o sistema de integração coloca a família rural produtora de tabaco à mercê de uma representação política distante, logo, aos poucos perde autonomia da produção e também da negociação dos preços de tabaco. Os representantes, distantes da comunidade, entram num jogo de poder com a empresa, mas ficam facilmente vulneráveis aos interesses do capital. Os agricultores fumageiros, na ponta da cadeia de produção, estão sujeitos às deliberações e aos acordos no campo econômico. Por outro, também é preciso relativizar que

a condição do agricultor em se integrar às agroindústrias é a única forma de sobrevivência. Conforme coloca Paulilo (1990), mesmo que se admita que a pequena propriedade que não incorpora, pelo menos, parte do progresso técnico tenda a desaparecer, isso não representa que o agricultor de pequeno porte viva essa experiência de maneira tão drástica, como algo exterior a sua própria situação. Em outras palavras, independente de um forte componente de dominação no desenvolvimento agrícola, essa dominação não pode ser analisada puramente como algo exterior (PAULILO, 1990). Sob esse prisma, também se pode considerar que o compromisso contratual entre a empresa integradora e os agricultores somente vigora por uma safra agrícola. Ao sentir-se lesado, discordando completamente do sistema de produção, orientação técnica ou classificação no momento da venda, o agricultor tem a opção de não renovar o contrato, escolhendo se integrar com outra agroindústria ou não plantar mais tabaco. Da mesma forma, é uma escolha relativa, mas é notável que isso oriente o comportamento do jogo contratual em não ser tão rigoroso quanto se estabelece *a priori*.

O embate entre colonos, representantes e a agroindústria do tabaco envolvem múltiplos campos, atores e processos, pois estão na ordem de um espaço social dinâmico, sendo, às vezes, indefinidos, incertos. O campo de disputa entre agricultores e agroindústria, historicamente, direcionou-se na ordem econômica, no preço da comercialização. Trata-se de um campo de poder conflituoso, pois interfere diretamente na lucratividade de ambos, uma justaposição de interesses: enquanto a agroindústria busca aumentar a margem de lucro, os agricultores defendem uma remuneração justa pelo trabalho na produção do tabaco.

O cenário se concentra na produção de fumo, pois se construiu uma percepção de que o tabaco é um produto de remuneração elevada, visto o montante de capital recebido no final das safras pelas famílias rurais. Nessa ilusão, diante da crise da década de 1980, o colono concentrou esforços no produto que lhe trazia um ingresso financeiro para mobilizar a sua unidade de produção, portanto, o campo de lutas no tabaco se resume a um interesse majoritário: o dinheiro. É um campo de lutas limitado ao colono, pois batalha e reivindica com a própria indústria que os manipula, as mesmas que buscam estratégias coletivas com outras empresas do setor para blindar o campo, enquanto que, do outro lado, tem-se uma luta desorganizada, desconjuntural e presos a uma infraestrutura na propriedade que só tem uma finalidade: a produção de fumo (no caso da produção de fumo Virginia). A indústria recorre ao jogo, pois sabe que o colono do fumo está atrelado ao seu sistema, que, na próxima safra, terá o produto. Caso a demanda reduzir, a estratégia de aumentar o preço pago ao fumicultor é cunhada pela própria indústria, o que traz bons rendimentos para algumas famílias rurais. Na outra safra, a produção de tabaco aumenta vertiginosamente, e o preço pago é ligeiramente

diminuído, um sistema que é movido pela lei da oferta e da demanda, extremamente funcional para o jogo das empresas de tabaco.

Por fora dessa linha de produção integrada, o fumo em corda era um saber de tradição familiar, que foi construído e herdado da difusão tecnológica realizada pelo capital externo. O fumo em corda sempre teve um mercado específico, um produto que se caracterizava pela especificidade da demanda com público cativo. O processo de produção do fumo de corda, em especial, a cura, o manuseio do rolo de corda, o banho do rolo e o processo de camboteamento foram abandonados pela própria inovação tecnológica e o ingresso do sistema agroindustrial. Por esse motivo, após a segunda metade de século, o fumo em corda deixou de ter expressividade econômica e reduziu a quantidade produzida. O consumo local pelos próprios agricultores e pelos consumidores da redondeza ficou por fora das estatísticas de produção. As famílias que detêm, atualmente, as técnicas do fumo em corda são poucas e isoladas, geralmente, agricultores idosos que ainda vivenciam essa experiência, mantendo-a na propriedade ou apenas em memória ligada ao passado. Na região estudada, os agricultores quase não mantêm mais a produção de fumo em corda.

2.4 A modernização e a dinâmica populacional rural de Arroio do Tigre

A modernização da produção de tabaco, em Arroio do Tigre, oscilou entre a resistência e a adaptação, entre o seu modo de vida étnico e o modo de vida imposto pela economia de mercado. Os colonos, ao se distanciarem dos aparatos tecnológicos, mascarados pela baixa resposta econômica, devido à depreciação dos valores pagos pelos produtos agrícolas, mantiveram-se marginalizados pela onda de circulação da produção emergente. Todavia, as mudanças no espaço rural não estavam atreladas unicamente à dimensão econômica, mas também ao capital cultural e ao capital social, isto é, os laços entre os saberes e conhecimentos oficializados e as relações sociais familiares e extrafamiliares. Essa crise quaternária de reprodução social – de ordem econômica, de ordem técnica, de ordem cultural e de ordem social – mudou o mundo rural dos colonos no último meio século. A identidade do colono era colocada, a todo o momento, em jogo, num constante campo de poder entre as raízes étnicas e suas tradições *versus* a chegada de novidades nas formas de produção, organização social e no comportamento humano em questão. Como exemplo, há a técnica de arar a terra com arado de aiveca conduzido pela junta de bois e o arado conduzido pelo trator,

ou seja, a produtividade do trabalho do segundo é majoritariamente superior à produtividade do primeiro. Essa situação colocava uma disputa social entre agricultores que aderiram à mecanização agrícola e aqueles que não aderiram à tecnologia. O agricultor que usa os animais de tração justifica essa técnica pelo menor custo de produção, visto que possui os fatores de produção, enquanto o trator necessita de manutenção e combustível.

A família rural, em meados da segunda metade de século, era extensa. Os filhos constituíam a base social e produtiva, enquanto formação de mão de obra e reprodução biológica da etnia, da religião e das tradições. Conforme registros da Comissão Emancipacionista de Arroio do Tigre, em 1962, a Paróquia Sagrada Família (Católica) registrou 603 batizados, 86 casamentos e 25 extremas unções. No mesmo período, considerando-se os dados de quatro comunidades da paróquia Luterana, foram 130 batizados, 25 casamentos e 18 enterros. Destarte, o número de batizados foi elevado, diretamente proporcional ao acréscimo no número de nascimentos no local. A comparação entre o censo da Igreja Católica e o censo da Igreja Evangélica Luterana informa o número de famílias nas paróquias do meio rural, o que retrata, em parte, a presença majoritária de famílias rurais católicas. Em 1962, a Capela Matriz da Sagrada Família, fundada em 1917, tinha 264 famílias que se dividiam entre as citadinas e as famílias do interior, próximo à Vila Tigre. Os registros por capelas do interior de Arroio do Tigre totalizam 1.068 famílias rurais (Quadro 03) no ano da emancipação político-administrativa. Adicionando-se as famílias, teoricamente, urbanas (264), a comunidade católica englobava, em 1963, 1.312 famílias, com uma média de seis pessoas por família, totalizando 7.872 pessoas católicas no município de Arroio do Tigre.

(continua)

Localidade rural	Igreja	Ano de fundação	Número de famílias rurais – 1963
Linha Cereja	Capela Nossa Sra. Medianeira	1921	45
Linha Santa Cruz	Capela São José	1920	40
	Capela Nossa Sra. das Graças	1950	78
Linha Taboãozinho	Capela Santo Antônio	1948	69
Bela Vista	Capela Santa Catarina	1920	61
Lagoão	Capela São Roque	1928	68
Linha São Pedro	Capela São Pedro	1922	47
Linha Paleta	Capela Anjo da Guarda	1921	44
Rincão da Estrela	Capela Nossa Sra. da Salete	1949	42
Rincão da Estrela	Capela de São Sebastião	1947	58

(conclusão)

Localidade rural	Igreja	Ano de fundação	Número de famílias rurais – 1963
Rincão São Luiz	Capela de São Luiz	1942	52
Itaúba	Capela São João Batista	1930	147
Linha Ocidental	Capela São Judas Tadeu	1944	71
Linha Taquaral	Capela Cristo Rei	1945	77
Rincão da Estrela	Capela Nossa Sra. Imaculada Conceição	1961	59
Lagoão Baixo	Capela Nossa Sra. Aparecida	1956	47
Linha Rocinha	Capela Sagrado Coração de Jesus	1916	43
Total	-	-	1.068

Quadro 7 – Censo das famílias rurais católicas no rural de Arroio do Tigre, RS
Fonte: Adaptado do Caderno Assistência Religiosa da Comissão Emancipacionista de Arroio do Tigre (1963).

Não obstante, a Igreja católica atuou incisivamente na vida cotidiana dos colonos, visto sua estratégia de interiorização. Sobre isso, o estudo de Tedesco (2000, p. 45) sobre os colonos da região do Alto Taquari, afirma: “a presença do padre, mesmo que esporádica, motivava a agregação de famílias de colonos, de vizinhos e de outros ligados a negócios locais.” Em Arroio do Tigre, enquanto a Igreja Luterana conglomerava três núcleos comunitários em localidades rurais e um no centro da cidade, estimando-se 2.940 pessoas, a Católica estava presente em quase todas as localidades, formando comunidades em torno da religião e da socialização entre as famílias. Em contraponto, a Igreja Luterana movia esforços na educação de base com pastores evangélicos, professores nas escolas da região. A pregação do Evangelho e a orientação escolar se confundiam até que a intervenção do Estado estabeleceu que o cargo de professor primário é reservado a brasileiros natos. Em 1962, eram quatro escolas particulares de sociedades evangélicas localizadas dentro dos limites administrativos, contando com uma frequência de 180 alunos e cujos prédios e terrenos pertenciam ao serviço eclesiástico: a) Escola Olavo Bilac (cidade); b) Escola 25 de Julho (Itaúba); c) Aula Tiradentes (Serrinha); d) Aula Duque de Caxias (Linha Paleta). Nesse sentido, a doutrinação dos pastores na escola é uma estratégia de conservação da religião ou, nas palavras de Bourdieu (1983), o sistema escolar funciona como um instrumento de reprodução, mas, ao mesmo tempo, era um veículo de privilégios.

A Comunidade Evangélica de Confissão Luterana contava, em 1963, com nove filiais nas localidades rurais do interior de Arroio do Tigre e Sobradinho. O quadro 04 apresenta 2.790 pessoas no meio rural, considerando uma média de seis integrantes: são 465 famílias rurais, aproximadamente. A cidade de Sobradinho possuía, ainda, 350 fiéis (58 famílias) e a

futura cidade de Arroio do Tigre, 1000 luteranos (166 famílias), totalizando 4.140 pessoas (690 famílias) com orientação Evangélica Luterana.

Localidade rural	Número de fiéis rurais – 1963	Número de famílias rurais – 1963
Serrinha	800	133
Itaúba	740	123
Coloninha	300	50
Lagoas	200	33
Figueira	250	42
Serrinha alta	170	28
Salto Grande	50	8
Bela Vista	60	10
Sítio	100	17
Tamanduá	120	20
Total	2.790	465

Quadro 8 – Censo das famílias rurais luteranas no rural de Arroio do Tigre e Sobradinho, RS
Fonte: Adaptado de Caderno Assistência Religiosa da Comissão Emancipacionista de Arroio do Tigre (1963).

Nesses locais religiosos, formavam-se as lideranças em prol da comunidade e da Igreja, aconteciam os jogos de dama para as mulheres; o tiro ao alvo, a cancha de bocha, o jogo de baralho e futebol para os homens. Havia eventos para a arrecadação de fundos para a capela, como o dia do churrasco, os bailes da comunidade, e, mais tarde, esses espaços também passaram a ser usados pela juventude rural que organizava reuniões, torneios esportivos e reuniões dançantes. É um legítimo espaço de interação social, de formação e lideranças em prol da reprodução dos costumes locais. Os festejos religiosos eram lócus de sociabilidades, reciprocidades e divinização, um trabalho do comunitário realizado pelo colono a Deus e também pelo fortalecimento da comunidade. Nesses momentos, a lógica não é pautada pelos critérios econômicos, mas pelos sentimentos religiosos, solidariedade e de pertencimento ao grupo social, ou seja, doa-se lenha, cucas, ovos, saladas, galinhas, carnes em geral e, no momento da festa, compra-se o produto, numa lógica inversamente negativa para os anseios econômicos da propriedade. Na comunidade, assim como na Igreja, a distinção social é presente, o que também "obriga" as famílias de maiores posses a se doarem mais à comunidade. Nesse caso, uma boa safra de tabaco também se regala a uma boa oferenda da família à Igreja, em forma de dízimos, de ofertas de dinheiro durante as missas ou cultos, ou até em forma de produto para o religioso comercializar.

O universo da vida social oscilava entre o isolamento familiar durante a semana em sua colônia de terras e a sociabilidade restrita aos seus vizinhos e, nos finais de semana, com espaços para a missa e/ou culto, o entretenimento nas canchas de bocha, nos jogos de futebol de campo, no jogo de baralho ou na visita entre familiares. Enquanto os homens ocupavam espaços da comunidade para beber, fumar e jogar, as mulheres visitavam-se em suas casas, seguindo os padrões de comportamentos de recato e pudor, com condutas regradas, mas participavam de jogos de damas ou futebol, geralmente, acompanhadas pelos maridos ou por outras mulheres. Nos espaços frequentados pelos homens, ocorrem as negociações, os empréstimos de equipamentos ou animais de tração (muito comum na época), os negócios e as trocas; esses locais também são reservados para os boatos, os *blefes* e os debates de concepções políticas, configurando-se como espaços de comunicação, dadas às restrições no meio rural nesse período.

A família de colonos, como uma unidade de apoio moral e auxílio econômico mútuo, conforme Cunha (1998), ao se analisar a fumicultura dos colonos alemães em Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul no período entre 1844 a 1881, define-se pela estreita coesão que a caracterizava; o indivíduo é parte do conjunto familiar e seria contraditório supor que sua existência pudesse se dar fora da unidade da família, daí resultava o compromisso da família no auxílio econômico de um dos seus membros na tarefa de constituir-se independentemente como nova unidade familiar pelo casamento, que se constitui em postulado absoluto para a exploração econômica de um lote colonial e do prestígio social do colono (CUNHA, 1988). As famílias, com muitos herdeiros, predominavam no meio rural de Arroio do Tigre. Os filhos significavam mão de obra para a família do mesmo modo que significava atenção da família para sua reprodução biológica. A preocupação central, após a maioridade adulta, era a colocação dos filhos em novas áreas. A estratégia era usar a mão de obra do filho para gerar economias para a aquisição da terra, sendo o plano central da família alocá-los como agricultores; tal aquisição é um fator ideal para a reprodução da condição camponesa pelos filhos. O casamento aliviava a tensão do pai com a perspectiva que cada um deles teria acesso à terra com o objetivo de conseguir reproduzir a condição de agricultor após sua maioridade. O instrutor de tabaco, 78 anos, morador da localidade de Vila Progresso, faz um relato sobre a situação das famílias rurais na época:

> Eram famílias grandes, eu registrei um freguês aqui que tinha 22 filhos, mas com duas mulheres. Casou com uma mulher e depois ela faleceu e casou de novo. Ele comprou todo ano uma área de terra pra um filho, mas nunca um filho ganhava comissão do serviço, era plantado, colhido e vendido. Aí pegava um filho e comprava uma área de terra, e assim ele foi colocando cada filho [...]. Era assim por

> safra, tinha um rapaz que tinha 28 anos e não queria terra, daí ficava em casa trabalhando, fazendo safra, eles plantavam fumo de galpão, trigo, feijão, de tudo eles produziam para vender. Sobrava aquele dinheiro final do ano. Ele pegava os filhos e comprava terra. Hoje estão tudo colocado por aí, aqui perto, os que não foram prá Santa Catarina.

A opção pela família ampla, na época, era pela necessidade de mão de obra no rural. A mão de obra, conforme Paulilo (1990, p. 140) é o "item que mais pesa no custo de produção do fumo. É por isso que famílias numerosas e com poucos recursos optam por essa lavoura." A modernização rural oferecia um aparato agrícola para as famílias, mas o contexto de privação econômica não era favorável. Destarte, comenta o entrevistado: "Olha, tem diversos motivos, porque o poder aquisitivo não era tão fácil naquela época pra se manter, hoje tu quer comprar um trator o governo ajuda, tu vai ali pega o dinheiro, se tu não conseguir pagar o governo enrola a dívida, mas hoje é uma vantagem pro cara trabalhar na agricultura mecanizada, naquele tempo não existia." Essa foi a resposta de um agricultor aposentado quando questionado sobre a importância das famílias extensas.

> É, mão de obra, então hoje é facilidade. Hoje, por exemplo, o pequeno, que planta pouco ele não soube viver, porque deu despesa. E a despesa é o colono que faz, ele vai tirando a fatia dele, fatia ali, fatia aqui, quando vê não sobra nada pra ele. Então, o pequeno não soube mais sobreviver na agricultura. Tu tens que produzir mais, ou parar, ou ceder a terra pra um outro e ir embora. Foi o que aconteceu no Paraná, eu tive a pouco tempo no Paraná, minha irmã mora lá, tu chega numa lavoura é só soja, tu não vê uma casa, o que que tem ali? Não, ali morava o fulano, ele tinha só 2 alqueires de terra, ele se obrigou a vender para o vizinho que ele não sobrevivia mais aqui na agricultura.

O depoimento revela que a agricultura em economia de escala tem colocado as famílias rurais em situação de risco eminente de perda da sua condição camponesa. A soja expandiu as fronteiras e abocanhou as famílias agricultoras com poucas posses, expulsando-os da terra, enquanto, no tabaco, a mesma família pode se tornar competitiva com apenas cinco hectares de tabaco, como é o caso de boa parte dos agricultores da localidade de Linha Taquaral, em Arroio do Tigre.

> Sim, eles faziam aquela safrinha e sobrava aquilo ali pra eles, que a terra era fácil de trabalhar e tudo, mas ninguém conseguiu comprar uma máquina nova pra trabalhar. Então, ele pegava da prefeitura ou do sindicato quando tinha máquina disponível pra fazer lavoura, pagavam, então sobreviviam daquilo. Mas, os filhos foram estudar e não voltaram mais pra roça, ficaram na cidade. Eu conheci Cascavel tinha uma vila, é uma cidade do Paraná, eu conheci era uma avenida como daqui ao Tigre mais ou menos, tinha uma casa aqui outra ali, um comércio aqui outra fábrica ali e tal, uma vila. Hoje tu entra em Cascavel tu não sai mais, tem 40 anos.

O entrevistado faz uma comparação entre o local de Arroio do Tigre com uma situação particular do Paraná. A explanação segue no sentido de argumentar uma crise do agricultor

familiar com pouca terra e também a especialização da agricultura, como é o caso da emergência da soja. Em Arroio do Tigre, na reportagem do Jornal Gazeta da Serra, em julho de 1983 – *"Produtor da Comacel alerta: trabalho e diversificação, a única salvação"* –, a família rural mostra uma evidência sobre a reprodução social no meio rural, pois, nessa época, expunha a intenção que seus filhos continuassem trabalhando na propriedade, porém, admitiu que dificilmente poderia oferecer, aos filhos, as mesmas condições que recebeu dos seus pais, pois sua terra foi herdada e, daquele momento em diante, poderia, apenas, dividi-la, pontua o agricultor (HERMES, 1984). Portanto, uma crise decisória se instaura no âmbito da família rural: dividir a terra ou migrar?

O êxodo rural é apontado como um problema social recorrente, apesar de algumas famílias rurais rejeitarem o fato devido à percepção de que o trabalho assalariado possui características de dependência de outros agentes, o cumprimento de horários específicos, a necessidade de compra do alimento e a baixa possibilidade de progressão econômica na cidade. A década de 1980 teve repercussões negativas às famílias rurais, segundo a percepção dos agricultores, pela inflação galopante e os baixos preços pagos por milho, leite, porco e a toda produção em geral, atestam os agricultores (HERMES, 1984). No âmbito da Região Sul, o clássico estudo de Camarano e Abramovay (1999) apontou que a taxa de migração que foi de quase 40% nos anos 1980, e reduziu para, aproximadamente, 30% na década de 1990. Assim, a perda populacional rural absoluta dos anos 1980 foi de pouco mais de 1,5 milhão de habitantes, sendo, nos anos 1990, de 334 mil.

O movimento de migração rural sempre foi contínuo. Apesar disso, constata-se que, na região de Arroio do Tigre, não foi um fator que alterou drasticamente os números totais da população. Em 1970, a demografia rural e urbana no município de Arroio do Tigre, conforme dados computados pela Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE DADOS), registrou 16.105 habitantes, sendo que, destes, 14.970 (93%) se encontravam na área rural e os demais 1.135 (7%), em área urbana (Figura 7). A sociedade rural no cenário histórico local prevaleceu-se como maioria até meados de 2000 ou, como retrata um dos entrevistados, "Naquela época, praticamente tudo era rural", para enfatizar as relações de formação dos contornos geográficos e administrativos de Arroio do Tigre. Famílias rurais dinamizavam a região e, concomitantemente, formavam vilas para suprir as necessidades de consumo da época. O espaço administrativo manteve uma população total constante, independente da mortalidade e da redução no número de herdeiros pelas famílias e da migração. A queda da população rural ocorreu, sobretudo, entre a década de 1990 e 2000, quando se tem uma redução de 4.888 pessoas no meio rural do município. O fato pode ser

explicado pela organização de dois distritos de Arroio do Tigre (Itaúba e Estrela Velha) em torno da emancipação. Conforme o IBGE (2014), a Lei de criação n. 10.664, de 28 de dezembro de 1995, passou a constituir o novo município de Estrela Velha, funcionando administrativamente a partir de primeiro de janeiro de 1997. Nesse sentido, em 1996, possuía 10.434 pessoas no meio rural, porém, com a emancipação de Estrela Velha, reduziu para 7.614 em 1997, ou seja, um decréscimo de 2.820 indivíduos no interior do município[43]. Portanto, não existiu um intenso êxodo rural, pelo contrário, as famílias permaneceram no local, mas num município diferente. As emancipações são importantes elementos que, caso desconhecidas, mascaram o processo de análise sobre a migração rural. A partir desse período, a população no meio urbano começa a ascender, orientada pelo desenvolvimento do meio urbano.

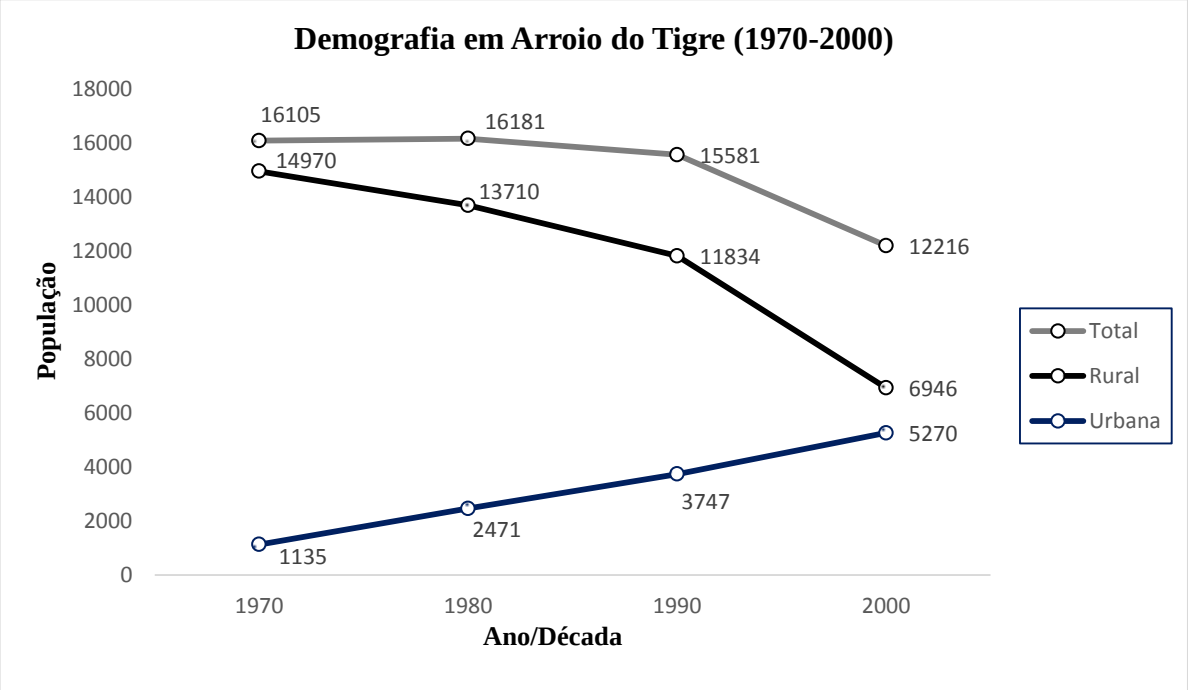


Figura 7 – Dinâmica da demografia da população rural e urbana em Arroio do Tigre (1970-2000)
Fonte: Elaborada pelo autor, com informações da FEE DADOS (2014).

Os fatores demográficos afetam a dinâmica de desenvolvimento rural e econômico, pois envolvem a mobilidade das famílias, que, em alguns casos, mudam de ofícios de origem

[43] No período de 1991-2000, momento de início dos registros de óbitos, foram constatados 964 óbitos no município de Arroio do Tigre (FEE DADOS, 2014), dado esse que contempla pessoas do meio rural e urbano, de forma concomitante.

camponesa para citadina. Nessa segunda metade de século, a taxa de urbanização acresceu-se, passando de 7,04%, em 1970, para 47,13% em 2010, conforme dados da FEE (2014). A cidade, nesse período de 40 anos, recebeu famílias que, geralmente, eram produtores de fumo para transformaram-se em assalariados, em sua maioria. Nesse período, também aflorou a distinção entre as pessoas da roça e da cidade, bem como os valores pejorativos inculcados e transmitidos culturalmente pela mídia e reproduzido pelas classes dominantes. O estudo realizado na França, por Bourdieu, na década de 1960, sobre a solteirice de homens rurais, mostra o reflexo dessa depreciação da imagem dos agricultores. O baile dos solteiros, representação simbólica sobre o celibato rural, era também considerado o cenário de um choque de civilizações entre o campo e a cidade, sobre o qual os valores e os costumes urbanos progrediam, enquanto os valores e os costumes rurais eram depreciados pela sua *hexis* corporal. Os jovens rurais eram sinônimos de atraso, enquanto os rapazes da cidade representavam a modernidade, logo, tinham a preferência feminina: isso demonstra um cenário de desvalorização da atividade agrícola pela sociedade atrelado ao desencanto das mulheres pela condição de esposas de agricultores. O *habitus* camponês foi enfraquecido, em especial, entre as mulheres, que têm maior tendência à migração (BOURDIEU, 2004b).

Em Arroio do Tigre, o êxodo rural e o fluxo migratório das famílias rurais, portanto, ficou restrito, geralmente, ao próprio território, com exceções de famílias que migraram para outras regiões (Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul), em busca de terras para desenvolverem a agricultura, e jovens que saíram para continuar os estudos em outros centros urbanos. As variáveis demográficas apontam para o crescimento urbano, porém, a produção agrícola continuou predominando no município, visto os efeitos da modernização agrícola e da industrialização do campo, que possibilitaram produzir *mais do mesmo* com menos mão de obra. O reflexo dessa mudança produtiva acarretou o êxodo rural interno, com o abandono da terra, derivado da exclusão social das famílias agricultoras com menor eficácia econômica. Esse processo proporcionou desde a pobreza rural até o inchamento das cidades (pobreza urbana) e os relativos problemas ambientais. A formação de favelas na cidade de Arroio do Tigre começou a partir de meados de 1980, com o abandono de famílias da sua condição camponesa. A segregação rural acarretou na favelização em zonas periféricas da cidade de Arroio do Tigre, com moradias precárias e alta privação econômica, processo que desencadeou um problema social para a sociedade.

No final da década de 1990, a família rural já dispunha de mais opções e recursos para a vida rural. Não obstante, trata-se de uma mudança social no comportamento da família rural entre o considerado “antigo” e “tradicional” para, agora, o chamado “moderno” e

“contemporâneo”. Essas alterações nas formas de vida da família rural, resultado do processo de mudança sócio-histórica, modificaram as relações sociais. O próprio processo de urbanização no campo acelerou as mudanças no núcleo familiar e na comunidade rural. O resultado das mudanças sociais pode ser produzido por condicionantes internos ou externos. Os condicionantes internos são aqueles que brotam no núcleo familiar rural, mediados, também, pela influência do entorno rural vivido. Os condicionantes externos são originados por fatores que procedem da sociedade urbana, o que ocorre pela aproximação ou contato cultural entre as duas sociedades ou pela intervenção do Estado por meio de normativas, decretos, leis e condutas sociais. Em meados do século XX, as mudanças eram lentas, geralmente, aconteciam em espaços de décadas, atualmente, o processo ágil da comunicação rural proporcionada pelas novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e o avanço logístico no campo tem dinamizado o espaço rural de forma célere, ou seja, a mensagem passou de meses/dias para horas/minutos. Essa condição determinou a característica mutável e acionou o ímpeto pela mudança, pela condição ideal projetada do urbano para o rural, o que pode acarretar, dependendo das condições intra e extrarrural, em certa mentalidade colonizada. Como explica Renk (2003), é aquela mentalidade que aceita tudo o que é de fora, como se fosse o suprassumo da verdade e da perfeição. Tal condição pode ser presenciada nos dois momentos históricos do desenvolvimento rural dos colonos do fumo, de formas distintas no tempo e no espaço.

Não obstante, o meio rural fumageiro passou por profundas mudanças, na segunda metade de século XX, como os fenômenos do avanço do complexo agroindustrial no campo, a modernização das relações produtivas e sociais, bem como, a crescente especialização na produção do tabaco. Os reflexos da reordenação legal das divisas municipais como a emancipação também modificaram as relações demográficas e estas foram incorporadas na vida produtiva e social no meio rural arroio-tigrense. Neste local, a especialização da agricultura na produção de tabaco condicionou as famílias rurais a cultivarem o produto como uma estratégia competitiva no mercado agropecuário. A família rural, a reprodução social entremeio aos conflitos do campo fumageiro, os processos de mecanização, o lugar da mulher neste espaço social e produtivo, o reconhecimento social do agricultor de tabaco e a reprodução biológica da família neste contexto são questões abordadas no próximo capítulo.

CAPÍTULO III – A FAMÍLIA RURAL DO TABACO: UM PROBLEMA SOCIAL CONTEMPORÂNEO

Com toda a modernidade que tem hoje, na minha época de infância eu gostava muito mais, porque naquela época a gente vivia mais com os vizinhos [...] uma vez trabalhava tudo muito unido, agora não tem mais isso, todos trabalham pra si, porque todos plantam bastante, e se não planta bastante tu não consegue dar a volta. Antigamente não se passava veneno, nós capinava tudo o fumo, não tinha essa muda fácil. Tinha que plantar quando chovia, geralmente, em domingo, mas era tudo mais bonito, hoje parece que não é mais assim. (Simone Hamerschmidt Bernardi, agricultora, 38 anos).

Figura 8 – Foto do agricultor na produção de tabaco tipo Virginia em Linha Paleta, Arroio do Tigre, RS.
Fonte: Família Kroth (2014).

O objetivo central deste capítulo é analisar, a partir do foco da família rural, a organização da atividade produtiva, as ações, frente a um conjunto de mudanças externas desencadeadas pelas restrições internacionais, pela atuação da intervenção estatal, pelo sistema agroindustrial, considerando-se as diversas interações sociais, culturais, ambientais e econômicas que, em certa medida, produzem novas dinâmicas sociais no espaço rural de Arroio do Tigre. A produção de tabaco representou um bônus e um ônus ao sistema social e econômico: o bônus econômico garantiu a permanência dos agricultores familiares na atividade, enquanto o ônus ao sistema público de saúde e ao meio ambiente representam inquietações permanentes na sociedade – este último, motivo de intensos conflitos e disputas de poder. O debate da cadeia do tabaco é marcado, contemporaneamente, por distintos problemas: o econômico, as consequências sociais (saúde pública) e ambientais.

Para uma família produzir tabaco, é necessária pouca terra, conhecimento especializado e boa infraestrutura. A experiência produtiva coloca os herdeiros em disposição para reproduzir o que lhes foi apresentado como opção de acumulação e reprodução social.

Nessa lógica, o tabaco foi internalizado como alternativa estratégica para as pequenas propriedades dispostas de recursos restritos, em função das suas limitações e possibilidades. Em torno da produção do tabaco, os agricultores desenvolveram lutas histórias, especialmente, pela melhoria dos preços da principal produção mercantil, o que possibilita acumular ao longo do tempo, mas não elimina as estratégias diversas em torno da reprodução da família rural. Um campo recheado de agentes e agências em plena competição para determinar as regras do jogo, um dilema entre o Estado (agente regulador), as indústrias (agentes multiplicadores), a política (agentes indicadores), os agricultores (agentes produtores) em plena altercação para realçarem sua hegemonia no campo.

Este capítulo se propõe a analisar a produção de tabaco e a reprodução econômica da unidade de produção no atual contexto de programas internacionais e nacionais, que procuram reduzir a produção do tabaco e defender a diversificação produtiva em áreas de cultivo do produto, evidenciando as contradições e a relevância das estratégias de investimento econômico das famílias rurais para o município. Inicialmente, aborda-se a questão do relacionamento dos técnicos, a família rural e o jogo social da comercialização do tabaco. No segundo momento, apresentam-se os conflitos no campo fumageiro com a eminência da Convenção-Quadro, a intervenção do Estado e os dispositivos legais que reconfiguram as formas de trabalho e relações entre fumicultores e diaristas, fumicultores e indústria no meio rural. Em seguida, trata-se dos reflexos da mecanização das lavouras de tabaco e do impacto social na gestão da família rural. Na próxima seção, dedica-se a compreender o lugar da mulher no espaço social da produção do tabaco. Na sequência, aborda-se a representação social dos agricultores de tabaco na sociedade local e as estratégias de investimento simbólico em Arroio do Tigre. Na última seção, foca-se na família rural fumageira e na reprodução biológica, em suas interfaces contemporâneas em relação à dinâmica rural e no impacto nas relações sociais.

3.1 O tabaco e a reprodução econômica da unidade familiar

O capital econômico na unidade familiar fumageira, na forma de diferentes fatores de produção (terra, trabalho e capital), é acumulado, reproduzido e expandido por meio das estratégias de investimento econômico e de outras relacionadas a investimentos sociais e matrimoniais a curto e longo prazo. Para Bourdieu (1994), em estudo das estratégias de

reprodução social das famílias francesas, as estratégias de investimento econômico estão dirigidas ao aumento de capital em suas diferentes espécies, que podem envolver relações sociais, como as estratégias matrimoniais e a reprodução biológica. Em Arroio do Tigre, a principal estratégia de investimento econômico de acumulação na agricultura de base familiar é o tabaco.

A safra brasileira no ano de 2013, conforme dados do Anuário Brasileiro do Tabaco (2014), envolveu 182.970 famílias na produção de tabaco, 122.420 propriedades, 342.875 hectares, atingindo uma produção em torno de 751.030 toneladas de fumo em folha em 651 municípios. A produção de fumo em folha na Região Sul do Brasil responde por 97% do total nacional, abrangendo, aproximadamente, 162.410 famílias rurais, 323.700 hectares cultivados e 731.390 toneladas produzidas de fumo em folha. A produção de tabaco no Rio Grande do Sul foi de 341.590 toneladas, em 155.110 hectares cultivados na safra de 2013 (CARVALHO et al., 2014). Em 2012, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012), foram produzidas 13.668 toneladas no município de Arroio do Tigre (IBGE, 2012), sendo o maior produtor sul-brasileiro de tabaco tipo Burley.

Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), o município de Arroio do Tigre atingiu 219 milhões de reais, e o PIB *per capita* do município é de R$ R$ 17.000,00, sendo o local que lidera o *ranking* da Região Centro-Serra, seguido de Sobradinho, com 218 milhões. O PIB per capita revela que, em 2012, se fosse dividida toda a riqueza do município pela sua população, cada habitante teria produzido R$ 17.000,00, incluindo idosos e crianças. Conforme o IBGE (2012), Arroio do Tigre gerou um valor adicionado bruto da agropecuária de R$ 68.282,00, ocupando o segundo lugar, atrás do valor adicionado bruto dos serviços (R$ 120.765,00) e à frente do valor adicionado bruto da indústria (R$ 19.767,00). Para compor o valor adicionado bruto da agropecuária, o tabaco traz uma relevante contribuição para elevar o setor agropecuário ao posto de segundo colocado em importância de indicadores locais.

O tabaco traz uma contribuição à produção e à reprodução do capital econômico no município e no âmbito da família, expressando um *status* de desenvolvimento. Produzir fumo em folha sacralizou-se como uma lógica econômica coerente à reprodução social das famílias rurais de Arroio do Tigre. O Sr. Nilton, agricultor em Linha Tigre, 64 anos, comenta sobre os benefícios que visualiza com a produção de tabaco:

> A vantagem do fumo é que se tem pouca terra tu faz, arrenda mais ou menos que dá um padrão, porque, o cara vai plantar milho em cima disso aí, não sobrevive. Ou feijão também, então o cara planta por causo disso aí. Porque por hectare, tu tira, fechando em média, vamos fazer uma análise por cima, assim, de oito a nove arroba por mil pés de fumo plantado. Tu fecha, mais ou menos, num padrão de um salário

> razoável ainda. Agora tu vai depender do milho, do feijão não tem como. Daí tu é obrigado a plantar. Como diz o outro: eu planto tabaco porque é uma necessidade pra fazer dinheiro, porque senão o cara não ia planta né. Se o cara tivesse outro meio de fazer dinheiro sem ser do tabaco o cara largava de mão, mas hoje não tem como.

O relato do agricultor sugere que plantar tabaco não é uma livre escolha, mas a escolha mais racional que as famílias rurais têm disponíveis, atualmente. Nesse sentido, a produção de tabaco é a estratégia de reprodução principal das famílias rurais em Arroio do Tigre e tem uma justificativa generalizável: a alta renda bruta por hectare. O questionamento sobre os principais motivos para desenvolver a atividade passa por uma resposta sincronizada sobre o retorno econômico em pouca quantidade de terra. Para os agricultores, é difícil, num primeiro momento, raciocinar sobre outro fator que destoe do econômico, pois estão imersos na lógica do ingresso econômico na propriedade, o que acaba sendo, historicamente, uma das principais estratégias produtivas. As opiniões dos entrevistados em Arroio do Tigre corroboram os resultados da pesquisa na região sul de Santa Catarina, realizados por Paulilo (1990) e com o estudo de Prieb (2005) sobre a pluriatividade na atividade fumageira no Vale do Rio Pardo, pois os agricultores familiares anseiam aumentar de renda familiar e procuram estratégias para sua reprodução.

O volume de dinheiro da cultura do tabaco, recebido após a comercialização, causa uma ilusão sobre a rentabilidade elevada, sendo que os próprios agricultores têm ciência de que o montante recebido não representa a universalidade dos ganhos. Os cálculos contábeis realizados pelos agricultores estão reduzidos ao binômio receita/despesa da cultura com a agroindústria ou agropecuárias da região, ou seja, a uma simplificação do que gastou com os insumos agrícolas (mecânicos, biológicos ou químicos), os valores com seguro do tabaco ou com a contratação temporária de diaristas. Portanto, para os agricultores, as despesas são, estritamente, aquelas provenientes de fora da propriedade. Ademais, eles têm consciência de que não contabilizam no cálculo econômico, a remuneração da mão de obra da família, a depreciação das máquinas e instalações ou outras ações que envolvem recursos já disponíveis na unidade de produção. As pesquisas de Etges (1991), Vogt (1997), Boeira (2002) e Lima (2007) relativizam acerca da rentabilidade elevada da produção de tabaco com argumentos sobre a baixa remuneração da força de trabalho e certa dependência ao sistema agroindustrial.

De fato, as tarefas na produção de tabaco são intensivas em mão e obra. A família rural fumicultora necessita seguir um rígido calendário de atividades agrícolas que se inicia na produção de mudas, reflorestamento, manejo da lavoura, desponte e controle dos brotos, colheita, cura, armazenagem, comercialização e outras atividades, como construção, melhorias, reformas das unidades de cura, paiol, varandas e benfeitorias. Para a família rural,

seguir algumas orientações da empresa nem sempre é um fardo, pois há a consciência de que, seguindo certos padrões na produção de tabaco, haverá um produto final de boa qualidade, produtividade e rentabilidade. Não obstante, o que a família não permite é que pessoas sem vínculo afetivo algum opinem que suas formas de produção não estão corretas ou que, trabalhando de outra maneira, podem melhorar a eficácia. Tais opiniões são deslegitimadas com argumentos de que não se conhecem as lidas diárias da produção de tabaco.

Em Arroio do Tigre, as famílias rurais elencam diversas razões para dar continuidade à produção do tabaco, tais como: a alta renda bruta por hectare, a existência de seguro agrícola, a rusticidade da cultura, a assistência técnica, a garantia de compra da safra, o sistema de produção intensivo, a possibilidade de duas culturas no mesmo espaço de terra, o financiamento e crédito de insumos e instalações, a responsabilidade da logística do produto pela empresa, o uso de mão de obra familiar e a negociação de preços antes, no momento e pós-comercialização. Além disso, há elementos não econômicos que também se configuram como relevantes à continuidade da produção de tabaco: saber fazer, reconhecimento social, confiança, tradição produtiva, segurança, e ação de cooperação entre agroindústrias e fumicultor. Sobre este último ponto, o Sr. Amarildo, aposentado, 78 anos, agricultor de Linha Taquaral aponta:

> O produtor e a empresa são gêmeos, primo-irmão, mais que primo-irmão, são gêmeos. A firma não existe sem o produtor e o produtor não pode plantar se não tem firma pra onde vender. Essa é uma das questões. Porque é o contrato na hora do pedido, o contrato assinado que o teu produto, a firma tem compromisso de comprar. Tem representação, comissão, tem negociação de preço. Que de acordo com a inflação o fumo tem que subir anualmente. E se bate muito em cima da classificação pra que não seja tão rígida, então, tem melhorado muito.

O agricultor possui três gerações na propriedade de Linha Taquaral. Foi representante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), além de participar ativamente nos meios de comunicação, em palestras sobre diversificação ou em outras instâncias que envolvem o debate sobre o tabaco. Em outras palavras, o agricultor é ativo na defesa da atividade da qual sua família é dependente. Apesar de considerar sua propriedade diversificada, o tabaco é a principal renda. A família rural possui uma unidade de produção *tipo ideal*, portanto, possui características consideradas excelentes para a empresa fumageira, que usa de seu exemplo para outras famílias rurais, as quais produzem fumo em folha.

O informante faz um panorama geral da produção de tabaco e aponta, com propriedade, que a localidade de Linha Taquaral é a que possui a melhor produção de qualidade do Brasil. Para tanto, usa argumentos de que é um local propício derivado de um

bom microclima e de terra fértil (rochas adequadas e que geram boa fertilidade). Esse argumento é corroborado pelo orientador rural aposentado, Mário, 83 anos, que comentou que, quando trabalhava, sua empresa contratou um geólogo da Organização das Nações Unidas (ONU). Na década de 70, o geólogo percorreu, juntamente com Sr. Mário, toda a Região Centro-Serra, coletando pedras, sendo que, ao final do trabalho, o pesquisador afirmou que a região dispõe de um tipo de pedra existente que dificilmente deixará a terra enfraquecida, pois, onde tem pedregulho, a possibilidade de possuir terra fértil é maior. As lavouras da localidade de Linha Taquaral envolvem áreas íngremes e declividades elevadas, resumem-se à produção de fumo, milho e, em áreas um pouco mais planas, soja. O fumo tipo Virginia era unanimidade no local em 2010, mas, como as condições de comercialização do tipo Burley foram mais excelentes nas últimas safras, este foi acrescentado à produção dos agricultores. Desse modo, é perceptível que as estratégias produtivas são orientadas pelo ciclo curto, pelas safras anteriores e pelas tendências futuras de curto prazo.

A cultura do tabaco foi resultado da incorporação cultural e produtiva, ou seja, uma produção historicamente conduzida, que se tornou naturalizada entre os agricultores de Arroio do Tigre. Por mais que as famílias indiquem outras estratégias para o futuro, elas estão imbricadas pelo sistema de integração do tabaco. Muitas famílias argumentam que têm por objetivo cessar com a produção quando os filhos terminarem os estudos ou quando casarem ou, ainda, quando a família projetar os herdeiros à terra ou fora dela. No entanto, não conseguem desprender-se da atividade de maneira tão fácil. Tal comportamento reflete-se na produção de fumo em folha no município. Os dados referentes à quantidade produzida de tabaco nos municípios que englobam o Território Centro-Serra demonstram, na média geral, que Sobradinho[44] (9.090,8 ton) e Arroio do Tigre[45] (8.903 ton) despontam como principais produtores entre os anos de 1991 a 1995. A partir de 1996, Arroio do Tigre tem supremacia na produção, sendo considerado o maior produtor de tabaco do Território Centro-Serra. Entre 2001 e 2005, o município de Arroio do Tigre estabelece-se próximo à faixa de dez mil toneladas de produção de fumo em folha (Quadro 10). Nesse período, as famílias rurais consolidaram o tabaco no município como a principal estratégia de reprodução econômica das propriedades, especializando-se na atividade com acréscimos de tecnologia agrícola (mecânicas, químicas e biológicas), ferramentas para o trabalho, aquisição de máquinas,

---

[44] Nesse período histórico, o território de Sobradinho ainda era constituído pelos distritos de Passa Sete e Lagoa Bonita do Sul, emancipados em 1995 e 1996, respectivamente.

[45] Estrela Velha, emancipada em 1995, fazia parte do território de Arroio do Tigre; e Jacuizinho (1996) integrava o município de Salto do Jacuí.

investimento em novos modelos de estufas, a exemplo das estufas Loose Leaf – LL[46]. O avanço nas pesquisas das empresas fumageiras para aperfeiçoar os métodos de semeadura (sistema floating), construção dos camalhões (à base de globa com trator), transplante (máquina manual de transplante), instalações de cura configuram-se estratégias para aumentar a qualidade do tabaco, aperfeiçoamento do trabalho rural e diminuição da penosidade. No caso do fumo tipo Virginia, as estufas convencionais fornecem um produto com coloração mais adequada às exigências do mercado, porém, de maior demanda de mão de obra, enquanto que, com a estufa LL (com grampo ou sem, fumo solto), a coloração final é mais clara, impacta no preço final em anos de classificação rigorosa, mas se ganha em aumento da eficiência do trabalho.

Anos	Quantidade produzida (ton)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)	Valor da produção (R$ mil)
2001	10.500	5.000	5.000	29.540
2002	11.550	5.500	5.500	33.120
2003	9.000	6.000	6.000	38.452
2004	12.180	6.000	6.000	50.766
2005	10.725	6.500	6.500	43.704
Média	10.791	5.800	5.800	39.116

Quadro 9 – Produção de tabaco em Arroio do Tigre (Quinquênio 2001-2005)
Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal.

A lavoura *tipo ideal*, que pode ser gerida por uma família de três integrantes (pai, mãe e filho) em condições de se obter uma boa produção e qualidade final, tem 35 mil pés de tabaco, ocupa dois hectares e exige galpões (entre dois ou três, dependendo do tamanho) ou uma estufa a lenha (eucalipto) ou elétrica (LL). Quanto maior o número de integrantes na família, maior a quantidade, em potencial, de tabaco que podem cultivar. O tabaco tipo Burley, de coloração castanha e textura média, é produzido em maior quantidade e em maior

[46] As estufas Loose Leaf (LL) para cura de tabaco com ar forçado foi patenteada pela multinacional Souza Cruz. Começou a ser difundida entre os fumicultores em 1997, com a proposta de secagem de folhas soltas, fato queu aumentou a produtividade do trabalho e reduziu as horas de esforço familiar na atividade. No entanto, nas suas primeiras safras, o fumo secado nas estufas LL tinha uma coloração "esbranquiçada", não desejada na classificação, situação que diminuía o valor pago pelo produto. Entre 2003 e 2005, quando acompanhava a classificação de tabaco, na condição de colaborador da cooperativa local da cidade, era notável a diferença entre um fardo de fumo secado numa estufa convencional e uma estufa LL. Em 2014, o investimento para este tipo de infraestrutura chegou ao patamar de R$ 33.000,00, variando o preço caso fosse com grampo ou sem (fumo em feixe). Os fornos convencionais também podem ser transformados no sistema de folha solta. Para tanto, o investimento estimado é de R$ 15.000.

número de propriedades pelas famílias rurais de Arroio do Tigre, pois dependem de menos investimentos e mão de obra, em especial, no momento da colheita, que é o ponto crucial da qualidade da folha. Durante a década de 90, a colheita do fumo baixeiro era realizada pelas famílias antes do corte do pé, entretanto, nos últimos anos, não tem sido realizada pelas famílias, por dispender de maior necessidade de trabalho, apesar de indicação da indústria.

Anos	Quantidade produzida (ton)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)	Valor da produção (R$ mil)
2006	14.300	6.500	6.500	57.236
2007	15.275	6.500	6.500	67.293
2008	13.650	6.500	6.500	81.061
2009	13.338	7.020	7.020	76.833
2010	12.687	7.250	7.250	78.780
Média	13.850	6.754	6.754	72.241

Quadro 10 – Produção de tabaco em Arroio do Tigre (Quinquênio 2006-2010)
Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal.

Os dados do período histórico da fumicultura de Arroio do Tigre representaram uma redução de 1.613 toneladas entre as safras de 2006 e 2010, sendo que se aumentou a área plantada e colhida. Na safra de 2010, aconteceu a incidência de precipitação elevada, durante o desenvolvimento da cultura, afetando a produtividade e produção final nesse munícipio. Por isso, são importantes outras estratégias de reprodução, que visam complementar a renda e assegurar o patrimônio da família rural, além das atividades de autoconsumo que viabilizam a reprodução econômica das famílias agricultoras.

A produção de tabaco representa cerca de 70% do Produto Interno Bruto (PIB) de Arroio do Tigre. Todo o processo, desde o início da atividade até a comercialização, precisa receber cuidados da família rural. A cultura exige a presença constante desde a semeadura até a colheita e cura, com objetivo de se obter o máximo de produtividade e qualidade do produto final. As safras de 2011, 2012 e 2013 foram consideradas de boa produção, sendo que os agricultores de tabaco tipo Burley alcançaram bons retornos econômicos, derivados de uma comercialização acima da média, exceto no final da compra da safra de 2013, quando os preços pagos pelo tabaco reduziram-se consideravelmente. Os dados estatísticos da produção de tabaco pelas famílias rurais em Arroio do Tigre representam uma posição de poder,

sobretudo, poder econômico que guia a conduta dos agentes sociais na região, sendo produto de uma relação histórica de diferenciação.

Os dados do período histórico da fumicultura apontam que o município de Arroio do Tigre é o maior produtor de tabaco do Centro-Serra e o maior produtor sul-brasileiro de tabaco tipo Burley. O município apresentou um crescimento de 10.043 toneladas, considerando-se que, na safra de 1981, produziu 3.625 toneladas e, em 2012, registrou 13.668 toneladas de fumo em folha. Destaca-se o ingresso de famílias rurais na atividade fumageira do município, conforme dados da Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA, 2014), que, na safra de 1978, contabilizava 1.864 famílias rurais produtoras de tabaco e, em 2010, registrou 2.610 famílias produtoras de tabaco, portanto, um acréscimo de 746 famílias rurais, o que representou um aumento de 40,02% dos agricultores com contrato na atividade do tabaco nesse período. Isso não significa que se aumentou proporcionalmente o número de propriedades, mas o número de contratos, como duas gerações, na mesma unidade de produção, que fazem contratos separados.

O tabaco no âmbito da família rural arroio-tigrense é uma renda central, e outros produtos agrícolas comerciais situam-se como complementares da renda econômica da propriedade. Os produtos voltados para o autoconsumo são desprezados do cálculo econômico, apesar de cientes da importância para a alimentação da família. Reproduzir a cultura do tabaco entre as famílias no ciclo geracional é reproduzir a estrutura econômica da unidade de produção, que se organiza em prol das trocas no mundo dos negócios, num jogo social que, de uma forma ou outra, pode garantir a reprodução social no meio rural. Além disso, o tabaco é produto de experiências sociais e produtivas, legitimadas, ainda, pelo capital cultural quando as pesquisas de melhoramento da planta do tabaco são realizadas por técnicos de nível médio, formação superior e com pós-graduação. Portanto, o esforço do lado da família em continuar produzindo está inculcado, também, alto investimento tecnológico sobre a produção de fumo em folha.

3.1.1 O orientador de tabaco e a família rural

A relação entre a família rural e os técnicos da indústria do tabaco (orientadores de fumo) tornou-se tensa ao longo do tempo, com certo grau de desconfiança. Historicamente, os estudos apontam que, para fortalecer essa relação, a maioria das empresas tem como política a

seleção de técnicos orientadores que residam nas comunidades onde se localizam as unidades de produção (PAULILO, 1990; BUAINAIN et al., 2009). Sendo membros da comunidade, os orientadores estariam em melhor posição para obter informações sobre os produtores, bem como estabelecer laços de confiança (BUAINAIN et al., 2009). Porém, atualmente, com a demanda por procedimentos legais, o aumento do leque de famílias fumicultoras e o atendimento de condições burocráticas, o instrutor passou a ser um simples executor das determinações burocráticas da empresa e tem relativa distância do agricultor, o que causa estranhamento e desconfiança na relação. Contemporaneamente, os vínculos de confiança pessoal entre o instrutor e o agricultor foram rompidos. O instrutor é percebido, pelos colonos, como um agente intruso, que é guiado por metas, procedimentos burocráticos e informações tendenciosas, ou seja, um empregado cumpridor de requisitos das demandas da empresa, cujas orientações prejudicam a qualidade do tabaco e que usam estratégias discursivas para manterem-se ligados às empresas fumageiras. O orientador técnico, mesmo sendo um conhecido da localidade ou um parente próximo, atualmente, é visto como um agente de desconfiança no campo de poder. Hoje, são responsáveis por prestarem assistência técnica entre 150 a 200 famílias produtoras de tabaco. Em relação a esses agentes, as famílias rurais apresentam uma aversão em relação ao seu papel de técnico, uma vez que questionam o fato de seu trabalho ser mais burocrático (fazer pedido, entregar manuais, cartões para os fardos, fiscalizar a entrega da produção ou cobrar clientes em débito com a empresa) do que a prestação de assistência técnica sobre a cultura do tabaco propriamente dita.

O orientador de tabaco é considerado, historicamente, um agente de difusão de inovações, em especial, da cultura do tabaco. A resistência dos agricultores por novidades sempre foi quebrada pelas experimentações em unidades demonstrativas, em que os colonos podiam comprovar os resultados a *olho nu*. Cientes de sua resistência, os instrutores de fumo dirigiam-se à propriedade dos colonos e solicitavam a permissão da família rural para testar determinado produto químico ou insumo agrícola numa pequena área de tabaco em estágio de desenvolvimento. Com o passar dos meses, com efeito positivo na lavoura do tabaco, os colonos eram convencidos, pelos orientadores, a modificar suas práticas agrícolas. Essa técnica tem sido, historicamente, utilizada pelas empresas fumageiras quando pretendem lançar uma inovação tecnológica para os agricultores do tabaco. Nas próprias experimentações de novas variedades de tabaco nas propriedades dos agricultores, enquanto a empresa fornecia todos os produtos necessários ao cultivo, a família rural ingressava com a mão de obra e a responsabilidade de seguir as recomendações das culturas, recebendo visitas dos técnicos da empresa apenas para fiscalizar o desenvolvimento da pesquisa. Com tais

estratégias, a indústria tratava de facilitar a adoção de suas inovações tecnológicas. A comunicação entre os agricultores, a visitação entre as famílias e a visualização do andamento da cultura por pessoas externas à propriedade facilitavam, demasiadamente, a difusão de informações e conhecimentos pela comunidade rural. Quando os orientadores apresentavam a variedade, no momento da realização do "pedido" (celebração do contrato entre agricultor e empresa no início da safra), a resistência dos colonos era bem menor porque já a conheciam, seja por acompanhar o desenvolvimento na propriedade do vizinho, seja por ouvir comentários sobre o bom desenvolvimento da nova técnica produtiva. Esses fatos muito facilitaram a comercialização de novidades tecnológicas para a cultura do tabaco. Análise similar convém para a implementação de novas estufas, como as estufas elétricas para a secagem do tabaco Virginia.

O requisito básico para a contração de orientadores de fumo é, geralmente, a diplomação em curso de técnico agropecuária. Às vezes, é indicado por outros técnicos mais experientes para exercer o ofício. Os conflitos entre a empresa e a família rural são mediados pelos técnicos. Porém, os técnicos não têm poder de decisão sobre o principal ponto de divergência, isto é, o preço pago pelo tabaco no momento da comercialização.

3.1.2 O jogo social da comercialização do tabaco

O problema da comercialização do tabaco é histórico. No estudo da agricultura familiar articulada ao complexo do fumo, Prieb e Ramos (2004) afirmam que existe uma situação de oligopsônio, da qual se favorecem as empresas processadoras, que operam de forma a estabelecer os preços de toda a cadeia, influenciando a oferta tanto da matéria-prima como do bem final para o que é fundamental, ou seja, o manuseio de estoques e o planejamento da produção (PRIEB; RAMOS, 2004). Em análise do discurso dos agricultores de tabaco em Arroio do Tigre, poder-se-ia supor que a dominação no processo produtivo está de tal maneira ancorada no inconsciente que eles não a percebem mais; que está de tal forma incorporada aos costumes, que essa situação é encarada naturalmente, não se prevendo que os conflitos em torno do poder das empresas tanto na produção como na determinação de preços são processos de dominação consentida no campo. A mesma análise é válida para o discurso dos tempos em que o fumo era vendido para os comerciantes rurais, no qual a idealização do

passado apresentava-se de forma tênue, mas que também os agricultores eram submetidos à arbitrariedade das regras impostas pelos compradores do tabaco.

No início do século XX, a classificação do fumo restringia-se a duas classes – primeira e segunda – e, anos mais tarde, em 1919, a classificação do fumo em folha foi estendida em sete classes. Em 2014, por exemplo, o fumo em folha tipo Virginia possuía 41 classes; o fumo Burley, 30 classes; e o fumo Comum, 18 classes. O aumento do número de classes para a classificação do tabaco em folha representa, na concepção dos agricultores, uma estratégia que a empresa emprega com objetivo de diminuir, no ato da compra, o preço pago pelo produto. O aumento no número de classes constitui-se em grande embate entre empresas, Estado, entidades representativas e famílias agricultoras. Pedro, agricultor aposentado de Linha Travessão, contesta o foco de luta dos representantes da categoria:

> Eu sempre digo assim, o pessoal briga por causa do preço, mas não adianta. O negócio é a classe. Não adianta pedir o preço lá em cima e a classe no momento da classificação fica lá em baixo, né! Então, para nós, é melhor o preço ficar como está e na hora de vender ter preço bem bom. Compra meio 'abare', assim. Porque com a firma não adianta, eles fazem o que querem depois que o fumo tá lá, eles fazem o que eles quiserem.

O depoimento reforça um dos principais questionamentos sobre o aumento do número de classes, o que tem por objetivo um maior jogo de preço em anos de contextos instáveis nos contratos estabelecidos pelas indústrias fumageiras. Por outro lado, ao mesmo tempo em que a comercialização do tabaco é um problema, ela também é uma estratégia na comercialização de produtos agrícolas, pois a cultura do fumo é a única, com raras exceções, em que se negociam os preços anteriores à venda e na própria comercialização. Além disso, a intervenção do agricultor na classificação pode proporcionar maior acumulação, consequentemente, aumento na renda bruta da família rural. Conforme Boeira (2002), no estudo das estratégias de modernização e crescimento global da indústria de tabaco na Região Sul do Brasil, a definição antecipada dos preços mínimos a serem pagos aos produtores no final da safra é um dos motivos que gerou a estabilidade do sistema integrado.

Geralmente, os agricultores querem a garantia do preço previamente estabelecido, para, então, enviarem a produção à empresa. Entretanto, dificilmente o técnico pode garantir o preço, e quando o faz, usa do oportunismo, sendo que, depois que o tabaco está na empresa, o acordo oportunista não se concretiza. Em anos considerados excelentes, nos quais existe a perspectiva de falta de produto, os representantes das indústrias do tabaco chegam a ignorar a classificação padrão máximo e ofertam, para o agricultor, um valor por produto maior que o máximo estabelecido (o valor máximo é a arroba de BO1 para o tipo Virginia e B1 para o tipo

Burley), ignorando aspectos de qualidade e enfatizando maior relevância para a quantidade do tabaco. Nesse momento, a função do técnico é extremamente importante e garante um valor fechado já nos galpões do agricultor. Essa tática, além de agradar os agricultores, facilita o trabalho dos técnicos, sendo que, com isso, podem até aumentar o número de agricultores integrados, com exceção se a prática for realizada por todas as empresas ao mesmo tempo. No entanto, as empresas usam múltiplas estratégias na compra, as quais se modificam de semana para semana, de contrato para contrato, de uma safra para outra safra ou, de forma mais específica, o preço pago pelo produto da família rural pode variar de um dia para outro, conforme as contingências do negócio. O caso relatado pelo Sr. Pedro, agricultor familiar aposentado de Linha Travessão, é ilustrativo dessa questão:

> É o fumo não tem uma certeza, porque, às vezes, dá um ano bom no meio de dois, três ou quatro anos que o pau pega na classificação, o pau pega pra valer. Como que dá, às vezes, um ano ou dois ralos assim. Tem safras que o instrutor chega aqui em casa e diz não precisa surtir o fumo, tu só precisa atar, até tu entregar é isto. Mas com valor acima do melhor, 'abare' e isso aconteceu dois anos, assim. Mas, quantos anos era ferro brabo na hora de vender o fumo.

Essa narrativa expressa a situação de ambiguidade e de incerteza quanto ao valor pago pelo tabaco. O rigor na classificação em determinadas safras em contraponto com safras bem remuneradas para a família rural fumicultora é uma constante incógnita. Os agricultores, quando satisfeitos com a compra da safra anterior, fazem aquisições, projetam novas safras e aumentam a quantidade produzida. Na outra safra, quando o valor pago pelo fumo em folha apresenta decréscimo, as expectativas são frustradas e os embates reemergem novamente. No entanto, os agricultores se veem presos ao sistema de tabaco, pois, apesar de frustrados, não pretendem desistir de cultivar fumo, pois usam o argumento "que é a cultura de maior renda para pequena propriedade". A indústria, ciente dos ativos imobilizados, específicos para a cultura do tabaco, não se preocupa com a perda de alguns integrados, pois pode recuperar em outras ocasiões. Para a indústria, o importante é continuar recebendo a mesma quantidade de tabaco, seja direto das famílias rurais integradas, de intermediários (picaretas) que compram fumo de produtores de outras empresas ou adquirindo tabaco de empresas de menor porte. Situação similar sobre a experiência da classificação relata o Sr. Nilton, 64 anos, agricultor em Linha Tigre:

> Porque hoje eu tenho meu produto, é um tipo. Eu vou lá embaixo [Santa Cruz do Sul] pra vender, se eles estão nos dias bons, deles lá, eles te compram louco de bem. Daí no outro dia eu vendo o meu fumo com melhor qualidade do que esse que eu tinha, daí o cara vende mais mal. Por isso, depende, isso é tudo relativo. Porque, eles lá, não compram pelo que é o fumo, compram por média de ti. Então, é isso aí que tá funcionando, pra mim aconteceu esse ano, que eu deixei o meu melhor fumo pra

> vender por último, ia vendendo os outros, eu vendi melhor o fumo que era ruim, por um preço maior do que o fumo de boa qualidade que levei depois.

Em anos em que a compra está excelente, acima do padrão normal, é valorizada a família que produz quantidade em detrimento daquelas que se dedicam à qualidade do fumo em folha. Nas safras de maior rigor na classificação, a família rural que se dedica a um maior cuidado com a planta, com foco na qualidade da produção, obtendo uma folha de bom tamanho e coloração atraente tem vantagem relativa. Nessas situações, os embates com a empresa e os orientadores são maiores, com alegações de que "como o fumo do vizinho foi melhor que o meu, ele tirou uma média maior que a minha, se meu fumo é igual o dele". Esse discurso realizado pelos agricultores despreza, também, evidências sobre a qualidade do tabaco, considerando que todos produzem os mesmos padrões e sob as mesmas condições. A intensa iluminação no momento da classificação do tabaco, pela indústria, distingue, com grandes evidências, o produto de boa qualidade e exigido pela empresa daquele não tão atraente. Os embates de discurso entre o comprador e o vendedor são endossados de contradições ao longo da comercialização, visando justificar ou reprovar a conduta adotada na hora da venda.

O chefe da família sabe que esse momento é um período chave para a reprodução econômica no ciclo curto e no ciclo longo. No entanto, alguns, mesmo conscientes disso, optam por não acompanhar o momento da classificação, usam argumentos de que não adianta discutir, pois a empresa faz o que quer com o seu produto. Ficam numa situação de impotência, pois levar o produto de volta para a propriedade implica custear o frete de volta, o que sempre é um transtorno com o transportador também. Nesse sentido, quando as empresas centralizaram a compra em suas sedes (Santa Cruz do Sul ou Venâncio Aires, especialmente), elas diminuíram o atrito entre o produtor e o classificador, pois, muitas vezes inviabilizaram a ida de uma pessoa da família para acompanhar a venda. É um campo repleto de estratégias, fundamental para o domínio da empresa. A empresa também opta por burocratizar o processo de classificação e evitar, ao máximo, o contato físico do classificador com o agricultor, sendo que as classes atribuídas aos fardos, que não foram aceitas pelo agricultor diante da classificação da empresa, são delegadas a outro encarregado para realizar a classificação – uma estratégia psicológica para ludibriar a negociação. A quantidade de classes também favorece o classificador, pois ele tem mais conhecimentos sobre os valores específicos de cada uma delas do que o agricultor. Disso, resultam em manobras discursivas para finalizar a negociação.

O campo fumageiro tem raízes históricas. Conforme Bourdieu (2005), o campo configura-se no ambiente ou espaço social de interação, conflitos, embates, interesses, percepções diferenciadas, que induzem ou são, de certo modo, induzidos, isto é, numa relação de influência. Estritamente quanto ao campo econômico, Bourdieu (2005, p. 33) afirma que "é um campo de lutas" destinado a manter ou a transformar o campo de forças; um campo de ação socialmente construído onde se afrontam agentes apoiados de recursos distintos. O resultado das ações dos agentes econômicos e sua eficácia dependem de sua posição na estrutura da distribuição do capital sob todas as suas formas.

A *illusio* tem relação direta com o campo. É no campo que se estabelece o jogo de interesse entre os agentes. Conforme as palavras de Bourdieu (1997, p. 141), "La illusio es el hecho de estar metido en el juego, cogido por el juego, de creer que el juego merece la pena, que vale la pena jugar." Tendo em vista a análise da relação da família rural fumicultora com o sistema de integração do tabaco a qual mantém um vínculo contratual formal e moral, em linhas gerais, a *illusio* auxilia no desvendamento da relação de fascinação ou encantamento com o sistema de integração que proporciona certo conforto as famílias rurais. O conforto é a comodidade que o sistema fornece às famílias integradas.

A partir do jogo social (*illusio*) estabelecido, configura-se uma forma de cooperação em prol de interesses mútuos, ou seja, ambos trabalham pela geração de um produto de qualidade e por uma boa margem de lucratividade ou ainda pela divergência quando ambos discordam no momento da comercialização do produto. A *illusio* regida por contratos atua como o conhecimento das regras do acordo. Nesse sentido, o colono do fumo mobiliza suas ações e estratégias de comercialização, incorporando as regras do sistema de integração, que sustentam uma relação de compromisso dele com a agroindústria. O conhecimento dessas regras, entendendo o sentido do jogo desse campo, está imerso em um sistema no qual o produto sempre chegará à indústria. Diante disso, um sistema de coação e receio estabelece-se nesse campo, quando o agricultor opta por quebrar as regras estabelecidas devido à inexistência de um acordo no preço do produto. Expostos nesse campo, as famílias rurais sabem quais as possíveis consequências dessa ação (para eles, uma possível penalidade financeira e, para a empresa, a perda do produto e, talvez, uma não renovação de contrato; opção quase descartada pela existência da concorrência), portanto, estão familiarizadas com esse campo e assimilam o jogo oportunista, mesmo, muitas vezes, tendo um papel de coadjuvante, obedecendo a critérios normativos estipulados pela indústria e pelo Estado.

O fumo não é um produto perecível, e a sua secagem na estufa ou no galpão permite uma armazenagem por longo período. Contudo, a secagem diminui o peso da folha e, quanto

mais seco, menos pesado. Algumas famílias comercializam no início da safra; outras vendem em parcelas conforme "aprontam o produto"; outras, ainda, negociam, somente, no final do período de compra (geralmente, final de agosto, quando a compra pelas indústrias cessa). A venda do tabaco é o ponto crucial para a família rural, momento que representa o ponto decisivo entre ter um bom retorno ou não pelo produto de seu trabalho. Acertar a ocasião da venda é, para a família fumageira, quase como fazer uma aposta no escuro, pois pode vender num momento de compra muito favorável economicamente à sua acumulação, como o contrário também pode acontecer. Quando uma má venda é realizada, logo no início na safra, a família pode decidir trazer o produto de volta à propriedade, no entanto, muitos ficam com o sentimento de que o ano agrícola pode ser frustrado com a possibilidade de a comercialização continuar a piorar. Comercializar para outras empresas nem sempre é um "bom negócio". O dilema da comercialização é complexo até para os próprios colaboradores das empresas (orientadores e classificadores), pois eles não têm certeza do cenário que poderá se estabelecer no decorrer da comercialização, podendo trazer bons retornos para a família rural caso contratos firmados com o comércio exterior tornem-se atrativos às indústrias. Um cenário ideal é uma compra acima da média, em quem os conflitos entre famílias com técnicos, classificadores e empresa são menores. Excetuando-se esse cenário ideal, a família fica numa constante preocupação, pois uma safra mal comercializada pode representar problemas financeiros ou minimizar a acumulação. Em propriedades com maior produção, o montante calculado pelo preço da venda, comparado ao melhor preço durante a safra, pode significar a compra ou não de um novo veículo popular de passeio. É um ponto crucial na esfera da negociação do tabaco, sendo fator decisivo no aumento do patrimônio e na reprodução social da família rural.

A sobreposição de padrões homogêneos na agricultura e o realce à produção de *commodities* agrícolas colocou a família rural num impasse entre produzir as exigências do mercado, pouco competitivo devido às restrições com a terra, ou abandonar a condição de agricultor. O tabaco atendeu os requisitos de uma produção rentável e, por isso, seguiu, historicamente, sendo produzido pela agricultura familiar. No entanto, ao longo do tempo, surgem mecanismos que visam regular, em especial, o consumo do tabaco que afeta diretamente a produção.

3.2 Os conflitos no campo fumageiro

Os duelos entre o Estado, a indústria, os grupos ambientalistas e de saúde pública estabelecem um campo de eminentes preocupações às famílias rurais. O Estado é pressionado

pelos organismos internacionais para se readequarem aos acordos estabelecidos pela Convenção-Quadro, enquanto a indústria se mune de artifícios legais para minimizar o impacto ambiental e da saúde do agricultor, em especial. Os contratos estabelecidos entre a indústria e as famílias rurais estão apoiados na estratégia de isentar a agroindústria dos problemas sociais que envolvem diretamente a fumicultura, como o trabalho infantil, o uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI), o destino adequado às embalagens de agrotóxicos, entre outras determinações legais. As mudanças nas técnicas de produção têm modificado as formas pelas quais as famílias rurais fazem a gestão da unidade de produção e consumo. Conforme tratado no trabalho de Marin, Redin e Costa (2014), em face da intervenção do poder público no uso da força de trabalho de crianças e jovens menores de 18 anos, os pais procuram encaminhar os filhos, de maneira especial, aos estudos escolares, na expectativa de prepará-los para outras ocupações laborais fora da unidade produtiva (MARIN; REDIN; COSTA, 2014). Os confrontos com os mecanismos do Estado e das organizações civis, por vezes, ganham dimensões maiores que os embates com as agroindústrias pelos preços de compra e venda do tabaco. Essas ações externas acabaram invertendo a lógica de conflitos, pois desviam o foco central da família, que era a indústria e, ambos se direcionaram para combater o Estado e seus marcos legais, que incidem na gestão da família e provocam mudanças na produção final de cigarros para a comercialização.

Os problemas sociais envolvendo a cultura do tabaco, a família rural, a sociedade civil e o Estado provocam um cenário turbulento. Os imperativos legais colocam em xeque os valores tradicionais angariados ao longo do tempo e legitimados de geração em geração. A família rural fumicultora visualiza uma relação de poder na autonomia da educação como disciplina. Nesse contexto, a escola é responsabilizada por suprir os problemas que a intervenção do Estado gerou na gestão da família rural. A integração do agricultor à indústria pode estabelecer um cenário polivalente, com fortes contradições e disputas, mas ambas as partes possuem um desejo comum: aumentar os ganhos por meio da produção do tabaco.

O cenário turbulento na cadeia fumageira iniciou com a aprovação da Convenção-Quadro, no Brasil, em 2005, a qual objetiva, grosso modo, a redução do consumo e o controle ou a regulamentação da fabricação do cigarro. No entanto, até esse período, os agricultores e a indústria não tinham preocupações em relação à Convenção-Quadro, pois, como afirma Bonato (2007), na prática, o acordo não visa o fim da produção do produto, não havendo qualquer cláusula que aluda à erradicação, contudo, a partir desse marco, as ações da Convenção-Quadro têm provocado inquietações tanto para a indústria quanto para a família rural. Bonato (2009) faz uma previsão de que a implementação da Convenção-Quadro

provocará, nesses próximos dez anos, mudanças substanciais na cadeia produtiva do fumo, em especial, em decorrência de três fatores fundamentais: a) a redução do consumo pela consciência social dos malefícios do tabaco e, como consequência, a redução da demanda do tabaco, afetando os produtores; b) a redução da produção pelo nível de informação e consciência dos produtores em busca de qualidade de vida; c) as estratégias desenhadas pelas indústrias para o reordenamento da cadeia produtiva, deslocando a produção dos países desenvolvidos para aqueles em desenvolvimento. A opinião de Nilton, agricultor de tabaco, 64 anos, sobre a Convenção-Quadro e as movimentações em torno da penalização da cultura do tabaco, exclama:

> No caso ele é complicado, eles tão botando bastante pressão. Só que uma coisa do fumo hoje: o tabaco vai menos produto de veneno que no feijão e no milho. E isso eles não falem nada, daí tu vai plantar milho ou feijão daí o jovem pode ir lá no meio né. Agora no fumo não pode porque é tabaco né, no caso também. A serventia dele só pra fazer fumaça né. Eu tenho aqui, as minhas parreiras, um parreiral, tem uns pés aí. Tenho minha experiência, o ano passado eu teimei de não colocar veneno, agrotóxico, mas sobrou meia dúzia de grão nos pés, o resto caiu tudo, morreu, estragou. E, o cara que colocou, colheu uva. Então, é tudo assim, se tu não tá só com veneno, tu não come nada. Eu ainda tinha dito que ia roçar tudo fora, porque se eu era pra tá com veneno enfiando no rosto eu não ia cultivar uvas. Ia seguir plantando fumo, não ia lidar nisso. Porque tá difícil.

O depoimento do agricultor relata uma contradição emergente entre a produção de alimentos e a produção de tabaco. Na sua avaliação, produzir alimentos com agrotóxicos é mais prejudicial que produzir fumo com agrotóxicos, pois “serventia dele só pra fazer fumaça”. O agricultor não consegue visualizar uma produção sem agrotóxicos e se coloca numa situação de incapacidade frente às demandas agroindustriais. Ao fazer a analogia entre a produção de tabaco e de alimentos, em outras palavras, o agricultor está defendendo a reprodução social da sua família, quando percebe que o tabaco rende mais numa pequena propriedade do que outras alternativas de ciclo curto. É um discurso de legitimação da sua atividade no meio rural.

Em 2010, intensificou-se o debate da Convenção-Quadro, em especial, sobre os artigos 17 e 18, que delegam medidas de intervenção ao “apoio a atividades alternativas economicamente viáveis” à cultura do tabaco (artigo 17) e de “proteção do meio ambiente e saúde das pessoas” na cultura do fumo (Artigo 18). Do outro lado, havia as famílias rurais, apreensivas com a circularidade discursiva instituída de que o Estado pretendia a substituição da cultura do tabaco. Nesse contexto, o Estado brasileiro criou o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, que buscou, por intermédio de chamadas públicas de projetos, a atender famílias produtoras de tabaco no sentido da proposição de

alternativas de diversificação produtiva. A Região Centro-Serra foi agrupada no Lote 01 – Região Centro-Oriental Rio-grandense – RS, envolvendo o número de 1600 famílias agricultoras beneficiárias no total. Em Arroio do Tigre, estão sendo contempladas 80 famílias, segundo a Chamada Pública SAF/ATER n° 04/2011. A chamada pública referente ao Lote 1[47], que integra o município, está sendo desenvolvida pela Cooperativa Mista dos Fumicultores do Brasil Ltda. (Cooperfumos)[48], que passou a assistir as famílias produtoras de tabaco. A ação do Estado junto às famílias agricultoras, via assistência técnica e extensão rural, contempla uma nova estratégia em assistir agricultores direcionados à determinada atividade produtiva, ação pública inexistente nas últimas décadas. A intervenção púbica para modificar as dinâmicas socioprodutivas das famílias rurais fumiculturas pode estimular ou acelerar mudanças nas lógicas e estratégias de reprodução social em questão. Em contraponto, as famílias rurais não assistidas alegam que já praticam a diversificação na propriedade; discurso similar é utilizado pela indústria que reforça nos manuais de cultivo de tabaco. Esse discurso da empresa é uma forma de minimizar a responsabilidade da indústria sobre uma safra mal sucedida da família ou uma comercialização rígida realizada pela própria empresa. A diversificação tornou-se comum nos discursos para diferentes instituições no campo fumageiro.

Sobre os contornos da produção agrícola, conforme Bourdieu (2008, p. 439), em pesquisa com agricultores franceses de tabaco e os problemas da sucessão familiar, constata que "[...] os agricultores estão, de hoje em diante, novamente ligados pelos fios invisíveis da dependência em relação ao Estado, de suas regulamentações onipresentes, de suas subvenções tão indispensáveis quanto incertas". A autonomia das famílias rurais, com o passar do tempo, tem sido reduzida, e a intervenção estatal no rural se mostra cada vez mais necessária.

No Brasil, a atuação do Estado atingiu uma amostra minoritária de famílias rurais fumicultoras, sendo que o Programa de Diversificação tende a reduzir a intervenção no campo fumageiro. Outra questão que colidiu inquietações no âmbito da família rural foi a consulta pública (CP 112/2010) aberta pela Anvisa para proibir a adição de aromatizantes em produtos derivados do tabaco. A indústria alegou que a proibição ou restrição do uso de ingredientes em produtos derivados do tabaco, chamados de *flavors*, acabaria por prejudicar a fabricação

---

[47] A Região Centro-Serra foi agrupada no Lote 01 – Região Centro Oriental Rio-grandense – RS, envolvendo os seguintes municípios: Candelária, Estrela Velha, Gramado Xavier, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Passa Sete, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Vale do Sol, Venâncio Aires e Vera Cruz.

[48] Os objetivos do projeto da Cooperfumos são estimular a produção de alimentos para o autoconsumo, as práticas agropecuárias diversificadas, a implementação de sistemas combinados para a produção de alimentos e energia, geração de autonomia da produção camponesa, por meio do controle genético de sementes e mudas, o acesso aos mercados institucionais e a organização da comercialização para outros mercados.

dos cigarros do tipo American Blend. A Anvisa alegava que esses aromatizantes estimulavam o ingresso de novos fumantes e, portanto, deveria ser proibido. O fato, na época, acabou gerando uma série de boatos sobre o futuro da produção de tabaco tipo Burley e tensões sobre a continuidade da produção. Em 2010, em torno de cem famílias rurais fumicultoras de Arroio do Tigre, numa resposta rápida para os problemas emergentes, iniciou a construção de estufas para a produção de fumo tipo Virginia. Nessa situação, a família rural que, historicamente, produziu tabaco, visualizou como estratégia a mudança do tipo de tabaco cultivado, ou seja, o comportamento das famílias rurais frente a esse cenário de instabilidade impactou em estratégias restritas, continuando na cultura do fumo pela segurança que tem na atividade em relação à produção e à renda, que, em sua percepção, é elevada. De acordo com Paulilo (1990), a segurança é um elemento fundamental na relação com a empresa integradora pela comercialização garantida, pelo recebimento e pela assistência técnica.

Ademais, nesse embate, parlamentares eleitos pela sociedade levantaram a bandeira "Em defesa da fumicultura", que se organizou para anular a consulta da Anvisa sobre aromatizantes em cigarros, o que foi realizado em novembro de 2011. O campo fumageiro é campo de lutas dos agentes públicos, privados e as famílias rurais, sendo que, *a priori*, o poder econômico acaba determinando ou orientando a validação das estratégias adotadas pelo Estado e pela iniciativa privada, legitimando representações sobre o desenvolvimento econômico. As famílias rurais imersas no campo fumageiro representam a significação da reprodução econômica, porém, elas são consideradas um problema social emergente diante dos discursos de supressão da cultura do tabaco.

O campo de poder instaura-se em três oposições: o econômico, a saúde pública e o ambiental. Nesse tripé, os agentes produzem e reproduzem discursos sobre a sua percepção de mundo das implicações da produção e do consumo do tabaco. A família rural, por exemplo, mesmo representando estar disposta a mudar de estratégia produtiva, está fundamentada em uma lógica econômica que, segundo ela, é a que sustenta a permanência da agricultura de base familiar no campo. Os efeitos sociais, como a exclusão, também podem estar atrelados à crescente mecanização das lavouras de tabaco.

3.3 A mecanização das lavouras de tabaco e o impacto social na gestão da família rural

As mudanças socioprodutivas no rural expressam a necessidade de se buscar novas formas de se encarar o trabalho na unidade de produção e suas relações mercantis e sociais

fora da porteira. O ingresso de uma nova máquina numa comunidade rural, como as plantadoras e semeadoras de soja, trigo e milho, que algumas famílias agricultoras de Arroio do Tigre acessaram via financiamento no início da década de 90, provocou um processo de disputa de poder sobre quem plantaria as lavouras dos agricultores vizinhos. A aquisição da máquina provocou a necessidade de ingresso financeiro na propriedade do adquirente para quitar os empréstimos bancários. Dos agricultores vizinhos, eram realizadas cobranças em torno da fidelidade do agricultor que prestava serviços − como a aração do solo, a aplicação de agrotóxicos, a semeadura e a colheita (com colheitadeira e caminhão disponíveis para o transporte). Esse processo de transformação nas relações produtivas no campo forneceu uma racionalidade não apenas relacionada à compra desse aparato na pequena propriedade, pois, se o vizinho dispõe dos implementos necessários para a realização de sua lavoura, não era necessário à família rural adquiri-los, pois o custo elevado e sua depreciação entravam no seu cálculo econômico, sendo mais sensato o pagamento ao vizinho por algumas horas de trabalho em sua propriedade.

Em especial, na última década, essa situação está em processo de transformação, devido ao alto acesso a financiamentos, à aquisição de tratores e seus implementos agrícolas, cunhados por intermédio das políticas públicas para a agricultura familiar. O trator nem sempre é adquirido pela sua necessidade, mas pelo *status* social que adquire na sociedade rural, pois o agricultor o utiliza até para ir à missa e aos cultos, exceto nos últimos anos, em que o carro novo se popularizou no meio rural. Portanto, antigamente, os meios de transporte que conduziam as famílias para os espaços sociais, como a celebração da missa e do culto, o baile e a festa da Igreja envolviam, no entorno da sede comunitária, a presença das carroças, de bois e cavalos; mais tarde, as bicicletas, os carros populares, os tratores e os caminhões antigos e, mais recentemente, com a capitalização dos agricultores, os carros novos, da classe popular até a classe de luxo. De acordo com Wanderley (2000), a modernização da sociedade nos espaços rurais reflete-se na crescente paridade social, ou seja, a similitude entre as condições de vida das populações que vivem nas cidades e no meio rural e a crescente disponibilidade, no meio rural, daquilo que é definido como o padrão de conforto urbano.

As mudanças no rural de Arroio do Tigre são repletas de significados para as famílias rurais, desde as suas experiências sociais e produtivas do passado até os novos comportamentos da sociedade rural. Eliana, 38 anos, agricultora no município de Arroio do Tigre, destaca essa ambiguidade entre passado e presente:

> Eu ainda acho, com toda a modernidade que se tem atualmente, na minha época de infância, eu gostava muito mais do que hoje. Porque aquela época, a gente vivia

> mais com os vizinhos, a gente colhia fumo, de noite os vizinhos se juntavam e atavam fumo. Hoje não! Hoje você pega quatro, cinco pessoas ali e, como é que eu vou dizer: tu trabalha muito mais hoje e ganha menos que tempo atrás.

Essa narrativa expressa o caráter individualizado do trabalho no meio rural e a supressão do trabalho coletivo, que era vivenciado também como momento de sociabilidade. Apesar da continuidade do trabalho rural na cultura do fumo, a fala da entrevistada revela que o trabalho perdeu o caráter de ajuda entre os vizinhos, sendo que os diaristas contratados para a colheita são encarados como um recurso humano desconhecido, que têm a função estrita de realizar a tarefa acordada, com pouco ou nenhum sentimento de apreço ou apego pelos trabalhadores. Além disso, a própria característica do trabalho contratado de modo informal por tarefa ou por produtividade, geralmente, não é acordado diretamente com os trabalhadores, mas com um terceiro agente que intermedia esse acordo e promove essa impessoalidade entre as relações de trabalho. Não obstante, quando o contrato informal para o auxílio na colheita do fumo é realizado diretamente com pessoas conhecidas (parentes, vizinhos ou por indicação), a relação entre a família rural e o diarista é outra; assim, são incorporados sentimentos de proximidade, afinidade e afeição.

Em 2014, o Ministério do Trabalho intensificou a fiscalização, além de exigir a regularização da relação de trabalho entre os produtores e os diaristas que atuam na colheita do fumo, que, atualmente, é informal. Sobre essa situação, a opinião da agricultora de fumo, anota:

> Assim, que nós entendemos que se tu tivesse uma pessoa que trabalhasse contigo uma safra ou, assim, vários dias seguidos tu teria que ter compromisso com essa pessoa. Tipo assinar a carteira ou você teria que ter compromisso. A pessoa trabalha pra mim, eu tenho que ter compromisso com ela, se ela ficar doente na minha casa eu vou ter que dar jeito. Tu tem compromisso com ela né. Só que assim se tu tem uma pessoa um mês tudo bem, mas que nem o fumo Burley que é dois ou três dias pra tirar a baixeira, como é que tu vai assinar a carteira pra três dias? E como é que tu vai pegar compromisso. Amanhã eu vou lá colher teu fumo fulano, ele vem colher nosso fumo, mas se ele ficou, tava meio doente hoje já na casa do outro né. E daí chegou amanhã aqui doente, eu tenho compromisso.

Hoje, existe alto grau de rejeição entre os colonos do fumo para estabelecer uma família parceira na produção, devido ao temor de sansão judicial que possa colocar em risco a continuidade da propriedade rural. A família rural reordena a quantidade de tabaco conforme a disponibilidade de força de trabalho no momento da colheita. A produção de fumo e o trabalho rural passaram por grandes transformações, em especial, na modernização das relações produtivas e nas relações sociais de trabalho, nas últimas duas décadas. Apesar do uso de *floating* para sementes, do plantio com máquinas manuais, da construção do camalhão

e da adubação com tratores em detrimento de bois, a colheita ainda se torna o momento mais desgastante para a família rural. O Sr. Amarildo, 78 anos, experiente produtor de tabaco, recomenda uma situação ideal para as famílias na produção de tabaco:

> E a orientação técnica é a quantia que a família possa cuidar, porque baseado em empregado, rompe grande quantia do lucro. E o fumo começa a aparecer lucro líquido a partir da sétima arroba em diante. Porque eu digo assim, fumo que dá quatorze arrobas por mil, você tem fumo de qualidade e vai poder vender ele melhor. Fumo que dá seis, sete arroba por mil plantado é ruim, é 'pixuá'. E o compromisso, o tratamento, o custo do seguro, custo da lenha e o custo de tudo que é coisa é igual.

Em muitos casos, a família rural evita a contratação de diaristas ou empregados o máximo possível, acertando com diaristas quando percebe que o rendimento da colheita não será suficiente para recolher o tabaco sem perdas. Outras famílias, antecipadamente, preveem, no cálculo mental, a exigência, no período da colheita, de buscar mão de obra externa para auxiliar no trabalho com o fumo em folha, geralmente, entre os meses de dezembro a março, forte período de colheita. O ponto crucial da qualidade do tabaco é a colheita e a cura, portanto, exigem rapidez e experiência. As tecnologias para a colheita estão surgindo e, de certa forma, com elevados preços para aquisição.

As tecnologias para a colheita do fumo Burley, por exemplo, tem surgido, aos poucos, com potencial de provocar mudanças na lógica da produção e efeitos sob a racionalidade das famílias rurais, como é o caso da importação de máquina colhedora de tabaco da variedade Burley. Em Arroio do Tigre, uma família rural da localidade de Linha Paleta importou da França uma máquina colhedora de tabaco da variedade Burley. A iniciativa do jovem recém-casado foi aumentar a produção de tabaco (de 60 mil para 200 mil pés) numa propriedade de 13 hectares onde trabalha em parceria com os pais. A colheita é, historicamente, um momento em que a qualidade do tabaco é garantida por meio de uma colheita no ponto de maturação, de forma manual e cuidadosa. O reflexo da mecanização da colheita do tabaco tem colocado em alerta o cenário da agricultura familiar por interferir nas seguintes questões: *a) aumento da produção, oferta do produto e preço de comercialização*: o aumento da produção de tabaco acarreta numa maior oferta do produto, logo, maior exigência na comercialização e menor preço pago pelo produto; a colheita mecanizada pode implicar a supressão da agricultura familiar na produção de tabaco. Esse cenário tem sido previsto pelas empresas fumageiras, que têm implementado experimentos em grandes áreas nos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Essa possibilidade coloca em xeque o trabalho familiar que sustenta o discurso da geração de renda e empregos na cultura do tabaco no sul do país; b*) mão de obra da*

família rural: a colheita do tabaco sendo realizada, em grande parte, pela máquina libera a mão de obra familiar para outras atividades ou a coloca em situação de ociosidade; c) *mão de obra terceirizada:* é comum o uso de diaristas, em especial, na colheita do tabaco; nesta última safra, intensificou-se a fiscalização do Ministério do Trabalho, que cobra a regularização da relação de trabalho entre os produtores e os diaristas que atuam na colheita do fumo, que, atualmente, é informal. As famílias rurais de maior porte de cultivo do tabaco colocam a necessidade de mão de obra temporária (peões), mas reclamam da burocracia para assinar a carteira de trabalho, os custos e certas particularidades, entre elas, o fato de que alguns diaristas trabalham em várias propriedades por safra; a mecanização da colheita do Burley diminui esse impasse, no entanto, ele ainda permanece em relação à colheita do tabaco Virginia; *d) áreas com declividade elevada*: a declividade não permite a inserção de máquinas, como é o caso de várias localidades rurais de Arroio do Tigre e de outras regiões produtoras de tabaco, o que pode explicar, ainda, a baixa adesão à máquina aliada ao alto investimento para sua aquisição; *e) uso da máquina como prestação de serviço:* os agricultores, ao longo da história, tem usado suas máquinas para a prestação de serviços em outras propriedades, fato que tem se diluído com a ampliação dos financiamentos de acesso a máquinas e implementos agrícolas; como a máquina ainda está em fase de testes, a adesão é baixa, portanto, em curto prazo, ela auxiliará na prestação de serviços de agricultores vizinhos que plantam tabaco; f) *qualidade final do tabaco*: o uso da máquina de colheita pode implicar a qualidade do tabaco, visto a possibilidade de aumentar o índice de quebra das folhas no momento da colheita, além da necessidade de o produtor conseguir uma planta padronizada em uma área plana para a colheita mecanizada.

Sobre a aquisição da máquina, Carlos, produtor de tabaco, 40 anos, da localidade de Linha Paleta, opina sobre o efeito da mecanização na colheita do fumo:

> Eu, particularmente, acho que é bom, e no mesmo tempo ruim para o fumicultor. Primeiro, acho que é bom, porque mostra que os jovens tem interesse de continuar as atividades que seus pais praticavam no meio rural e também confirma que o tabaco ainda é a principal cultura na questão rentável na nossa região. E assim propicia que o agricultor possa trazer uma tecnologia desse porte na agricultura. Mas, no mesmo tempo, me preocupa, porque chegando todas essas tecnologias avançadas na agricultura, e principalmente na cultura do fumo, com certeza vai aumentar a produção e aumentando a produção, com certeza baixará o preço do produto. Então, todos nós sabemos que a produção do tabaco está no limite, então penso que nós agricultores primeiro temos que nos preocupar em vender tudo e bem os nossos produtos. E, hoje, temos que ter tecnologias, mas também temos que ter planejamento, diversificação, para ter garantia de venda e de bom preço por um longo tempo.

O fenômeno é polêmico e divide opiniões no meio rural. De um lado, há o discurso que defende a modernização da agricultura, a diminuição da penosidade, a qualidade do trabalho e o menor contato com a planta, além de suprimir o problema da família rural em relação às leis trabalhistas, e a possibilidade de algumas famílias acumularem renda com a prestação de serviços. Nessa linha argumentativa, a aquisição de uma máquina evidencia o interesse do jovem casal em continuar as atividades que sua família pratica no meio rural e também reafirma que o tabaco é a principal estratégia produtiva no rural de Arroio do Tigre. Por outro lado, reativam-se os problemas sociais de êxodo rural, a redução do número de trabalhadores na atividade, a marginalização ou a exclusão de famílias rurais fumiculturas que não se adequaram às exigências tecnológicas do sistema de integração do tabaco e a possibilidade de exclusão dos agricultores familiares na produção de tabaco, delegando a produção em escala em áreas planas.

O professor rural aposentado, 61 anos, da localidade de Vila Progresso, apresenta o contexto de mudança em relação ao acesso ao trator, na década de 1980, no interior de Arroio do Tigre:

> Eu sempre coloco para os jovens, quando eu vim morar pra cá, na década de 80, aqui na localidade de Vila Progresso, tinha só seis (6) famílias que tinham trator. Hoje, a Vila Progresso aumentou as famílias, acho que não tem mais cinco (5) famílias que não tem trator, e quando as famílias têm dois ou três tratores ainda nas propriedades. Então, houve uma revolução de lá pra cá nessa parte, embora tenha facilidade na compra de tratores que na época que eu comecei não tinha. Hoje, nos últimos 10 anos, para pagar um trator ou comprar terra que, no meu tempo, não tinha. Os jovens não podiam comprar terras se os pais não ajudavam, não tinham como ajudar, não tinham como comprar. Hoje tem o Banco da Terra e muitos desses que pegaram o Banco da Terra (financiamento) não estão pagando também e estão prejudicando aos que querem permanecer na terra, comprar um pedaço de terra e não conseguem porque tem inadimplência. Então, também desenfreou, por outro lado, o pessoal não tem consciência disso.

A argumentação do professor rural aposentado apresenta dados importantes para a compreensão do processo de modernização e mecanização do aparato agrícola no meio rural de Arroio do Tigre. Historicamente, afirma-se que a mecanização invadiu o campo, na segunda metade de século, no entanto, nessa região de estudo, o acesso aos maquinários agrícolas ficaram restritos devido à baixa resposta econômica dos agricultores familiares, com recursos limitados. Nesse sentido, confere-se, aos anos 2000, a revolução tecnológica no meio rural, com o acesso aos financiamentos voltados à agricultura familiar, que modernizou as propriedades dos colonos, como é o caso do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) por meio de uma linha de crédito que financia investimentos em infraestrutura produtiva, designada como *Programa Mais Alimentos Produção Primária* e

também o “Banco da Terra” (atualmente, Crédito Fundiário), que financia a aquisição de imóveis rurais e a infraestrutura comunitária. Portanto, para esse local de estudo, a revolução tecnológica no meio rural está em percurso: não é um fato passado, mas presente na vida e no trabalho rural cotidiano.

Os fenômenos, apesar de épocas diferentes, apresentam efeitos negativos similares, como é o caso do endividamento dos agricultores, citado na fala do professor rural, em virtude do acréscimo das despesas e da dependência das famílias rurais aos bancos e à indústria. No rural contemporâneo, a decisão pela aquisição do trator é motivada por diferentes anseios pelo agricultor familiar: a) a redução da penosidade; b) a demonstração de *status* social pela aquisição da máquina como forma de exposição à comunidade rural pela sua suposta situação de “colono forte”; c) a influência do jovem rural (filho) em permanecer na propriedade atrelada à compra da máquina; e, d) o aumento da produtividade do trabalho. A máquina e o processo de modernização da propriedade do colono estão diretamente ligados a anseios objetivos e subjetivos e provocam uma mudança nas relações de trabalho no campo. Em termos atuais, encontra-se um gargalo na estrutura da política agrícola, pois os colonos somente conseguem quitar os financiamentos mediante a produção e comercialização de tabaco, uma vez que a política libera financiamento para a produção de alimentos, no entanto, o valor da produção das *commodities*, por exemplo, milho, feijão, soja e trigo, presentes em Arroio do Tigre, não respondem economicamente para quitar o crédito do maquinário adquirido, visto a limitação do fator de produção terra nas propriedades, portanto, a política agrícola estimula a continuidade na produção de tabaco. De outro modo, a dependência da indústria aumenta, pois a compra do trator está atrelada à necessidade de fazer a aquisição de implementos acoplados a esse, como é o caso do arado, da grade niveladora (discos), do pulverizador, da semeadora, da adubadora e de outros implementos agrícolas.

A aquisição do trator, via Programa Mais Alimentos, investe na modernização das propriedades e permite maior inclusão tecnológica no meio rural à produção de alimentos. No entanto, a modernização em Arroio do Tigre restringe-se, em especial, a que é direcionada à produção de tabaco e soja, duas atividades de escala que não coadunam com os objetivos do programa. Os agricultores alegam que a produção de alimentos em pequena propriedade não é suficiente para quitar as parcelas do “Programa Mais Alimentos”, que possibilita o financiamento de maquinários agrícolas com juros e prazos especiais, abaixo do mercado, que tem como base uma linha de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Nesse sentido, há uma segunda fase da modernização da agricultura,

com o apoio às famílias rurais mais capitalizadas e incentivo às indústrias no processo de exportação de tratores, máquinas e equipamentos com alto grau de tecnologia.

A hipótese reacende as contribuições de Lênin (1982) sobre a visão pessimista em relação à adoção de máquinas pelas famílias camponesas. A abordagem leninista no Brasil, em grande parte, toma como proeminente a necessidade crescente de escala de produção. Essa assertiva é compartilhada pela análise de Kautsky, quando este coloca ênfase no processo contínuo de aumento de escala, necessário para a incorporação constante da mecanização agrícola, uma vez que o aumento das máquinas exige aumento de área. Na perspectiva leninista, a tenacidade da pequena produção presente na literatura entre a década de 1970 a 1980 era vista como limitada pelo espaço-tempo e autorrestrita. Em outras palavras, a produção camponesa era considerada efêmera, residual e fadada ao desaparecimento. A família rural, com sua pequena escala de produção, era vista como marginal e com tendências à dissipação. Porém, no caso brasileiro, conforme Seyferth (2011), a modernização da agricultura rompeu as barreiras entre cidade e campo, propiciou novas categorias sociais e outras formas de subordinação no meio rural, entretanto, isso não trouxe, necessariamente, o fim do campesinato, a menos que seja enquadrado num tipo único ou congelado no tempo.

A baixa produção de tabaco pela agricultura familiar em contraponto à emergência do produtor de larga escala pode ocasionar a marginalização do primeiro, exceto se a qualidade for altamente discrepante[49]. No pensamento social agrário, a obra de Karl Kautsky, *A Questão Agrária*, publicada, originalmente, em 1899, alerta que a divisão do trabalho e a adoção de máquinas e equipamentos aumentavam a produtividade (a industrialização do trabalho agrícola), mas implicavam uma redução da autonomia camponesa. A transformação da produção agrícola em mercadoria trouxe novas demandas e exigências às famílias agricultoras, o que implicou escala, especialização e intensificação dos afazeres na roça diante da integração com o capital. A contribuição de Kautsky foi, justamente, compreender as mudanças que ocorreram na relação da família rural com o mercado diante da incorporação da agricultura à lógica do capital.

Nessa análise, existem poucos espaços para uma ação independente do agricultor, seja em relação às práticas de cultivo no domínio da semente, aos padrões de armazenamento, às condições de comercialização da matéria-prima, aos requisitos de qualidade, às formas de pagamento, à capacidade de escolha do comprador ou ainda concernente a sua autonomia na

---

[49] A consolidação da cultura do tabaco na agricultura familiar do sul do Brasil se deu, justamente, porque a produção originou qualidade distinta. Por isso, atribuiu-se, preferencialmente, à classe familiar a distinção na produção fumageira.

relação tempo, ao trabalho e ao espaço de produção. Todas, com raras exceções, são geridas pelas relações de subordinação com o capital. O agricultor, ao longo da história de mudanças produtivas do tabaco, passou por um processo de transformação na sua racionalidade de produção, sendo influenciado pelo desenvolvimento e pelas inovações da indústria do tabaco, com a produção de máquinas, instalações, instrumentos adaptados à cultura e difundindo essas tecnologias para o agricultor integrado. As famílias rurais, apesar de sua relativa autonomia, estão, em parte, dependentes da cultura e das condições estabelecidas pela indústria. Contudo, é preciso relativizar, como pontuam os pesquisadores dedicados ao estudo da relação dos fumicultores com a indústria. Prieb (1997) cita que essa relação entre pequena produção e capital industrial é uma subordinação indireta, pois a indústria não detém todos os fatores de produção, como a terra e a mão de obra. Lima (2007) admite que há dependência e subordinação econômica das unidades agrícolas, mas rejeita a hipótese de que existe uma agricultura empresarial, pois produzem para o autoconsumo. Nesse sentido, se a dependência a indústria for, totalmente, uma relação que causa prejuízos às famílias rurais, elas podem optar pela não continuidade caso não herdam dívidas com o sistema de integração.

O aumento do endividamento da unidade de produção é uma constante preocupação familiar. Contrair dívidas para assegurar a presença do jovem na propriedade causa uma série de situações novas que a família não sabe lidar, como a gestão da dívida, o aumento da produção e do trabalho para quitar o investimento, a adequação das instalações ou a aquisição de implementos adicionais que remetem a uma maior dependência do sistema agroindustrial, o que coloca em xeque a autonomia da família rural frente a esse novo cenário de instabilidades.

Em Arroio do Tigre, aumentou-se, paulatinamente, o acesso ao crédito fundiário. O levantamento documental, realizado em dezenove das atas de posse do Conselho Municipal de Política Agrícola de Arroio do Tigre – Condepa – (de agosto de 2009 a setembro de 2012), revela que, majoritariamente, as pautas das reuniões envolviam avaliação de créditos fundiários[50] (compra e venda de terras, autorização de verba, etc.). Por outro lado, está ocorrendo um processo de acumulação de terras por agricultores consolidados, via aquisição de heranças da sua família e de outras famílias herdeiras ou a aquisição de terras de famílias com aposentados que intencionam viver na cidade local ou estão na situação daquelas

[50] Segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), podem participar do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) "trabalhadores e trabalhadoras rurais, filhos de agricultores familiares ou estudante descolas agrotécnicas. Os potenciais beneficiários devem ter renda familiar anual de até R$ 15 mil e patrimônio de até R$ 30 mil. Devem ainda comprovar mais de 5 anos de experiência rural nos últimos 15 anos."

endividadas, que são forçadas a se desfazer da terra. Nesse contexto, aumenta-se o número de propriedades pelas aquisições via crédito fundiário, mas também é proporcional a acumulação de terras pelas famílias de posse. Em geral, agricultores compram o ativo imobilizado, porém, os empresários urbanos também analisam a importância do investimento em imóveis rurais com objetivo de acumulação. No entanto, como o valor da terra em Arroio do Tigre é alto, preferem fazer investimentos em zonas com módulo rural maior e de menor valorização, como é o caso de alguns locais de Candelária, Cachoeira do Sul e arredores. A aquisição não é com o intuito da produção de tabaco, mas, de maneira em geral, investem na bovinocultura de corte ou na produção de soja. A acumulação de terras tanto por famílias agricultoras como por empresários estimula a especialização da agricultura.

As terras adquiridas por novas famílias rurais no Território de Arroio do Tigre têm finalidade certa: a produção de tabaco. Quando relativas à concentração de terras por agricultores consolidados, geralmente, a soja, o milho e o trigo são culturas preferenciais, especialmente, porque essas tipologias demandam áreas planas. As mudanças produtivas (centeio, trigo e outros cereais) que tiveram grande declínio nas últimas décadas são percebidas, pelos agricultores, como reflexo de um conjunto de transformações no sistema produtivo e da tecnologia agrícola, que trouxe benefícios e exclusões.

3.4 O lugar da mulher no espaço social da produção do tabaco

As identidades femininas e masculinas, em sendo dado cultural, devem ser compreendidas no interior de sistemas de valores, de conjuntos de regras e redes de significação, que, afinal, dão sentido ao pressuposto subdividido mundo social e natural (PESSANHA, 2013). Em Arroio do Tigre, as questões de gênero estão imbricadas num contexto social de resquícios da colonização e das tradições da família.

Historicamente, a condição de sexo e gênero definiu regras, normas e comportamentos morais na sociedade. A divisão social e sexual do trabalho, ao longo do tempo, tem condicionado, ao sexo feminino, atividades relacionadas ao ambiente doméstico. No meio rural, a mulher, além de cuidar do lar e dos filhos, precisou auxiliar no âmbito da produção para garantir a condição camponesa, a perpetuação da família e do patrimônio. Nesse contexto, a mulher estava diretamente submissa a valores tradicionais, herança cosmopolita, derivada de uma construção socialmente instituída, normativa, naturalizada no tempo e no

espaço do mundo rural. As instituições, como a família, a Igreja, a escola e o Estado, configuram-se como os principais agentes de perpetuação dos discursos classistas ou da internalização e reprodução da relevância do ser masculino sobre o feminino, agindo sobre as estruturas inconscientes. Nessa acepção, a divisão social do trabalho, intermediada pela separação das aptidões físicas, naturalizadas ao longo do tempo, consagraram tarefas de caráter masculino e tarefas de caráter feminino. Como resultado, gerou-se a representação de uma figura do "homem-heroico", do forte e hábil guerreiro para defender a família rural dos inimigos naturais, como a fome e a sede, as doenças, os perigos dos animais silvestres, as dificuldades relativas à distribuição espacial e as diversas peculiaridades de um rural disperso, frágil e perigoso à manutenção e reprodução social da família rural.

É na família que se impõe à experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa atividade. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que ratifica a dominação masculina pela divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos sexos, de seu local, seu momento e seus instrumentos (BOURDIEU, 2011).

Partindo dessa perspectiva, a mulher rural, mesmo enfrentando as agruras do trabalho no campo, foi e, em alguns casos, continua sendo, no plano da representação, uma figura coadjuvante nas estratégias de reprodução das famílias agricultoras, tendo seu papel vinculado, principalmente, à reprodução biológica e como dona de casa, sendo destituída ou deslegitimada das diversas atribuições do rural, do sobretrabalho, intercalando trabalhos domésticos e atividades na propriedade, este último sendo uma extensão natural da casa. O processo de industrialização do campo consagra-se com um releficativo afastamento da mulher em atividades que utilizam maquinários agrícolas durante as etapas de produção (semeadura, aplicação de fertilizantes e agrotóxicos, colheita e logística de comercialização), de cereais, principalmente. Por outro lado, em atividades que demandam intensivamente a mão de obra, a figura feminina permanece trabalhando, em alguns casos, de forma igual ou superior ao homem, mas com marginal valorização, como é o exemplo de atividades da cadeia fumageira, hortifrutigranjeiros, atividade leiteira, entre outros. O processo de ordenha e da agroindustrialização de alimentos, realizado, majoritariamente, pela mulher rural, transformou-se numa extensão da cozinha doméstica, sendo orientado pelas exigências sanitárias regulamentadas juridicamente.

Visto sobre o enfoque das novas gerações, a contribuição de Heredia (1979) sustenta que o roçadinho, como ela autodenomina os roçados de usufruto individual, é usado como forma de preparação dos filhos para a constituição de futuras unidades domésticas. Diante

disso, o trabalho é o elemento motriz das sociedades camponesas e, com clara diferenciação, sob a perspectiva de Heredia (1979, p. 154), “o roçado é, por excelência, o lugar masculino”, possibilitando, à figura masculina, o controle do processo, pois o roçado se institui como prioritário e dominante sobre a casa, esta, vista enquanto lugar de consumo. A casa é um espaço feminino, mas não tem o mesmo valor simbólico do roçado (HEREDIA, 1979). Nessa situação, fazendo-se uma correlação dessa constatação com a teoria bourdeusiana, em certa medida, a figura do pai configura-se como dominante, instituindo relações de poder no campo familiar. O estudo de Garcia Jr. (1983, p. 229) também destaca que a concepção de trabalho pelos pequenos produtores está diretamente associada ao cultivo da terra, atividade basicamente masculina, enquanto as tarefas de transformação dos produtos da terra e de reserva e acumulação, como a criação, são consideradas secundárias e competem à esfera feminina.

As recentes publicações apontam para o protagonismo da mulher do campo na forma de Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (SCHAAF, 2003), organizações de trabalhadoras e reinvindicações de diversas ordens no âmbito da sociedade. No âmbito do núcleo da família, a mulher foi considerada marginal no processo decisório, na hierarquia da herança da terra ou do patrimônio, sendo, em determinadas situações, usada como “mercadoria” matrimonial para a manutenção ou o aumento dos bens imobilizados e a perpetuação da família rural e do *status quo* na comunidade. Na França, Bourdieu (2011) permite compreender a dominação masculina como um processo de construção social, cujas percepções alteram-se no decurso histórico e diferenciam-se conforme mudanças sociais e culturais ou derivadas de intervenções externas. Para feitos deste trabalho, importa assinalar, que a noção de mulheres rurais traduz uma condição camponesa particular ligada a formas étnicas, de povoamento do território, acionando um conjunto de características ligadas a formas de trabalho e organização e traz introjetada consigo um *ethos* de estratégias sociais voltadas às relações de produção estritamente ligadas à reprodução social das famílias agricultoras.

A noção de trajetória é compreendida como uma série de posições ocupadas por um mesmo agente ou um mesmo grupo no espaço social, sujeito a constantes transformações (BOURDIEU, 1986). A trajetória das mulheres rurais tem apontado algumas metamorfoses na ampliação de sua representação na sociedade. Além das representações das trabalhadoras rurais e das sociedades de damas, que têm cunho eminentemente feminino, as mulheres rurais, aos poucos, galgaram representações políticas, processo incentivado pelo artigo 10, §3º, da Lei n. 9.504/97, que garante a cota eleitoral de gênero; elas têm se tornado protagonistas de

espaços políticos, como é o caso da eleição de uma vereadora rural em Arroio do Tigre, produtora de tabaco. Nesse sentido, cabe uma ressalva: o protagonismo da mulher rural, em alguns espaços sociais eminentemente masculinos, é assegurado por mecanismos legais. Ademais, as mulheres rurais têm buscado rendas não agrícolas para a propriedade, como o ofício de professoras rurais, em especial, e aquelas que têm propriedade próxima à cidade optam por trabalhar no comércio ou em fábricas de Arroio do Tigre.

A mulher é considerada um objeto no terreno das trocas simbólicas, símbolo central no mercado matrimonial, cuja função é contribuir para a perpetuação ou o aumento de capital simbólico em poder dos homens (BOURDIEU, 2011). As mulheres agricultoras de Arroio do Tigre destacam que, antigamente, a mulher não tinha o direito de votar, não podia usar anticoncepcional por orientação da Igreja, sob a alegação de pecado e excomunhão. Na época, a mãe solteira no rural sofria punições da sociedade tanto no âmbito religioso quanto nas relações sociais, pois não lhe era dado o direito de comungar na Igreja e também não poderia se integrar à "sociedade de damas"[51], pois sofria discriminações da comunidade e até da família. As moças, entre a década de 60 e 70, eram obrigadas a usar um véu na cabeça para a celebração das missas. A Igreja aderiu a um papel punitivo e auxiliou na reprodução da cultura masculina sobre a feminina.

No caso francês, Bourdieu (2011) atribui que as mudanças mais importantes foram na ordem da instituição escolar, como o aumento do acesso das mulheres à instrução, a independência econômica e a transformação das estruturas familiares, em especial, a elevação do número de divórcios. Já em Arroio do Tigre, apesar do crescente protagonismo e dos processos emancipatórios das mulheres rurais, não se encontra uma eminente metamorfose nas relações internas do casamento, da distribuição, homogeneização ou divisão de tarefas no rural, portanto, ainda permanece uma divisão no âmbito doméstico em relação às atividades masculinas e femininas; há segregação, também, em relação à luta da mulher fora da porteira *versus* sua posição dentro da porteira. Em outras palavras, nas relações do seio familiar, a mulher rural comporta-se como um elo de coesão do grupo doméstico, submetendo-se a situações de violência simbólica, mas, atualmente, alvo de crítica dos grupos feministas. Nessa análise, a família é o foco central, como expressa Bourdieu (2011, p. 49): "La unidad de la familia está conformada para y por la acumulación y la transmisión. El 'sujeto' de la

[51] A sociedade de damas, neste contexto, refere-se à associação de mulheres que promove encontros organizados por intermédio de uma diretoria que se reúne com o objetivo de formar espaços de entretenimento, sociabilidade e compartilhamento da cultura local. Nesse caso, refere-se à disputa do jogo de bolãozinho, esporte de origem alemã.

mayor parte de las estrategias de reproducción es la familia, que actúa como una suerte de sujeto colectivo y no como simple conjunto de individuos".

O mundo rural brasileiro, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009) sobre a distribuição da população por sexo, conforme local de residência, concentra 52,1% de população masculina para 47,9% de feminina. Grosso modo, são mencionados problemas enfrentados pela mulher rural, como o processo de masculinização do campo devido à migração para os grandes centros urbanos (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999), a desvalorização social do trabalho da mulher, o nível elevado de exclusão econômica e sociocultural, a limitada participação em organizações comunitárias e o acesso restrito a instâncias decisórias (MDA, 2006). Os problemas citados estão relativamente inseridos no plano da "produção", do "impacto econômico" e do "problema social" do movimento de migração feminino. Por outro lado, permanecem os problemas das estruturas cognitivas inculcadas nas relações sociais entre meninos e meninas, homens e mulheres, maridos e esposas no meio rural. A relação de dominação é incorporada ao discurso como fórmula indispensável para a convivência da mulher rural em sociedade. O estudo de Renk et al. (2010), sobre as mudanças socioculturais nas relações de gênero e intergeracionais no universo camponês e familiar no oeste Catarinense, pontua que a modernização agrícola forçou novas estratégias de reprodução social, ressignificou os papéis, as posições e os valores relativos às práticas e concepções de masculino e feminino no meio rural. No entanto, os autores alertam: "Se as teratologias domésticas diminuíram, não significa a eliminação da violência em relação à mulher. A violência doméstica, apesar de tabu, ainda persiste em alguns casos, como o das mulheres aposentadas com restrição de gerenciamento dos recursos recebidos pela Previdência Social." (RENK et al., 2010, p. 16).

A distinção, referindo-se aos problemas simbólicos, corpóreos e culturais, entre o grau de relevância dos primeiros em relação aos segundos pode indicar um distanciamento da influência das instituições na dinâmica interna familiar, justificativa que é consolidada pelo argumento de que o chefe da família (geralmente, homem) tem autonomia e capacidade de gestar os conflitos internos e, para os assuntos que extrapolam os acordos familiares, o Estado disponibiliza um conjunto de leis relativas à jurisprudência, as quais norteiam as relações sociais e econômicas. O processo é ambíguo e contraditório: as mulheres rurais que atingem autonomia na ordem da representação social não necessariamente são autônomas na ordem doméstica da unidade familiar.

A categorização do trabalho por gênero, historicamente instituída, é uma forma arbitrária de segregação por sexos, cujo impacto permeia no aviltamento das atividades

femininas no rural. A divisibilidade do trabalho masculino e feminino caracteriza-se, principalmente, da seguinte forma: a) no plano das atividades domésticas (relativas ao lar): direcionada o sexo feminino por se caracterizar, representativamente, como trabalho leve – elaboração de refeições familiares tradicionais (café, almoço e janta) e receitas elaboradas para visitas (doces e salgados, em geral), limpeza doméstica (casa, louça, roupas) e afazeres ao redor da casa e galpões; b) atividades agropecuárias diversas, desde atividades de ordenha até atividades artesanais na lavoura, as quais não exijam demasiada força física, incluindo o tabaco e excetuando-se particularidades; c) o trabalho do homem, geralmente, está associado à produção agrícola, sendo tarefas consideradas difíceis e pesadas, que exigem mais esforço físico, tais como carregamento e descarregamento de carroças ou carretões, lavração ou escarrificação de terra, aplicação de agrotóxicos, gerenciamento de maquinários agrícolas, etc. O estudo de Renk (2006), sobre a reprodução social dos brasileiros (caboclos) calcados na produção da erva-mate no oeste de Santa Catarina, relata que, na divisão social do trabalho familiar, os homens e os filhos adultos, se houver, ficam ao encargo do trabalho pesado, ou seja, o trabalho da lavoura. Às mulheres e às crianças, cabe o serviço leve na roça (RENK, 2006). Nesse sentido, Paulilo (1987), ao analisar as relações da família que produz fumo, afirma que o trabalho é "leve" e a remuneração é baixa não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar.

As comparações entre trabalho rural masculino e trabalho rural feminino partilham de duas situações diversas e contraditórias. Enquanto o primeiro é valorativo, laborioso, difícil, oneroso e digno, o segundo configura-se como trabalho acessório, de simples realização, de exíguo retorno econômico e irrisório. Essa representação é factível de falsificação, como apontam os estudos da produção leiteira na agricultura familiar, configurada como atividade feminina, porém, importante estratégia econômica na unidade de produção. Nesse caso, quando a atividade feminina começa a sobrepor-se financeiramente às tarefas masculinas, ela é apropriada pelo homem e começa a se tornar masculina.

De outro lado, a figura masculina também sofre retaliações na sociedade rural. O homem adulto, jovem ou menino quando realiza tarefas domésticas, como lavar louça ou ajudar na limpeza da casa, geralmente, oculta ou evita aclamações em grupos nas comunidades rurais, pois são discriminados com tom de "deboche". O sarcasmo também é incentivado pelas outras mulheres da comunidade, ambos aplicando, nesse sentido, sansão moral pela atitude considerada feminina. De certa forma, esse comportamento feminino pode ser encarado com outra ação de dominação do campo, forma que não é interessante de legitimar ou fornecer créditos à figura masculina, sendo, portanto, mais uma perda de espaço

da mulher rural sobre a família, aumentando o leque e o campo de dominação do homem rural.

Essa sobreposição do homem sobre a mulher rural, poder simbólico estabelecido no espaço doméstico, campo de disputas da posição social entre os agentes (BOURDIEU, 1989), possui raízes históricas, configurando-se, no ambiente ou no espaço social de interação (BOURDIEU, 2005). Assim, o jogo de relativa vantagem à figura masculina, de dominação do homem (o dominador) sobre a mulher rural (a dominada), é um fato explicado pela herança cultural e histórica, legitimado pela mídia, pelas instituições públicas e privadas e, em certa medida, pelas próprias mulheres rurais, que internalizaram valores justamente aceitáveis como corretos. Porém, as relações entre homem e mulher na unidade de produção e consumo têm se alterado vagarosamente ao longo dos anos. As mulheres rurais aplicam-se nos estudos, possuem maiores informações em relação às contextos sociais e econômicos, e algumas delas são responsáveis por realizar negócios da propriedade na cidade. No âmbito do trabalho na cultura do tabaco, as mulheres participam de todas as etapas da cadeia produtiva: da sementeira até a comercialização do produto.

O estudo de Paulilo (1990, p. 95), sobre a mão de obra na cultura do fumo no sul de Santa Catarina, apontou que “nas propriedades pouco mecanizadas, especialmente, nas que têm fumo, a mulher não só é mais solicitada como arca, às vezes, com maior parte de serviço, já que cuida também da casa e dos filhos”. Portanto, aos poucos, está ocorrendo um processo de reinvindicação no interior da família rural que, conforme explica Renk (2000) ao estudar as mulheres rurais no oeste catarinense, que o esforço feminino nas lidas agrícolas passa a ser anunciado enquanto trabalho e não ajuda, pois, em outros tempos, trabalhar e ajudar poderiam ser tomados como sinônimos.

No processo de produção do tabaco, as mulheres têm atuação em quase todas as etapas, como na produção de mudas, repicagem, plantio, capina, desponte, colheita e na classificação interna do tabaco, com exceção das atividades consideradas pesadas, como a aração a boi para a preparação dos camalhões, a aplicação de agrotóxicos e o carregamento de fardos. Não obstante, existem atividades com atuação mais incisiva da mulher, como é o caso da produção das mudas no sistema *floating*, pois fornece a significação da horta, uma lide que é, historicamente, considerada feminina. Além disso, muitas mulheres atuam, incisivamente, na classificação das folhas, pela sua característica detalhista e também por ser considerado um trabalho leve. Nas relações de classificação, enquanto o homem privilegia a eficiência do trabalho (a produtividade durante o dia), a mulher se preocupa com a eficácia do trabalho (classificação próxima aos padrões exigidos pela empresa), o que demonstra que a mulher é

mais responsável nas atividades de seleção das folhas. O argumento masculino que prevalece é que a empresa não valoriza esse esforço oneroso e dedicado na classificação, em que, depois, “colocam tudo junto os fumos”. Ao mesmo tempo em que a figura masculina percebe o processo de subordinação à indústria, trata de menosprezar o trabalho feminino na atividade. Para o chefe da família, o trabalho da mulher ainda não tem tanta relevância no impacto final da produção, por isso o considera como um trabalho marginal. De outro lado, em safras em que a comercialização é mais tensa, há prejuízos elevados com uma classificação de menor afinco. Nos últimos anos, a necessidade de fumo tipo Burley, em especial, fez com que as empresas comprassem o tabaco sem classificação e sem a necessidade do processo de confecção das manocas. Para a família rural, isso representa uma redução das tarefas no tabaco e uma maior agilidade para a comercialização do fumo. Isso não significa a eliminação desse processo, mas uma flexibilização da indústria em safras de menor exigência do mercado internacional.

Em unidades de produção onde é usada a carroça, a mulher guia os bois, no entanto, com a chegada do trator, a mulher ficou dependente do homem ou do filho para guiá-lo. O argumento masculino dos homens rurais de Arroio do Tigre sugere que guiar o trator exige responsabilidade e uma habilidade que a mulher não tem, ou seja, atrela-se à figura feminina uma condição de incapacidade. Os homens usam a analogia de para dirigir carro é necessária habilitação legal, referindo-se ao treinamento necessário também para dirigir o trator, sendo que uma má condução pode causar riscos à vida e riscos financeiros à propriedade. Em Arroio do Tigre, muito poucas mulheres usam o trator para as atividades de elaboração de camalhão, semeadura, discagem ou aplicação de agrotóxicos, pois rementem à concepção de trabalho pesado e de caráter masculino. Nos últimos anos, a mulher tem se arriscado com certa timidez em apreender a dirigir o trator no trabalho rural, o que também tem relação com a busca da habilitação de carros e motos, mas essa proatividade refere-se a exercer atividades leves com a máquina, como buscar pasto, levar um carretão vazio para outro local. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que aumenta sua autonomia, aumentam suas responsabilidades na atividade agrícola e também o sobretrabalho feminino rural.

As tarefas de caráter particular das mulheres rurais (mas que não eliminam a participação do homem) estão relacionadas ao plantio de pequenas roças que servem para o autoconsumo da família rural, como é o caso do plantio da mandioca, batata, melancia, abóboras, o plantio manual de pequenas áreas de feijão e milho com máquina manual (saraquá). Sobre a atribuição do trabalho da mulher na atividade fumageira, o quadro 11 retrata um contexto de visibilidade do trabalho da mulher numa situação de igualdade entre ela e o homem, exceto em atividades consideradas pesadas, como é o caso da aplicação dos

agrotóxicos e de tarefas que necessitam demasiada força física. Além disso, as mulheres rurais realizam um sobretrabalho no ambiente doméstico (lar): no momento em que o homem descansa, ela trabalha. E, nesse contexto, há analogias com o trabalho de Bourdieu (2011), quando estuda a dominação masculina na França e recorda que, no seu período de infância, nos dias de carneação de porco, os homens faziam uma breve exibição, de ostentação e violência, na hora de matar o animal; depois, ficavam o dia todo jogando cartas, apenas interrompendo para erguer um caldeirão mais pesado, enquanto as mulheres corriam para todos os lados, preparando os chouriços, as salsichas, os salsichões e os patês. Uma relação de dominação masculina no ambiente de trabalho.

Atividades agrícolas	**Descrição da atribuição da mulher na cultura do fumo**	**Descrição da atribuição do homem na cultura do fumo**
Variável 1 – Produção de Mudas	- Limpeza das bandejas. - Enchimento das bandejas com substrato e semeadura. - Repicagem das mudas. - Manejo do *floating* – lâmina de água, ventilação, abertura e fechamento da película plástica. - Podas e rustificação das mudas. - Limpeza e guarda dos materiais do *floating*.	- Confecção de canteiros – nivelamento, estruturas, arcos, plásticos. - Tratamento com fungicidas. - Tratamentos com inseticidas. - Manejo do *floating* – lâmina de água, ventilação, abertura e fechamento da película plástica. - Podas e rustificação das mudas. - Limpeza e guarda dos materiais do *floating*.
Variável 2 – Manejo da lavoura	- Adubação (fórmula, dose, época e modo de aplicação dos fertilizantes de base). - Transplante – plantio, colocação das mudas na cova. - Capinas.	- Preparo do solo para transplante (lavrar, gradear; subsolar, confeccionar ou remontar camalhão). - Adubação (fórmula, dose, época e modo de aplicação dos fertilizantes de base). - Transplante – plantio, confecção das covas. - Aplicação de herbicidas (dessecação, pré-emergentes, pós-emergentes). - Tratamento com inseticidas. - Cultivações; capinas; roçadas; remontagem do camalhão.
Variável 3 – Desponte, controle dos brotos	- Desponte: época e estágio da planta, número de folhas, condução do broto. - Preparo das unidades de cura (limpeza das estufas e galpões).	- Desponte: época e estágio da planta, número de folhas, condução do broto. - Aplicação de antibrotantes (dose, época, forma de aplicação). - Preparo das unidades de cura (condições dos canos; portas das fornalhas; varas; grampos; limpeza das estufas e galpões).
Variável 4– Colheita, cura, armazenagem, comercialização.	- Colheita (quebra das bolhas, condução da carroça de boi; corte e carregamento). - Manejo de cura (Virginia: costura; colocação da estufa e/ou pendure das varas; Burley: descarregamento da carroça e/ou carretão e pendure dos pés no galpão; retirada do galpão ou da estufa após a cura). - Classificação, confecção das manocas e armazenamento. - Enfardamento (alcance das manocas para enfardar). - Comercialização (negociação com o classificador e recebimento do dinheiro).	- Colheita (quebra das bolhas, condução da carroça de boi; condução do carretão e trator; corte e carregamento). - Manejo de cura (Virginia: costura; colocação da estufa e/ou pendure das varas; Burley: descarregamento da carroça e/ou carretão e pendure dos pés no galpão; retirada do galpão ou da estufa após a cura). - Classificação, confecção das manocas e armazenamento; - Enfardamento (pressão na enfardadeira e uso da força física para fechamento do fardo). - Comercialização (negociação com o classificador e recebimento do dinheiro).

Quadro 11 – Quadro comparativo da atribuição da mulher e do homem na cultura do fumo

Fonte: Pesquisa (2011-2015).

Em Arroio do Tigre, algumas mulheres, no papel de esposas, têm participado do processo de comercialização do tabaco, enfrentando embates com os classificadores das empresas. Em geral, ainda são poucas, mas, quando ativas nesse processo, promovem um novo espaço social na reinvindicação pela reprodução econômica da propriedade. Em unidades de produção de tabaco com maior grau de diversificação, elas atuam, também, na comercialização de produtos em feiras livres em eventos estimulados pela gestão pública ou por organizações sociais. A mulher tem atuado incisivamente no plano da reprodução e da acumulação pela família rural fumageira.

Os contratos entre as agroindústrias, em geral, são avalizados na figura do homem, pois o bloco de produtor rural tem, ao longo da história, reproduzido essa condição. Além disso, geralmente, a gestão das atividades relacionadas à unidade de produção é centralizada na figura do homem. Porém, em algumas propriedades, as mulheres ou os jovens também realizam contratos com as empresas e forjam espaços legítimos de produção rural. Existem situações, por exemplo, em que a mulher realiza todos os negócios na cidade, relacionados à compra de insumos extras em agropecuárias, materiais relacionados ao trabalho rural ou ao espaço doméstico, sendo que o homem somente dirige-se à cidade quando é necessária uma assinatura na instituição financeira ou em contratos relacionados aos programas administrados pela gestão pública municipal.

Ocorreram mudanças na relação entre o homem e a mulher rural no meio rural de Arroio do Tigre. No entanto, Bourdieu (2011), no contexto social francês, afirma que ainda permanecem resquícios nas estruturas sociais e nas atividades produtivas e reprodutivas baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, a qual confere, aos homens, a melhor parte, reflexo das relações de poder na ordem simbólica internalizadas na forma de matrizes de percepção, pensamento e ações dos membros da sociedade (BOURDIEU, 2011). O baixo reconhecimento do trabalho rural da mulher está atrelado as suas práticas submissas, resultado de um feixe de aprendizagens sociais e culturais, transmitidos de geração em geração. Nessa lógica, ambos trabalham, mas quem recebe o bônus social é o homem. Portanto, os homens continuam a dominar o espaço da unidade de produção, sobretudo as atividades econômicas como o tabaco, ao passo que as mulheres ficam destinadas ao espaço doméstico (a casa, o lar e a reprodução).

No âmbito social, mulheres rurais ligadas à produção de tabaco também têm galgado espaços sociais representativos em Arroio do Tigre. Quiçá, nesses espaços sociais, as mulheres têm voz e atuação decisiva, como é o caso de mulheres que dirigem a Associação de Trabalhadoras Rurais, lideram grupos de juventudes rurais nas suas referidas localidades,

grupos de Jogo de Damas, grupos religiosos, são eleitas vereadoras no município, etc. A mulher rural ganhou maior autonomia no âmbito da organização social do que, relativamente, no âmbito da unidade de produção familiar.

Seria ingênuo ignorar que a mulher rural não ganhou espaço na sociedade e na própria família, através de suas lutas, reinvindicações e avanços na Constituição Federal, e, talvez, seria ousado demais afirmar que, repentinamente, a mulher é autônoma, independente e velou-se de qualquer ato de dominação masculina, seja em âmbito de representação social ou na dinâmica interna da propriedade. Os avanços são emergentes e vagarosos, reflexos de estruturas inculcadas psicologicamente na sociedade. Aos poucos, a mulher tem potencial de igualar a relação entre os sexos e ascender na relação da unidade de produção familiar.

3.5 O reconhecimento do agricultor de tabaco na sociedade local

As estratégias de investimento simbólico envolvem o reconhecimento, as percepções, as aparências do grupo familiar, tencionando-os positivamente perante as pessoas da sociedade (BOURDIEU, 1994a). Em Arroio do Tigre, as representações simbólicas na comunidade rural, na vida social e no âmbito dos negócios no centro urbano estão, de uma forma ou outra, ligadas à questão da produção de tabaco, estratégia que demonstra potencial econômico no meio rural.

A unidade de produção de tabaco fortalece os projetos de vida da família rural, tais como a mecanização da propriedade (tratores, caminhões, carretões e implementos agrícolas em geral), o aumento das instalações, a reforma da casa ou a construção de uma nova, a aqisição ou troca do veículo automotor de passeio, a aquisição de bens de consumo para o ambiente doméstico, tecnologias digitais para a família ou no âmbito da formação intelectual como a possibilidade de custear o ensino superior para os herdeiros. Tudo isso faz parte do processo de compartilhamento de aspirações coletivas das famílias rurais. Para tanto, usam estratégias mercantis convencionais com um mercado disponível, o que facilita as suas transações. As famílias rurais colocam como um problema para a diversificação a falta de um mercado garantido para a venda da sua produção, lógica sustentada pelo argumento de que conhecem as técnicas de produção, mas não dominam a comercialização. Os agricultores se especializaram na produção, o que os coloca em intenso jogo durante a venda do produto, que é o momento estratégico dos ganhos da família rural. Muitas famílias rurais não conferem a

devida atenção ao momento chave da comercialização ou se sentem impotentes frente ao poder da indústria, apesar de cientes disso. Os agricultores sentem-se presos pelo sistema de padronização de preços, altamente voláteis no âmbito dos negócios rurais. Por isso, apesar da intensa reclamação, a negociação dos preços da tabela de venda do tabaco e as disputas no momento da comercialização do fumo com a empresa ainda são concebidas como uma forma de ganhar um diferencial no produto. Os embates entre agricultores e classificadores do fumo em folha, na empresa, configuram-se em disputas de interesses contraditórios, pois, nesse momento, ocorre a expropriação dos frutos do trabalho do agricultor. Nesse espaço, estabelecem-se relações assimétricas, em que a empresa impõe, de diversas formas, seus critérios de classificação e precificação ao produto tabaco. Em safras favoráveis, como de 2012 e 2013, o ambiente de negociação foi mais harmônico, enquanto que, em safras mais rigorosas, intensificam-se as brigas das famílias com os orientadores de tabaco e os classificadores, e aumentam-se as quebras de contrato e as mudanças de empresas para a safra seguinte.

Em relação à agremiação dos agricultores, algumas empresas de tabaco implementam prêmios em forma de certificados e condecorações para os produtores que têm destaque na qualidade produzida. Essa tática envolve influenciar os agricultores a dedicar-se à atividade e os coloca em sujeição às normas da indústria.

No âmbito da sociedade local, em 2014, foram premiados dois agricultores, em Arroio do Tigre, pela votação de mérito em relação aos destaques do ano de 2012, evento de abrangência em toda a Região Centro-Serra, o qual envolve os doze municípios que integram o território. Em Arroio do Tigre, a sociedade local votou em três opções: a) Cidadão Destaque; b) Comércio e, c) Agricultura. O voto era de qualidade, sendo que os indicados eram avaliados por uma comissão julgadora quanto ao seu mérito. Foram dois agricultores da localidade de Linha Paleta que receberam a distinção do ano de 2013 – um representante dirigente da Associação da Juventude Rural de Arroio do Tigre, por sua contribuição social em torno da juventude rural regional, e um agricultor, pelo destaque na prestação de serviços rurais e na sua expressiva contribuição econômica na produção agrícola. Os prêmios de distinção social têm se direcionado a agricultores que desenvolvem atividades produtivas ou sociais de relevância na comunidade rural. No concurso de destaques de 2012, por exemplo, no quesito agricultura, foi premiada uma agroindústria familiar rural da localidade de Linha Rocinha. A agremiação desses concursos tem buscado novidades para além da atividade do tabaco, ou seja, são laureados agricultores que desenvolvem atividade produtiva diferenciada da maioria. Geralmente, as distinções sociais na agricultura envolvem o poder econômico que

está subjugado em sua atividade rural. Por outro lado, no destaque de cidadão, o foco está direcionado para a contribuição que a persona propicia à sociedade local. Esses prêmios chamam a atenção da sociedade rural uma vez que estão sobrepujando a caricatura de um rural atrasado e de poucas mobilizações sociais.

O fato é que, atualmente, agricultores de tabaco também são dirigentes de sindicatos rurais, vereadores ou ocupam cargos na gestão pública municipal. Se, por um lado, isso representa um avanço do meio rural e uma renda extra para a família do campo, por outro, demonstra o poder dos representantes rurais na sociedade. Além disso, constituir-se como produtor de tabaco, em Arroio do Tigre, revela uma imagem de reconhecimento social, pois representa um agricultor consolidado e com bons retornos econômicos, o que facilita a abertura de créditos em supermercados, agropecuárias, no financiamento de equipamentos, maquinários agrícolas e veículos particulares, bem como no varejo em geral, ou seja, é um sujeito social reconhecido pela sua capacidade de dinamizar a economia local. A atividade fumageira e a família rural são respeitadas e reconhecidas porque representam a geração do produto bruto agropecuário, em outras palavras, porque incitam o desenvolvimento econômico no município. Os fumicultores de maior escala de produção e consolidados têm atenção especial pelas agroindústrias do tabaco e também pelo comércio local, bem como possuem respeito equiparável aos produtores de soja de larga escala e as agroindústrias familiares rurais, estando distantes das famílias rurais que não possuem uma identidade produtiva com forte relação ao mercado. No entanto, não basta ser fumicultor, é preciso honrar seus compromissos financeiros com os negócios que realiza. É uma relação que envolve a capitalização, mas também as formas e os compromissos econômicos estabelecidos com as organizações da sociedade local. Nesse campo econômico, é que são construídas as noções de agricultores honestos, trabalhadores, confiáveis ou malandros, vagabundos, mentirosos – valores sociais concebidos pelas relações que são estabelecidas entre as pessoas da comunidade rural, do comércio e da sociedade em geral, legitimados por esses agentes que integram o campo social.

O reconhecimento social está diretamente ligado à origem étnica. Não basta, apenas, ser um bom produtor de tabaco, é preciso ser um agricultor de origem alemã ou italiana, o que demonstra superioridade social. Geralmente, agricultores oriundos de etnia alemã e italiana que produzem fumo são caprichosos e acumulam elogios sociais pela sua condição socioeconômica na comunidade rural, porém, há exceções. Nesse sentido, o produtor de fumo de origem branca considera-se superior ao de etnia negra. O preconceito racial marginaliza as pessoas oriundas de outras classes étnicas, enquanto privilegia as pessoas de origem europeia

como mais dotadas de capacidades, contribui para a reprodução, de geração em geração, da desigualdade social. Ademais, o preconceito racial foi internalizado historicamente, mas controlado por uma série de intervenções paliativas e consideradas como punitivas no elo social. Qualquer atividade relacionada à roça e aos arredores da propriedade, quando feita de forma desleixada, era atribuída a um "serviço de negro", forma de desprezo social em função da raça. Ao longo do tempo, isso tem sido amenizado, mas, entre os agricultores de maior idade, essas expressões ainda são usuais.

A representação social dos agricultores do fumo envolvem relações de produção, modo de vida e relações intercomunitárias. O colono do fumo sinaliza, à sociedade, uma referência simbólica de pertencimento a uma classe social distinta no meio rural, a classe dos fumicultores, propensos a se capitalizar e reproduzir a condição de agricultores, no mínimo, estáveis. É uma estratégia simbólica de legitimação, internalizada pela sociedade e reproduzida no âmbito dos negócios.

3.6 A família rural fumageira e a reprodução biológica

Na população brasileira, existem vários arranjos familiares: a) a existência de três gerações, sob o mesmo teto, com unidade indivisível de produção e consumo; b) duas gerações, nas quais alguns membros da segunda geração são oriundos de casamentos anteriores de um dos cônjuges, mas que, em face do novo ajuntamento, passam a fazer parte da família; e no terceiro grupo c) há a presença de agregados que podem ter vínculo espiritual, consanguíneo ou afim com o chefe da família (RENK, 2006). No rural de Arroio do Tigre, por exemplo, são perceptíveis arranjos familiares de três gerações na mesma propriedade em vários casos que fizeram parte deste estudo. Geralmente, são construídas duas casas na mesma propriedade com o objetivo da autonomia e liberdade para o novo casal. Essa situação é independente do tamanho da casa dos pais ou dos avós, pois a exigência de uma casa se configura num espaço autônomo e ameniza os conflitos no âmbito doméstico entre as famílias, em especial, no local da cozinha. A separação do espaço da cozinha, para as mulheres rurais, é uma condição para a criação de autonomia e identidade da nova família. Portanto, a separação da casa reduz os conflitos familiares. A exigência de uma cozinha própria para a esposa do novo casal se configura numa forma de aumentar a coesão familiar entre as gerações que convivem e trabalham na mesma unidade familiar.

Em Arroio do Tigre, propriedades com três gerações apresentam-se mais consolidadas em termos econômicos, além de mais propícias a encarar riscos e investimentos, pois contam com uma reserva financeira e com o apoio da aposentadoria da geração dos avós. A propriedade rural de localidade de Linha Paleta, que produz tabaco e possui 42 hectares, investiu na atividade da suinocultura, na construção de um abatedouro e agroindústria. A propriedade aumentou o nível de diversificação das atividades, da produção agropecuária para a agroindustrial com orientação para o mercado, portfólio que norteia a reprodução econômica da unidade de produção. Esse exemplo é um caso particular em que a família sentiu-se segura para realizar esse investimento, porém, ainda com certa aversão pelo casal aposentado.

Estudos fazem alusão à relevância das transferências sociais de renda, principalmente, à aposentadoria rural, como renda monetária que garante a reprodução social das famílias rurais (DELGADO; CARDOSO JR., 1999; SILVA, 2001), além de, no caso das mulheres, o recebimento da aposentadoria, da pensão e da licença-maternidade diretamente em seus nomes aumentou o empoderamento feminino (BRUMER, 2002). Em Arroio do Tigre, por um lado, o acesso à aposentadoria rural e ao Programa Bolsa Família promove a superação da privação das famílias, por outro lado, é notável que, em famílias com duas ou três gerações, a aposentadoria repercute positivamente na atividade agrícola e, geralmente, indica propriedades mais estruturadas.

A reprodução da família rural no ciclo geracional, ou seja, como as famílias se perpetuam ao longo do tempo, configura-se por um ciclo longo de reprodução (ALMEIDA, 1987). A transmissão do capital cultural da família é colocada num plano legítimo de afirmação constante sobre os valores e os privilégios a serem transferidos para seus descendentes, sendo reproduzido pelos ritos, pelos momentos de consagração à religião, pelo culto ao trabalho, pela fé e pela dádiva. A reprodução biológica da instituição família tem sido constantemente influenciada pela religião e pelo Estado, duas instituições que objetivam regimentar a ordem da sociedade. No momento da colonização do território, a reprodução biológica era uma estratégia de ocupação para a formação de comunidades fortalecidas e reprodução das experiências de vida anteriores, marcando e delimitando, no território, marcas e identidades de domínio para efetivar a colonização e afastar o risco de perder o território conquistado. A reprodução biológica na colônia tinha o papel de acréscimo das famílias, mão de obra para o trabalho e densidade demográfica para o Estado.

Em 1992, conforme dados da FEE, nasceram 406 crianças em Arroio do Tigre. Em 2012, passados 20 anos, houve 131 nascimentos, ou seja, uma redução de 275 crianças nascidas no município. Isolando-se outros fatores, como nascimentos de crianças em hospitais

de outros municípios, a relativa migração para centros urbanos e a fertilidade humana, o dado revela uma diminuição acentuada de nascimentos, logo, uma redução do núcleo familiar. Ao considerar que as condições de desenvolvimento tiveram um acréscimo positivo ao longo desse período (1992-2012), descartam-se as condições fisiológicas como fator determinante para a redução do número de filhos. Potencialmente, as famílias incentivadas pelas campanhas de controle de natalidade conduzidas pelo Estado e regidas pela lógica da acumulação diminuíram o número de filhos, o que também reduziu os conflitos de herança e fracionamento dos bens materiais acumulados ao longo da vida.

A redução no número de braços na família rural impacta, diretamente, na gestão do trabalho e na alocação das atividades desenvolvidas na unidade de produção. A cultura do tabaco é intensiva em mão de obra (PAULILO, 1990; ETGES, 1991), portanto, a quantidade de pessoas dedicadas à atividade ordena a quantidade de tabaco cultivado. A cultura tem alta demanda de mão de obra, em especial, atinge o seu pico na colheita – período agrícola para garantir uma boa qualidade do produto. Conforme Garcia Jr. (1989), ao estudar o processo de transformação social no Brejo e no Agreste, no estado da Paraíba, ressalta que o pico do ciclo agrícola é o trabalho inadiável do qual depende toda a produção que será obtida, todas as tarefas futuras e também a utilidade das tarefas já realizadas (GARCIA JR., 1989).

A carência de mão de obra na família rural pode indicar os seguintes pressupostos: a) a possibilidade de arriscar um cultivo com o mesmo pico de demanda do trabalho, com a possibilidade de contratação temporária de trabalhadores; b) a produção de tabaco aliada a uma cultura com alto emprego de mecanização (soja, por exemplo); e, c) um equilíbrio entre a produção de tabaco e outras atividades agrícolas. Não passa pelo cálculo cognitivo do agricultor a possibilidade de não plantar fumo; essa decisão já foi tomada por todo um aparato tecnológico e conhecimento existente na propriedade. O cálculo mental equivale, apenas, a estabelecer qual é a atividade produtiva que, diretamente alocada com os fatores de produção disponíveis (quantidade de terra e de mão de obra, em especial) e suas limitações, fará parte das estratégias produtivas ao lado do tabaco. Em 2002, conforme dados da FEE, o município de Arroio do Tigre alcançou o pico de produção com 6.204 toneladas (considerando-se os dados disponíveis entre os anos de 1991 a 2012), tomando o posto de maior produtor de feijão do estado do Rio Grande do Sul, o qual é um produto agrícola que ocupa mão de obra artesanal, coincidindo com a colheita do tabaco. A análise da família rural pela disponibilidade de mão de obra, nesse caso somente mostra-se válida no momento em que o preço de comercialização de determinado produto não é tão atrativo em relação os custos gerais de produção. Portanto, a redução da produção de feijão justifica-se, em certa medida,

pela pouca atratividade no preço final de venda, o que acabou reduzindo a escala comercial de produção desse alimento no local de estudo para 1.674 toneladas em 2012. As estratégias biológicas impactam no tamanho da família, enquanto o tamanho da família impacta na diversificação da produção agrícola, bem como na quantidade de produção de tabaco.

A reprodução biológica é uma estratégia de reprodução social. A definição de estratégia de investimento biológico proposta por Bourdieu (1994a), associada ao contexto francês, embora interdependente e interligada com outras estratégias, está assentada, prioritariamente, nas estratégias de fertilidade e nas estratégias de prevenção. São lógicas de longo prazo, que envolvem o futuro da tradição e do patrimônio e são projetadas para controlar a fertilidade (aumentar ou reduzir os filhos), assim, a força da unidade familiar, além das estratégias de união entre famílias (ou casamento) e o celibato, tem a dupla vantagem de evitar a reprodução biológica e de excluir a possibilidade de herança, a fim de favorecer o primogênito (BOURDIEU, 1994a). Nesse sentido, a reprodução biológica interfere na dinâmica da unidade doméstica familiar, na mão de obra da família enquanto braços para suas estratégias produtivas e no nível de consumo alimentar e mercantil da família. Uma família numerosa necessita de mais alimentos, o que diretamente implica mais trabalho e mais risco de vulnerabilidade social em um contexto de privações. Portanto, o investimento biológico da família determina as suas ações no mundo rural, buscando, em primeiro lugar, as necessidades básicas e fisiológicas da família rural, para, depois, pensar nas necessidades de segurança, acumulação simbólica e material e na perpetuação do patrimônio, que integram a reprodução social e econômica das famílias.

A redução no número de filhos nas famílias rurais de Arroio do Tigre é expressa na fala dos entrevistados: “Naquela época era seis, sete, oito filhos [...]. É isso, no interior mesmo não tem essas, esses casais mais novos são dois ou três.” (Anita, 76 anos, Linha Cereja). A redução no número de filhos também está ligada ao controle da taxa de natalidade, bem como num planejamento da família em relação aos seus custos, investimentos e o próprio futuro da unidade de produção. A geração de herdeiros implica, necessariamente, um reordenamento da vida social e produtiva, necessitando maior integração com atividades mercantis para gerar moeda nos cuidados com os filhos, na formação escolar e na projeção para o mundo adulto. A decisão de o casal ter um filho impacta naquela safra; reduzir ou amenizar a atenção com a produção, em detrimento do cuidado com a mãe e o futuro filho(a), em outros casos, implica aumentar a produção pelos gastos com o parto e procedimentos de saúde com o herdeiro. As mulheres rurais, mesmo durante a gestação, não deixam de trabalhar no tabaco, mas evitam atividades que possam entrar contato com o veneno ou de maior

esforço físico. Se for necessário, os parentes auxiliam na colheita do tabaco, visto a situação de gravidez.

A redução no número de filhos impacta na gestão da família rural, na redução de conflitos no âmbito familiar e nos projetos de continuidade da condição de agricultores, como retrata o diálogo da entrevista com um casal aposentado de Linha Tigre:

> Homem: A família, hoje, geralmente, são bem mais pequenas.
> Mulher: No nosso tempo era de 8, 9, 10 filhos.
> Homem: No tempo dos nossos pais, né?
> Mulher: Sim, dos nossos tios... Isso era 12, 14.
> Homem: Agora por que mudou? Como dá pra pensar: o que me adiantaria se eu tivesse sete ou oito filhos e não ter onde colocar eles pra trabalhar? Porque na época todo o pessoal, a maioria tinha mais terra que o pequeno agricultor tem hoje. Claro que tem gente que tem bastante terra. Mas, os pequenos nas redondezas, se têm alguns que tem 20 ou 30 hectares já é um bom pedaço.

A narrativa do casal de agricultores aposentados revela que a redução no número de filhos está atrelada às possibilidades de fornecer condições para que todos possam reproduzir a condição de agricultores dos pais. A família rural contemporânea projeta o número de filhos com as condições razoáveis para que os futuros herdeiros sucedam a propriedade e para evitar o excessivo fracionamento da unidade de produção. A decisão posterior, se eles vão ou não permanecer na propriedade, é uma deliberação própria e futura dos herdeiros, mas a família rural deseja e planeja um mínimo de condições e capacidades visando que aceitem a condição de agricultores familiares.

Aliado a isso, nota-se uma crescente evolução no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)[52], em Arroio do Tigre, fato que coloca a reprodução de herdeiros em uma condição mais favorável. Os dados históricos apontam que, em 1991, foi 0,433; em 2000, foi 0,568; e, em 2010, chegou a 0,707 no município de Arroio do Tigre. Segundo a Fundação de Economia e Estatística, para Arroio do Tigre, o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese)[53] alcançou o patamar de 0,696 em 2012, o que implica uma avaliação de

---

[52] Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano (PNUD, 2014).

[53] Conforme informações da Fundação de Economia e Estatística (FEE), o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico é formulado para o estado do Rio Grande do Sul, contemplando os municípios e Coredes. O Idese é um índice sintético, inspirado no IDH, que envolve um conjunto amplo de indicadores sociais e econômicos, classificados em quatro blocos temáticos: educação; renda; saneamento e domicílios; saúde. Objetiva mensurar e acompanhar o nível de desenvolvimento do estado, de seus municípios e dos Coredes, informando a sociedade e orientando os governos (municipais e estadual) nas suas políticas socioeconômicas. O Idese varia de 0 a 1 e, assim como o IDH, permite que se classifique o estado, os municípios ou os Coredes

desenvolvimento médio. O índice Idese-2012 é formado pela média dos três indicadores (educação, renda e saúde). O maior índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) de Arroio do Tigre é o da saúde (0,809), segundo os dados de 2012[54]. O indicador delega que o município está em nível de desenvolvimento alto, conforme parâmetros da FEE, estipulando que índices maiores ou iguais a 0,800 são classificados como desenvolvimento alto. Os quesitos educação (0,669) e renda (0,609) estão no patamar de desenvolvimento médio (entre 0,500 e 0,799).

Os dados demonstram que o município, nas últimas duas décadas, tem elevado o desenvolvimento socioeconômico, o que é um importante fator para a decisão da família rural no planejamento sobre os herdeiros. Por outro lado, a redução no número de filhos, possibilitou à família rural concentrar esforços em bens materiais ou investir em capital cultural. Nesse sentido, as mudanças que ocorrem na reprodução biológica refletem na ordem social e na gestão interna da propriedade. As estratégias biológicas restritas são produtos de influências culturais, econômicas, políticas, sociais, que influenciam, em longo prazo, a dinâmica da sociedade rural nesse caso. Conforme Bourdieu (2011), analisando sobre a lógica do contexto francês, o controle da fecundidade influencia direta e indiretamente o aumento ou a redução do número de filhos e, por consequência, a força do grupo familiar, mas também a quantidade de potenciais pretendentes ao patrimônio material e simbólico.

As transformações no espaço rural arroio-tigrense inserem-se num contexto permanente de indecisão sobre o futuro da agricultura de base familiar. Os agricultores, diante de situações de crise, usam diversas estratégias para permanecer no meio rural, inclusive, aumentam o grau de autoexploração da família para protegê-la do endividamento e da necessidade de colocar a propriedade à venda, uma situação extrema para aqueles que viveram meio século em função do produzir no meio rural. Nesse sentido, o próximo capítulo aborda o problema social da juventude rural no contexto da produção do tabaco, as questões sobre o trabalho do jovem e a concepção de trabalho e a eminente dificuldade da família em busca de um herdeiro para a sucessão familiar na unidade de produção.

---

em três níveis de desenvolvimento: baixo (índices até 0,499), médio (entre 0,500 e 0,799) ou alto (maiores ou iguais a 0,800).

[54] Os dados mais atuais e disponíveis são do ano de 2012. A divulgação foi em novembro de 2014.

CAPÍTULO IV – JUVENTUDE RURAL E TRABALHO NO CONTEXTO FUMAGEIRO

Ser jovem rural é um orgulho, pois é da gente que o mundo todo precisa, sem jovens rurais não existirá alimento no futuro. Então, os jovens rurais são de extrema importância e devem ser apoiados a ficar no meio rural sempre (Maiara Luzia dos Santos, jovem rural, 15 anos).

Figura 9 – Foto do jovem rural (23 anos) no processo de confecção das manocas de fumo em folha tipo Burley em Linha Paleta, Arroio do Tigre, RS.

A família rural, o jovem e as suas estratégias de reprodução estão imersos em contextos de aceleradas mudanças sociais. A família, a escola, o Estado e a indústria são instituições que integram a dinâmica da reprodução, confrontando as experiências sociais com dispositivos legais, uma relação de mediação entre o trabalho e a formação cidadã. Neste momento, o recorte temático prioriza a análise das relações entre o jovem rural, o trabalho e a mobilidade dos herdeiros, filhos de agricultores familiares que se dedicam à produção de tabaco no município de Arroio do Tigre. Este capítulo objetiva analisar a dinâmica das gerações juvenis, os processos de sociabilização e sua interface com o trabalho rural no tabaco, abordando aspectos da realidade social que incentivam ou desestimulam os futuros herdeiros na sucessão familiar rural em Arroio do Tigre.

Os estudos rurais voltados à realidade das famílias agricultoras, em especial, no sul do Brasil, apontam para uma crise na sucessão rural, expresso pelo êxodo dos jovens para centros urbanos em busca de oportunidades em âmbito de trabalho e qualificação escolar. Ao fragilizar um espaço característico de produção e colocar em xeque a continuidade tradicional da família rural, os discursos sobre as dificuldades contemporâneas atreladas ao ato de viver e

reproduzir-se pela atividade agropecuária emergem-se num campo de preocupações. Essa crise está ancorada em fatores de ordem econômica – mão de obra para trabalhar na terra como fator essencial na produção de alimentos – ou de ordem social – inchamento das cidades e redução de pessoas dispostas a dar continuidade à vida e ao trabalho no meio rural. Os dois fatores que anteparam o pressuposto da organização econômico-espacial da agricultura são fragilizados, em caráter singular, pelos jovens que optam por permanecer no meio rural, atrelados, exclusivamente, à produção de tabaco. Essa adesão convoca o Estado, recentemente, à intervenção na ordem de políticas públicas para condicionar estratégias que minimizem esse impacto social, seja no âmbito da implementação de crédito à categoria social, no âmbito do estímulo à diversificação nas unidades de produção, ou ainda na dimensão dos espaços de sociabilidade.

A desvalorização dos produtos agrícolas e a crescente necessidade de investimentos em insumos e sementes do complexo agroindustrial têm complexificado as relações mercantis na unidade de produção familiar. A capacidade de gestão rural frente a essas novas necessidades na agricultura e o aumento das fronteiras agrícolas colocaram empecilhos para as famílias que investem em culturas comerciais – como o milho, a soja, o trigo e o feijão –, estabelecendo um processo de descapitalização e pauperização dos agricultores. A família rural não consegue competir em quantidade pela limitação de terra, o que lhe condiciona a frisar esforços na cultura do tabaco que, ainda, tem característica de agricultura de pequena escala, porém, de penosidade relativa e questionada sustentabilidade ambiental e social. Nesse contexto, o jovem e a família rural se colocam em justaposição – em tempo em que a cultura do tabaco representa *status* econômico e, concomitantemente, concebe uma estratégia limitada, que ofusca a presença feminina ao expulsá-la pela penosidade; em contraponto, a produção fumageira recompensa a família pela viabilidade econômica comparativa.

Realizadas as breves considerações acerca do jovem e da família fumageira no espaço rural de Arroio do Tigre, bem como as reflexões sobre a força de trabalho do jovem, no presente capítulo, colocam-se em análise, num primeiro momento, os estudos sobre a juventude rural na unidade de produção familiar, a construção de significados do jovem rural arroio-tigrense e as formas de lazer e entretenimento; num segundo momento, o trabalho do jovem e a concepção de trabalho na cultura do tabaco; num terceiro momento, trata-se da concepção dos jovens sobre a cultura do tabaco; na sequência, as estratégias de sucessão rural na agricultura fumageira moderna; depois, a incerteza do futuro e os projetos de vida do jovem rural; e, por último, abordam-se a escola e o trabalho rural, envolvendo as ambiguidades entre o estudar e o ser agricultor.

4.1 Os estudos sobre juventude rural na unidade familiar

A juventude é idealizada por Galland (1985, 1993), relevante sociólogo da juventude na França, sob a noção de ingresso na vida adulta, um rito de passagem que lhe concede a responsabilidade para trabalhar e casar. Em outra análise, a juventude rural é uma construção social, pois "a juventude e a velhice não são dadas, mas construídas socialmente, na luta entre jovens e velhos" (BOURDIEU, 2003, p. 152). Além de uma construção social, a juventude rural é percebida como um problema social. O fato de os jovens desistirem do rural tem sido foco de inúmeras pesquisas. Os estudos sobre essa categoria social fazem análises individuais (jovens rurais) e análises do comportamento coletivo (juventude rural).

A juventude nas sociedades camponesas, geralmente, coincide com uma etapa de semidependência social, assinalada por uma precoce inserção produtiva e por um *status* subordinado dos jovens no seio da família. Apesar da subordinação doméstica, em que não possuem prestígio e poder, ocupam lugar central no espaço lúdico no âmbito da comunidade e, frequentemente, participam em muitos aspectos da vida festiva, institucionalizada, mediante agrupamentos coletivos (FEIXA PÀMPOLS, 2004), como os grupos de jovens rurais unificados em associações com foco em esporte, cultura, entretenimento e lazer.

No âmbito do jovem rural, os estudos sociológicos colocam o dilema dos agricultores com a indefinição de futuro da propriedade rural na eminência da carência de herdeiros na França (BOURDIEU, 2008), a ampliação do espaço social dos jovens rurais e a fragilização do controle social da família camponesa (CHAMPAGNE, 1986). Mais recentemente, o trabalho de Marin (2009) defende a tese de que a juventude rural moderna foi uma invenção do capitalismo industrial, reconhecida pela sociedade europeia e norte-americana, e, posteriormente, difundida internacionalmente. Nos países latino-americanos, o reconhecimento social da juventude rural deu-se na metade do século XX, por indução da intervenção dos organismos internacionais de desenvolvimento tecnológico e econômico. Por isso, Marin (2009) defende que a condição do jovem rural integrado às instituições de desenvolvimento foi uma construção social dos segmentos do capital industrial, financeiro e comercial, movido por interesses acerca dos vínculos econômicos do setor agrícola (MARIN, 2009).

Os estudos contemporâneos da juventude rural latino-americana apontam para a pluriatividade. Conforme La Cruz (2015), ao estudar os modos de vida da juventude rural de dois municípios do Vale Tehuacan Altepexi e Ajalpan, no México, assinala que os jovens

vivem no campo, mas seu estilo de vida é urbano. Nessa realidade, novos significados e atribuições são delegados a essa categoria social, por exemplo, as mulheres jovens têm, agora, acesso à educação e ao trabalho, ou seja, ser uma mulher já não está relacionado apenas a ser uma dona de casa e mãe. O autor identificou que uma das características que distinguem essas áreas rurais é a pluriatividade, conjunto que permite algumas mulheres trabalhar a partir de uma idade precoce em lojas que foram instaladas com a chegada das empresas avícolas. Para essa geração, o emprego lhes permite o acesso a um nível melhor de vida do que seus pais ou avós, sem renegar suas origens e a relevância do trabalho rural (LA CRUZ, 2015).

No Brasil, diversos trabalhos abordam a inserção dos jovens rurais na agricultura familiar, em especial, no sul do país. Schneider (1994) analisa as migrações internas rurais-urbanas em conjunto ao processo de modernização da agricultura gaúcha, com intenso êxodo rural, sem amparo do Estado; faz alusão, também, aos futuros problemas com a questão sucessória na agricultura de base familiar. Na mesma linha, a pesquisa de Camarano e Abramovay (1997) estudam as movimentações do êxodo rural brasileiro entre as décadas de 1950 e 1990, sendo que, neste último período de análise, constatam a emergência do êxodo seletivo de jovens e mulheres, ligação explicada pela formação educacional, sendo as moças mais valorizadas para o estudo do que rapazes.

A pesquisa de Castro (2005), sobre os jovens rurais do assentamento da Baixada Fluminense no Rio de Janeiro, investiga os fatores que influenciam os jovens a ficar ou sair do campo; com uma abordagem etnográfica, apresenta uma diversidade de dilemas e ambiguidades que os jovens rurais enfrentam nesse contexto social. Paralelamente, o estudo de Stropasolas (2006) sobre os jovens rurais da agricultura familiar no estado de Santa Catarina chama a atenção para o fato de que o movimento migratório dos jovens rurais é uma forma de manifestação ou reação à degradação das condições de vida da sociedade rural.

Os trabalhos de Castro (2005) e Stropasolas (2006) rompem com a invisibilidade da pesquisa sobre a juventude rural no Brasil, momento em que se acena para a construção de políticas públicas à categoria social. Em 2008, Spanevello (2008) analisa o processo social da sucessão entre os agricultores familiares localizados nos municípios de Pinhal Grande e Dona Francisca, Rio Grande do Sul, o que fortalece a agenda de pesquisa sobre a juventude rural e a sucessão. No ano seguinte, Weisheimer (2009) publica o resultado da pesquisa sobre a situação juvenil na agricultura familiar do Rio Grande do Sul, abordando os traços distintivos da situação juvenil, bem com os seus projetos profissionais. A maioria desses trabalhos enfocam as relações dos jovens no seio da família rural, as analogias de gênero, os fluxos migratórios e a sucessão rural. Os trabalhos acadêmicos com jovens rurais têm tido a

preocupação de direcionar o foco à unidade camponesa na lógica vital de produção e consumo.

A juventude rural, enquanto categoria social ligada à reprodução social, tem ganhado contornos expressivos nas pesquisas na última década (CASTRO, 2005; WEISHEIMER, 2009) e também nas políticas públicas, como o PRONAF Jovem. Nesse recorte, aborda-se o jovem rural de Arroio do Tigre associado ao tabaco, principal estratégia econômica das famílias rurais, historicamente, construída no local. Se a juventude rural e o tabaco são dois problemas sociais recorrentes no mundo contemporâneo, é porque, por muito tempo, as instituições – públicas e privadas – permaneceram omissas em relação às questões que impactam o desenvolvimento rural. Nessa acepção, não há fórmulas mágicas que amenizem o problema, pois há carência de um forte trabalho qualificado do e no meio rural, seja de políticas públicas, seja de ações endógenas de desenvolvimento cunhadas pela sociedade civil.

4.1.1 A construção de significados do jovem rural arroio-tigrense

A juventude rural projeta-se como uma categoria social com potencial de fornecer continuidade aos valores familiares, em especial. Geralmente, atrelam a condição juvenil na agricultura familiar com uma condição de liberdade. Para os jovens, à noção de liberdade atribuiu-se a lógica do trabalho rural em contraponto com ocupações urbanas, pois faz parte do núcleo familiar que possui os meios de produção (em especial, a terra), portanto, em conjunto com a família, são donos e determinam quando trabalhar ou não, conforme salienta Tatiele, jovem rural, da localidade de Linha Paleta: “porque aqui a gente é o próprio patrão, e aqui nós mesmos impomos nosso horário de serviço” ou no depoimento do José, jovem de Linha Cereja: “por poder estar com a família, não depender tanto de horários, ter um pouco mais de liberdade”. Os jovens internalizaram essas noções da sua família, em relação à autonomia de horários e ao âmbito da realização das tarefas rurais, diante do pressuposto que se está trabalhando para si e para a família e não para terceiros. Em análise das contradições da liberdade na identidade camponesa, Seyferth (1992) coloca que a liberdade do colono envolve a possibilidade de escolha, porque não tem patrão nem horário; ainda que exerça um ofício que exige dedicação, trabalho árduo, conhecimento tradicional e amor à terra. O elemento liberdade também aparece nas pesquisas de Renk (2000), Stropasolas (2006) e Spanevello (2008). Entretanto, considera-se que é uma liberdade relativa, pois não são

comandados por um patrão, mas são fiscalizados pelo chefe da família (o pai), que lhes atribui tarefas contínuas e comanda os horários de lazer. Além disso, em momento de pico agrícola na cultura do tabaco, necessitam ativar o máximo da autoexploração da mão de obra da família. Portanto, foi construído um discurso em torno da liberdade e da autonomia do trabalho pessoal que nem sempre corresponde à realidade cotidiana.

A juventude rural fumicultora arroio-tigrense salienta que sua constituição envolve orgulho das suas origens e apego pela lide no campo, sendo responsável pela produção, pelo trabalho e pela vida rural. A palavra orgulho foi amplamente citada quando solicitada, ao entrevistado, uma definição de jovem rural. Isso está atrelado, também, à ativa mobilização social dos jovens rurais locais por intermédio da Associação da Juventude Rural de Arroio do Tigre (AJURATI), que está ativa na construção de uma identidade social. Essa mobilização no âmbito social coloca o jovem visível perante a sociedade. Ao questionar, Gabriela, 18 anos, de Linha São Pedro, sobre o que é ser jovem rural, responde: "Para mim ser jovem rural é muito mais do que residir no interior e ser agricultor, ser jovem rural é buscar seu espaço, lutar por melhorias, participar de grupos de jovens, e ter garra e determinação para que o mundo da agricultura não se perca, mas, sim se evolua a cada dia, trazendo assim melhorias que ajudem ainda mais nós agricultores". Essa narrativa mostra que o jovem rural tem relação com as lutas contra a invisibilidade social e também busca de melhores condições de vida para a família rural. A moça usa os adjetivos *garra* e *determinação* para demonstrar os valores necessários para a mobilização social em prol da permanência na agricultura como modo de vida, de trabalho e de reprodução social.

A identidade social dos jovens rurais é dividida num sistema binário de pensamento: a) a caracterização do jovem rural que trabalha com a terra, tem apego pelo campo, reside no meio rural, dedica-se em diversas estratégias produtivas como função social, com valores éticos, relacionado a um modo de vida, ligado ao *ethos*[55] de agricultor familiar; b) a definição de um jovem rural relacionado à mobilização social, que participa de grupos de juventudes, colabora na comunidade, reivindica intervenções para a classe nos espaços deliberativos, é ativo em espaços de sociabilidade rurais e urbanos e protagonista de fóruns de troca de conhecimentos e experiências. Essa conceituação dos jovens rurais de Arroio do Tigre denota que a juventude rural está acionada pela sua organização social, pleiteia melhorias nas condições de trabalho, educação, cultura e lazer, o que tem garantido diferenciação social em relação a outros grupos de juventudes rurais fora desse município. Por outro lado, possuem

[55] Conforme Bourdieu (2011b), o *ethos* é entendido como os valores em estado prático, não consciente, que conduzem à moral cotidiana, um conjunto ordenado de disposições morais, de princípios práticos.

problemas sociais similares no âmbito dos dispositivos legais mediados pelo Estado, seja no processo sucessório ou na intensificação da mobilidade e migração.

Os elementos subjetivos, como “gostar do que faz”, “ser livre”, “valor do agricultor”, “classe batalhadora”, “produz alimento pra sociedade”, “ter orgulho”, evocam uma produção de significados que os legitimam enquanto agentes sociais. Geralmente, usam um discurso saudosista e emblemático, muitas vezes, internalizam discursos emitidos pelo Estado, pelos meios de comunicação ou pela própria família. Reproduzir um discurso para o outro envolve, também, emitir características positivadas de sua identidade, uma vez que, historicamente, houve uma depreciação das pessoas que viviam no campo.

4.1.2 Brincadeiras na infância do rural fumageiro

A fase da infância é uma construção social. Nesse momento da vida, instituiu-se a relevância da sociabilidade das crianças e dos seus espaços lúdicos. Para tanto, o meio rural coloca restrições em relação à socialização coletiva pelas particularidades espaciais, como a distância entre as unidades de produção familiar. Por isso, a escola tem papel importante na sociabilização do espaço lúdico, momento em que as crianças têm a condição interagir no coletivo. Na unidade de produção, as brincadeiras estão restritas à presença de irmãos ou à disponibilidade dos pais para compartilhar alguns momentos com os filhos. Numa perspectiva história, Marin et al. (2014), ao analisarem a opinião dos pais, produtores de fumo, em Agudo/RS, afirmam que, no passado, as famílias eram numerosas, o que condicionava maiores possibilidades de criação de momentos e espaços de convívio familiar e comunitário, de brincadeiras e de vivências lúdicas. Além disso, colocam que a carência material das famílias não permitia a compra de brinquedos, porém, nem por isso, deixavam de produzir seus brinquedos e diversões, valendo-se dos recursos disponíveis.

Em Arroio do Tigre, nota-se que a infância dos jovens rurais entrevistados demonstra que os seus espaços de sociabilidade envolviam brincadeiras individuais, porém, também, brincadeiras coletivas, ou seja, havia a necessidade de contato físico. De alguma forma, as brincadeiras no rural contemporâneo atrelaram-se, nos últimos anos, aos computadores, videogames e internet, o que, na percepção dos agricultores, depreciou as relações de sociabilidade entre as crianças. O avanço das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no meio rural, ao mesmo tempo em que proporcionou uma rede de

informações, conhecimentos instantâneos e ampliou a rede social, prendeu o jovem rural em casa, em alguns casos, abdicando de ir às festas da comunidade, da Igreja ou em eventos promovidos pela sua juventude rural em detrimento dos aparelhos eletrônicos, o que é visto de forma receosa entre as famílias rurais. Fenômeno similar em relação à presença de tecnologias, atualmente, foi identificado por Marin et al. (2014), com os filhos de produtores de tabaco em Agudo, sendo que, algumas décadas atrás, as brincadeiras eram realizadas no campo, em áreas abertas, diferente do que acontece hoje, com a presença das tecnologias, principalmente digitais; nessa interação intercedida pela máquina, afloram novos modos de relações sociais e interpessoais, o que possibilita situações não vivenciadas pela família agricultora.

Em Arroio do Tigre, os próprios jovens rurais percebem essas mudanças no cenário do entretenimento rural, como aponta o comentário de Daniela, 17 anos, da localidade de Sítio Alto: “Brincava de boneca e desfilar com minha irmã, no colégio brincávamos de pega-pega, etc. Com certeza tive uma infância cheia de brincadeiras que hoje muitas crianças não conhecem.” O depoimento da moça evidencia uma mudança na forma do entretenimento das crianças no meio rural. Não significa que as crianças não conhecem essas brincadeiras, mas estão influenciadas pelas tecnologias digitais, fato que desemboca outra concepção em torno da sociabilidade, ou seja, a sociabilidade virtual. A preocupação central da família rural sobre as tecnologias e os jogos virtuais refere-se à formação de uma pessoa individualista e sem espírito de comunidade. O espírito coletivo e o trabalho para o fortalecimento da comunidade rural foram duas características que fortaleceram a colonização no sul do país, por isso, as famílias temem que os comportamentos individualistas venham destruir algumas práticas e concepções voltadas ao coletivo, fato que fragmenta as condutas de cooperação.

No passado, conforme relato dos próprios jovens entrevistados, as brincadeiras rurais envolviam a criatividade da criança para a construção de seus equipamentos de diversão. No caso de meninos, abrangiam a elaboração artesanal de carretas para a descida de morros e pequenos brinquedos, como trator, carretão, carroças, caminhões, ou seja, brinquedos relacionados ao trabalho ou ao mundo agrícola. Geralmente, alguns deles eram presentes dos pais quando retornavam da cidade (em datas especiais) e outros eram confeccionados por crianças com a ajuda da família ou de vizinhos que possuíam habilidades com madeira. Citam também as caças com bodoque e o andar de bicicleta, duas brincadeiras muito usuais entre meninos com maior idade. Os meninos apontam, ainda, a pescaria como uma brincadeira, uma diversão acompanhada pelos adultos, mas muito presente no rural. No caso das moças, as brincadeiras envolviam sociabilidades em torno das casinhas, das bonecas ou brincadeiras

relacionadas a alguma profissão, como aponta Maira (14 anos): “Brincava de ser professora de alunos, no imaginário”. Existiam as brincadeiras coletivas tanto para meninos como para meninas, como esconde-esconde, piquenique, banhos de mangueira, contos, pega-pega, cobra-cega, jogo de bola, pular corda, andar de bicicleta, etc. A socialização da criança toma forma legítima quando há um conjunto de referências acumuladas pela família, reinterpretadas pelos filhos e reproduzidas ao longo do tempo, o que provoca um sentimento de reprodução dos costumes herdados. Quando a família depara-se com novas formas de sociabilização no meio rural, a sensação é de que os costumes não estão sendo valorizados pelas novas gerações.

Em relação ao envolvimento dos pais nas brincadeiras das crianças, existe certa divisão de opiniões. Os jovens rurais colocam que os pais não tinham muito tempo para brincadeiras, pois o trabalho na lavoura dispendia muito esforço e tempo, como argumenta Gisele, 15 anos, da localidade de Linha Paleta: “Olha, meus pais não tinham tempo para brincar com a gente, pois passavam seu tempo na lavoura para trazer o mantimento de cada dia.” No entanto, para outros, sempre era possível um espaço para os pais se sociabilizarem com os filhos, o que se tornava um momento único. Entre as brincadeiras de pais-filhos, estavam pega-pega, esconde-esconde, brincadeiras com bola (futebol e vôlei), bocha, jogo de memória, de casinha, etc. Apesar disso, os jovens internalizaram a importância do trabalho dos pais acima de sua própria necessidade de entretenimento, como alega Maira (14 anos): “Brincadeiras muito pouco, mas gostavam de contar histórias do passado deles, pelo qual eu gostava muito de ouvir”.

Os espaços com as crianças sempre envolviam uma relação de transmissão de valores, aprendizagens sociais e de caráter formativo. As brincadeiras coletivas tinham a intenção de apresentar, aos filhos, a necessidade da flexibilidade, do aprender a ganhar e perder, da importância do compartilhamento dos brinquedos e do senso de coletividade. O momento se tornava um espaço de aprendizagem e transmissão de valores fundamentais à família rural. O depoimento de Carlos, de Linha Paleta, vai nesse sentido: “Meus pais não eram muito de brincar, mas sim de ensinar coisas como o caráter, dignidade, trabalho. E no qual eu sempre vou agradecer por isso, porque é o que trago comigo e vou levar esses ensinamentos.” O que a família não conseguia suprir em torno da sociabilidade com os filhos nos momentos de lazer fazia em forma de disciplina e educação familiar, para a formação de valores afincados na moral, na dignidade e no trabalho como aspectos relevantes à formação cidadã do herdeiro.

4.1.3 Entre o trabalho e o lazer dos jovens rurais

A reprodução da vida dos jovens rurais como forma de entretenimento, lazer e sociabilidade e não apenas como um recurso diretamente associado ao trabalho tem cultuado, no meio rural, novas formas de relacionamento e também conflitos na unidade de produção. O trabalho é visto, pela família, como processo formativo, enquanto o lazer, como necessário, porém, o trabalho deve se sobrepor ao lazer, na medida em que o primeiro é mais relevante que o segundo para a acumulação camponesa. Atribuição distinta é conferida pelos jovens que percebem o lazer como uma estratégia que os motiva mais que o trabalho repetitivo e isolado. Apesar do discurso do jovem, que incorporou a importância do trabalho à família, o lazer é fundamental nas estratégias de permanência da juventude no meio rural.

Em relação ao ato de trabalhar, os jovens alegam que gostam de lidar com os animais e ajudar os pais nas atividades da lavoura. A jovem rural, Tatiele, de Linha Paleta, comentou: "trabalhar com o fumo". O fumo representa, para os jovens, a economia da propriedade e também o que lhes possibilita acessar bens e serviços de consumo. Entre a colheita do fumo e a colheita do feijão, ambos no mesmo momento, os jovens rurais preferem a colheita do fumo em quase sua unanimidade. Colher feijão é uma atividade de muita penosidade, sendo que o ato de arrancar feijão é muito dolorido para o corpo, ou como traz Renk (2000), "o trabalho estraga o corpo". Isso não significa que o fumo não seja uma atividade de penosidade, mas a sua colheita, apesar de abaixada, não envolve tanto desgaste físico momentâneo. Em outras palavras, o trabalho do fumo, apesar de desgastante, é socialmente percebido como de menor intensidade física, menor impacto nas mãos e um espaço maior de colheita, não implica tantos desgastes. A decisão do chefe da família em plantar fumo e feijão para comercialização é motivo de muito diálogo na família, pois impacta diretamente na disposição de trabalho para a colheita. Enquanto os pais creem na lógica do trabalho, os filhos creem na diminuição da penosidade. Nesse momento, há um impasse, conflitos de relações nas formas de como realizar o trabalho ou qual trabalho realizar para a reprodução social da família. Os pais, sobre uma análise bourdeusiana, têm um *eidos*[56] consagrado, ou seja, uma forma de pensar característica sobre as lógicas de trabalho e gestão, enquanto os filhos resistem para internalizá-lo, uma vez que estão imersos em contextos mais amplos, como a influência da

[56] Para Bourdieu (2011b), o *eidos* é uma forma de pensar característico, uma noção intelectual sobre determinada realidade, apoiada em uma crença já estabelecida ou, como melhor afirma o autor (2001a, p. 185), "O corpo está no mundo social, mas o mundo social está no corpo."

escola, da internet, da indústria, etc. É um jogo de forças entre pais de filhos, entre pais e o mundo social, pois o capital, em especial, o econômico, sugere uma interferência direta na posição dos agentes sociais, o que determina as relações sociais, o comportamento individual e coletivo e a incorporação de novos ingredientes no *habitus* dos agentes sociais em questão.

Após os dezesseis anos, geralmente, o auxílio de jovens na atividade do tabaco envolve receber alguma contrapartida da família para estimulá-los na lida. Os jovens rurais chamam isso de "promessa", ou seja, a família promete algum benefício no final da safra para os filhos caso seu trabalho for considerado satisfatório, como um computador, um *smartphone* ou uma moto. A família rural identifica o desejo dos jovens e o quantifica em forma de trabalho na unidade de produção. Caso um jovem deseje cursar faculdade, em que é possível deslocamento da propriedade todos os dias ou sua migração parcial, a família coloca condições para que esse jovem possua indicadores de trabalho durante o ano agrícola, com o intuito de conseguir uma boa safra para custear seus estudos. O trabalho da família reverte-se, portanto, na forma de um ganho coletivo, por isso, ainda permanece forte a questão da indivisibilidade da renda familiar.

Os gostos pelas atividades de lazer estão vinculados as suas experimentações sociais na roça ou com suas relações com o mundo exterior à propriedade. Letícia, 19 anos, demonstra uma visão saudosista do apego pelo meio rural: "Sentar ao lado de um rio ou sanga e apreciar a natureza, respirar ar puro e pensar nas coisas boas, isso me acalma e me faz sentir bem." O rural como um modo de vida, saúde e tranquilidade é apontado em contraponto com o modo de vida urbana, rechaçado dessas características. No entanto, isso não significa que tais qualidades sejam um atributo significativo para o jovem rural permanecer no campo, apenas o diferenciam de lugares urbanizados. Para os momentos de lazer, geralmente, foram apontados a sociabilização com os amigos da comunidade ou da escola, atrelados a alguma prática de esporte no final de semana, como torneios esportivos ou relacionados a bailes e espaços de confraternização em geral. O "isolamento" parcial dos jovens rurais durante a semana, na propriedade, intensifica a necessidade de confraternizar nos finais de semana, um dos fatores fundamentais à motivação do jovem em continuar no interior. Esse espaço é criado, geralmente, pela AJURATI e suas juventudes rurais associadas. A associação tem criado espaços de lazer, entretenimento e sociabilidade entre os jovens rurais, sendo esses espaços referência, também, para os jovens urbanos. Os torneios esportivos promovidos pelas juventudes rurais nas comunidades estimulam a interconexão entre as comunidades, o deslocamento dos jovens e a ampliação da rede social. Esse espaço legítimo foi criado e estimulado pela associação de jovens e fortalece as trocas de contato e conhecimento de

outras realidades pelos jovens rurais. Antigamente, os jovens circulavam apenas pela comunidade; eles não conheciam todo o interior de seu município e ficavam restritos a sua dinâmica local, portanto, os casamentos se davam nas comunidades. A ampliação da trafegabilidade no meio rural, o acesso a motos e carros, em especial, facilitou os deslocamentos espaciais, e os jovens passaram a conhecer outras comunidades dentro e fora município, ampliando as relações sociais e as redes de inter-relacionamento.

4.1.4 Associação da juventude rural de Arroio do Tigre

De maneira geral, Abramo (1997) ressalta a relevância das ações voltadas para a juventude, educação, cultura e lazer. Para a autora, existe um contrassenso social, pois os jovens sempre são anunciados como problemas (para si próprios e para a sociedade) e nunca, ou quase nunca, questões enunciadas por eles são consideradas, pois em regra geral, não há espaço comum de enunciação entre grupos juvenis e atores políticos. Em outras palavras, os jovens só estão relacionados ao tema da cidadania enquanto privação e mote de denúncia, e nunca – ou quase nunca – como sujeitos capazes de participar dos processos de definição, invenção e negociação de direitos (ABRAMO, 1997).

A invisibilidade do jovem rural acarretou, também, na invisibilidade de sua condição social e na sua autonomia enquanto agente ativo na comunidade rural. Em regiões onde a juventude rural é atuante, as comunidades rurais são fortes no quesito participação social. Sobre a existência de atividades específicas para jovens do interior de Arroio do Tigre, os entrevistados foram unânimes na citação da Associação da Juventude Rural de Arroio do Tigre como principal organização que atua na juventude rural em questão. A AJURATI é uma entidade educacional, filantrópica, esportiva, cultural e recreativa, sem fins lucrativos e tem como finalidade principal coordenar os grupos de jovens rurais do município de Arroio do Tigre. Sua função é representar os grupos de jovens rurais do município de Arroio do Tigre, no município ou fora dele; coordenar as ações desenvolvidas pelos grupos de jovens filiados; incentivar a fundação de grupos de jovens rurais dentro da área do município de Arroio do Tigre; interpretar e estabelecer as normas e diretrizes do trabalho, promoções e atividades em geral dos grupos filiados; pleitear e receber recursos para desenvolver seus projetos, dando-lhes a destinação; desenvolver atividades, em consonância com seus objetivos fundamentais;

elaborar o programa anual de atividades, de acordo com as necessidades de cada grupo e de acordo com os interesses locais (AJURATI, 2006)[57].

Existem interações sociais entre os jovens do meio rural e do meio urbano em Arroio do Tigre, em grande medida tecidas pela própria juventude rural. A associação de juventude rural tem atuado, historicamente, no âmbito das atividades esportivas e, nos últimos anos, dedicou-se a discutir, entre os jovens, possíveis demandas coletivas para o meio rural. Nesse sentido, o objetivo foi construir intervenções por meio de projetos que estimulem a permanência do jovem no meio rural e a diversificação da renda nas propriedades calcadas especificamente na atividade fumageira. Em 2011, a AJURATI iniciou a elaboração de projetos voltados à bovinocultura de leite[58], fruticultura e horticultura para a juventude rural no município de Arroio do Tigre, além de convênios com a Prefeitura municipal, Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), Emater, *Winrock International*, comunidades rurais e outras representações sociais. Gisele, 15 anos, jovem associada à AJURATI, quando questionada sobre a existência de atividades direcionadas para jovens rurais no município, menciona: "a AJURATI que promove a olimpíada rural, juntamente com a EMATER/ASCAR promovem também vários projetos para os jovens rurais, de incentivo e auxílio, tais como: jornada para a juventude rural, projeto *Arise*, bovinocultura de leite, e hortaliças." O destaque para a jornada do trabalho que a associação promove, mencionada pela moça rural, tem como objetivo um dia do ano dedicado para um ciclo de palestras, com representação de, pelo menos, cinco jovens de cada grupo de jovens rurais associados, momento em que são realizadas palestras, gincanas rurais, prestação de contas, sorteios de prêmios e, a cada dois anos, eleição da nova diretoria da AJURATI.

A condição de reprodução é dada, também, pela dinâmica da juventude rural com os graus de sociabilidade, *status quo* e parcerias no cotidiano da comunidade. Essas ações visam conduzir estratégias que forneçam segurança social na manutenção de sua coesão enquanto forma de cativar relações com a sociedade e constituir-se como representantes legítimos desse local. Andrieli, 18 anos, da localidade de Linha Coloninha, destaca que: "Sim, hoje, os jovens

---

[57] Para uma análise da atuação da atuação da associação e da juventude rural em Arroio do Tigre, sugerem-se os trabalhos de Redin et al. (2009), Redin (2012), Redin e Silveira (2013). Em 2014, a entidade usa o seguinte lema: *Jovem Rural buscando seu espaço, e de' olho' no futuro*.

[58] Esse projeto foi construído pelo protagonismo da Associação da Juventude Rural de Arroio do Tigre (AJURATI). Conforme Carlos da Silva, presidente da AJURATI, 19 jovens rurais foram capacitados para a atividade leiteira. O recurso desse investimento foi de 150 mil reais, dinheiro que os jovens rurais conseguiram junto à Prefeitura Municipal de Arroio do Tigre para desenvolver essa atividade. No entanto, as articulações locais e a troca da gestão pública, posteriormente, reduziu significativamente o valor desse investimento no rural. Mesmo com o valor diminuído, atualmente, há nove jovens rurais que estão atuando na atividade e comercializando, aproximadamente, 50 mil litros de leite.

têm oportunidades de trocar experiências em reuniões, torneios, e Olimpíada, realizadas pela AJURATI. E, na Localidade, temos uma atividade anual, promovida pela EMEF Jacob Dickel, o ECOOJOVEM, também com o objetivo de incentivar e compartilhar conhecimentos entre os jovens locais." Percebe-se que, diante das menções dos entrevistados, que a juventude rural tem sido envolvida em atividades sociais no município de Arroio do Tigre.

A entidade da juventude rural em Arroio do Tigre tem fortes significados nas falas dos jovens rurais, introjetam discursos e mostram o orgulho em afirmar que participam de uma associação de destaque regional, como afirma Maiara, 15 anos, da localidade de Linha Ocidental, sobre a relevância da associação para a região:

> Participo há um ano. Ela é importante, pois reúne os jovens de todo o município, mostrando aos jovens que eles são capazes de vencer seus próprios obstáculos e mostrando que atividades esportivas são de fundamental importância para nós. A AJURATI é uma grande associação que está de parabéns pelo que tem feito, pois tem mostrado que o município de Arroio do Tigre tem grande união sendo as Olimpíadas Rurais de Arroio do Tigre é considerada como o maior evento do gênero do estado e o maior da região Centro Serra.

Os jovens rurais enaltecem o orgulho de fazer parte de uma associação de classe que, de fato, representa-os e influencia em seus contatos sociais, produto de um prestígio simbólico acumulado e percebido pelos agentes, por meio de indicadores subjetivos ligados a sua identidade sociocultural, da organização na qual o grupo se envolve, da liderança e da noção de gênero, fortemente reproduzida no espaço social. Alguns mencionam sua relevância ao ponto de não abandonarem o rural para participar das atividades promovidas pela entidade. Como aponta a moça da localidade de Linha Paleta, 12 km da sede:

> Desde pequena sempre frequentei, a partir dos 10 anos comecei participar. A Ajurati tem grande importância, pois incentiva os jovens para que o êxodo rural não aconteça, e também promove esse grande evento que é a nossa olimpíada rural, que além de ser um meio de lazer, nos mostra a importância de respeitar, saber competir, e ressalta que a união é que faz o progresso. Espero que a cada ano esse evento cresça cada vez mais, e continue servindo de exemplo para todo o Centro Serra (Gisele, 15 anos).

Os entrevistados lançam adjetivações para representar a associação que, para eles, é quase um sinônimo de jovem rural, pois o questionamento é sobre a associação e eles respondem sobre o jovem rural ou vice-versa: "ela proporciona aos jovens mostrar sua garra, determinação e dedicação através do esporte" (Gabriela, 14 anos) ou "a importância é enorme, pois se torna um grande privilégio participar de algum grupo de jovens, pois acredito que jovem é sinônimo de força, foco e conhecimento. E, ele tem muito a aprender e ensinar ainda." (Maira, 15 anos).

A associação, na percepção dos jovens, é um espaço social em que se reúnem, trocam experiências e fazem novas amizades, novos contatos sociais, enfim, um espaço de integração e descontratração entre as comunidades. É também um espaço onde se promovem os namoros, os encontros e a formação de novos casais. Os eventos esportivos promovidos pelos grupos de jovens reúnem, ainda, a interação entre jovens rurais e urbanos, um ambiente que propicia as trocas culturais, mas com uma diferença substancial: nesse caso, os jovens urbanos estão ocupando um recinto promovido por protagonistas rurais, o que aumenta o sentimento de orgulho do jovem rural, pois se percebe protagonista desses espaços e não discriminado pela sua origem na roça. Esse processo de estigmatização do jovem rural como atrasado e ignorante tem sido amenizado por seu protagonismo.

Nesse sentido que os jovens e suas famílias rurais têm se adequado à cultura do pertencimento, seguindo as orientações da sociedade contemporânea para sobrepujar a condição de atrasados que carregam consigo – do símbolo de atraso ao símbolo da ostentação da modernidade, da eficácia econômica e da pujança agropecuária. A cultura do tabaco é considerada pela sociedade rural como uma estratégia para alcançar maior rendimento econômico na agricultura. A aquisição de tratores, carros, caminhões e infraestrutura moderna no meio rural significa, antes de tudo, a demonstração, para a sociedade, que o agricultor também tem condições de galgar distinções com sua atividade agrícola. Carlos, presidente da Associação da Juventude Rural de Arroio do Tigre, faz a seguinte analogia:

> Nós invertemos a situação, porque hoje a agricultura é forte. Hoje, o jovem da cidade não tem condição de vir pro interior comprar cinco hectares de terra, ele não vai conseguir. E o jovem do interior pode fazer uma safra e comprar um terreno na cidade ou jovem tem uma moto nova, ou um carro, ou uma casa nova. E os da cidade pra compra um carro novo hoje... Eu estou falando daquele jovem que tá trabalhando com um salário, um salário e meio, dois salários. Infelizmente, aquele jovem que não tem ensino superior; hoje, o salário dele é, no máximo, dois salários e meio. E é raro tem isso aí, e o cara que ganha dois salários por mês na cidade, ele vai ficar a vida inteira pagando um carro novo. Então, o jovem rural tem que dar valor e, por isso, que estamos batendo muito em cima dessa tecla, todo mundo tem que estudar. Tem que estudar, mas vai lá e busca uma formação e pode ser empresário dentro de sua propriedade, não precisa ser empresário no perímetro urbano.

O discurso do representante da Associação retrata as condições do rural de hoje em relação ao rural de antigamente, os avanços que foram proporcionados para esse público e a condição de respeito perante a sociedade urbana. Nessas condições, em Arroio do Tigre, em algumas localidades rurais consideradas mais desenvolvidas, algumas moças da cidade estão procurando jovens rurais para relacionamentos e também futuros casamentos, um processo contrário de migração (urbano-rural). Esses jovens casam, constroem sua casa própria na propriedade e trabalham em regime de parceria com os pais agricultores. Carlos, representante

da AJURATI, comenta sobre as mudanças sociais nos relacionamentos entre jovens da roça e meninas da cidade:

> Se nós pegar o exemplo de preconceito, jamais uma guria da cidade ia namora um cara do interior, anos atrás. Isso nem em sonho acontecia, tanto é que o jovem do interior nem pensava em namorar uma guria da cidade, porque sabia que não tinha chance. E quantos têm aqui da cidade que hoje vem buscar do interior. Hoje, se você olhar, está unificado interior e cidade.

Nesse sentido, a afirmação de um rural de antigamente é análogo ao estudo de Bourdieu (2004a), pesquisa realizada na França, na década de 1960, onde o baile foi uma representação simbólica para mostrar a solteirice rural. O baile dos solteiros era um choque de civilizações entre o rural e o urbano, sobre o qual os valores e os costumes urbanos avançavam em detrimento do rural, portanto, as moças rurais também pretendiam rapazes da cidade (BOURDIEU, 2004a). Em Arroio do Tigre, o processo foi similar até o final da década de 90, quando a presença forte de associações como a AJURATI conjugada com o estímulo das políticas públicas brasileiras e a especialização do tabaco proporcionaram um ambiente de intensa metamorfose. Portanto, nesse momento histórico, nessa região, não se encontra um baile tal como prescreveu Bourdieu no estudo do campesinato francês. Pelo contrário, os bailes e as boates dessa região estão lotados de jovens, filhos de produtores de tabaco; alguns carregam consigo um *status social* vinculado à representação aparente dos bens materiais (carro do ano, moto ou *smartphones* modernos), vestimentas (roupas "da moda"), fornecendo um imaginário que o tabaco reverte economia monetária suficiente para dar qualidade, conforto e segurança material a uma possível formação de família. Em outras palavras, isso facilitaria o mercado matrimonial para algumas famílias mais estáveis economicamente, enquanto outras necessitam usar distintas estratégias para garantir a reprodução social. Porém, há exceções, pois essa estratégia é uma forma de mascarar o *hexis*[59] corporal que os denuncia ou também seu linguajar característico. Os jovens de família com menor capital econômico herdado e acumulado estão à margem da AJURATI[60].

No contexto econômico mais favorável, há moças urbanas assumindo uma condição camponesa e dinamizando o meio rural. Essas mudanças nos relacionamentos entre pessoas do campo e da cidade têm proporcionado uma transformação do espaço rural e um reforço no

---

[59] Segundo Bourdieu (2011b), o *héxis* significa os princípios interiorizados pelo corpo, ou seja, são posturas, expressões corporais, que não são dados pela natureza, mas adquiridos.

[60] Por esse motivo, os pressupostos teóricos de Bourdieu ainda são muito utilizados no campo das Ciências Sociais e Humanas, ou seja, por apresentarem características gerais e contemporâneas que retratam diferentes realidades.

habitus[61] camponês, em especial, dos rapazes. As políticas públicas para o meio rural e o incentivo à agricultura familiar, apesar da necessidade de avanços, mostram alguns resultados positivos como forma de causar uma ruptura no estima que o campo carrega consigo. Em comunidades rurais de Arroio do Tigre, emergiram constantes movimentos rurais organizados, como é o caso das associações de jovens rurais, das trabalhadoras rurais, dos grupos da terceira idade rural, das festas gastronômicas no campo, etc. Nesse sentido, o mundo rural tem apresentado transformações sociais que potencializam as tradições, a natureza, os produtos e as festas nos mais variados espaços sociais.

O questionamento, para os jovens rurais entrevistados, sobre se os grupos de jovens influenciam a permanência no meio rural divide opiniões, havendo: a) os que alegam que influenciam, usando argumentos sobre a existência de capacitação dos jovens por intermédio de palestras, formações e atividades desenvolvidas, pela criação de espaços de entretenimento, lazer e descontração no meio rural ou simplesmente pelo caráter arbitrário de sua associação, pois só participa como integrante das equipes que disputam olimpíada rural e das atividades que ela promove quem é do meio rural e associado à entidade; b) os que acreditam não influenciar ou que muito pouco influenciam afirmam que é uma decisão pessoal que não passa pela existência da associação, mas por questões relativas à família e a seu projeto de vida independente.

Em relação à atribuição de pontos positivos para a presença da associação da juventude rural no município e seus respectivos grupos de jovens rurais, eles atribuem inúmeras características positivas, como a união, a construção vínculos de amizades, a sociabilidade nos treinos, nos eventos esportivos, nas festas e nos bailes, a interação entre os jovens, a organização, a participação e envolvimento também de toda a família nos eventos realizados. Em especial, destaca-se a olimpíada rural, que atua como função social no momento em que foca no esporte e no lazer e distancia o jovem das drogas, promovendo espaços de troca de ideias, concepções de vida e aprendizagens sociais. Sobre os pontos negativos dessa organização, a maioria foi enfática em afirmar que não há, o que se reflete, em especial, no depoimento de Maira (14 anos), da localidade de Linha Paleta, sobre um ponto fraco: “Apenas um: que nem todos os jovens participam, algo triste, pois estão

---

[61] O *habitus* é constituído pelo *ethos, héxis e eidos* (BOURDIEU, 2011b). O *habitus* é uma interiorização da objetividade social que produz uma exteriorização da interioridade. *Habitus*, para Bourdieu (1995), é compreendido pelas estruturas sociais de nossa subjetividade, que se formam, inicialmente, por meio de nossas primeiras experiências, e, posteriormente, de nossa vida adulta; configuram-se como sistema de disposições, duradouras e transponíveis que o agente possui de maneira inconsciente.

perdendo uma grande faixa de aprendizado para levar durante a vida, pois acredito que isso seja quase o mesmo que uma escola onde que prevalece o diálogo."

A representação da juventude rural envolve o que os jovens percebem deles mesmos e o que os outros compreendem sobre eles. Nesse sentido, os jovens incorporaram as disposições da juventude rural que tem importância social. Assim, a objetivação do que a sociedade quer que eles sejam, aliada às formas de representação da associação de jovens, tem feito com que eles atuem de acordo com a sua identidade social e discursem sobre a sua relevância, mesmo que, em alguns momentos, não saibam justificar por que o fazem. Nesse caso, internalizam o discurso da juventude rural, reproduzido pelas políticas públicas, pelos agentes de extensão rural e pelas orientações do Estado, realizam eventos, participam de reuniões, constroem pautas e socializam entre si, moldando-se conforme a sociedade os requer e também ocupando um espaço de visibilidade. A distinção da juventude rural de Arroio do Tigre no âmbito regional é produto do capital social acumulado[62], apropriado e revertido em formas de representação ligadas a uma rede de juventude rural que compartilha experiências e legitima suas ações enquanto movimento protagonista de uma identidade rural.

4.2 O trabalho do jovem e a concepção de trabalho na cultura do tabaco

No escopo, em nível internacional, surgiram instrumentos de intervenção, como a Convenção-Quadro, cunhado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que objetiva normatizar e controlar a comercialização, o consumo de produtos derivados do tabaco e a produção para impedir riscos sociais eminentes. O modo de controle social ou de regulação social de produção e consumo do tabaco pode desembocar em formas de dominação simbólica que ditam e/ou interferem nos mecanismos de reprodução social das famílias agricultoras. Para contribuir para essa questão, o estudo de Bourdieu (2011) alerta que as estratégias de manutenção de posição social e os modos de dominação dependem do volume e da estrutura de capital nos diferentes espaços analisados, seja na relação entre família/família ou família/agroindústria.

---

[62] O capital social, em breves palavras, conforme Eduardo Socha, traduzindo as noções conceituais de Bourdieu, na Revista Cult, n.º 128 (2008, p. 46), são "relações sociais que podem ser convertidas em recursos de dominação". Thiry-Cherques (2006, p. 39) sustenta, após leitura do sociólogo francês, que o capital social é "correspondente ao conjunto de acessos sociais, que compreende o relacionamento e a rede de contatos".

A Convenção 182, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), busca proibir as piores formas de trabalho infantil, especificando os trabalhos prejudiciais à saúde das crianças, que interferem diretamente no núcleo familiar. Por isso, as regras em torno da cadeia do tabaco e a proibição do trabalho dos jovens na cultura engendram conflitos sociais, visto que interferem na gestão da instituição família na lógica de reprodução social, historicamente construída via tradição, aprendizagem pelo contato com a lavoura, pelas formas de apego e gosto pela terra, o que é criado, na concepção dos agentes rurais, por meio da lida rural durante o desenvolvimento das crianças.

O trabalho da criança como forma de auxílio ou ajuda em atividades convenientes a sua idade foram identificados por vários estudos sociais, como de Fukui (1979), em pesquisa entre os sitiantes tradicionais do bairro rural do interior de São Paulo, no município de Santa Brígida e no sertão da Bahia; Brandão (1990), no município de São Luís do Paraitinga, interior do estado de São Paulo; Paulilo (1990), em Santa Catarina; Prieb (2005) no Vale do Rio Pardo; Marin et al. (2012), em pesquisa no município de Agudo; Stropasolas (2012), em estudo sobre o trabalho infantil na agricultura familiar; Marin, Redin e Costa (2014), em Arroio do Tigre, Rio Grande do Sul. Historicamente, o trabalho da criança não está diretamente ligado à cultura do tabaco, mas a um problema social no meio rural. As pesquisas que enfocam a percepção das famílias rurais apontam para a cultura do aprendizado e da formação cidadã no processo de ensino dos filhos por meio de ofícios rurais considerados leves.

O tabaco está na lista das piores formas de trabalho infantil pelo impacto sobre a saúde e a escolarização de crianças e adolescentes, conforme a Convenção 182, da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Stropasolas (2012) observa que, muitas vezes, os estudos das instituições nacionais e internacionais sobre o trabalho infantil são pouco problematizados no âmbito da agricultura familiar, concebendo-se o tema da exploração do trabalho infantil de forma homogênea e generalizante, igualando-se o trabalho de “ajuda” ou a contribuição das crianças na divisão social do trabalho agrícola familiar (que, de maneira geral, insere-se em processos de aprendizagem, socialização e sucessão familiar) àquelas tarefas realizadas pelo público infantil em sistemas produtivos agrícolas de base empresarial, que são executados sob forma de contratação (assalariamento ou outra forma de pagamento da mão de obra) (STROPASOLAS, 2012). Nessa acepção, existem diferenças que destoam o objeto de suas consequências e, de certa forma, não são equiparáveis para se analisar a realidade cotidiana dos trabalhadores infantis.

Por outro lado, as organizações do setor agropecuário foram pressionadas para a adoção de medidas que coíbem o trabalho infantil, possivelmente, embutidos em seus produtos. Conforme Marin (2010), as prováveis restrições, no comércio exterior do contexto da nova ordem econômica mundial, aos produtos que, por acaso, tenham incorporado o trabalho infantil, induziram a mobilização dos empresários. Por isso, os empresários das cadeias produtivas do agronegócio colocaram cláusulas sociais em seus contratos comerciais, assinaram pactos de erradicação do trabalho infantil e concordaram com os propósitos dos selos sociais, em pretexto do crescimento da pressão internacional, expresso por meio das contínuas ameaças de boicotes às mercadorias produzidas com a exploração do trabalho de crianças e adolescentes (MARIN, 2010).

Em específico, na fumicultura, o problema do trabalho infantil pressupõe riscos legais e financeiros às agroindústrias, portanto, usam de instrumentos legais para desresponsabilizar-se pelos problemas relativos ao âmbito da família rural. Nesse sentido, no contrato estabelecido entre produtor e compradora, constam os seguintes itens: a) o objeto do contrato; b) a estimativa de produção e o direito de preferência de aquisição da produção excedente; c) do transporte da produção; d) da indicação e/ou compra e venda de insumos, equipamentos e orientação técnica; e) da instituição de garantia real na forma de penhor agrícola; f) da venda às compradoras; g) o preço de aquisição e de venda do tabaco em folha; h) da classificação; i) compromisso com Ministério Público do Trabalho; j) demais obrigações gerais do produtor; k) obrigações gerais das compradoras; l) a resolução do contrato; m) condição preliminar e vigência; e, n) disposições gerais.

Dos quatorzes itens do contrato, no nono item, consta uma cláusula sobre o compromisso do produtor com o Ministério Público do Trabalho do Rio Grande do Sul, com vistas a cumprir o artigo XXXIII da Constituição Federal, e a também da Lei n. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) de privar-se de utilizar, em todas as fases do cultivo do tabaco, mão de obra de menores de dezoito anos de idade, ainda que em regime de economia familiar. Nessa parte, o produtor tem a obrigação de cumprir determinadas condições em relação aos filhos: a) os agricultores assinam um termo de identificação e declaração das crianças e adolescentes que vivem na propriedade onde será cultivada o tabaco; b) entregam, à compradora, atestado de matrícula escolar (maiores de seis e menores de dezoito anos), dentro de, no máximo, 90 dias após a assinatura do contrato; c) entregam, à compradora, atestado de matrícula escolar (maiores de seis e menores de dezoito anos), dentro de, no máximo, 90 dias após o término de cada ano letivo; d) caso a compradora constatar evasão escolar superior a 30% no ano letivo, ela encaminhará notificação para os órgãos

legais, como ao Ministério do Trabalho e Emprego, ao Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), ao conselho tutelar e à Afubra. Em caso de reincidência no descumprimento do contrato, a empresa pode não renová-lo na safra seguinte. O contrato ainda prevê uma série de restrições às crianças e adolescentes quanto à manipulação de agrotóxicos. Em linhas gerais, o termo assinado pelo produtor de tabaco atribui, à família rural fumicultora, toda a responsabilidade quanto à observância do trabalho da criança e do adolescente e da garantia da frequência escolar dos filhos. Em caso de descumprimento, a família rural é penalizada única e exclusivamente: um mecanismo legal de obrigação da família enquanto produtora de fumo sob hipótese alguma de usar a mão de obra infantil. O problema social recai sobre a família rural, portanto, a agroindústria se exime de qualquer ato de empregar de trabalho infantil. Essas obrigações são, ao longo da safra, seguidamente relembradas pelo orientador agrícola, pois isso implica, também, preservar a imagem da empresa em relação a esse problema social, uma tentativa de minimizar esses percalços uma vez que seu produto principal é, por natureza, socialmente problemático à sociedade.

Por outro lado, historicamente, as crianças e os jovens auxiliaram os pais na unidade de produção familiar. Nos últimos anos, os dispositivos legais atinentes ao trabalho infantil no campo[63] estabelecem associações entre o trabalho da criança e o risco social, a privação dos direitos à formação psíquica das crianças, aos estudos escolares, às brincadeiras e ao desenvolvimento integral. A concepção universalista dos mecanismos legais tem por intuito coibir o trabalho infantil que seja degradante ao corpo, desumano e coloque em risco físico e psicológico eminente uma criança em fase de desenvolvimento. Por outro lado, a família rural questiona a intervenção normativa na gestão da família e discorda sobre a perspectiva de que o trabalho dos filhos se coloca num contexto de ajuda, auxílio e aprendizagem para estimular o gosto e apego à lide rural, que fazem parte das estratégias dos agricultores para a sucessão familiar rural. Nesse sentido, o aprendizado social é construído na relação de socioafetiva entre os pais e as crianças, durante a realização de tarefas que demandam responsabilidade da criança por intermédio do trabalho familiar. É uma forma de demonstrar que o trabalho tem valor educativo, de ensino e transmissão de saberes pela experiência cotidiana no campo.

---

[63] Geralmente, o trabalho infantil é requerido num contexto de extrema privação, de miséria do grupo familiar. Nesse caso, o trabalho de crianças e adolescentes é relevante para acrescentar ganhos econômicos para atender as necessidades fisiológicas (alimentação, teto, etc.). No caso da agricultura de base familiar fumageira, o trabalho da criança não necessariamente está relacionado a baixos índices de pobreza, mas à intenção da família em discipliná-la para o trabalho e para a vida. Nesse contexto, o trabalho da criança não é obrigatório, muito menos agressivo ao corpo.

A ambivalência entre os termos “ajuda” e “trabalho” são critérios importantes no decorrer da compreensão sobre o trabalho infantil. O ato de ajudar é pedagógico refere-se a atividades que não afligem diretamente o físico, de menor exaustão e passível de ser realizado pelas crianças. Trabalhar, para as famílias rurais, refere-se ao emprego de força física notória em qualquer atividade rural, desde o serviço mais desgastante ao mais leve, envolvendo maior risco potencial, portanto, de realização apenas por adultos, e, em algumas circunstâncias, apenas pelos homens.

O caso do trabalho das crianças na atividade fumageira em Arroio do Tigre difere do estudo apresentado por Neves (1999), sobre as lógicas sociais que concebem a agregação ao trabalho infantil assalariado na produção canavieira do Rio de Janeiro. Nessa investigação, a autora observa que o trabalho prematuro da criança justifica-se pela família ser numerosa, e os rendimentos obtidos pelo chefe da família não serem suficientes para a sobrevivência dos seus integrantes (NEVES, 1999). Difere-se, também, da realidade da colheita de tomates no município de Itaberaí, conforme estudo de Marin (2006), em que as crianças pobres se afastavam da escola pela necessidade de complementar a renda familiar, incorporando-se trabalhos prejudiciais à saúde. O caso do trabalho da criança e do adolescente na atividade fumageira de Arroio do Tigre não se configura como uma estratégia para atender as necessidades de complementação da renda familiar, mas como maneira de formação do filho para o trabalho ou para a acumulação material na unidade de produção – da qual pode usufruir. Portanto, a sua ausência no trabalho não afeta, necessariamente, as condições básicas da família, como alimentação, por exemplo.

Conforme Stropasolas (2012), em estudo sobre o trabalho infantil na agricultura familiar, nas comunidades rurais, as crianças aprendem a habituar-se, desde cedo, com a realidade das atividades produtivas realizadas pelos membros do grupo doméstico, num cotidiano que integra a sua participação e o aprendizado na divisão social do trabalho, nas relações de sociabilidade, manifestações lúdicas e a vida escolar (STROPASOLAS, 2012). O sociólogo José de Souza Martins é avesso à concepção de combater o trabalho da criança no âmbito da família, pois é no trabalho que se aprende a valorizar a educação como meio de emancipação da pessoa. As pessoas que trabalham podem ter preferência pela escola sem desgostar do trabalho e do que ele ensina. O trabalho que socializa e educa deveria ser analisado à parte no conjunto de preocupações da sociedade com a criança (MARTINS, 2005).

Os jovens rurais incorporaram, da família, a concepção de que o trabalho é fundamental para a construção do caráter, da disciplina, do respeito, da importância do

trabalho à reprodução social da família. O valor do trabalho rural representa os laços de coesão social da família e a certeza de que um filho formado sob a base de experiências com pequenas responsabilidades, desde criança, coloca os herdeiros em condição para enfrentar as dificuldades que a vida lhes impõe, uma forma de ensinar a persistência, o respeito e que, com esforço e dedicação, é possível montar uma estrutura sólida para seu futuro. Diante desses valores, os jovens rurais compartilham a visão dos pais e formam sua opinião em relação à importância do trabalho para a vida, como salienta Andrieli (18 anos), da localidade de Linha Coloninha: "O trabalho teve, e têm fundamental importância principalmente para a nossa sobrevivência. É trabalhando que aprendemos dar valor às oportunidades da vida e aos bens que adquirimos." A internalização dessa condição provoca um *eidos* cultural específico, calcado na crença de que o trabalho é uma forma de salvação do jovem no mundo rural e uma forma pedagógica para a formação juvenil para o trabalho, independente de permanecer na condição camponesa ou não.

A educação familiar, por intermédio do trabalho, tem um papel formação pedagógica, de construção de valores fundamentais, arraigados pela cultura étnica e transmitidos de geração em geração, valores simbólicos relacionados à estrutura e ao *ethos* camponês. Os dispositivos legais incorporam uma noção generalista sobre o trabalho infantil, que se desloca da realidade dos jovens do tabaco, pois preveem que os jovens não comparecerão às aulas ou que o fardo do trabalho provocará consequências sociais, como a escravidão dos herdeiros. Essa não é a realidade da juventude rural em Arroio do Tigre. Portanto, a percepção sobre o trabalho está relacionada à sua formação cidadã. Carlos, representante da juventude rural de Arroio do Tigre, sustenta que: "o trabalho foi a minha formação, foi onde aprendi a disciplina, caráter, dignidade, respeito e acima de tudo dar valor a tudo que você constrói." Os valores produzidos são resultados de um conjunto de condições materiais e simbólicas acumuladas no percurso da trajetória educativa da família rural. Somam-se, ainda, os traços étnicos e históricos da cultura alemã e italiana, que influenciam as lógicas de percepção de mundo e a reprodução da dignificação pelo trabalho.

Nesse sentido, a percepção dos jovens rurais sobre o trabalho pode ser categorizada em duas formas: a) a formação dos valores morais: calcados na educação, como disciplina, bom comportamento, regramento social, moral e ético; e, b) nos valores profissionais: aprendizagem social, criação de habilidades, competência e responsabilidade, e valorização do modo de vida rural por intermédio do trabalho. Os valores são ensinamentos repassados de pais para filhos de diversas formas e ocasiões e faz parte das estratégias de educação familiar. Os colonos do fumo herdam valores caros, como a honestidade nos negócios e o respeito ao

próximo. A ampliação do colono no mundo nos negócios também tem depreciado as formas de relacionamento com os comerciantes, àqueles que não têm vínculo afetivo algum. Os valores familiares são repassados para os jovens e ingressam num sistema moral e ético na sociedade rural − humildade, honestidade, respeito, sinceridade, integridade. A formação desses significados pela família rural passa a compor a visão de mundo dos jovens rurais.

O estudo de Patrick Champagne (1986) sobre os jovens de origem rural de Bresse na França revela que as famílias rurais não transmitem somente bens materiais a seus filhos, mas também sua visão de mundo, sua concepção do trabalho, sua moral, sua relação mais ou menos pessimista com o futuro. Em Arroio do Tigre, os jovens rurais entrevistados compartilham a visão de que o trabalho de crianças e jovens tem um valor de formação, como aponta Maira (15 anos), ao retratar sua percepção sobre o trabalho: “na verdade é uma segunda escola, uma escola rural onde o conhecimento prevalece e muito”. Na sua percepção, é um aprendizado social, tal como sugere Gabriela, 14 anos, da localidade de Linha São Pedro: “assim, eu saberei sempre que nunca é fácil alcançar um objetivo como também não é fácil a vida dos agricultores, e dessa forma também saberei valorizar cada centavo que foi produzido por várias etapas e com muito esforço e dedicação.” O depoimento evidencia que os jovens rurais, através do seu trabalho, apreenderam a valorizar o trabalho realizado pelos pais, além de receber ensinamentos para a vida. A família repassa ensinamentos sociais aos jovens, que os internalizam e reproduzem no âmbito social. Giane, 22 anos, de Linha São Pedro, sustenta: “pois desde muito cedo aprendemos o valor do agricultor e a força da agricultura para o desenvolvimento das nossas cidades”.

Entretanto, a valorização do trabalho da família e as estratégias de incorporação dos saberes tradicionais agrícolas que a família coloca à formação do jovem não garantem a permanência das gerações juvenis na agricultura familiar de Arroio do Tigre. As experiências sociais como jovem rural não são suficientes a ponto de criar, no agente, a disposição para a reprodução da condição camponesa. Portanto, a interferência nos processos de transmissão de saberes ou nas formas como o saber é repassado frente os dispositivos legais que regram o trabalho da criança e do jovem enfraquece o processo de sucessão rural, o que coloca a família numa situação de permanente preocupação quanto à reprodução da condição camponesa futura.

O trabalho congrega diferentes percepções no âmbito das relações camponesas, mas, conforme estudo de Paulilo (1987), no oeste de Santa Catarina, o trabalho leve é aquele executado por mulheres e crianças. Em Arroio do Tigre, de acordo com os jovens rurais, a família sabe mediar a diferença entre trabalhos leves, que são aptos para uma criança realizar,

de uma tarefa para um adolescente e para os adultos. Na concepção dos entrevistados, um trabalho leve envolve pouco esforço físico, tarefas que exigem pouco esforço corporal e são relativamente fáceis de realizar, como os afazeres da casa (serviços domésticos: lavar louça, buscar lenha, varrer a casa) e arredores do galpão, a lida com os animais (tocar e ordenhar as vacas, cuidar dos cavalos, tratar os terneiros, galinhas e porcos) e a tarefa de levar lanches e água para os adultos na roça. Por outro lado, o trabalho pesado refere-se àquele com necessidade de esforço físico para sua realização e com exposição ao sol, como as atividades relativas ao plantio, aplicação de agrotóxico, colheita e carregamento dos produtos agrícolas, geralmente, atividades atribuídas aos adultos do sexo masculino. Concepção análoga foi realizada por Paulilo (1990), no estudo sobre os fumicultores do estado de Santa Catarina, quando assinala que trabalho pesado é aquele tipo de atividade que exige força física e que é realizado pelos homens adultos.

Nas famílias de agricultores familiares, existe uma divisão de tarefas que corresponde à separação por sexo e por idade dos diferentes membros, tanto de homens e mulheres quanto de crianças, a qual estrategicamente era organizada no interior da unidade de produção, como observaram Heredia (1979), em seus estudos do trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil, e Fukui (1979), ao trabalhar com os sitiantes de Santa Brígida no interior de São Paulo.

No que tange ao trabalho no fumo em Arroio do Tigre, os trabalhos leves, segundo a percepção dos jovens rurais, são aqueles relativos à semeadura na bandeja *floating*, à distribuição de mudas nas covas, ao recolhimento de folhas soltas após a colheita, a enlaçar fumo, à confecção das manocas e ao alcance dos maços para o enfardamento. O trabalho pesado na produção de fumo envolve o carregamento de insumos, a aplicação de agrotóxicos com máquina costal, a lide com maquinários agrícolas, a colheita sob a exposição intensa de sol, o carregamento e descarregamento e o processo de enfardamento do tabaco. Em certa medida, os trabalhos leves podem ser realizados por adolescentes ou mulheres, enquanto os pesados são atribuição de homens adultos. A concepção de trabalho leve ou pesado é relativa, dependendo da quantidade, da qualidade, da intensidade e da penosidade do trabalho. Esses fatores, de uma forma ou outra, interferem na percepção da família e dos jovens sobre o peso do trabalho.

No estudo sobre a reprodução social dos colonos no oeste catarinense, Renk (2000) afirma que existe uma mudança nos valores éticos do trabalho. As gerações idosas têm internalizado, na autoexploração do trabalho agrícola, um signo de ética do trabalho, compatível aos valores basilares desse campesinato. Atualmente, estão corroídos e não

encontram ressonância, de modo que as novas gerações já não os comungam, relegando a existência de um rompimento no *ethos* camponês em relação ao trabalho (RENK, 2000).

Existe um confronto legal que afirma que o trabalho prejudica os estudos dos jovens, enquanto a família rural e os herdeiros alegam o contrário. Por unanimidade, todos os entrevistados afirmaram que o trabalho não prejudicou de forma alguma a frequência e o desempenho escolar. O depoimento de Maiara, 15 anos, da localidade de Linha Ocidental é enfático: "Não, pois nunca deixei de ir à escola para fazer algum trabalho, e nunca fui obrigada a faltar na escola para ajudar meus pais." O trabalho na roça como característica de ajuda, auxílio e aprendizagem não interfere no espaço dedicado ao ensino escolar, alegam os jovens e as famílias rurais. Como os pais, geralmente, influenciam os filhos a continuar os estudos, o foco na qualificação pessoal tem prioridade em relação ao trabalho rural. Nesse sentido, um não elimina o outro; na concepção dos atores rurais, são complementares: o ensino pelo trabalho e o ensino da instituição escola via recursos pedagógicos consagrados.

Nesse sentido, a família rural fumicultora tem como estratégia mediar o ensino dos herdeiros com a transmissão de saberes geracionais. No caso do fumo, por exemplo, o período de maior trabalho é no verão, momento em que as crianças e adolescentes estão de férias escolares. Esse argumento reflete-se em duas contraposições: as férias implicam mais presença dos jovens rurais em casa, portanto, maior disponibilidade de mão de obra para o período da colheita. As meninas, por exemplo, dedicam-se, nesse período, à elaboração das refeições, aos cuidados com a casa e aos tratos dos animais, que, em outros momentos, era realizado, em sua maioria pela mãe – portanto, a mulher auxilia na lavoura, enquanto a filha se encarrega dos serviços domésticos. No caso dos filhos, quando adolescentes, auxiliam na etapa da colheita, desempenhando atividades conforme o seu vigor físico. No caso das crianças, elas não entram na colheita do tabaco, salvo para recolher folhas caídas no galpão.

A maioria dos entrevistados, moças e rapazes, alegam trabalhar na cultura do fumo, porém, aqueles menores de idade negam o trabalho no tabaco, pois é proibido por lei. Os jovens estão cientes dos direitos e deveres e da legislação vigente em relação ao trabalho rural, mas entre ser cúmplice da legislação e auxiliar a família num momento de maior pico de produção, o jovem opta pela segunda opção, pois se sente reconfortável em saber que ajudou, em determinada atividade, a sua família, o que, posteriormente, pode reverter-se positivamente para ele.

Os jovens têm opiniões firmes sobre a lei que proíbe o trabalho das crianças na agricultura familiar. Apesar de considerar a normativa legal relevante, discordam sobre a sua aplicação prática, pois ela estimula o ócio, deslegitima o poder da família em disciplinar o

herdeiro, coloca-os em condição facilitada à incorporação de vícios, como a bebida e o cigarro, problemas sociais levantados pelos próprios entrevistados. Gabriela, 14 anos, da localidade de Linha São Pedro, comenta sobre sua percepção: “Eu acho que há algumas etapas na produção desse produto das quais as crianças não devem estar presentes, mas eu acho que as crianças devem sim ajudar a partir de uma idade para saber de onde vem o dinheiro sofrido que os pais ganham após cada safra.” A narrativa apoia a família no sentido de a criança apreender o valor do trabalho e dos bens materiais, uma forma categórica de ensinar pelo trabalho.

Outro depoimento usa do conetivo lógico “se, então” para exemplificar sua visão de mundo sobre o trabalho infantil e a vida social. Nas palavras da jovem rural: “em minha opinião crianças não devem trabalhar com o fumo, mas adolescentes poderiam, pois se já tem idade para sair, namorar também podem ter idade para trabalhar, não trabalho muito pesado, mas poderiam ajudar os pais com o trabalho mais leve.” (Maiara, 15 anos). A concepção da juventude rural sobre o trabalho como forma de construção de valores cidadãos e que tragam um acréscimo à sociedade, como é o produto do seu trabalho, envolve uma visão da sociedade rural diante do mundo social. Essa visão está expressa na lógica de que o trabalho dignifica e que a ociosidade coloca em risco a situação de uma estrutura familiar consolidada e focada na geração de rendimentos. Na visão dos jovens e da família rural, o problema social não está na alocação dos filhos ao trabalho, mas na sua impossibilidade de alocá-los, o que acarreta em riscos sociais considerados de maior gravidade, como o roubo, a incorporação de vícios, a iniciação sexual prematura, entre outros problemas dirigidos à juventude. A maior gravidade é o Estado e suas regulações interferirem na forma como a família rural lida com os seus futuros herdeiros, o que inseriu uma série de conflitos no âmbito familiar.

Existe uma diferença na percepção do jovem e da família rural sobre o trabalho da criança e do adolescente. Grande parte alega que a criança não deve se envolver em nenhuma atividade, no entanto, sobre os adolescentes, existe uma unanimidade de que eles têm condições de desempenhar os trabalhos designados pela família, seja no tabaco ou em outra atividade rural. Diana, 18 anos, jovem de Linha Paleta, afirma:

> Acredito que é nessa fase que a gente aprende a trabalhar, então, não concordo com essas leis. Muitos pais se judiam na lavoura no sol quente para ter o que dar de comer para filhos que ficam correndo rua ou em vez de estar ajudando em casa. Trabalhar, apenas, depois dos 18, daí a pessoa já está acomodada e não aprende, tem que começar cedo. Claro, não serviço judiado, mas ajudando em deveres de casa.

A narrativa reforça o apoio à família rural e o trabalho como um meio de aprendizagem e formação individual. O ponto crucial dessa percepção considera que o núcleo familiar é um espaço de formação de caráter, cujas falhas, nesse processo de aprendizagem, impactam na vida comunitária, uma ameaça à sociedade, pois estimula a formação de um possível jovem delinquente. A percepção do mundo rural compreende que o trabalho é um meio de se evitar o contato com os males da sociedade e tem papel disciplinador. Tradicionalmente, a família rural tem apostado nessa estratégia para formar seus filhos para a vida em sociedade. O jovem, desde muito cedo, internaliza essa doutrina e reproduz, algumas vezes, sem concordar totalmente, mas como forma de cumplicidade e gratidão aos pais pelo que lhes proporcionam.

A família rural, por sua vez, sente que perdeu a autonomia diante dos filhos. Em primeiro lugar, pela facilidade de informações instantâneas (televisão, rádio, internet), tornando a tarefa educadora mais complexa e difícil. A intervenção legal colide com a percepção da família, pois implica questionar as práticas tradicionais transmitidas de geração em geração. Portanto, sentem uma redução de autonomia na forma como conduzem a criação dos filhos. A intervenção da legislação em cima do trabalho da criança no meio rural reflete no contra-argumento de que, dessa forma, a sucessão rural familiar será afetada pelo pouco apego e contato do jovem com a lide agropecuária. Quando está habilitado, com idade para o trabalho, também está habilitado a cursar o Ensino Superior, momento em que o jovem se desliga da propriedade e da família, pois, em Arroio do Tigre, inexiste a opção de Ensino Superior público e gratuito. Esse afastamento acaba implicando a migração do jovem e o abandono da condição camponesa sem a oportunidade de ter trabalhado e vivenciado as experiências sociais da roça. Para a família, viver e trabalhar têm dois sentidos diferentes. Viver significa morar no meio rural, cultivar o espaço familiar, enquanto trabalhar significa conviver com as dificuldades, com os empecilhos que as tarefas rurais lhes colocam, compreender a natureza e respeitar os limites do corpo e do meio ambiente. Portanto, morar no meio rural não educa, mas trabalhar no meio rural é um princípio educativo.

4.3 A concepção dos jovens sobre a cultura do tabaco

O jovem rural possui uma percepção geral da unidade de produção familiar, envolvido pelas experiências da família com a produção de tabaco e outras estratégias produtivas. Para

os jovens rurais, grande parte deles afirma que a cultura do tabaco é a estratégia principal que ordena o ingresso financeiro na propriedade. Apesar de críticos ao sistema de integração e aos contornos que a cadeia produtiva do tabaco impõe às famílias rurais, compreendem isso como uma oportunidade de acumulação no rural arroio-tigrense. Do mesmo modo, salientam questões de trabalho árduo, pouca valorização financeira diante do trabalho da família no fumo, implicações na saúde da família, pontos que guiam a discussão sobre os contornos da cadeia fumageira. Do mesmo modo, é perceptível que os jovens introjetam a mesma angústia da família em relação à atividade agrícola, pois sentem que estão presos a poucas alternativas de renda na agricultura. Por outro lado, também é perceptível, no meio rural, a baixa diversificação, que se destoa das culturas agrícolas comerciais. A família rural não se sente segura para investir em atividades periféricas como forma de agregar valor ao trabalho rural, pois alegam não ter garantia de comercialização. A garantia de venda, ao mesmo tempo em que é um ponto positivo à agricultura familiar, é um fator que implica a acomodação da família perante o mercado. Sua posição é de espera que o mercado possa lhe oferecer as oportunidades. Grosso modo, a maioria das famílias rurais de Arroio do Tigre não pretende ou não tem a intenção de construir mercados específicos para sua produção, pois isso acarreta riscos econômicos, aliado à falta de conhecimento técnico e acompanhamento. As famílias que se arriscam estão apoiadas por um programa de governo e técnicos da extensão rural, mas, independentemente, a cultura do tabaco faz parte das suas estratégias de reprodução econômicas.

Para Gabriela, 14 anos, da localidade de Linha São Pedro, a cultura do tabaco tem uma relação direta com a renda na pequena propriedade, como explana: “Eu vejo a produção de fumo como a maior fonte de renda para os pequenos agricultores. Exige a ajuda de todos os membros da família para poder ter um ciclo mais rápido e mais rentável.” Atualmente, os jovens percebem o tabaco como uma alternativa à continuidade da família no meio rural, sendo que a sua ausência condiciona a muitas privações. Portanto, a família rural, de posse do capital cultural[64] assimilado das empresas e também herdado historicamente (saberes e

[64] O capital cultural, sob interpretação sintética de Eduardo Socha (2008, p. 46), envolve “saberes e conhecimentos reconhecidos por diplomas e títulos” ou, como melhor define Thiry-Cherques (2006, p. 39), o capital cultural abrange “o conhecimento, as habilidades, as informações etc., correspondente ao conjunto de qualificações intelectuais produzidas e transmitidas pela família, e pelas instituições escolares”. Bourdieu caracterizou o capital cultural de três formas, como escreveu Thiry-Cherques (2006, p. 39): “o estado incorporado, como disposição durável do corpo (por exemplo, a forma de se apresentar em público); o estado objetivo, como a posse de bens culturais (por exemplo, a posse de obras de arte); estado institucionalizado, sancionado pelas instituições, como os títulos acadêmicos”.

conhecimentos) produz tabaco como uma estratégia produtiva que possa se converter em capital social e econômico, no sentido de Bourdieu (1983).

A posição dos jovens com relação à sua família produzir fumo tem duas formas de percepção: a) quando o jovem rural afere que não é favorável que a família produza tabaco, usa argumentos sobre a penosidade do trabalho, o sofrimento dispendido durante as etapas de produção e o prejuízo à saúde da família rural; b) quando o jovem rural sustenta que é favorável à produção de tabaco, o argumento central é de que o produto se configura em uma boa renda à propriedade. As opiniões dos jovens são ambíguas em relação à cultura, variando conforme a categoria de análise. Nesse sentido, foi possível construir um quadro comparativo sobre as vantagens e desvantagens da cultura do tabaco, conforme percepção dos entrevistados:

Percepção dos jovens rurais sobre a produção de tabaco	
Vantagens	**Desvantagens**
Produto de maior renda na propriedade; preço bom; baixo emprego de maquinário agrícola; ocupa pouca terra; apoio da fumageira e dos instrutores; boa produtividade; garantia de comercialização; financiamento da empresa; tradição da família; conhecimento sobre a cultura; possibilidade de duas culturas no período agrícola.	Baixa qualidade de vida; pouco lucro final sobre o produto; trabalho braçal (pesado, cansativo, prejudicial à saúde); toxicidade; exposição ao sol; proibição de menores trabalharem; uso de muitos agrotóxicos; uso de lenha; a época da colheita pode provocar câncer de pele; preços inadequados por produção; leis que prejudicam o setor com fortes exigências não impostas a outras culturas; colheita pode prejudicar a saúde (fumo molhado); alto custo de produção; consequências para os fumantes; compra do tabaco com baixo preço; somente renda anual.

Quadro 12 – Percepção dos jovens rurais sobre a produção de tabaco em Arroio do Tigre
Fonte: Dados de pesquisa (2014).

O quadro 12 apresenta os argumentos dos jovens rurais sobre os pontos positivos e negativos da cultura do tabaco. Os jovens elencam um maior número de desvantagens da cultura, porém, sinalizam em prol da renda. Nota-se, portanto, que, independentemente do número de desvantagens e se estas afetam ou não a saúde da família, o fator que decide para a continuidade no tabaco é a renda. No raciocínio sobre as desvantagens, parece lógico que as famílias deveriam cessar com a produção, pois elas identificam sérios problemas no sistema de integração, nas suas práticas cotidianas com a cultura e os impactos negativos causados à sociedade, contudo, estão dependentes de uma produção que, apesar das consequências, traz

uma condição mínima para o acesso a bens e serviços e também à acumulação da propriedade. Além disso, projeta a unidade de produção, visando aumentar o capital econômico por meio da produção de tabaco pelo valor diferenciado em relação à produção de *commodities*, portanto, a atividade produtiva é um mecanismo de distinção e reprodução social no meio rural arroio-tigrense.

Tanto as famílias como seus herdeiros delegam, ao Estado, o papel de intervenção na agricultura para ajudá-los ou incentivá-los a adotar estratégias produtivas rentáveis, que possam proporcionar autonomia e condições para que as famílias possam reproduzir-se economicamente sem a necessidade de apelar para o tabaco. O Estado é convocado, mas é criticado também quando possibilita alternativas frágeis, com pouca infraestrutura de apoio ou poucas garantias que possam, futuramente, condicionar uma boa rentabilidade à família rural. Assim sendo, alegam que a agricultura de base familiar, devido às suas restrições, está com baixa capacidade de responder às alternativas ao fumo. A realidade do munícipio apresenta famílias que diversificam, mas atreladas, de forma dependente, à renda do tabaco. Atingir um nível de diversificação que se sobressaia à cultura do fumo parece distante na visão das famílias agricultoras de Arroio do Tigre, pela relação direta com o excesso de trabalho embutido e a pouca visualização de oportunidades de comercialização dos produtos atrelados culturalmente ao autoconsumo familiar. Os jovens não deixam de acreditar na possibilidade de substituição do tabaco, mas desconfiam das alternativas apresentadas.

4.4 As estratégias de sucessão rural na agricultura fumageira contemporânea

O sistema de estratégias de reprodução envolve as estratégias de sucessão, ou seja, a transmissão do patrimônio familiar entre os pais e filhos, a herança repassada entre gerações (BOURDIEU, 1994a). Em Arroio do Tigre, a sucessão familiar é um fator de preocupação central, visto a negação do projeto camponês e a ampliação das oportunidades que os filhos têm em relação ao acesso ao Ensino Superior. Nesse sentido, há semelhanças com Woortmann, que diz (1995, p. 196), “se antes se expulsava os filhos para concentrar a terra no sucessor, hoje o problema é, cada vez mais, reter um sucessor”.

Herdar é revezar essas disposições imanentes, perpetuar o projeto do pai, aceitar-se fazer-se instrumento dócil desse projeto de reprodução. Herdeiros que, aceitando herdar, portanto, ser herdados pela herança, conseguem se apropriar dela, escapam das antinomias da

sucessão. O pai que quer para seu filho o que ele tem e o que ele mesmo é pode se reconhecer completamente nesse *alter ego* que produziu, reprodução idêntica do que ele é e ratificação da excelência de sua identidade social (BOURDIEU, 2008). A sucessão familiar é a transmissão da terra e da gestão das atividades produtivas nela desenvolvidas, das gerações mais velhas para as novas gerações, admitindo-se a existência de, pelo menos, um filho para ocupar o papel de sucessor da propriedade rural diante do afastamento dos pais (GASSON; ERRINGTON, 1993).

Um dos componentes econômicos centrais da condição da familiar rural consolida-se em torno da terra; nesse local, ela produz e reproduz a condição biológica e suas trocas econômicas e simbólicas. No estudo dos colonos do vinho, efetivado no núcleo colonial camponês do município de Bento Gonçalves/RS, Santos (1978, p. 48) afirma: "a terra ainda é o meio de produção fundamental para o camponês" e, contemporaneamente, continua como basilar força produtiva. Heredia, em *A morada da vida*, destacou a importância do fator "terra" na reprodução social da família rural. Ao analisar o campesinato marginal nas plantações de açúcar da Zona da Mata de Pernambuco, a autora observou que a terra é um recurso limitado, haja vista que sua escassez dificulta o autoconsumo da família. É, ao mesmo tempo, um fator sucessional, quando os filhos constituem família, dividindo-a, primeiramente, com o chefe da família até conseguir a sua própria unidade de produção. A terra é o guia das relações sociais, sendo o principal elo da família rural ou, como melhor argumenta Heredia (1979), a terra é um elemento de distribuição e transmissão de patrimônio, sendo a sua fragmentação um dos viabilizadores da herança, assegurando, em parte, a reprodução da relação casa-roçado.

A fragmentação do patrimônio familiar é também evidenciada no estudo de Garcia Jr. (1989), considerado como a forma mais tradicional de garantir a situação de reprodução social, no entanto, a existência de muitos filhos alavancando a produção e acumulação de recursos não garante que na geração posterior não se fragilize com a dispersão do patrimônio. Preocupação similar aponta Moura (1978), quando afirma que uma relação conjugal exige a procriação de filhos com a finalidade de gerar mão de obra para a propriedade, não obstante, isso se configura como uma ameaça excessiva à fragmentação da terra (MOURA, 1978). Nesse sentido, o aumento da família pode significar uma estratégia de aumento de produção, como também pode implicar um prenúncio à desconstituição da unidade produtiva.

Na investigação sobre os camponeses protestantes do sul de Minas, Moura (1978), estuda a herança da terra como um mecanismo diretamente vinculado à reprodução social das famílias. A autora revela a complexidade nas formas de transmissão da propriedade,

diferenciando as regras de herança entre os costumes tradicionais locais e a interferência jurídica. Conforme Moura (1978), as heranças camponesas podem forçar uma racionalidade própria, enquanto, simultaneamente, os códigos nacionais tentam impor suas próprias regras do jogo. Nesse sentido, os impasses entre os filhos sobre a herança são atribuídos a uma instância legal, desconstituindo o poder local conferido à família. No estudo das relações de produção e parentesco no distrito de Diolândia, no município de Itapuranga, em Goiás, a herança, para Brandão (1994), é uma situação-limite para a organização da família, pois se evidenciam pontos de convergência entre as relações afetivas dos integrantes da família e as condições de posse e uso da terra.

A sucessão familiar rural tem relação direta com os filhos herdeiros. Nesse sentido, no cenário de migração dos jovens em Arroio do Tigre, a propriedade familiar pode ficar com o irmão do sexo masculino que, geralmente, opta por permanecer. Na sua inexistência, a propriedade fica com a família rural, podendo ser arrendada, sendo usada apenas como espaço de moradia, ou vendida. Além disso, a família pode permanecer na propriedade até o fim da vida, sendo ela dividida em herança, possivelmente, com venda para parentes ou agricultores vizinhos (lindeiros).

Na metade da década de 90, Woortmann (1995), analisando o caso das famílias colonas do Rio Grande do Sul, reconhece o crescente abandono das propriedades rurais. Antes, a migração era planejada pela família; hoje, determinada, particularmente, pelos filhos. Logo, antes se expulsavam os filhos para concentrar terra no sucessor; hoje, o problema é, crescentemente, reter um sucessor. O “nós” coletivo é trocado pelo “eu” de cada indivíduo, uma desvalorização dos filhos pela condição de colono, que preferem trabalhar na fábrica (WOORTMANN, 1995).

Em Arroio do Tigre, os jovens rurais são, seguidamente, seduzidos pelos atrativos da cidade ou expulsos pelas dificuldades do campo. Geralmente, as agruras do campo têm maior peso na decisão dos jovens em relação aos atrativos do meio urbano. Cursar uma faculdade, para os jovens, pode representar uma oportunidade de mudar de vida, em especial, o trabalho árduo do campo. Nesse sentido, não é o curso superior o motivo central no raciocínio dos jovens rurais para deixarem o campo, mas a possibilidade de que o Ensino Superior permite afastá-lo das agruras do trabalho rural. A possibilidade de ter uma renda mais elevada ao fim da faculdade é uma consequência da sua dedicação, mas não é considerado um requisito fundamental no momento da decisão de sair de casa. Muitos filhos de agricultores de base familiar consolidados também migram, o que, de certa forma, demonstra que a condição econômica da família rural não é o determinante. Resultados semelhantes foram apontados

por Stropasolas (2006), no estudo dos jovens da agricultura familiar no oeste de Santa Catarina, em que os filhos de famílias rurais consolidadas também procuram a cidade, pois o que está em jogo, além do econômico, é a restrita possibilidade de realização pessoal tanto dos moços quanto das moças.

Como citado no capítulo anterior, as reuniões do Conselho Municipal de Política Agrícola de Arroio do Tigre – Condepa – (de agosto de 2009 a setembro de 2012), revelam que, majoritariamente, as pautas envolviam avaliação de créditos fundiários[65] (compra e venda de terras, autorização de verba, etc.). O acesso à terra por meio de crédito, herança ou recurso próprio, em Arroio do Tigre, sinaliza um investimento no ativo imobilizado. Existe, em certa medida, uma demanda pelo fator de produção, porém, investimento em terra não significa, necessariamente, que tenham herdeiros para a sucessão.

A sucessão familiar rural é complexa, não se dá por uma arbitrariedade genérica, tampouco por imposição da família. Diante dessa questão, Brumer (2007) sugere que, em vez de compreender a questão sobre por que os jovens saem do meio rural, busque-se compreender a questão por que os jovens permanecem no meio rural (BRUMER, 2007). Por isso, o contraponto: o que animaria o jovem a permanecer no meio rural em Arroio do Tigre? As respostas estão alinhadas a uma menor intensidade de trabalho em exposição ao sol, à valorização financeira do trabalho, um maior esforço das políticas públicas para facilitar a vida na roça, a sobreposição do estigma com as pessoas do meio rural e um bom preço para os produtos agrícolas. Nesse sentido, não é a glamourização da cidade que os cativa, mas é o meio rural que é negado pelos jovens rurais. A negação da condição camponesa é maior entre as moças, menor entre os rapazes, o que não elimina a possibilidade de ambos saírem de casa. Nas famílias rurais em que existem rapazes, a possibilidade de sucessão familiar rural é maior do que no caso das moças. Os rapazes estão mais declinados a continuarem reproduzindo a condição camponesa e também a adquirir a herança das herdeiras, caso houver. Em Arroio do Tigre, geralmente, o destino das unidades de produção que tenham herdeiras filhas é a venda. A preferência pela aquisição da terra é dos familiares mais próximos; depois, as famílias rurais vizinhas (lindeiros); e, posteriormente, quem se interessar pela propriedade. Nesse sentido, vale destacar a menção de Abramo (2014, p. 74), "[...] ao contrário do que apregoa o senso comum, nem todos os jovens do campo desejam migrar [...]".

---

[65] Segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), podem participar do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) "trabalhadores e trabalhadoras rurais, filhos de agricultores familiares ou estudante de escolas agrotécnicas. Os potenciais beneficiários devem ter renda familiar anual de até R$ 15 mil e patrimônio de até R$ 30 mil. Devem ainda comprovar mais de 5 anos de experiência rural nos últimos 15 anos."

Em determinadas localidades rurais de Arroio do Tigre, as meninas que optam por não seguir os estudos, casam-se ainda muito novas com jovens agricultores, ex-colegas de aula ou aqueles que estão próximos das suas redes de sociabilidade, formando novas famílias rurais. Existem duas possibilidades para esse novo casal: a) comprar a terra por intermédio do crédito fundiário ou b) permanecer trabalhando com a família, seja dos pais do jovem ou da moça. Nesse sentido, quando as moças optam por não seguir os estudos, adianta-se o processo de afeição da condição camponesa por intermédio do casamento. Como mostra Bourdieu (2009), na França, o casamento é uma estratégia de perpetuação do patrimônio para manter ou aumentar o capital material e simbólico da família. No caso de o novo casal permanecer trabalhando com os pais/sogros, há analogia com o trabalho de Woortmann (1995), que se debruçou sobre as questões do casamento e da herança dos colonos no sul do Brasil, pois se poderia aferir que a herança feminina como que se transforma em *dote*, visto que passa efetivamente para o marido.

As pesquisas sobre o gênero indicam que, independente da região, a fração feminina abandona o rural bem mais do que os rapazes. Esses indicativos se encontram nas investigações de Mendras (1976), Bourdieu (1962, 2008) e Champagne (1986) em âmbito internacional, e de Renk (2000), Castro (2005), Stropasolas (2006), Spanevello (2008) Weisheimer (2009) em estudo de distintos recortes e regiões brasileiras. Em Arroio do Tigre, não é diferente: rapazes têm maior pretensão de sucessão e de ficar no meio rural do que moças.

Conforme Paulilo (2003), nas antigas regiões de colonização alemã e italiana, o padrão de sucessão nas propriedades rurais comporta variações e exceções, porém, são especialmente os filhos homens que herdam a terra, enquanto as mulheres se tornam agricultoras por casamento. A condição de filhas ou esposas de agricultor lhes coloca em situação marginal na autonomia camponesa, sendo as primeiras a serem excluídas da herança (PAULILO, 2003). Porém, como ressalta Tedesco (1999), no estudo dos agricultores familiares da região da encosta superior do nordeste do Rio Grande do Sul, há a saída da mulher, mesmo contendo resquícios de sua subordinação à família; isso não significa que sua permanência na roça seja sinônimo de privilégio para o marido e para os outros que restam.

O estudo de Stropasolas (2014), sobre os jovens rurais na agricultura familiar do oeste de Santa Catarina, revela que as moças não têm acesso ao carro dos pais, não possuem moto nem são estimuladas, como os rapazes, a obter a carteira de habilitação, o que inibe a locomoção e as torna ainda mais dependente dos pais. Para o autor, isso promove diferenças acentuadas entre rapazes e moças no processo de sociabilização e na liberdade de circulação,

de modo que elas ressentem da falta de oportunidades e alternativas de sociabilidade no meio rural. De certa maneira, a escola acaba por se constituir num espaço de lazer e interação social para as moças, uma vez que ali se encontram, conversam e praticam esportes (STROPASOLAS, 2014). Em Arroio do Tigre, existem semelhanças e distinções sobre a análise das moças. As semelhanças percorrem a veiculação da maior dependência aos pais em relação à logística, e às dessemelhanças envolvem a particularidade da organização social dos jovens rurais locais que, por meio dos seus grupos, promovem seus próprios espaços de lazer e entretenimento nos finais de semana, local em que as moças são requeridas e são conduzidas pela família ou os próprios jovens se organizam com a logística, seja com o irmão, com amigos ou vizinhos. Contudo, isso ainda não lhes confere autonomia necessária na locomoção e reflete, posteriormente, no estabelecimento de futuros namoros, geralmente, com rapazes que possuem veículos.

A pesquisa de Castro (2005, 2006) em assentamentos no estado do Rio de Janeiro aponta que os jovens rurais vivem em uma posição de hierárquica de submissão, mas que a situação da jovem rural é ainda de maior inferioridade social, pois elas vivenciam intenso controle social dentro e fora da família, exclusão dos processos de produção agropecuária, de sucessão e herança, bem como dos espaços de decisão. O revide ao controle e à exclusão tem sido à saída da maioria das moças da área rural estudada (CASTRO, 2005, 2006). Em Arroio do Tigre, as moças rurais não se sentem excluídas; antes, elas assim preferem, elas internalizaram a condição da mãe na família e reproduzem as hierarquias na condição de normalidade. No entanto, nesse local, não é a condição de hierarquia que explica a sua saída, mas a condição de negação do projeto de sofrimento no rural, de um projeto que lhe coloca em xeque a sua condição física e a condição feminina. A reprodução dos padrões de beleza da mulher urbana é totalmente afetada pela sua condição de trabalho no rural, portanto, a condição da jovem rural reproduzir o estilo urbano de se “produzir”, vestir e caminhar reflete-se numa ambiguidade difícil de resolver. Isso também interfere no modo de analisar os projetos futuros, em especial, as meninas rurais que ganharam algum destaque de beleza na sociedade, como a condecoração de rainha ou princesa da “Olimpíada Rural”. Nesse sentido, trabalhar no fumo não implica *status* algum para as moças rurais, enquanto, para os rapazes, trabalhar no fumo representa uma condição de masculinidade.

É delegada a parte produtiva aos rapazes, como demonstra Stropasolas (2014), no estudo dos jovens rurais do oeste de Santa Catarina, sendo que as moças parecem receber naturalmente o fato de o sucessor ser do sexo masculino, e por saberem de antemão que não compartilharão do direito à herança, desvinculam-se do compromisso de ficar na propriedade.

Portanto, a migração não é uma questão de escolha entre ficar e sair, mas, geralmente, a melhor possibilidade entre os arranjos possíveis. Sem a perspectiva de permanecer na agricultura como proprietária, a moça visualiza, na cidade, a possibilidade de construir-se como profissional e não somente como esposa de agricultor (STROPASOLAS, 2014). Por isso, muitas moças direcionam-se aos estudos de nível superior como uma forma de promover sua saída parcialmente do rural.

Em Arroio do Tigre, as moças rurais que escolhem cursos ligados à área agrícola têm uma percepção diferenciada das demais. Elas gostam do meio rural, mas não das formas de trabalho que nele se encontram, portanto, apreciam as formas de viver no campo, às vezes, de trabalhar no meio rural, exceto do serviço considerado “sofrido” e “escaldante”. Porém, não querem depender exclusivamente das condições da natureza para sua reprodução econômica. O trabalho rural estraga o corpo; é necessário sacrífico sob o sol quente e provoca calos nas mãos. Esses fatores estimulam a distanciar-se da lide do campo, influenciado pela própria família. Porém, como salienta Carneiro (2005), quando mantêm sua identidade afetiva no campo, os jovens rurais convivem com conflitos de valores no momento que lançam à cidade suas perspectivas de futuro profissional.

Não obstante, negar ou recusar pura e simplesmente a unidade familiar, materializada na forma herança rejeitada não implica uma condição de desprezo pela luta dos pais, mas de uma condição de autonomia que o herdeiro quer buscar fora da propriedade. A reprodução social da família rural, em determinados casos, também acontece pela migração dos filhos em busca de outras estratégias que não sejam estritamente relacionadas ao meio rural. Ser bem-sucedido fora da propriedade também é uma forma de orgulho para a família rural, geralmente, em forma de diplomas e ostentação de bens materiais. De acordo com Woortmann (1990, 2009), a migração de camponeses não é tão-somente consequência da inviabilização de suas condições de existência, porém, é parte integrante de suas próprias práticas de reprodução. Migrar, de fato, pode ser condição para a permanência camponesa. Constatação similar faz Menezes (2012) no estudo sobre as trajetórias migratórias intergeracionais na microrregião Agreste da Borborema, estado da Paraíba, em que conclui que a migração de jovens se constitui como uma estratégia de reprodução histórica das famílias camponesas.

As principais dificuldades enfrentadas pela juventude rural arroio-tigrense estão no âmbito da produção, da qualificação e do reconhecimento social. A carência de valorização da profissão de agricultor é destacada, sendo comparada ao ofício de professor. Maira, 15 anos, da localidade de Linha Paleta, ressalta: “a falta de valorização do agricultor e do professor,

mas principalmente do agricultor, pois ele trabalha 365 dias do ano e não ganha vale saúde, vale gás, e muito mais, além de que devemos saber que sem o agricultor o mundo morre de fome, pois não podemos plantar feijão, criar porcos e vacas no meio de uma cidade.” A moça ressalta a necessidade de maiores benefícios sociais para a atividade de agricultor, pois ele cumpre uma função à sociedade. Nessa analogia, a moça faz a comparação entre o agricultor e o trabalhador urbano, considerando que o agricultor é um empregado da sociedade sem direitos a benefícios concedidos aos trabalhadores com carteira assinada. Nessa percepção, não considera o agricultor como patrão, mas como um empregado à mercê das exigências das agroindústrias, dos impérios alimentares ou da sociedade urbana. Opinião similar possui Letícia, 19 anos, moça rural de Linha Paleta: “Primeiro o reconhecimento, por que tem muitas pessoas que não reconhecem que é graças ao nosso trabalho que eles têm comida na mesa”. A comparação dos jovens, sempre tem uma análise com os ofícios de origem urbana. O rural não é comparativo para o urbano, mas o urbano é comparativo para o rural, nessa analogia.

Os jovens rurais colocam como dificuldades, também, a aquisição de terras e a carência de políticas públicas efetivas que fortaleçam a comunidade (transporte, infraestrutura, escolas de nível superior), bem como a propriedade rural. No âmbito interno, o trabalho pesado com o fumo, a falta de recursos e incentivos para os jovens rurais, o baixo preço pago pela produção e as estradas em péssimas condições são problemas mencionados pelos jovens rurais. Uma demanda muito saliente pela juventude rural é carência de Ensino Superior e ensino técnico público e gratuito na região. Esse fator é colocado como um projeto comunitário da Região Centro-Serra.

Tanto nos estudos quanto no trabalho, na cidade, os jovens de origem rural se diferenciam em comparação aos jovens da cidade. Para eles, o serviço urbano não é um problema, eles não reclamam de intensas jornadas ou de compromissos extras. Os jovens rurais possuem valores arraigados, como o comprometimento, a persistência, a responsabilidade e batalham por seus objetivos, pois têm ciência das dificuldades da vida, resultado de suas experiências anteriores na roça. Nesse sentido, Renk e Dorigon (2014, p. 26-27), em Santa Catariana, analisaram a condição juvenil no meio urbano:

> Mesmo no caso dos egressos da área rural, daqueles que recusam o projeto camponês, que refutam a penosidade do trabalho agrícola, cabe lembrar que esses jovens internalizam o *habitus* que será acionado favoravelmente em outros contextos. Lembrarão que estão acostumados a longas jornadas de trabalho; que as tarefas pesadas não os assustam; que enfrentam intempéries como na agricultura, o que seria uma pontuação a seu favor. Isso não significa que todos sejam submissos. Ora recusam a autoexploração, ora acionam-na, quando convém.

As escolhas dos agentes são como o produto das estratégias razoáveis, mas não desejadas, de um *habitus* objetivamente ajustado às estruturas (BOURDIEU, 2000). Em Arroio do Tigre, os jovens, em contexto urbano, fazem analogias com sua situação anterior no meio rural. Isso não significa que não pensem em retornar; muitas vezes, emergem constantes interrogações, quando são realizados esquemas cognitivos de avaliação entre os dois universos − o rural e o urbano. Retornar à propriedade representa, também, uma ideia de fracasso, de que seu projeto de vida não teve êxito no meio urbano, que o coloca em situação de ajuizamento social pela comunidade rural (vizinhos, amigos e parentes). A família rural está sempre pronta para recebê-lo de volta, para o jovem recomeçar ou repensar suas escolhas. A sucessão rural se dá na objetividade − acarretando fenômenos de aceitação do rural, cujo exemplo mais significativo é a permanência da agricultura familiar −, porque se dá na e pela subjetividade dos agentes rurais que concedem uma forma de viver e reproduzir os processos orientados pela prática da agricultura.

Nem sempre a herança ou a sucessão da propriedade por um herdeiro é pacífica, com ausência de conflitos. Os filhos responsáveis pelo cuidado dos pais sentem-se, muitas vezes, injustiçados pela partilha igual entre os irmãos, em especial, com aqueles que sempre recusaram o meio rural. Porém, os jovens rurais não estão pensando na herança; nesse momento, pensam nos seus projetos de vida, trabalhando com suas possibilidades objetivas para o momento.

4.4.1 A incerteza do futuro e os projetos de vida do jovem rural

Quando a juventude rural apresenta as características de viver e trabalhar no meio rural não necessariamente significa que aspira permanecer e reproduzir a condição camponesa. A incerteza ingressa no jogo social, pois os projetos urbanos são cativantes para os jovens, em especial, para as moças mais aptas às mudanças e a ingressar na vida urbana. Moças, majoritariamente, desejam continuar os estudos após o Ensino Médio, geralmente optando por cursos superiores desvinculados das ciências agrárias. A fuga do trabalho pesado e cansativo que sacrifica o corpo é um dos motivos, inclusive, de autoafirmação constante pela família “estuda pra não precisar judiar tanto como nós”. A estratégia do estudo é uma maneira de abandono do projeto camponês, mas também é uma forma de diferenciação social e que permite conquistar espaços profissionais no âmbito urbano. Sem o estudo,

provavelmente, não tem sucesso profissional e resta a estratégia matrimonial, ou seja, fazer um bom casamento para garantir segurança futura.

Além disso, o avanço das TIC no meio rural de Arroio do Tigre cria outras expectativas, coloca-os frente a outras oportunidades e pode lhes influenciar a fazer escolhas que não estejam ligadas diretamente a permanecer na colônia. As decisões são momentâneas e podem ocorrer mudanças rápidas, conforme a situação particular de cada jovem rural. No caso do município em estudo, 62,50% dos jovens alegaram ter a intenção de permanecer na propriedade, enquanto 37,50% sinalizam que não ficarão lá, pois cursam ou têm a intenção de cursar o Ensino Superior; estes últimos usam a justificativa de que o rural não tem o potencial de retornar proporcionalmente à sua qualificação ou lhes dar oportunidades; outros ressaltam a desvalorização da produção agrícola como fator de desmotivação. Apesar da amostra não ser passível de generalização (e, nesse tema, geralmente, generalizações são complicadas), o avanço da qualidade de vida e do acesso a bens materiais pela família rural (casa, carro, televisão, celular, computadores, internet) ainda não é o suficiente para que cative, em especial, as moças.

Para os jovens rurais, existem três categorias com análises diferentes sobre a sua condição atual e futura: a) o rural como moradia; b) o rural como trabalho; c) a projeção de futuro no rural. Em relação ao rural como moradia, os jovens afirmam que gostam de morar no interior em proporção maior daqueles que pretendem permanecer. Portanto, morar no meio rural não significa que pretendem continuar com o projeto na agricultura, mas, talvez, exercendo outros ofícios, como o caso do projeto docente no meio rural (professora rural). Nesse caso, a maioria alegou que gosta de morar no meio rural, sendo que 81,25% dos entrevistados são moças. Morar no meio rural, para os jovens, está atrelado a uma alimentação saudável, mesmo que produzam fumo ou culturas com alto índice de agrotóxico, a um lugar tranquilo, de contato com a natureza, o que expressa sentimentos de calma, sossego e tranquilidade, mas também ressaltam, em outros momentos, uma situação de isolamento.

No âmbito do rural como forma de trabalho, de continuidade na propriedade, a situação tem outra análise; continuar na propriedade implica satisfazer suas ambições profissionais, o que, muitas vezes, destoa da função da lógica camponesa. Os argumentos daqueles que pretendem sair circundam em torno da desvalorização do produto do trabalho da família rural, mas o argumento que prevalece para a saída é a justificativa de cursar Ensino Superior. Aqueles que pretendem continuar na propriedade justificam a opção pela qualidade de vida na alimentação, pela facilidade do trabalho em torno do acesso e da modernização do aparato agrícola (menor penosidade), para continuar ajudando a família e, em especial, cuidar

dos pais, o que evidencia, nesse caso, a possibilidade do herdeiro e da sucessão familiar rural. Nesse sentido, traz-se o depoimento de Maira, jovem rural (15 anos) da localidade de Linha Paleta, 14 km do centro urbano, sobre sua pretensão em continuar na propriedade: “sim, para poder continuar com muito orgulho o que meus familiares demoraram cerca de 50 anos para construir e ajudar a manter um alimento livre de agrotóxicos, modo que a família adquiriu para preservar a saúde das pessoas”.

Maira tem bom desempenho escolar e seus dois irmãos cursaram o ensino técnico em agropecuária e, atualmente, tem empregos urbanos na cidade local. De outra forma, quando Maira foi questionada sobre seu projeto de futuro, argumenta: “quero muito ser professora para passar todo esse meu aprendizado rural as crianças de modo que elas possam tem uma vida bem-sucedida. Como também gostaria de ser veterinária, pois amo muito animais, principalmente, equinos e gostaria muito de preservar as espécies deles.” Apesar de salientar que gosta de morar no meio rural e pretende permanecer, terá que deixar a propriedade em busca de qualificação no Ensino Superior em busca do seu sonho de formação profissional. Esse fato apresenta-lhe outros contatos sociais, oportunidades que, talvez, a moça não retorne mais à propriedade na condição de herdeira preferencial. Esse caso representa a terceira categoria − projeção de futuro no rural. Os que projetam o futuro na propriedade têm intenções de investir na unidade de produção, nas formas de planejamento, na maximização do uso de tecnologias na agricultura e na diversificação das atividades para diminuir a dependência do tabaco.

Morar na cidade provoca opiniões diversas. Os jovens que estão decididos a seguir o projeto camponês reafirmam as qualidades do meio rural, como os aprendizados sociais, as vivências produtivas, a origem do alimento e a segurança alimentar, a qualidade de vida, o convívio familiar, a tranquilidade, o aconchego do campo, o acesso às tecnologias agrícolas e às tecnologias digitais. Os jovens que anseiam morar na cidade qualificam o urbano como uma forma de ascensão social e desqualificam o rural em relação à penosidade, às intempéries climáticas, aos riscos de produção e ao trabalho sob intenso sol, o que prejudica o corpo.

Os diferentes arranjos familiares tornam a renda da propriedade indivisível na família rural, fato que fere a autonomia econômica do jovem rural. Este não recebe dinheiro como valor de seu trabalho, recebe uma ajuda dos pais para ir a festas, comprar materiais de estudo, roupas e alimentação em locais de sociabilização. Em contrapartida, a família rural disponibiliza alimentação, veículos e serviços, como internet, água e luz. Existem jovens rurais que se alçam ao trabalho urbano como forma de ganhar autonomia e acumular o próprio dinheiro. Na cidade, deparam-se com diferentes despesas, que não faziam parte do seu cálculo

econômico, como aluguel de casas, pagamento de energia, água, telefone e alimentação. Em geral, o salário mínimo ou comercial que recebem por desempenhar seus ofícios acaba não sendo economicamente viável para a sua permanência. Alguns retornam ao meio rural e outros buscam o Ensino Superior como forma de ascensão social, sempre auxiliados pela família rural. A falta de autonomia dos jovens na propriedade rural é uma constatação que se assemelha à pesquisa de Stropasolas (2014), no estudo sobre os dilemas do processo sucessório na agricultura familiar no oeste de Santa Catarina, quando observa a dependência financeira dos filhos em relação aos pais e a utilização dessa condição como mecanismo de controle dos pais sobre os filhos, em especial, sobre as filhas. Existe uma dependência moral ou simbólica pela legitimação da autoridade paterna, impedindo-os de tomar suas próprias decisões e agir conforme seu discernimento, principalmente, entre as moças.

Atualmente, é necessário cativar o sucessor, modernizando a unidade de produção e realizando a transmissão de autoridade mais cedo, apesar das consequências para os velhos. Além de formar o herdeiro, a tarefa mais difícil é lhe conseguir uma esposa para permanecer na colônia, pois as mulheres também migram (WOORTMANN, 1995). Em Arroio do Tigre, modernizar a propriedade é uma condição básica: carro para o jovem sair no final de semana, pois moto é coisa do passado (dificulta cativar meninas), além de fornecer todos os bens de consumo ligados à comunicação rural, como *smartphones*, computador com internet e televisão a cabo. Os meios de comunicação no campo e o avanço das TIC contribuíram para o acesso à informação, o contato social e também para a busca de outros ofícios, uma dupla jornada. O jovem rural, com o uso da rede social, por exemplo, faz negócios, a pedido da família, com os vizinhos ou com seus contatos mais distantes. A comercialização de bovinos, venda de tabaco, artesanato ou divulgação de alguma atividade faz parte da interação das famílias rurais com o meio urbano. A juventude rural de Arroio do Tigre utiliza a rede social para marcar confraternizações, encontros, jogos e outras informações instantâneas. A internet ampliou os espaços sociais e intensificou as relações no campo e do campo com o mundo social. Informações sobre o cultivo do tabaco, preços, tendências de safra, fotos da produção anual são postadas, visualizadas e compartilhadas nesse ambiente. Dados de julho de 2012, tabulados em conjunto com a empresa Interativa Informática (que, atualmente, detém, aproximadamente, 95% dos usuários de internet no rural do município), apontam que 45% dos seus usuários são famílias rurais (internet via rádio). O espaço virtual também serve como forma de ostentação da sua condição de fumicultor, com objetivo de representar, para a sociedade, a sua distinção em relação à produção de tabaco. Nessa rede, estão presentes

agricultores, instrutores de tabaco, empresas, o Estado e seus mediadores, ou seja, os agentes inseridos no campo da cadeia agroindustrial do tabaco.

O estudo de Bourdieu sobre os agricultores franceses, no contexto da segunda metade de século, ressalta que o universo rural era caracterizado pela pouca dependência em relação ao mercado, principalmente, em matéria de consumo, graças ao privilégio do autoconsumo e ao isolamento geográfico, reforçado pela precariedade dos meios de transporte (caminhões e veículos), que tendia a reduzir a área de deslocamentos e favorecer o fechamento num mundo social de base local, impondo, ao mesmo tempo, a interdependência e o interconhecimento para além das diferenças econômicas ou culturais (BOURDIEU, 2000). Isso se contrapõe a estudos como de Champagne (1986), nas zonas de bosques, em que, nessa microssociedade, as mudanças sociais demonstram uma ampliação do espaço social dos jovens rurais e a redução de controle da família camponesa (CHAMPAGNE, 1986). Em Arroio do Tigre, nesse contexto, a redução do controle da família sobre os jovens é notável pelas amplas formas de socialização de forma virtual, face a face ou também pelo fácil acesso à informação instantânea. Além de ser um fato novo para a família rural, com o qual não sabe lidar, acrescentam-se as intervenções legais que impõem restrições sobre como educar os filhos e em que estágio da vida podem lhe atribuir tarefas rurais. A família sente-se desamparada e, algumas delas, entregam a socialização dos filhos para a sociedade, não sendo uma solução, mas uma forma de abdicar de problemas legais.

4.5 A escola e o trabalho rural: ambiguidades entre o estudar e o ser agricultor

A escola é um elemento central na construção do capital sociocultural e no desenvolvimento dos jovens rurais. A família, além de ensinar a trabalhar, transmite valores e condutas morais e éticas, enquanto responsabiliza a escola pela educação formal, com vistas a proporcionar, aos filhos, conhecimentos e habilitação para desenvolver capacidades, e prepará-los para se tornar um bom trabalhador no futuro. No entanto, a família rural nem sempre consegue realizar o papel de formação cidadã e delega à escola a responsabilidade de disciplinar os filhos para o mundo. A educação escolar é considerada, atualmente, para a família rural e para os jovens, primordial; para tanto, usufruem de escolas do meio rural e do meio urbano, já que, em geral, as escolas do meio rural de Arroio do Tigre abrangem somente o Ensino Fundamental ou parte dele.

No município de São Luís do Paraitinga, interior do estado de São Paulo, Brandão (1990) estuda as relações entre a cultura camponesa e a escola rural. O antropólogo aponta as dissonâncias da educação rural das séries iniciais, as quais se configuram, ainda, em problemas contemporâneos, como o ensino escolar rural afastado da prática cotidiana dos atores, a educação como estratégia de fuga do rural, a cultura erudita escolar, a dissonância da formação dos educadores, entre outros problemas que Brandão cita ao longo de sua obra. Pode-se interpretar tal fato como um dos componentes que constituem a reprodução social das famílias rurais.

Nessa alusão, Bourdieu e Passeron (2011), analisando o sistema escolar francês, analisam profundamente a desigualdade do sistema de ensino, de conteúdos, de probabilidades de êxito escolar e profissional. Nesse sentido, dada à autoridade dos autores no tema, desenvolvem uma apreciação crítica sobre a concepção e o pensamento da escola francesa, visualizando a instituição como um espaço de efetivação e legitimação das desigualdades, reproduzindo a sociedade e seus valores, pois é na escola que a herança econômica da família transforma-se em capital cultural. Em outras palavras, o sistema escolar exime-se de oferecer acesso democrático de uma competência cultural específica para avigorar as distinções de capital cultural de seu público.

Nessa reflexão, tanto Bourdieu e Passeron (2011) quanto Brandão (1990) questionam a reprodução de um ensino dominante, dissociado da vida, do contexto e cotidiano rural, em uma abstração para esta pesquisa. A reprodução de uma condição de agricultor fica fragilizada na instituição escolar, pois não associa os elementos educacionais com as necessidades de produção e reprodução na roça. Assim sendo, os saberes herdados pela família tornam-se mais valiosos do que a escola, motivo que pode explicar a desistência dos estudos pelos jovens rurais que decidem cedo reproduzir a condição de agricultor.

Em análise sobre a educação dos filhos produtores de tabaco, em Santa Catarina, Paulilo (1990) coloca que existe uma ampla valorização do estudo, porém, faz com que os pais insistam para que os filhos consigam alcançar o segundo grau. Terminado este, cessa a responsabilidade dos pais. Se o filho quiser fazer faculdade, eles não o impedem, ao contrário, esse é um motivo de orgulho, mas o filho deve, então, trabalhar para se manter, mesmo que possa continuar morando na propriedade. Nesse sentido, não basta apenas ajudar nos trabalhos agrícolas, necessita arrumar um emprego remunerado (PAULILO, 1990). Nesse sentido, o estudo reflete um investimento da família rural, pois são estratégias de reprodução social dos agricultores familiares, formas de colocar ou retirar o herdeiro da terra. Conforme Bourdieu (2009, p. 312), “Os investimentos aplicados na carreira escolar dos filhos viriam

integrar-se no sistema das estratégias de reprodução, estratégias mais ou menos compatíveis e mais ou menos rentáveis conforme o tipo de capital a transmitir, e pelas quais cada geração esforça-se por transmitir à seguinte os privilégios que detém."

A família rural e a escola são mecanismos de socialização e reprodução cultural. De forma geral, a família rural considera a escola o principal agente de preparação e formação profissional, devido a pouca formação dos pais diante da legitimidade do que ela proporciona, e reconhece que ela pode oferecer condições de ascensão social para seus filhos. Por outro lado, existe uma dissonância entre o ensino escolar e a vida cotidiana da população rural, portanto, os estudantes estão submetidos a uma visão de mundo díspar da realidade rural vivenciada. A família rural e o jovem têm uma visão crítica em relação à escola, em especial, quando ela não reproduz conteúdos que vinculem a sua realidade. Maira (15 anos), da localidade de Linha Paleta, sustenta sua percepção em relação à escola: "Que a escola foca muito em estudar para trabalhar numa grande empresa, claro que é preciso, mas a maioria dos alunos vem do meio rural. Então, acho que eles também deveriam ter uma capacitação para este fim." O depoimento reverte-se numa clássica dissonância, de que, historicamente, a escola reproduz seus conteúdos e ainda não conseguiu adaptar seus currículos por optar por uma educação generalizante. Esses fatos desestimulam e desiludem os jovens, em especial, aqueles que não pretendem seguir com os estudos, sendo um agravante para a sua desistência.

Em muitos casos, as escolas rurais não diferem significativamente das escolas urbanas, pois seguem um método pedagógico similar. Na escola, os jovens não têm contato com temas relativos à sua experiência diária, como a agricultura familiar, a sucessão rural, as relações socioprodutivas, a produção agropecuária, entre outros conteúdos direcionados que envolvem a reprodução econômica e social no meio rural. O ensino politécnico, por meio da pesquisa, facilitou essa aproximação, mas muitos jovens não podem participar no turno inverso pela necessidade de trabalho. A declaração do representante da AJURATI reflete uma demanda geral da sociedade rural com relação ao papel social da escola: "Acho que a escola é importante para todos, só acho que deveria ter uma educação voltada ao meio rural dentro da sala de aula." O sistema de ensino ministrado no rural, conforme análise de Martins (2005), necessita de um diálogo cultural com os alunos e com a comunidade a que pertencem, para o educador conhecer os saberes daqueles que procura ensinar.

Os jovens sustentam que a escola os influencia a sair da propriedade, pois os conteúdos estão direcionados a compreender o meio urbano (urbanização do conteúdo) pela influência dos educadores, que apresentam uma visão de que o meio rural emprega trabalho cansativo e esgotante, condicionando os estudantes rurais em suas escolhas. Na percepção de

Maira (15 anos), a escola influencia “na maioria das vezes a sair, porque o jovem rural quer muito aprender a diversificação da propriedade e, muitas vezes, isto é um caso pouco trabalhado e esquecido pelos professores.” É um discurso generalizado entre os entrevistados sobre a questão do papel da escola e o êxodo rural. No entanto, Maiara (15 anos), da localidade de Linha Ocidental, lança um contraponto: “em minha opinião, nem uma nem outra, pois a escola está cumprindo seu dever que é nos ensinar, e ela não está impondo a ninguém que devemos ficar no meio rural ou de sair dele. Essa escolha depende, somente, do jovem que irá ver o que será melhor para ele mesmo.” O depoimento retira a responsabilidade da instituição escolar com relação ao problema social do êxodo rural e coloca que a decisão está no jovem, sendo ele o responsável por continuar seus estudos. Nesse sentido, um depoimento não elimina o outro, mas complementam-se. Enquanto o primeiro coloca a influência da escola, o segundo aponta para a decisão do jovem sobre sua condição futura. Apesar disso, geralmente, as opiniões dos educadores têm um peso, em certos momentos, maior que o da própria família, pois eles detêm um conhecimento técnico de vivências fora daquele contexto.

A comunidade rural gostaria que a escola os ajudasse no papel de reproduzir seus modos de vida e suas atividades agropecuárias, realçando conhecimentos sobre a realidade rural. Por isso, muitas famílias, ainda hoje, influenciam os filhos a procurar um colégio agrícola que lhes ofereça essa condição, mas, para tanto, é necessário o filho sair de casa e isso aumenta consideravelmente os investimentos da família no estudo do herdeiro, e manter um filho estudando fora do município nem sempre se torna viável. Outra estratégia é encaminhar o herdeiro a pleitear uma vaga no técnico em agropecuária subsequentemente ao Ensino Médio, quando o filho é maior e o curso representa um tempo menor de duração quando concomitante ao Ensino Médio. Os pais sabem, por exemplo, que cursar o ensino agropecuário também é uma forma de encaminhar os meninos para um emprego urbano. Alguns pleiteiam vaga em indústrias agropecuárias, outros buscam vagas de orientador agrícola de tabaco, outros simplesmente retornam à propriedade. O retorno do jovem rural com curso de formação agropecuária que, teoricamente, pode trazer maiores conhecimentos à lide rural, abre um leque de conflitos entre os saberes tradicionais cultivados pela família e os novos saberes derivados de conhecimento técnico apreendido nos colégios agrícolas.

Nesse campo de mudanças sociais, um fato permanece constante: os jovens rurais do sexo masculino que ambicionam os estudos são orientados a cursar uma formação técnica na área da agropecuária. O curso é estimulado pela família, pois pode ser realizado de duas formas: concomitante ao Ensino Médio ou subsequente a ele. O curso prático de rápida

formação tem potencial de formar o jovem e trazer conhecimentos à propriedade ou à formação do jovem rural para ocupar ofícios urbanos, como em granjas agropecuárias ou ainda buscar oportunidades com as agroindústrias do fumo para exercerem a profissão de orientadores de tabaco. No entanto, dessa relação entre o conhecimento que o jovem rural recebeu das escolas técnicas e o conhecimento de seus pais emergem conflitos de gestão da propriedade por confrontar com os conhecimentos tradicionais da família. Portanto, é uma relação ambígua quando a família estimula o jovem a estudar, mas o patriarca resiste à introdução de melhorias técnicas, ou seja, rejeita o conhecimento técnico por vários argumentos: a) não se aplica à realidade da propriedade; b) o projeto que o jovem propôs é inviável ou de alto risco; c) a aceitação da ideia pelos pais pode transmitir a sensação de perda da autonomia patriarca; d) a capacidade de resposta econômica e os fatores de produção são questionáveis; e) uma gestão pautada na precaução e no baixo endividamento.

A família rural tem investido na formação dos filhos como uma estratégia de reprodução da unidade camponesa, pois o estudo é considerado permanente, duradouro e algo que não se perde com o tempo, geralmente, em analogia com o dinheiro, que se pode esvair. A família internalizou que os filhos que gostam de estudar precisam ter prioridade e condições para que continuem os estudos em nível superior. Aqueles que não apresentam vontade ou dedicação pelo estudo têm um destino traçado: o trabalho na roça ("este não serviu para os estudos"). Nessa lógica, apesar de os filhos não seguirem os estudos, o nível de educação no meio rural tem aumentado, principalmente, pela arbitrariedade imposta à família para que os filhos estudem até a sua maioridade ou até o final do Ensino Médio, sob pena da lei. Isso tem influenciado um acréscimo de formação no meio rural, pois possuem o Ensino Fundamental completo ou o Ensino Médio.

Nesse sentido, há também que se considerar a pertinência dos fatores macroestruturais no impulso ao estudo superior e à migração para os centros urbanos. A expansão do Ensino Superior, em especial, a ampliação das vagas nas universidades e novos *campi* de instituições federais sob orientação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), o Programa Universidade Para Todos (Prouni), a Educação a Distância (EAD) pública e gratuita via Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) para o campo produziram um cenário de possibilidades e oportunidades de qualificação tanto dos jovens quanto da família rural. Em locais, como é o caso de Arroio do Tigre, em que não existe instituição pública de Ensino Superior, o Prouni, por exemplo, fortaleceu o sonho de o jovem rural cursá-lo em universidades particulares e tem criado oportunidades para os jovens pleitearem uma vaga

nesse nível. No entanto, apesar dessas possibilidades, os jovens rurais que logo optam pelo projeto camponês acabam desistindo dos estudos, pois não visualizam, na escola, um saber voltado a suas atividades ou projeto de vida no campo. É uma divergência de interesses: por um lado, o jovem sem estímulo para o estudo genérico e, por outro, a escola com a necessidade de cativá-lo e formá-lo. Isso acontece, em especial, com rapazes, pois as moças do meio rural seguem os estudos como forma de ascensão social ou em busca de um trabalho menos desgastante, o que as induz a procurar um curso superior que tenha ligação com um ofício eminentemente urbano, em Arroio do Tigre ou fora dele. Para as moças, segundo Stropasolas (2014), dar sequência aos estudos em nível superior significa ter uma profissão, isto é, ter reconhecimento profissional, condição que se coloca como imprescindível para que se adquira o reconhecimento social.

Dos jovens entrevistados, 81,25% mostraram desejo de cursar Ensino Superior ou ainda seguir numa pós-graduação. Nesse recorte, diante do perfil de entrevistados, comprova-se a assertiva de que quem já se estabeleceu na sua propriedade não tem mais o desejo de continuar os estudos, tem ciência da importância de cursos de pequena duração voltados à área agrícola, salientando-os. No entanto, aqueles que intencionam continuar os estudos não representam apenas um abandono do projeto de vida camponês, mas eles têm o intento de melhorar de posição social e, com seus conhecimentos, ajudar a família, como afirma Maiara, 15 anos, da localidade de Linha Ocidental: “Não sei exatamente, mas pretendo estudar até onde eu conseguir, pois educação é uma coisa que ninguém consegue nos tirar, e com uma boa educação podemos ajudar e muito nossos pais e familiares no meio rural.” A narrativa revela que a educação superior e o meio rural não são uma ruptura entre dois mundos, mas ambos podem se conjugar e se complementar no viver cotidiano no meio rural. A saída dos filhos para o Ensino Superior também capacita a família rural com maiores informações sobre benefícios sociais, sobre formas de acionar determinada política pública ou informações que desconhece. Além disso, os filhos, quando retornam, nos finais de semana, partilham das experiências cotidianas que estão tendo na nova morada, suas dificuldades, as facilidades e todas as relações entre o ensino e a sua vida cotidiana fora da propriedade. Essas experiências compartilhadas provocam novas percepções da família rural sobre o mundo exterior e também podem influenciar sua dinâmica interna − um espaço e de troca de experiências entre pais e filhos.

Quando se trata de qualificação profissional, em especial, do Ensino Superior, os jovens rurais são complacentes às formas de conhecimento. Para aqueles que visam permanecer, a argumentação sugere apreender para melhorar a eficácia e a eficiência no

trabalho da propriedade. Daniela, 17 anos, da localidade de Sítio Alto anota: “Estou fazendo curso de Ciências Contábeis, o que me levou a fazer este curso foi o motivo de nós termos comércio no interior, e pretendo continuar com o negócio e também ter mais conhecimento e também ter meu próprio negócio.” Para aqueles que pensam em sair, a educação superior é uma forma de galgar espaços urbanos, muitas vezes, incentivados pelos pais, como assinala a declaração de Letícia, 19 anos, de Linha Paleta: “Meus pais me motivaram com o intuito de melhorar a qualidade de vida, não se judiando tanto como no interior.” Os pais são os principais incentivadores para os filhos estudarem; eles estão numa contradição permanente, pois, ao mesmo tempo, querem ter o filho em casa, mas o incentivam a estudar e a sair porque, em sua visão, podem ter uma vida melhor. Nesse sentido, um dos motivos pode ser a necessidade de recolocar um dos filhos em profissão fora da propriedade para evitar atritos familiares ou problemas futuros de fracionamento de terras, visto a intenção de que nem todos possam viver da profissão de agricultor, sendo que isso pode fragilizar a coesão familiar e gerar problemas sucessórios.

É unânime, entre os jovens rurais, o incentivo dos pais para a continuidade dos estudos de nível superior. Os argumentos refletem em dois cenários: a) **o cenário que remete à migração**: envolvem a qualificação para o futuro (“eles querem um futuro melhor para nós”), para diminuir a penosidade do trabalho (“porque não querem que eu tenha uma vida árdua como a deles”); b) **o cenário que remete à qualificação do jovem com relação à propriedade**: para melhorar os conhecimentos técnicos e produtivos da propriedade (“por que hoje em dia o estudo é fundamental, até mesmo para aqueles, como eu, que pretende permanecer no meio rural”), e buscar formas e maneiras de diversificação da propriedade (“para adquirir novas formas e maneiras de diversificar uma propriedade, mas com coisas maiores, mais de fora, como equinocultura, caprinocultura, entre outros poucos trabalhados aqui”). Ambos os cenários e projetos de vida que a família planeja para o jovem têm relação direta com suas estratégias de reprodução em detrimento da sua maior ou menor quantidade de recursos de produção disponíveis em sua propriedade.

Na opinião dos próprios jovens rurais, muitos desistem de continuar os estudos pelos seguintes argumentos: a) carência de um estudo relacionado com a agricultura; b) a decisão antecipada de assumir a condição camponesa faz abandonar os estudos; c) dificuldades nos estudos e falta de interesse pessoal; d) pouco incentivo da família; e) carência de recursos financeiros para a continuidade dos estudos. Letícia, 19 anos, da localidade de Linha Paleta, e que tem dois irmãos (um que assumiu a condição de agricultor e a irmã, que foi estudar), salienta: “Os jovens que ficam no interior a maioria desistem, porque acham desnecessário o

estudo.” O irmão, mais velho, que assumiu para si a responsabilidade de continuar no meio rural, desistiu dos estudos quando concluiu o Ensino Fundamental. A outra irmã foi cursar faculdade numa instituição privada e ela também seguirá o mesmo caminho no Ensino Superior. A tendência de as moças seguirem os estudos é maior, mas elas também saem de casa para trabalhar na cidade caso não consigam êxito numa instituição pública e a família não tenha condições de bancar uma universidade privada.

O avanço do sistema educacional no Brasil, com a modernização das escolas de Ensinos Fundamental e Médio aliado ao transporte público gratuito facilitou o cumprimento das exigências de estudo até o Ensino Médio. De certa forma, o ingresso no Ensino Superior foi ampliado, mas a ampliação não significa a massificação das vagas para todos os interessados. O sistema de seleção adotado pelas universidades e pelo Ministério da Educação prevê requisitos mínimos para que se ingresse num curso superior. O ato de completar o Ensino Médio não significa que o aluno rural está capacitado para ingressar no Ensino Superior ou que ele queira continuar. A dupla jornada entre estudos e trabalho lhes coloca numa situação aquém dos jovens urbanos no momento de pleitear uma vaga no Ensino Superior. Um jovem rural que está no Ensino Médio em Arroio do Tigre necessita madrugar para pegar o transporte escolar e chegar a tempo na escola localizada no centro urbano. Quando retorna, após o meio dia, a família o espera almoçar, contando com sua disponibilidade para ajudar na lide agropecuária durante a tarde. Nessa perspectiva, o jovem chega, ao final do dia, cansado, resta-lhe pouco tempo para debruçar-se nos cadernos e ainda dormir cedo, visando condições físicas e psicológicas para uma nova jornada no dia seguinte. Nesse sentido, a sala de aula não é suficiente para colocar o jovem rural em competitividade com o jovem urbano, que tem características diferenciadas de acordo com a posição social da família. Nessa percepção, conforme Bourdieu (2009, p. 306), “O sistema de ensino reproduz tanto melhor a estrutura de distribuição de capital cultural entre as classes (e as frações de classe) quando a cultura que transmite encontra-se mais próxima da cultura dominante e quando o modo de inculcação a que recorre está menos distante do modo de inculcação familiar”.

A expansão do Ensino Superior facilitou o ingresso do jovem rural pelas cotas, pelo Programa Universidade Para Todos (PROUNI), no entanto, isso não lhe permite se diferenciar no contexto local. Para tanto, os jovens têm duas opções: acomodar-se no local ou migrar para grandes centros em busca de uma remuneração coerente à sua qualificação. A educação superior tem estimulado a migração dos jovens rurais pela carência de oportunidades e empregos que remuneram adequadamente.

O aumento da trafegabilidade no meio rural, facilitado pela popularização do automóvel e as condições acessíveis de financiamento, possibilita que os agricultores sejam, ao mesmo tempo, moradores na cidade. Seus filhos têm sua condição camponesa e, ao mesmo tempo, são estudantes em institutos federais, universidades ou trabalhadores urbanos e também agricultores. Houve uma pluralização na dinâmica rural, resultado da crescente mobilidade e do acesso às condições de ascensão social, como a educação superior, em especial. Contudo, isso não significa que foram superadas as precariedades da condição camponesa e da necessidade de intervenção do Estado com políticas agrícolas e agrárias efetivas. A facilidade de mobilidade também coloca problemas para manter as mesmas estratégias de sobrevivência que herdaram tradicionalmente, necessitando readequar-se à lógica capitalista, assim, tendo como resultado uma latente transgressão de um modo de produção artesanal para um modelo de produção fundamentada nas técnicas de alta produtividade e exigência de aparatos tecnológicos que os colocam em sintonia com as exigências do mercado agropecuário.

Portanto, essas sintonias entre a escola e o trabalho rural atuam muito ativamente na estruturação da hierarquia social das famílias agricultoras. O estudo em nível superior, geralmente, é um ponto de fuga para os jovens rurais e não traz contribuições para o âmbito da melhoria dos processos produtivos na propriedade, excetuando-se casos específicos. Também, do mesmo modo, não é aceito de forma tão amena na relação hierárquica de pais-filhos. A educação generalista ainda está longe de atuar diretamente como fator de diferenciação da agricultura de base familiar em Arroio do Tigre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, como objetivo principal, buscou-se compreender a reprodução social das famílias fumicultoras, os sentidos e as experiências vivenciadas diante dos diferentes momentos do desenvolvimento rural no município de Arroio do Tigre/RS, considerando-se aspectos relativos à produção, organização, sucessão patrimonial das famílias no meio rural e sua inserção mercantil. Para tanto, valorizaram-se as trajetórias de vida das famílias rurais aliado aos levantamentos documentais e bibliográficos e também a vivência neste contexto. Traçou-se uma estratégia de modo a valorizar a percepção dos entrevistados, mas também de questionar discursos construídos ao longo da história. No decorrer do trabalho, procurou-se responder ao problema de pesquisa, que buscou compreender os elementos que compõem as estratégias de reprodução social que as famílias rurais usam no decorrer do tempo em virtude das mudanças socioprodutivas no local.

Dessa forma, partiu-se da noção de reprodução social de ciclo curto e ciclo longo como um processo que se modifica as ações das famílias rurais, tendo como lente reivindicatória, para a compreensão, a teoria de Pierre Bourdieu sobre as estratégias de reprodução social vinculada a um sistema de disposições que as famílias adquirem com o tempo em suas experiências na roça e no compartilhamento de valores na sociedade local. Com base nesse aporte teórico, compreenderam-se, a partir de uma abordagem sócio-histórica, os processos de ocupação das terras até a conjuntura atual, com a problemática central calcada na concepção dos jovens sobre as interferências legais em relação ao trabalho, o rural como espaço de produção e moradia e a sucessão familiar, circunscritos no contexto do tabaco.

A tese, aqui exposta, foi analisada em quatro grandes momentos. No caso das famílias rurais fumicultoras dessa região, foi possível identificar quatro fases acentuadas no desenvolvimento da atividade produtiva do tabaco no local nas estratégias de reprodução social das famílias rurais de Arroio do Tigre: *Fase I – A produção artesanal fumageira*: situada nos primórdios da colonização até a década de 1960, em que os colonos, descendentes de imigrantes alemães e italianos, consolidaram a região como grande produtora de tabaco instauraram a cultura do tabaco como parte da tradição dos sistemas produtivos e usaram o fumo como mote para a emancipação do município, reproduzindo a lógica do sistema econômico na vida colonial; *Fase II – A produção moderna fumageira*: período de 1960 a

2000, em pleno fortalecimento do sistema de integração agroindustrial, em que a família rural precisou reordenar sua gestão rural, readaptar-se às novas tecnologias impostas pelo complexo agroindustrial, mudar os conhecimentos e suas formas de produzir e reproduzir-se no local; *Fase III – A produção fumageira em evidência*: período após a década de 2000, em que emergem diferentes conflitos no campo fumageiro; inicia-se um processo de mecanização das lavouras do tabaco, que impacta a gestão do trabalho familiar; ampliam-se os espaços de participação da mulher na família e na produção; a modernização continua a assumir caráter essencial na atividade produtiva no meio rural; *Fase IV – O futuro da produção fumageira e dos jovens herdeiros da terra*: entre o presente e o futuro, a família rural é tencionada pelo jovem rural e pelas intervenções do estado; mecanismos internacionais interferem na gestão da família rural, como no caso do trabalho infantil; é um período de intensificação das relações sociais no rural e intensa mobilidade, o que causa tensões entre o futuro da propriedade e a herança da terra, além de haver o fator tecnológico cada vez mais intenso na agricultura familiar, que provoca uma pressão por terras e por forte relação com o sistema econômico.

No primeiro capítulo, analisaram-se as estratégias de reprodução social das famílias rurais fumicultoras num contexto de mudança social e de conquista de terras. A migração das famílias rurais – da região central, subindo a serra – para as terras altas, pedregosas e recobertas de mato foi estratégia de reprodução para continuarem seus modos de vida no meio rural. Aberturas de estradas e picadas, desbravamento do mato, enfrentamento dos animais da selva eram tarefas que animavam as famílias rurais para imprimir um processo civilizatório sobre a natureza. Constituiu-se um cenário de conflitos entre o homem, a fauna e a flora, em um jogo de sobrevivência. O mato era o *habitat* natural dos animais, mas precisava ser derrubado para apropriação pelas famílias dos colonos e para demarcação das novas formas de ocupar e produzir. Algumas famílias desistiram, buscando outras terras para a reprodução social; alguns animais sofreram as consequências da extinção do seu *habitat* ou se readaptaram em outros locais. Era um contexto de verdadeira luta pela vida.

A busca incessante por novas terras representava uma estratégia da família, mas envolvia, também, condições de poder, de domínio e de influência no território rural. Desbravar era sinônimo de manter-se aguerrido, de enfrentar e de resistir, portanto, a busca por liberdade e autonomia também representava sacrifício e penosidade. Não obstante, há de se mencionar que os registros históricos, as entrevistas e até parte da literatura especializada usada no primeiro capítulo são oriundos de informantes portadores de uma visão ocidental-cristã e que defendem os interesses e a legitimação dos imigrantes. A história, geralmente, é

contada por seu lado heroico, por sua visão triunfalista da vida, portanto, uma visão parcial da realidade. Consequentemente, os índios, os negros, as comunidades quilombolas e outras etnias não foram atores ativos na construção da história escrita e falada da reprodução social das famílias rurais. Essas etnias foram desprezadas no próprio Hino de Arroio do Tigre, que menciona apenas "Alemães, Portugueses, Italianos" como imigrantes que labutaram nessas terras. Isso não significa que os outros grupos étnicos foram sujeitos passivos, apenas marginalizados da história, com seus modos de vida, sua racionalidade e suas formas de vida e trabalho.

O tabaco foi atividade produtiva partícipe da vida camponesa, de um saber apreendido, e a incorporação do *habitus* fumageiro passa, após processo de subida da serra, a um saber herdado. O tabaco, na época colonial, era uma mercadoria de troca, no entanto, não se constituía, absolutamente, o principal produto da família rural. Ele dividia o papel de coadjuvante com outros produtos agrícolas, como o trigo, a banha, o feijão, o milho, a suinocultura e outros. O trigo e o milho eram a base da alimentação, sendo uma das estratégias produtivas da família rural para sua sobrevivência, contexto em que se valoriza a autossuficiência alimentar. Apesar da importância econômica do fumo, as famílias possuíam um leque de produtos que tinham boa viabilidade econômica, seja para a troca ou para a venda. Geralmente, os tabacos de corda e de galpão eram produzidos pelas famílias italianas, enquanto as alemãs dedicavam-se ao fumo Virginia. Existiam exceções à regra, no entanto, dificilmente uma família de origem alemã produzia fumo em corda.

O rural arroio-tigrense, formado entre o final do século XIX e o início do século XX, constituiu-se um aglomerado com base nos costumes dos imigrantes inculcados no contexto local. A propriedade rural é uma unidade produtiva e um espaço para a organização da família e a comunidade é um ambiente para a sociabilidade. As cooperativas, as casas de comércio, as empresas signatárias e as indústrias eram os espaços privilegiados para as trocas e a comercialização do tabaco e de seus excedentes mercantis.

Os colonos vivenciaram diferentes fases de desenvolvimento rural, nas quais procuraram estabelecer representações sociais em torno da identidade camponesa e da produção do tabaco, que os colocava com reconhecimento nacional e internacional. Desse modo, eram elevados ao posto de excelentes produtores de tabaco com qualidade destacada e sabor requintado, atribuíveis à sua procedência geográfica conferida em meados do século XX pelos exportadores, comerciantes e consumidores como "*fumos de Sobradinho*". Da mesma forma, os colonos colocavam a região como símbolo do celeiro da produção no cenário sul-

brasileiro. Colonos do fumo é uma identidade cambiante, que se mistura, legitima e se reconfigura de acordo com as contingências camponesas e seus contextos sociais.

As famílias, com grande número de filhos, ofertavam mão de obra para o trabalho rural eminentemente braçal, constituíam-se, também, em estratégias de transmissão do patrimônio e da preservação econômica, na eminência dos laços de união entre os filhos nas comunidades rurais – nas palavras de Bourdieu, um misto de estratégias biológicas e de sucessão para a reprodução social. As estratégias de educação escolar, usadas, em especial pelas famílias alemãs, convertiam-se na reprodução cultural, mas os italianos não atribuíam tanta importância à escola, sendo-lhes caro o princípio do trabalho como honra social. A autoexploração da força de trabalho do grupo doméstico era recompensada pela comida na mesa e pelos bons retornos econômicos da agricultura, cenário que, mais tarde, modificou-se, como se observou no segundo capítulo. Apesar de as escolas rurais existirem por um esforço conjunto da comunidade rural, a alfabetização era insuficiente e calcada na mais rígida obediência, à base de violência física e simbólica, fato consagrado e legitimado também pelos pais, com o argumento de tornar seus filhos pessoas sociais, de honra e bom caráter. Os valores, as disposições sobre o trabalho, as crenças embutidas no comportamento coletivo e individual formam o *ethos* do colono do fumo, expresso nas mais diversas formas, seja no âmbito doméstico ou social. Era um colono glorificado, mas que ainda não havia sofrido os estigmas da modernização rural e da vinculação do colono com o atrasado. Esse processo foi intensificado na segunda metade de século.

Ademais, essa colcha de retalhos na produção da família rural fumicultora (em outras palavras, a diversificação de produtos agrícolas) foi condição básica para a manutenção da atividade produtiva de tabaco historicamente, mesmo em ciclos de intensa mudança e intensificação tecnológica da produção agrícola e fumageira na região em questão. Em especial, o capítulo II tratou das estratégias de reprodução social das famílias fumicultoras, experimentadas entremeio à modernização rural e o avanço do sistema de integração agroindustrial, bem como às mudanças nas estratégias de reconfiguração dos colonos nas formas de produção e comercialização, por meio da reprodução social de ciclo curto e longo prazo.

As práticas produtivas, a tradição e a organização dos colonos do fumo produzem e reproduzem saberes geracionais, incorporando e readaptando novas lógicas de manutenção no rural. Nesse cenário de transformação estrutural e social, as famílias rurais que atuam na produção de tabaco do território rural de Arroio do Tigre estão atreladas aos aspectos identitários e culturais das famílias colonizadoras que povoaram o local. A topografia

montanhosa que gera condições ambientais peculiares e adversas à agricultura de larga escala em algumas áreas (declivosidade elevada, pedregosidade) – fator que carece de mão de obra intensa – em conjunto com as condições econômicas de mercado auxiliaram nas escolhas dos agricultores na definição do tabaco como principal estratégia produtiva local, servindo historicamente como moeda de troca e relação mercantil local, nacional ou, com outras regiões, em âmbito internacional. Arroio do Tigre, na sua origem, tem relação direta com a colonização de alemães e italianos. As terras novas, férteis e produtivas forneceram condições excelentes de produção do tabaco e de outras atividades agrícolas. Aspectos como identidade, cultura, topografia e mercado influenciaram na escolha produtiva dos agricultores, que optaram pelo fumo. Essa decisão foi amparada, ao longo do tempo, por condições de mercado, por um legado de saber-fazer e por relações de sociabilidade. Essas características, de modo geral, proporcionaram a reprodução de ciclo curto e longo das famílias agricultoras na colônia Centro-Serra.

No segundo capítulo, identificou-se que a família rural não é estática, do mesmo modo que suas escolhas e decisões sobre a gestão da unidade doméstica também não. As estratégias de reprodução social dos colonos do fumo passaram de uma agricultura diversificada para uma agricultura especializada para a produção mercantil de tabaco. As famílias fumicultoras de Arroio do Tigre, na segunda metade de século, consolidaram o sistema de integração industrial, tendo o tabaco como principal produto econômico. O tabaco ganhou espaço na vida e na produção, minimizando a importância econômica de outros cultivos, pois a alta densidade da cultura permitiu produzir muito com pouca terra. O tabaco foi legitimado pela sociedade devido à sua alta especialidade (cultivo intensivo) e à comodidade que o sistema de integração proporciona às famílias rurais.

Os colonos do fumo de Arroio do Tigre vivenciaram tempos difíceis, de técnicas produtivas que dependiam, em especial, do uso da força da mão de obra (enxadas, foices, machados, carroças, animais de tração, etc.). A reciprocidade no trabalho, na troca de produtos por necessidade e/ou por dádiva formaram um elo social de cumplicidade, de organização comunitária e até de organização de cooperativas. O cunho social foi, e continua sendo, um *calcanhar de Aquiles* para a formação de espaços rurais fortalecidos, de uma comunidade rural com coesão social. A produção de tabaco contou com um estrato de colonos dinâmicos, dedicados e caprichosos, que apresentaram maior maleabilidade nos processos de transformação produtivos.

Até meados da década de 1980, o número de filhos ultrapassava o índice de cinco por família rural. As famílias rurais com muitos filhos também dinamizavam os espaços sociais,

organizados em torno da Igreja, da comunidade, da cooperativa, tornando essas instituições fortalecidas pela participação social dos agentes rurais. Entretanto, ao longo desse período, as famílias rurais têm reduzido o número de filhos quando a necessidade de mão de obra não é mais conveniente e representa um alto custo social à família rural. A especialização da agricultura chegou ao ponto de influenciar a composição da família rural. Filhos homens eram requeridos pela figura masculina, pois representavam a força para o trabalho rural. Na analogia entre família, produção e lazer, o processo de modernização rural tem se expandido e consolidado, o núcleo familiar tem reduzido, e o futebol de campo no rural, suprimido, pois as famílias reduziram e as especializações da soja e do tabaco aumentaram, necessitando novas áreas, ou seja, abocanhando os campos de futebol – um impacto social no âmbito da produção e nos espaços de sociabilização no meio rural de Arroio do Tigre.

A sucessão hereditária é um campo de conflitos no âmbito da família rural. Exige-se, da família rural, criar regras e normas para a seleção dos filhos que vão permanecer na condição de agricultor e os filhos que terão de traçar outros caminhos profissionais. Os colonos privilegiam aqueles herdeiros que têm potencial de fornecer continuidade à função econômica da propriedade que acumularam ao longo de sua vida e produção no local. Portanto, essas seleções envolvem critérios subjetivos (gosto, ausência de conflitos, forte atração mútua e corresponsabilidade) e também critérios minuciosos (apego ao trabalho, dedicação, força e vontade) para a sucessão familiar rural. Esse processo tem sido proporcionalmente complexo e difícil, devido à redução da família e a consequente menor probabilidade de ter um filho disposto à sucessão, sendo um problema social que impacta diretamente na condição camponesa.

A cultura alemã, prioritariamente, e a italiana, em menor intensidade reproduziram a cultura, seus hábitos, suas tradições e afincaram símbolos para a demarcação do território. Essas etnias, em especial, dominavam o território, deslegitimando outras que por ali permaneciam. A cultura incorporou formas produtivas, readaptou-se conforme as orientações políticas, buscou adaptar-se em prol de sua sobrevivência em um espaço moderno, mas, ao mesmo tempo, tradicional.

O progresso técnico na vida das famílias rurais desembocou certo desequilíbrio no *ethos* da força de trabalho e na relação entre os membros da família perante a lógica da redução do esforço físico (penosidade do trabalho). As tecnologias agrícolas têm sido buscadas pelos jovens rurais de forma constante, em contraponto, os pais resistem momentaneamente, baseados em suas experiências anteriores. Essa dualidade é colocada em atrito nas relações sociais internas dentro da porteira. Enquanto o primeiro tenciona para o

investimento, nos meios de produção da propriedade fundada no crédito subsidiado, o segundo resiste pela tensão do risco econômico eminente que pode causar à unidade produção familiar.

A reprodução de ciclo curto para os colonos envolve um conjunto de capacidades inatas e motivacionais introjetadas no *ethos* do trabalho. Eles enfrentaram diferentes ciclos econômicos e com crescimento agrícola entremeio à cultura do fumo e viveram uma melhoria da produtividade e a dependência da exploração dos recursos naturais. Aflora-se uma forte eminência do sistema econômico familiar, que colocou os colonos do fumo muito próximos das regras do mercado. Não dominar as regras do mercado foi, para os colonos, um entrave histórico na inserção de seus produtos no negócio agrícola.

No terceiro capítulo, identificou-se que as famílias rurais passam a assumir uma nova posição social ao ascender economicamente no rural contemporâneo. Nesse período, há uma reclassificação social no ser agricultor de tabaco perante a sociedade, o que não elimina as crises na produção, as famílias marginalizadas, a relativa dependência das agroindústrias, as migrações e o êxodo rural, ou seja, os problemas sociais emergentes na agricultura, mas reflete na mudança de natureza quanto à sua afirmação econômica.

A família rural se constituiu em um campo de dominação econômica e simbólica sob a lógica da agricultura empresarial do tabaco. A reprodução social na agricultura familiar fumageira foi afiançada pela transmissão de saberes tradicionais, meios de produção e inovações da indústria do tabaco, num jogo de relações de poder dentro da porteira e fora da porteira. A permanência nesse sistema de integração, sem dúvida, está acompanhada da produção de autoconsumo, que escora a família rural na condição da reprodução biológica. Apesar da crescente especialização na cultura do fumo, abandonar a produção de autoconsumo pelas famílias rurais fumicultoras é uma estratégia arriscada, dos argumentos vulneráveis de que “planto mais mil pés de fumo” e “compro um saco de feijão ou um porco para abastecer de carne a mesa da família”. Esses custos externos acabam influenciando a lógica da família rural e, algumas delas, acabam revendo essa posição.

A família rural fumageira está preocupada em assegurar a perpetuação de sua unidade de produção e dedicada a transmitir as aprendizagens sociais, as percepções de mundo, o capital cultural, mesmo que, contemporaneamente, acreditam que seja, cada vez mais difícil, a internalização de tradições, pela amplitude das relações sociais e pelo acesso constante a informações.

Percebe-se que a família rural constrói suas estratégias de reprodução paralelamente às suas atividades produtivas. Numa primeira percepção, colocam-se em evidência as

racionalidades econômicas e os mecanismos que operam a lógica da produção do tabaco. Em consonância com essas racionalidades, a família rural produz discursos circulares, presos a uma lógica de produção de tabaco ou produtos de larga escala, estes últimos insuficientes para manter a reprodução econômica no rural. Em outra percepção, a família se coloca como refém de um sistema pela própria comodidade que ele a oferece para a produção e comercialização do tabaco, mas ignora que o mesmo sistema lhe apresenta um alto custo embutido, lógica do avanço agroindustrial no campo. Nesse sentido, o Estado e seus mecanismos legais de intervenção começam a atuar para amenizar as lógicas de exploração da mão de obra em detrimento único e exclusivo do capital privado, com vistas a preservar a integridade da família e das pessoas que se envolvem no trabalho rural. Os conflitos emergentes desse embate, pela percepção da família, interferem na organização do trabalho familiar. Contudo, sob a perspectiva dos dispositivos legais, é necessário corrigir os efeitos das relações de poder assimétricas impostas pela indústria e pela expectativa de ganhos cumulativos. Indiscutivelmente, essas reordenações fornecem novos contornos às tradicionais estratégias de reprodução social das unidades de agricultura familiar em Arroio do Tigre.

Dessa forma, a compreensão das estratégias de reprodução, em especial, da lógica produtiva, partem de uma visão restrita da família rural em detrimento de uma imposição da lógica agroindustrial no campo. A primeira estratégia de reprodução econômica, a de produção de tabaco, mostrou exatamente como a atividade produtiva, historicamente, tem ocupado um espaço importante na vida econômica da família rural, sendo, gradativamente, legitimada pela sociedade local, mas questionada pelos organismos internacionais e nacionais que militam em prol da saúde pública e da sustentabilidade ambiental. Os conflitos do campo fumageiro estão emergentes, indicam que, ainda, várias mudanças podem emergir desse campo de embates do âmbito produtivo/econômico *versus* saúde/ambiental.

O jogo social entre a família-indústria provoca efeitos catalizadores e gera um cenário de expectativas futuras, muitas delas falsificadas com o tempo. As mulheres têm se engajado mais nesse jogo social, interferindo, em alguns casos, até para quem será a comercialização do tabaco e, caso necessário, acompanham a comercialização, questionando as empresas. Assim, aos poucos, as mulheres têm ganhado espaço na produção do tabaco e nas lutas pela melhor remuneração dos frutos do trabalho familiar. Contudo, a mulher continua cumprindo aquelas tarefas, na unidade de produção, desprezadas pelo homem.

O reconhecimento social dos agricultores do tabaco apresenta-se, antes de tudo, como um reconhecimento da família rural na sociedade, o que implica *status* social e crédito no comércio. Quiçá, por isso, seja tão difícil para a família rural abandonar a cultura do fumo,

mesmo investindo em outras estratégias produtivas, como a agroindústria familiar de carnes, de panificados, de frutas, de hortaliças, de mel, dentre outras.

Aliado a isso, a redução da família rural ao longo do tempo implica a diminuição da mão de obra e a crescente necessidade de os filhos estudarem e migrarem para o urbano. Nessas condições, a família rural fumageira está em permanente reordenamento de fatores de produção, inclusive aumentando a mecanização, como forma de colocar doses de motivação para continuar na atividade rural. As mudanças em curso na dinâmica social e produtiva no meio rural de Arroio do Tigre forjam espaços de dominação, incapacidade e também de legitimação de uma atividade que os colonos viveram e aprenderam a praticar, a qual utilizam como lógica de reprodução econômica e social.

No quarto e último capítulo, verificou-se que o efeito das transformações no espaço rural e, mais precisamente, da incorporação de uma agricultura moderna e tecnificada, condicionou para que a família rural focasse no tabaco como estratégia de reprodução econômica principal. Nessa seara, a vida produtiva e social toma forma, interage com a sociedade e também coloca as famílias como produtoras de mercadorias com valor de troca. Nesse sentido, formam os herdeiros baseados nas tradições geracionais, mas inculcados em um padrão de produtividade moderno, o que implica máxima autoexploração da família. As mudanças sociais no espaço rural e o acesso aos bens materiais e simbólicos denotam uma nova dinâmica no campo fumageiro, em que o apego objetivo da família com o trabalho rural não se torna uma condição objetiva para a reprodução da condição de agricultores pelos filhos. As condições subjetivas expressas no *habitus* camponês e na *héxis* corporal ao modo de existência no rural atual se dão, ao mesmo tempo, na objetividade do ato de escolher a condição de agricultor e na amplificação dos deslocamentos dos jovens, favorecido pela melhoria e acesso dos meios de transporte e da massificação dos meios de comunicação, que convoca uma dinâmica juvenil que ora está na cidade, ora no meio rural. De fato, o fumo não atraiu as moças como condição avantajada, mas como uma produção necessária para a sobrevivência econômica da família.

O trabalho da criança e do adolescente, mediante os aparatos legais, é colocado em discussão, fato que causa preocupação sobre a condição da agricultura. A família rural percebe os mecanismos legais como uma forma de atingir a cultura do tabaco e, em consequência, atingir a sua reprodução econômica. Dessa forma, os filhos internalizam o trabalho como aprendizado e continuam reproduzindo a percepção dos pais, mesmo que, em certos momentos, discordem dessa forma de inculcação. Há, por conseguinte, um consentimento do trabalho da criança e do jovem rural como algo normal, imanente à

condição de filhos de agricultores. No âmbito do discurso, o trabalho é visto como indispensável para fortalecer valores sociais, como a disciplina, a honestidade e a responsabilidade. Porém, também não se pode ignorar que o trabalho de crianças e adolescentes retroalimenta o sistema agroindustrial do tabaco e que a autoexploração da família reverte-se em produto que alimenta um circuito econômico fumageiro que lidera os problemas sociais no mundo.

De outro lado, a organização social da juventude rural forja sua própria identidade por meio de sentimentos positivos, como o orgulho de ser jovem rural arroio-tigrense, um produto da construção social, herdado de uma organização de juventude rural social que, de uma forma ou outra, está criando espaços de lazer, entretenimento, sociabilização, esporte, cultura e educação informal. Nesse sentido, abandonar o projeto camponês é também abandonar a condição de juventude rural. A compreensão da natureza das sociabilidades para a estruturação de vínculos sociais tem relação direta com esse *habitus* construído pela juventude rural local.

Para os jovens que se habilitam à condição camponesa, está claro que a sua reprodução social se dará por meio da cultura do tabaco, pois não pensam em ingressar em atividades periféricas ao capital econômico. Além disso, está cada vez mais crescente uma miscigenação étnica: apesar de certas atitudes receosas entre as famílias, tornou-se aceitável um jovem descendente de colonos italianos ou alemães casar-se com uma afro-brasileira, pelo fato de que esta aceita a condição camponesa e também pode agregar em forma de mão de obra na família. No entanto, isso não é generalizante em todas as localidades. O estabelecimento dos namoros entre os jovens é uma constante preocupação da família, pois podem induzir a presença ou a saída deles da propriedade, o que é uma situação bem peculiar no campo familiar.

As novas gerações de agricultores possuem, introjetadas em suas experiências sociais, percepções sobre a vida rural do sacrifício e da crise, mas desejam comodidade e conforto no trabalho. Os jovens rurais que optam por seguir a trajetória da família incorporam não apenas dimensões culturais, sociais, políticas, étnicas, mas também procuram, efetivamente, articulá-las com a modernidade, com as novas readaptações tecnológicas para viver e trabalhar no meio rural. Para os que decidem migrar, carregam consigo todas as dificuldades que passaram para vencer os desafios, visto que, para estes, retornar à roça sugere fracasso ou incapacidade de conseguir vencer na vida. Retornar, para este jovem é, em última análise, um retrocesso. Porém, há aqueles que assim o fazem e reinventam estratégias de reprodução que agregam valor à propriedade, geralmente, com renda mensal. De outro modo, retornar para cultivar

tabaco não é uma estratégia que passa pela cabeça das gerações juvenis. Os agentes sociais que darão continuidade à cultura do tabaco serão aqueles que desistiram dos estudos ou ainda aqueles que não saíram da propriedade mesmo com uma formação superior. A tradição afincada culturalmente e regionalmente sobre as famílias fumicultoras é tão forte que o tabaco está enraizado nesse espaço social e produtivo. Tanto a família rural quanto o jovem não dispõem de instrumentos que lhes habilitam pensar além do que a região lhes oferece. Pensar em outra estratégia de renda principal que destoe das culturas comerciais está, neste momento, fora da racionalidade das antigas e novas gerações.

A saída dos jovens não implica uma crise da reprodução social da família rural e, respectivamente, da unidade de produção. As moças, majoritariamente, ambicionam continuar os estudos após o Ensino Médio, optando, geralmente, por cursos superiores desvinculados das Ciências Agrárias. Entre os rapazes, existe uma divisão entre aqueles que pretendem permanecer ou migrar. Nesse sentido, os estabelecimentos agropecuários podem alterar de dono, mas mantêm a essência enquanto agricultores familiares, tendo, na cultura do tabaco, uma garantia socioeconômica. Nessas condições, a família rural continuará a preparar os filhos, em conjunto com a escola, para o mercado de trabalho, no entanto, permanecerá no rural em detrimento das opções produtivas e das garantias, como aposentadoria ou pensão em caso de falecimento do cônjuge. Tal reordenamento e reconstituição das estratégias familiares, pela transmissão do patrimônio e do comportamento das novas gerações, têm habilitado a continuidade do processo de constituição das trajetórias de vida dos colonos do fumo.

A família rural e a produção de tabaco foram produtos de uma construção social ao tratar sobre a permanência nessa situação, a vivência e a sua dependência. Por esse motivo, os discursos que reiteram a diversificação com um pano de fundo para a substituição do tabaco não vingam na sociedade, muito menos quando estes atingem o seu capital nas suas diferentes dimensões – econômica, cultural e social –, pois equivalem a uma tentativa de colocar em risco a reprodução social de acumulação, mesmo que isso não considere as outras atividades desempenhadas pela família. Portanto, as restrições aplicadas em âmbito de convenções, regras, leis e normativas que tendem a restringir algo relativo ao tabaco interferem, em maior grau, nas estratégias da família rural do que na cadeia produtiva que sustenta o comércio do tabaco. Por isso, o problema social é tão agudo e eminente. Trabalhar uma vida dedicada ao tabaco não equivale defender a permanência dessa cultura, mas defender a permanência da reprodução da família no e para o rural. Nesse sentido, não é a defesa da fumicultura, mas é a defesa da renda e das formas de acumulação restritas que o rural possui a agricultura familiar. É tão ambíguo quanto contraditório, porém, é tão saliente que a família agarra-se nessa

estratégia mesmo pagando um ônus alto pela sua escolha; é uma estratégia que lhe foi apresentada historicamente e que é reproduzida no local, numa percepção além de um cultivo agrícola, mas de um cultivo da reprodução das famílias fumicultoras de Arroio do Tigre.

Por fim, a família rural usa distintas estratégias para manter a reprodução social em diferentes momentos históricos, reordena-se conforme suas experiências sociais, bem como é direcionada pelas normativas dos mecanismos legais que delineiam as formas de trabalho e as questões ligadas ao tabaco. Essencialmente, esta pesquisa revela as mudanças da estrutura familiar, dos processos produtivos e econômicos e da vida social no meio rural. A reprodução social da família rural, no passado e no presente, não pode ser concebida como um processo estático, mas circunscrita em vários estágios de desenvolvimento. Nesse processo, as estratégias de reprodução sociais permeadas pela história da colonização e vinculadas diretamente à inserção do tabaco como mote das famílias rurais são rearticulações econômicas e sociais conduzidas e naturalizadas no processo de desenvolvimento rural local. A história do tabaco – e também das famílias rurais na região de Arroio do Tigre – está marcada pela tradição herdada e reproduzida, a qual os agentes reconheceram legitimamente, ao longo do tempo, devido à importância econômica e à articulação dos saberes acumulados por intermédio das cooperativas, dos comerciantes e, mais tarde, pelas indústrias do complexo agroindustrial do tabaco. Os jovens e as mulheres são tratados, na história, como sujeitos invisíveis, porém, ultimamente, têm sido tratado, também, como um problema social, fato que sugere atenção especial para as questões de gênero. Portanto, as questões de gênero e geração nas relações socioprodutivas do tabaco são questões assinaladas para futuras pesquisas. Além disso, é relevante enfocar, nos estudos, sobre o impacto da interferência do Estado e dos mecanismos internacionais que interferem nas formas gestão dos filhos para o trabalho no meio rural, além da readequação das formas e dos métodos produtivos adotados pela família rural na cadeia produtiva do tabaco frente às novas exigências ambientais impostas às famílias no meio rural em Arroio do Tigre, e, em especial, na Região Sul do país, foco da atividade do tabaco.

As famílias rurais possuem um histórico de lutas em prol da reprodução social, intercalando contextos de privações, porém, possuem projetos de vida eminentes, desafiadores expressos na enorme vontade de permanecer na terra, porém, os problemas da agricultura são, deveras, os principais desafios que precisam suplantar. Para amenizar os problemas sociais da cultura do tabaco, das estratégias de diversificação e também minimizar os problemas de sucessão rural é necessário, antes de tudo, levar em consideração as *teses* que as próprias famílias desenvolvem sobre as experiências acumuladas no cotidiano. Proporcionar espaços

para construção de estratégias conjuntas na solução dos problemas, mas também que sejam efetivamente acalentadas pelas políticas agrícolas e sociais, são passos importantes para auxiliar no processo de construção de intervenções que guiem o desenvolvimento no meio rural de modo mais endógeno, atrativo, duradouro, e também representem espaços de sociabilidade coesos para que a vida no meio rural seja realmente atrativa.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 5-6, p. 25-36, mai./dez. 1997.

_____. **Estação juventude:** conceitos fundamentais: ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2014.

AFUBRA. **Associação dos Fumicultores do Brasil**. Disponível em: <http://www.afubra.com.br/principal.php>. Acesso em: 13 ago. 2012.

_____. **Fundação da AFUBRA**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <afubra@afubra.com.br> em 04 de ago. 2014.

AJURATI. **Estatuto da Associação Regional da Juventude Rural de Arroio do Tigre (AJURATI)**. Arroio do Tigre: Registro de Imóveis, 1996.

ALMEIDA, M. W. B. Redescobrindo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 66-93, 1986.

ANDERSON, C. A. Tendências na sociologia rural. In: MARTINS, J. S. (Org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 191-197.

ANTUNIASSI, M. H. R. **Trabalhador infantil e escolarização no meio rural**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

ANUÁRIO brasileiro do tabaco. Santa Cruz do Sul, Gazeta Santa Cruz, 2012.

BAITELLO JUNIOR, N. **O tempo lento e o espaço nulo:** mídia primária, secundária e terciária. 2001. Disponível em: <http://www.cisc.org.br/portal/biblioteca/tempolento.pdf>. Acesso em: 10 maio 2012.

BELING, R. R. **A história de muita gente:** um exemplo de liderança: Afubra 50 anos. Santa Cruz do Sul: Afubra, 2006.

BOEIRA, S. L. **Atrás da cortina de fumaça:** tabaco, tabagismo e meio ambiente: estratégias da indústria e dilemas da crítica. Itajaí: Univali, 2002.

BONATO, A. A. **A fumicultura e a Convenção-Quadro:** desafios para a diversificação. Curitiba: DESER, out. 2009.

_____. **Perspectivas e desafios para a diversificação produtiva nas áreas de cultivo de fumo:** a realidade da produção de fumo na região Sul do Brasil. Curitiba: DESER, out. 2007.

BOTTARI, P. L. **Sobradinho**. Santa Maria: Patronato, 1940.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 10. ed. Tradução de Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

_____. **A economia das trocas linguísticas:** o que falar quer dizer. 2. ed. São Paulo: Ed. da USP, 1998.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2001b.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

_____. A gênese dos conceitos de habitus e campo. In: _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 59-74.

_____. A juventude é apenas uma palavra. In: _____ (Org.). **Questões de sociologia**. Lisboa: Fim de século Edições, 2003. p. 151-162.

_____. As contradições da herança. In: _____. (Org.). **A miséria do mundo**. 7. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008. p. 587-593.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004b.

_____. **El baile de los solteros**. Barcelona: Anagrama, 2004a.

_____. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. (Org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1994b. p. 46-86.

_____. Habitus, illusio y racionalidad. In: BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. J. D. (Orgs.). **Respuestas, por una antropología reflexiva**. México: Grijabo, 1995.

_____. **Homo academicus**.1. ed. Buenos Aires, Argentina: Siglo XXI, 2008.

_____. L'illusion biographique. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 62-63, p. 29-72, jun. 1986.

_____. **Las estrategias de la reproducción social**. Argentina: Siglo Ventiuno, 2011.

_____. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001a.

_____. O campo econômico. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 4, n. 6, p. 15-57, abr. 2005.

_____. **O campo econômico:** a dimensão simbólica da dominação. Tradução de Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papirus, 2000.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **O senso prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. **Questões de sociologia**. Tradução de Miguel Serras Pereira. Paris: Les Éditions de Minuit, 2003.

_____. **Questões de sociologia**. Paris: Éditions de Minuit, 1984.

_____. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **Razones prácticas:** sobre la teoría de la acción. 1994. Traducido por Thomas Kauf. Barcelona: Anagrama, 1997.

_____. Stratégies de reproduction et modes de domination. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 105, déc., p. 3-12, 1994a.

_____. Uma vida perdida. In: _____. (Org.). **A miséria do mundo**. 7. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008. p. 437-449.

_____.; BORDIEU, M. C. O camponês e a fotografia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 26, p. 31-39, jun. 2006.

_____.; CHAMBOREDON, J. C.; PASSERON, J. C. **Ofício de sociólogo:** metodologia da pesquisa na sociologia. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____.; PASSERON, J. C. **A reprodução:** elementos para uma teoria do sistema de ensino. Tradução de Reynaldo Bairão. 4. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

BRANDÃO, C. R. **O trabalho de saber**. Porto Alegre: Sulina, 1999.

_____. **O trabalho de saber:** cultura camponesa e escola rural. São Paulo: FTD, 1990.

_____. Parentes e parceiros: relações de produção e relações de parentesco entre camponeses de Goiás. In: ARANTES, A. A. et al. (Orgs.). **Colcha de retalhos:** estudos sobre a família no Brasil. 3. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1994. p. 115-160.

BRIDI, E. T. P. Desafios, vitórias e marcas de um imigrante. In: SULIANI, A.; ANTONINI, C. **Construtores de história:** famílias italianas no Brasil. Porto Alegre: EST, 2012, p. 77-82. v. 2.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

_____. Previdência social rural e gênero. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 4, n.7, p. 50-81, jan./jun. 2002.

BUAINAIN, A. M. et al. **Organização e funcionamento do mercado de tabaco no Sul do Brasil**. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2009.

CABRAL, J. P. Sem Palavras: etnografia, hegemonia e quantificação. **Mana,** v. 14, n. 1, p. 61-86, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132008000100003>. Acesso em: 03 de jan. 2013.

CALUS, M.; HUYLENBROECK, G. V. The persistence of family farming: a review of explanatory socio-economic and historical factors. **Journal of Comparative Family Studies**, v. 41, n. 5, p. 639-640, 2010.

CAMARANO, A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999 (Texto para Discussão nº 621). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0621.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2014.

CAMPOS, S. S. et al. **Segredo:** história e tradicionalidade. Porto Alegre: IGTF, 1990.

CARNEIRO, M. J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998.

_____. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Org.). **Retratos da juventude brasileira:** análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 243-262.

CARVALHO, C. et al. **Anuário brasileiro do tabaco 2014**. Santa Cruz do Sul, Gazeta Santa Cruz, 2014.

CASTRO, E. G. As jovens rurais e a reprodução social das hierarquias. In: WOORTMANN, E. F.; HEREDIA, B.; MENASHE, R. **Margarida Alves Coletânea sobre estudos rurais e gênero**. Brasília: MDA, IICA, 2006. p. 245-277.

_____. **Entre ficar e sair: uma etnografia da construção da categoria jovem rural**. 2005. 427 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

CHAMPAGNE, P. Elargissement de l'espace social et crise de l'identité paysanne. **Cahiers d'économie et sociologie rurales**, n. 3, p. 73-89, déc. 1986.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

COMISSÃO EMANCIPACIONISTA DE ARROIO DO TIGRE. **Caderno n. 6:** Indústria e comércio. Arroio do Tigre: Cartório distrital de Vila Tigre, 1962.

_____. **Caderno n. 7:** Associativismo. Arroio do Tigre: Cartório distrital de Vila Tigre, 1962.

_____. **Caderno n. 5**: Assistência religiosa. Arroio do Tigre: Cartório distrital de Vila Tigre, 1963.

CUNHA, J. L. **Os colonos alemães de Santa Cruz e a fumicultura:** Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul – 1844-1881. 1988. 196 f. Dissertação (Mestrado em História), Curitiba, UFPR, 1988.

DELGADO, G. C.; CARDOSO Jr, J. C. **O idoso e a previdência rural no Brasil:** a experiência recente da universalização. 1999. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Arq_17_Cap_09.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2015.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders:** sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ENSSLIN, F. C. **Retratos de uma família:** os descendentes de Ludwig Gustav Ensslin, sua época e o desenvolvimento do Vale do Rio Pardo (1886-1979). Segredo, 1992.

ETGES, V. E. **Sujeição e Resistência:** os camponeses gaúchos e a indústria do fumo. Santa Cruz do Sul, RS: Edunisc, 1991.

FEE. FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **FEE DADOS**. Porto Alegre. 2010. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/feedados/>. Acesso em: 15 nov. 2012.

_____. **Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese)**. Porto Alegre. 2009. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_idese.php>. Acesso em: 14 dez. 2012.

_____. **25 anos de economia gaúcha:** a agricultura no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, v. 3, 1978. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/publicacoes/digitalizacao/25-anos-economia-gaucha/vol-3.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2014.

_____. **Demografia.** Porto Alegre, 2014. Disponível em: <http://feedados.fee.tche.br/>. Acesso em: 08 de set. 2014.

_____. **Fumo:** quantidade produzida (t). Porto Alegre, 2013. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/feedados/>. Acesso em: 08 fev. 2015.

_____. **Idese-2012**. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/serie-historica-nova-metodologia/>. Acesso em: 29 nov. 2014.

_____. **Nascidos vivos.** Porto Alegre, 2014. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/feedados/>. Acesso em: 08 nov. 2014.

_____. **Culturas temporárias:** soja. Porto Alegre: FEE DADOS, 2014. Disponível em: <http://feedados.fee.tche.br/>. Acesso em: 19 nov. 2014.

_____. **Demografia: total, rural, urbana**. Porto Alegre: FEE DADOS, 2014. Disponível em: <http://feedados.fee.tche.br/>. Acesso em: 17 nov. 2014.

FEIXA PÀMPOLS, C. A construção histórica da juventude. In: CACCIA-BAVA, A.; FEIXA PÀMPOLS, C.; CANGAS, Y.G. **Jovens na América Latina.** São Paulo: Escrituras, 2004. p. 257-327.

FONSECA, M. T. L. **A Extensão Rural no Brasil:** um projeto educativo para o capital. São Paulo: Loyola, 1985.

FREYRE, G. **Casa-Grande e Senzala**. 35. ed. Rio de Janeiro, 1995.

FUKUI, L. F. G. **Sertão e bairro rural:** parentesco e família entre sitiantes tradicionais. São Paulo: Ática, 1979.

GALLAND, O. **Les jeunes**. Paris: Éditions de la Découverte, 1985. (Coll. Repéres; 27).

GALLAND, O. La jeunesse en France. Un nouvel âge de la vie. In: CAVALLI, A. e GALLAND, O. **L'allongement de lá jeunesse**. Paris: Actes Sud, 1993. p. 19-39 (Coll. Changement social en Europe occidentale).

GARCIA JR., A. R. **O Sul:** o caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero, 1989.

_____. **Terra de trabalho:** trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GASSON, R.; ERRINGTON, A. **The farm family business**. Wallingford: Cab International, 1993.

GAZETA DA SERRA. Cooperativa Tritícola Superense, um exemplo de pujança. **Gazeta da Serra**, Sobradinho, 25 jul. 1984.

_____. Preço do fumo: produtor descapitalizado. **Gazeta da Serra**, Sobradinho, 29 ago. 1984.

_____. Produtores de fumo querem 250% de aumento. **Gazeta da Serra**, Sobradinho/Arroio do Tigre, 28 de nov. 1984.

GAZETA DO SUL. Arroio do Tigre formou turma de 56 novos técnicos agrícolas. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 16 de Jun. 1973.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GERTZ, R. E. A construção de uma nova cidadania. In: MAUCH, C. (Org.). **Os alemães no sul do Brasil.** Canoas, Ulbra, 1994, p. 29-42.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GIRON, L. S.; HERÉDIA, V. **História da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Est, 2007.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. **Da Lavoura às Biotecnologias**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GRAZIANO DA SILVA, J. G. **O Novo rural Brasileiro**. Campinas: Instituto de Economia/ UNICAMP, 1999.

GRIZE, J. B. Psicologia genética e lógica. In: BANKS-LEITE, L. (Org.). **Percursos piagetianos**. São Paulo: Cortez, 1997. p. 63-76.

HEREDIA, B. M. A. **A morada da vida**: trabalho familiar e pequenos produtores do nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HERMES, M. **Produtor da Comacel alerta**: “trabalho e diversificação, a única salvação”. Gazeta da Serra, Arroio do Tigre, 25 de jul. 1984.

HONNEF, C. **A extensão rural e o processo de inclusão educacional escolar de remanescentes quilombolas**: pontos de interlocução. 2012. 151 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. 2012.

HOULE, G. A Sociologia como ciência da vida. In: POUPART, J. et al. **A Pesquisa Qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008. p. 317-336.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro, IBGE, 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 14 nov. 2012.

_____. **Dados estimativos de produção 2010/2011**. Arroio do Tigre, 2011.

_____. **Distribuição da população por sexo, segundo local de residência – Brasil 2009 (em %)**. Rio de Janeiro, IBGE, 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola**. Rio de Janeiro, IBGE. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1798&id_pagina=1>. Acesso em: 19 nov. 2012.

_____. **Histórico do município de Estrela Velha – RS**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/GHY>. Acesso em: 17 nov. 2014.

_____. **IBGE Cidades:** Arroio do Tigre. Rio de Janeiro. IBGE Cidades, 2012. Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/233OT>. Acesso em: 29 dez. 2014.

_____. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM):** Arroio do Tigre. Rio de Janeiro. IBGE Cidades, 2010. Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/2IXL>. Acesso em: 29 dez. 2014.

_____. **Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA):** Produção Agrícola Municipal. Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária de fumo (em folha). Rio de Janeiro. IBGE, 2014. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 25 out. 2014.

KAUTSKY, K. **A questão Agrária**. Porto: Portucalense, 1972.

KETZER, E. **Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Cel. Osvaldo Cordeiro de Farias.** (D. D interventor federal neste Estado). Livraria do Globo, 1940.

KREUTZ, L. Escolas da imigração alemã no Rio Grande do Sul: perspectiva histórica. In: MAUCH, C. (Org.). **Os alemães no sul do Brasil**. Canoas: Ulbra, 1994., p. 149-162.

LA CRUZ, L. A. H. Formas de habitar el mundo rural entre los jóvenes em México. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 22, n. 2, p. 09-23, abr./jun. 2015.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar:** do mito a realidade. Campinas: Ed. da Unicamp, 1998.

_____. (Coord.). **A agricultura familiar:** uma realidade multiforme. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993.

LATOUR, B. **A esperança de pandora:** ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.

LÊNIN, V. L. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia:** o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LIMA, R. G. Desenvolvimento e relações de trabalho na fumicultura sul-brasileira. **Sociologias (UFRGS)**, v. 9, n. 18, p. 190-225, 2007.

MAESTRI, M. A aldeia ausente (II). In: COLÓQUIO MARX-ENGELS DO CENTRO DE ESTUDOS MARXISTAS, 2., 2001. Campinas. **Anais...** Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 2001.

MANFROI, O. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul:** implicações econômicas, políticas e culturais. 2. ed. Porto Alegre: Est, 2001.

MARIN, E. C. et al. Infância, trabalho e lúdico no contexto da agricultura familiar fumageira. **Licere** (Centro de Estudos de Lazer e Recreação), v. 17, n. 3, p. 1-23, set. 2014.

MARIN, J. O. B. et al. O problema do trabalho infantil na agricultura familiar: o caso da produção do tabaco em Agudo – RS. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, p. 759-782, 2012.

_____. Juventud rural: una invención del capitalismo industrial. **Estudios Sociológicos**, v. XXVII, n. 80, p. 619-653, mayo/ago. 2009.

_____. O agronegócio e o problema do trabalho infantil. **Revista de Sociologia e Política (UFPR)**, Curitiba, v. 18, n. 35, p. 189-206, fev. 2010.

_____. **Trabalho infantil:** necessidade, valor e exclusão social. Goiânia, Editora UFG, 2006. 124 p.

_____.; REDIN, E.; COSTA, F. F. Juventude rural e trabalho no cultivo do tabaco. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 31, p. 159-194, jan./jul. 2014.

MARTINS, J. S. A valorização da escola e do trabalho no meio rural. In: _____. (Org.) **Capitalismo e tradicionalismo:** estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. Cultura e educação na roça, encontros e desencontros. **Revista USP**, São Paulo, n. 64, p. 28-49, 2005.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política. Tradução de Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MAUSS, M. **Sociologia e antropologia.** São Paulo: Cosac e Naify, 2003.

MENDRAS, H. **O fim dos camponeses:** passados vinte anos. Tradução de Marisa Rossetto, 2000.

_____. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MENEZES, M. A. Família, juventude e migrações. **Revista Anthropológicas**, v. 23, n. 1, p. 113-136, 2012.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 31. ed. Petropólis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Programa Nacional de Eliminação do Brometo de Metila**. Brasília, n. 130, MMA, 2014. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/ozonio/_publicacao/130_publicacao10102011052441.pdf>. Acesso em 15 nov. 2014.

MONTAGNER, C. L. A saga do imigrante italiano Giuseppe Trevisan. In: SULIANI, A.; ANTONINI, C. (Orgs.). **Construtores de história:** famílias italianas no Brasil. Porto Alegre: EST, 2012, p. 46-49. 2 v.

_____. **Estrela Velha sua história, sua gente.** Tapera: Gráfica Gespi, 2005.

_____. Museu a céu aberto. **O jornal**, Salto do Jacuí, ano 5, 07 set. 2013. Folha Especial Arroio do Tigre, p.10.

_____. **Salto do Jacuí:** de potreirinho a capital da energia elétrica. Tapera: Gráfica Gespi, 2003.

MOTA, D. M. Reflexões sobre o Trabalho e Família no Espaço Rural. In: III ENCONTROS DA REDE RURAL, 3., 2008, Campina Grande/PB, **Anais...** Campina Grande, Rede Rural, 2008. p. 1-15.

MOURA, M. M. **Camponese**s. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.

_____. **Os Deserdados da Terra**. Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil, 1988.

_____. **Os herdeiros da terra:** parentesco e herança numa área rural. São Paulo: Hucitec, 1978.

MULLER, A. L. É mais fácil ir à lua do que a Arroio do Tigre quando chove. **Jornal do Povo**, Cachoeira do Sul, 25 ago. 1971.

_____. Em Arroio do Tigre colonos recebem cursos técnicos. **Jornal do Povo**, Cachoeira do Sul, 04 abr. 1971.

_____. Estrada e ponte trazem Otávio Germano a Arroio do Tigre. **Gazeta do Sul**, Santa de Cruz do Sul, 02 fev. 1973.

_____. Linha Cereja: 70 anos de progresso. **Jornal do Povo**, Cachoeira do Sul, 14 out. 1973.

MULLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec Educ, 1989.

NARDI, T. M. Ibarama: terra das árvores. In: SULIANI, A.; ANTONINI, C. (Orgs.). **Construtores de história:** famílias italianas no Brasil. Porto Alegre: EST, 2012, p. 206-211. v. 2.

NEVES, D. P. **A perversão do trabalho infantil:** lógicas sociais e alternativas de prevenção. Niterói: Intertexto, 1999.

_____. Gênero pela perspectiva antropológica. In: OLIVEIRA, D. M.; FERREIRA, M. S.; HERINGER, P. C. (Orgs.). **Representações do feminino:** olhares revisitados e contemporâneos. Niterói, Rio de Janeiro: Museu de Arqueologia de Itaipu/Ibram/MinC, 2013, p. 68-80.

_____. **Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista:** estudo do processo de constituição social dos fornecedores de cana, no contexto da intervenção do Estado e da consolidação da interpendência entre agricultura e indústria, na região açucareira de Campos (RJ). Niterói, Rio de Janeiro: EDUFF, 1997.

PALADINO SERANO. Construção da ponte sobre o rio Jacuizinho. **Paladino Serano**, Sobradinho, p. 4, 11 fev. 1975.

PAULI, R. I. P. et al. Tecnologia e particularidades do trabalho fumicultor em Sobradinho – RS. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO, ECONOMIA E SOCIOLOGIA, 49., 2011, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2011. p. 1-20.

PAULILO, M. I. S. Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. In: PAULILO, M. I. S.; SCHMIDT, W. (Orgs.). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003. p. 183-210.

PAULILO, M. I. S. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, n. 28, v. 5, p. 64-71, 1987.

_____. **Produtor e agroindústria:** consensos e dissensos: o caso de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1990.

_____. **Terra à vista... e ao longe**. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 1998.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

_____. De como os alemães tornaram-se gaúchos pelos caminhos da modernização. In: MAUCH, C. (Org.). **Os alemães no sul do Brasil**. Canoas, Ulbra, 1994, p. 199-208.

PRADO JR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRIEB, R. I. P. A dinâmica recente da região fumicultora gaúcha: a emergência dos serviços. **Revista de Economia e Desenvolvimento**, Santa Maria, n. 14, p. 87-114, 2002.

_____. A pequena produção fumageira integrada ao CAI: a subordinação indireta do trabalho familiar ao capital agroindustrial. **Economia e Desenvolvimento**, Santa Maria, v. 7, p. 20-32, 1997.

_____. **Pluriatividade na produção familiar fumageira**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005.

_____.; RAMOS, P. Aspectos institucionais e referenciais teóricos para a análise da agricultura familiar articulada ao complexo do fumo. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 9, n. 17, p. 59-89, 2004.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **O que é o IDHM**. 2014. Brasília. PNUD, 2014. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/IDHM.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDHM#>. Acesso em: 29 de dez. 2014.

REDIN, E. **Entre o produzir e o reproduzir na agricultura familiar fumageira de Arroio do Tigre/RS**. 2011. 262 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

_____. Jovem rural em questão. **Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 25, n. 1, p. 123-139, jan./jun. 2012.

_____.; SILVEIRA, P. R. C. A condição camponesa revisitada: transformações e permanências. **Revista Isegoria,** Minas Gerais, UFV, v. 1, n. 1, p. 1-28, mar./ago. 2011.

_____ et al. . Juventude rural e as novas formas de sociabilidade mediadas pelas TICs. **RDE – Revista de desenvolvimento econômico**, Salvador, v. 15, n. 28, p. 154-163, 2013.

_____.; SILVEIRA, P. R.C. Juventude rural: experiências e perspectivas. In: SANTOS, V. F.; VELA, H. A. G.; SILVEIRA, P.R.C. **Educação rural no mundo contemporâneo.** Santa Maria: UFSM, 2012. p. 175-208. 1 v.

RENK, A. **Dicionário nada convencional:** sobre a exclusão no oeste catarinense. Chapecó, SC: Argos; 2003.

_____. **Sociodicéia às avessas**. Chapecó, Santa Catarina: Grifos; 2000.

_____. **A luta da erva:** um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense. 2. ed. Chapecó: Argos, 2006.

_____.; BADALOTTI, R. M.; WINCKLER, S. Mudanças sócio-culturais de gênero e inter-geracionais: o caso do campesinato no oeste catarinense. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 8., 2010, Recife. **Anais...** Recife: ALASRU/Universidade Federal de Pernambuco, 2010, p. 01-20.

_____.; DORIGON, A. **Juventude rural, cultura e mudança social**. Chapecó: Argos, 2014.

REVISTA CULT. Pequeno glossário da teoria de Bourdieu. In: SOCHA, E. (Org.). **Dossiê Pierre Bourdieu**, n.128, ano 11, 2008, p. 44-65.

ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Su**l. Porto Alegre: Globo, 1969.

SANTOS, J. V. T. **Colonos do vinho:** estudos sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1984.

SCHAAF, A. V. D. Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 5, n. 10, p. 412-442, jul./dez. 2003.

SCHNEIDER, I. Êxodo, Envelhecimento Populacional e Estratégias de Sucessão na Exploração Agrícola. **Indicadores Econômicos**, Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 259-268, 1994.

SCHNEIDER, S. **Agricultura Familiar e pluriatividade**. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

SCHULTZ, T. W. **A transformação da agricultura tradicional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

SEYFERTH, G. **A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim**. Porto Alegre: Movimento, 1974.

_____. As contradições da liberdade: análise de representações sobre a Identidade camponesa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 18, p. 78-95, fev. 1992.

_____. Campesinato e o Estado no Brasil. **Mana**, v. 17, n. 2, p. 395-417, ago. 2011.

_____. Camponeses ou operários? o significado da categoria colono numa situação de mudança. **Revista Museu Paulista**, São Paulo, v.29, jan./dez. 1984.

_____. O colono múltiplo: transformações sociais e (re)significação da identidade camponesa. **Raízes (UFPB)**, v. 31, p. 1-16, 2011.

_____. The diverse understandings of foreign migration to the South of Brazil (1818-1950). **Vibrant (Florianópolis)**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 118-162, jul./dez. 2013.

SHANIN, T. A definição de camponês; conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, São Paulo, n. 7, p. 1-21, jul./dez. 2005.

SILVA, J. F. G. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 37-50, set./dez. 2001.

SILVA, J. G. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SILVEIRA, R. L. L.; DORNELLES, M.; FERRARI, S. Expansão da cultura do tabaco no sul do Brasil (1996-2006): características, mudanças e persistências na produção de tabaco e nos usos do território. **Biblio 3W**. Barcelona, v. XVII, n. 987, p. 1-25, ago. 2012.

SPANEVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. 236 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

STRAPASOLAS, V. L. O valor do casamento na agricultura familiar. **Revista Estudos Feministas**. Rio de janeiro, v. 12, n. 1, p. 253-267, jan./abr. 2004.

_____. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

_____. Os dilemas da juventude no processo sucessório da agricultura familiar. In: RENK, A.; DORIGON, A. (Orgs.). **Juventude rural, cultura e mudança social**. Chapecó: Argos, 2014, p. 139-162.

_____. Trabalho infantil no campo: do problema social ao objeto sociológico. **Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho**, v. 17, n. 27, p. 249-286, jan./jul. 2012.

TEDESCO, J. C. **Colonos, carreteiros e comerciantes:** a região do alto Taquari no início do século XX. Porto Alegre: EST, 2000.

_____. **Terra, salário e família:** *ethos* e racionalidade produtiva no cotidiano camponês. Campinas, UNICAMP, 1998. 398 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1998.

THIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 40, n 1, p. 27-55, jan./fev. 2006.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

VOGT, O. P. **A colonização alemã no Rio Grande do Sul e o capital social.** 2006. 435 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul. 2006.

_____. **A produção de fumo em Santa Cruz do Sul, RS: 1849-1993**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1997. 283p.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o "rural" como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura (UFRRJ)**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 87-145, out. 2000.

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42- 61, out. 2003.

_____. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, São Paulo, v. 52, supl. 1, p. 25-44, fev. 2015.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João C. (Org.). **Agricultura familiar:** realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001, p. 21-55.

WEISHEIMER, N. **A situação juvenil na agricultura familiar**. 2009. 331 f. Tese. (Doutorado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

_____. O **Estado, a agroindústria e a pequena produção**. Bahia: Hucitec, 1986.

_____. Os gigantes da indústria alimentar entre a grande distribuição e os novos clusters a montante. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 10, n. 18, p.147-174, abr. 2002.

WILLEMS, E. **A aculturação dos alemães no Brasil:** um estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1980.

WOLF, E. **Sociedades camponesas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

WOORTMAN, K. Migração, família e campesinato. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p.35-51, jan./jun.1990.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra:** a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: UnB, 1997.

_____. **Herdeiros, parentes e compadres:** colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo: Ed. da UnB, 1995.

WOORTMANN, K. A. A. W. Migração, família e campesinato. In: WELCH, C. A.; MALAGODI, E.; CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. N. B. (Orgs.). **Camponeses brasileiros:** leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: NEAD, 2009. p. 217-241.

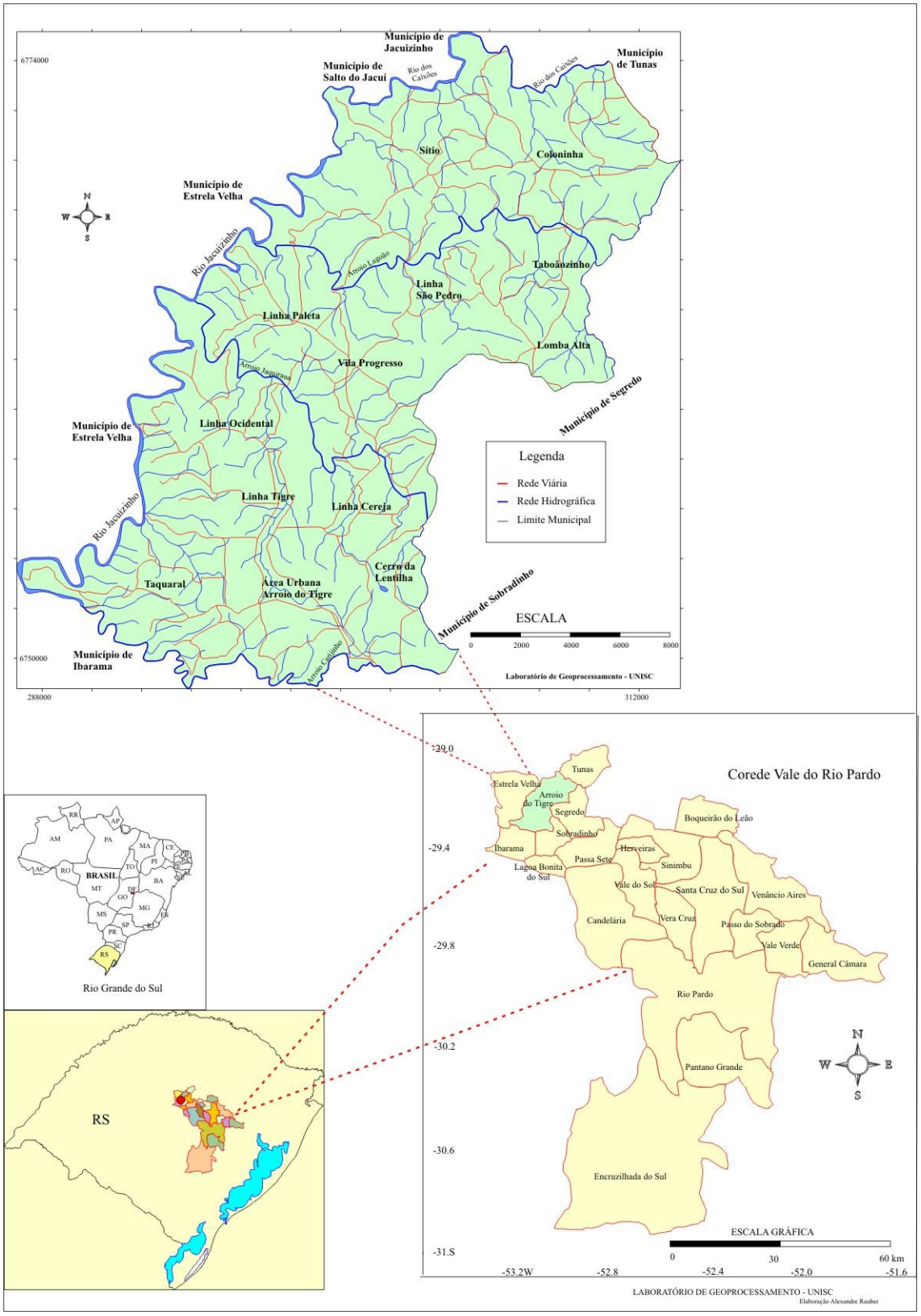
_____. Migração, família e campesinato. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 7, n. 1, p. 35-53, jul./dez.1990.

_____; WOORTMANN, E. F. **Amor e celibato no universo camponês**. Textos NEPO 17. Campinas: NEPO: UNICAMP, 1990.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Tradução de Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXO

Anexo A – Localização do município de Arroio do Tigre, RS, Brasil



Fonte: Laboratório de Geoprocessamento, UNISC (2010).

APÊNDICE

Apêndice A – Mapa social dos entrevistados

Informantes e agricultores

Nome	Idade	Estado Civil	Ocupação	Localidade	Distância da Sede (km)
Amário	83	Casado	Instrutor de tabaco aposentado	Linha Tigre	5
Armando	78	Casado	Instrutor de tabaco aposentado	Vila Progresso	10
Heldino	61	Casado	Professor rural aposentado	Vila Progresso	10
Erica	76	Solteira	Agricultora aposentada	Linha Cereja	7
Armando	78	Casado	Agricultor aposentado	Linha Taquaral	12
Casal rural		Casados	Agricultores aposentados	Linha Travessão	5
Anildo	48		Agricultor	Linha Tigre	3
Arlindo	68	Casado	Agricultor aposentado; transportad de tabaco	Linha Tigre	5
Casal rural		Casados	Agricultores aposentados	Linha Tigre	3
Artulino	76	Casado	Agricultor aposentado	Linha Santa Cruz	10
Gentil	64	Casado	Agricultor	Linha Tigre	3
Elton	64	Casado	Agricultor	Linha Tigre	3
Simone	37	Casada	Agricultora	Linha Rocinha	3,5
Carlos	38	Casado	Agricultor	Linha Paleta	21
Vilmar	36	Casado	Agricultor	Linha Travessão	3
Romilda	64	Casada	Agricultora aposentada	Linha Travessão	8

Jovens rurais

Nome	Idade	Estado Civil	Ocupação	Localidade	Distância da Sede (km)
Maira	14	Solteira	Estudante	Linha Paleta	14
Letícia	19	Soleira	Estudante	Linha Paleta	14
Diana	18	Solteira	Estudante	Linha Paleta	18
Taina	12	Solteira	Estudante	Linha Santa Cruz	11
Bruna	17	Solteira	Estudante	Linha Paleta	16
Gabriela	14	Solteira	Estudante	Linha São Pedro	16
Andrieli	18	Solteira	Estudante	Linha Coloninha	37
Carlos	38	Casado	Agricultor	Linha Paleta	21
Gilmar	23	Solteira	Estudante	Linha Paleta	22
José Afonso	27	Solteiro	Agricultor	Linha Cereja	7
Giane	22	Solteira	Agricultora	Linha São Pedro	12
Maiara	15	Solteira	Estudante	Linha Ocidental	15
Gisele	15	Solteira	Estudante	Linha Paleta	18
Vanessa	18	Solteira	Estudante	Lomba Alta	28
Daniela	17	Solteira	Estudante	Linha Sítio Alto	22
Tatiele	30	Casada	Agricultora	Linha Paleta	13